

IVAN COTRIM

**O CAPITALISMO DEPENDENTE
EM FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Ciência Política do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas, sob a
orientação do Prof. Dr. Caio Navarro de Toledo**

**Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
10/10/2001.**

BANCA

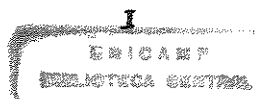
Prof. Dr. Caio Navarro de Toledo (orientador)

Prof. Dr. Antônio Rago Filho

Prof. Dr. Armando Boito Júnior

Prof. Dr. Reginaldo Correa Carmello de Moraes (suplente)

SETEMBRO/2001



**UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE**

UNIDADE Be
 CHAMADA: T/ UNICAMP
C826c
 Es.
 OMBO BC/ 47009
 ROC. 16.892/01
 C ☐ D ☒
 REQ# R\$11,00
 DATA 20/11/01
 L.º CPD

CM00161936-3

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
 BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Cotrim, Ivan
C 826 c O capitalismo dependente em Fernando Henrique Cardoso /
Ivan Cotrim. -- Campinas, SP : [s.n.], 2001.

Orientador: Caio Navarro Toledo.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Cardoso, Fernando Henrique, 1931-. 2. Dependência.
3. Imperialismo. 4. Política econômica. I. Toledo, Caio Navarro.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

À
Lívia, Ana, Vera
e
J. Chasin (*in memoriam*)

657E9100X

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	vii
RESUMO	ix
ABSTRACT	x
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - O CAPITALISMO ESCRAVISTA E A FORMAÇÃO DA BURGUESIA NACIONAL	47
1. O Capitalismo Escravista e o Patrimonialismo	47
2. Tradicionalismo e Debilidade da Burguesia Nacional	74
CAPÍTULO II - A INDUSTRIALIZAÇÃO NO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO	95
1. A Especificidade da Industrialização Dependente	95
2. Industrialização Nacionalista e Industrialização Seletiva	107
3. O Novo Caráter da Dependência: internacionalização econômica e industrialização restritiva	137
CAPÍTULO III - O POPULISMO DE GETÚLIO VARGAS A JOÃO GOULART	157
CAPÍTULO IV - A DITADURA MILITAR: MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E FORÇA DE TRABALHO	181
1. A Modernização do Estado e a Exclusão Social	181
2. Força de Trabalho e Tecnologia	231
CAPÍTULO V – AS POLÊMICAS SOBRE A DEPENDÊNCIA	253
CONCLUSÃO	293
BIBLIOGRAFIA	325

AGRADECIMENTOS

Devo agradecer primeiramente ao meu orientador, Prof. Dr. Caio Navarro de Toledo, pelas muitas observações feitas e por ter aguardado com muita paciência que este trabalho se realizasse.

Aos membros da banca do exame de qualificação, que comporão também a de defesa, Prof. Dr. Antônio Rago Filho e Prof. Dr. Armando Boito Júnior, pelas sugestões valiosas que foram incorporadas nesta dissertação, e pelo apoio e estímulo dispensados.

Quero destacar meus agradecimentos ao grupo de amigos da Ad Hominem, que, embora em meio à resistência e luta na defesa de uma perspectiva teórica comum, reservaram alguns momentos para discutir as complexidades que o tema apresenta, pensando em conjunto os caminhos para seu domínio intelectual.

À Ester Vaisman, pela leitura acuidosa e sugestões tão proveitosas.

Aos meus familiares, que não puderam contar com minha presença, muitas vezes necessária, na resolução de problemas comuns, mas que, mesmo assim, não se furtaram em manter com seu afeto um forte apoio a esta empreitada. À Livia, pelo seu apoio integral, por sua dedicação a questões que só sua lucidez poderia solucionar, meu agradecimento muito especial.

Ao CNPq, que, nos idos de 80, apoiou o início desta pesquisa, o que permitiu coligir o material básico desta dissertação.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo evidenciar a construção intelectual do tema capitalismo dependente na obra de Fernando Henrique Cardoso. O método utilizado foi a análise imanente de sua produção teórica da década de 60 e início de 70, período que consideramos mais fértil para aquela produção.

Buscamos mostrar que sua perspectiva teórica apoiou-se em Max Weber, enquanto que as teorias de Marx encontram-se subordinadas às interpretações dominantes de Fernando Henrique Cardoso.

Destacamos que seus fundamentos teóricos encontram-se sustentados no plano político, cuja estrutura é tratada sob o conceito de aliança política e correlações de forças políticas, e estes são postos em tal destaque que o plano econômico acaba por sucumbir a este.

A noção de dependência que orienta sua pesquisa e análise revela seu objetivo em reduzir os laços de determinação do capital imperialista sobre os países periféricos, e portanto sobre o Brasil, para encetar uma possibilidade de dependência com controle político interno a esses países. Nessa linha de procedimento, ele cria uma relação específica no plano econômico que trata por internalização do mercado externo e serve de base teórica para que ele descaracterize a subordinação desses países.

ABSTRACT

The purpose of this work is to clearly reveal the intellectual elaboration of the theme “dependent capitalism” as it is presented in Fernando Henrique Cardoso’s work. The method used was the immanent analysis of his writings dated from the sixties and early seventies, which we consider the most fruitful period for that theoretical production.

We attempted to show that his theoretical perspectives are rooted in Max Weber’s thought, while Marx’s theories lie subordinate to it in the author’s interpretations.

We emphasized that his theoretical fundamentals are supported by the political sphere, and its structure is examined under the concept of political alliance and correlation of political forces, which are emphasized to such an extent that leads the economic sphere to be subsumed to it.

The notion of dependency that guides the author’s research and analysis reveals his purpose of reducing the determination that the imperialist capital imposes over the peripheral countries – and therefore over Brazil – in order to bring up a possibility of dependency that retains political control within these countries. Accordingly, he creates a specific relationship in the economic sphere, referred to as “internalization of external market”, that constitutes the theoretical basis for him to deprive these countries’ subordination of its real characteristics.

INTRODUÇÃO

I

A construção teórica do “capitalismo dependente” por Fernando Henrique Cardoso resulta do confronto estabelecido entre distintas vertentes analíticas de esquerda, que desde finais da década de 50 e inícios da de 60 buscaram dominar as transformações da realidade brasileira daquele período, para traduzi-la teórica e politicamente. Esse quadro é tão mais complexo quanto se tem em conta que não só o Brasil submetia-se a mudanças em todos os planos, mas que fazia parte de uma mudança muito ampla que afetava o tecido político-econômico global. Fenômenos fundamentais que despontam após a Segunda Guerra Mundial, como o avanço do imperialismo conduzido pela estratégia política da guerra fria, a morte de Stalin (1953) e as revelações anti-stalinistas, os limites socioeconômicos e emancipatórios do “socialismo real”, repuseram a necessidade de verificar novos caminhos, novas possibilidades revolucionárias, e a construção de novas perspectivas políticas.

É, portanto, no âmbito das transformações correntes, dentro e fora do Brasil, na convergência das demandas políticas que as mudanças sociais globais suscitavam e ao lado da crítica que se bifurcava, atingindo o liberalismo imperialista e o “socialismo real”, que emerge essa retomada de Marx.

A circunstância histórica que favoreceu o engate do pensamento de Marx, que começa a se pôr em evidência, com a formação teórico-ideológica de Cardoso remonta exatamente ao que ficou conhecido como “Seminário de Marx”, proposto por sugestão de Giannotti a colegas professores da USP, amigos e estudiosos, todos pessoas de suas relações.

Giannotti toma tal caminho ao retornar da Europa, em 1958, onde manteve contato com grupos e seminários ligados às atividades intelectuais de Claude

Leffort, de *Socialisme ou Barbarie*, situação na qual, provavelmente, a releitura de Marx tenha sido estimulada. Contudo, a empreitada definiu-se pela leitura de *O Capital*, e até em certas citações essa atividade intelectual foi tratada por “Seminário de *O Capital*”, de forma que foi selecionada a produção de maturidade de Marx, muito no sentido de extrair do pensador alemão indicativos metodológicos que levassem a efeito as abordagens analíticas sobre uma realidade impactada pelas mudanças sociais. Vale lembrar que nasce, nesse momento e com esse espírito, uma trajetória intelectual conhecida por *analítica paulista*, que se encarna institucionalmente, anos depois, no Cebrap. Essa designação de analítica paulista foi apresentada por J. Chasin¹, no sentido de identificar a usina geradora de um conjunto concepcional que inclui quatro pontas de sustentação da constelação analítico-teórica sobre a América Latina: as teorias da dependência, do populismo, do autoritarismo e da marginalidade. Esse conjunto concepcional teve como referência o padrão metodológico, ou o marxismo que veio se desenvolvendo a partir do “Seminário”. Chasin explica que “Germinada, segundo seus próprios mentores, a partir do agora afamado Seminário sobre *O Capital*, que os mesmos levaram a efeito em fins dos anos cinquenta, a *analítica paulista* se afirmou, desde o princípio e daí por diante, como uma modalidade epistêmica de aproximação e apropriação seletiva da obra marxiana de maturidade. Isso compreendeu, pela mesma via, a exclusão praticamente completa dos textos de Marx dos anos quarenta, sob o entendimento de que eram caudatários da antropologia feuerbachiana. Por efeito, foram ignoradas as críticas ontológicas, a primeira das quais voltada à política, com as quais foi instaurado e teve continuidade a elaboração do *corpus* teórico marxiano. Operações redutoras que perfilarão uma versão do marxismo circunscrito à condição de lógica ou método analítico e de

¹ J. CHASIN, “Ad Hominem – Rota e Prospectiva de um Projeto Marxista”, in *Ensaio Ad Hominem – Tomo 1: Marxismo*, Santo André, Ad Hominem, 1999.

ciência do capitalismo, para a qual ficou irremediavelmente perdido o centro nervoso do pensamento marxiano, - a problemática, real e idealmente inalienável, da *emancipação humana* ou do *trabalho*, na qual e somente pela qual a própria questão da prática radical ou crítico-revolucionária encontra seu *télos*, identificando na universalidade da trama das atividades sociais seu território próprio e resolutivo, em distinção à finitude da política, meio circunscrito dos atos negativos nos processos reais de transformação”.

Por outro lado, a relação com o marxismo empreendida por Cardoso se dá no âmbito da academia, por força daquela proposta e em convivência com o grupo que se forma e encarna os “seminários”.

Entretanto, a presença de Marx nos círculos políticos e intelectuais é muito anterior, e se deu fora da academia, e, embora não caiba aqui desenvolver o percurso histórico desse pensamento no Brasil, vale ressaltar que uma das vertentes políticas mais evidentes que manteve Marx como bandeira teórica fora da academia foi o PCB. Esse partido oficializou o marxismo como ideologia política, porém fortemente subvertido pelo burocratismo e o taticismo, que resultaram sempre em sua instrumentalização política subsumida ao “etapismo” stalinista.

Nesse sentido, a reposição do pensamento de Marx, em particular de *O Capital*, conforme definira o “Seminário”, na busca da autenticidade originária desse plano teórico, resultará num contraponto às determinações políticas daquele partido.

No plano externo à academia, um contraponto ao PCB, de estatura intelectual inconfundível, tinha sido posto a caminho desde a ANL, por Caio Prado Júnior. O foco de atenção estava voltado para a determinação do caráter socioeconômico do capitalismo no Brasil. Enquanto para o partido que assimilara as teses do Bureau Sul-americano da Internacional Comunista a questão estava em definir as linhas de uma revolução democrático-burguesa no Brasil e superar os “restos feudais” que

supostamente formavam um entulho conservador e antiprogressista, Caio Prado ia revelando o sentido colonial da nossa história, que resultava no comprometimento de todo o tecido social, legando o perfil retardatário do capitalismo que aqui ia se desdobrando. Caio Prado revelava também uma forte compatibilidade com o pensamento de Marx (conforme a concepção do atraso alemão) na propositura e engajamento nas lutas sociais, na perspectiva do trabalho. Suas concepções completamente amadurecidas aparecem na década de 40, com *Formação do Brasil Contemporâneo* e *História Econômica do Brasil*. Em 1966, publica *A Revolução Brasileira*, e com ela arremata as críticas ao PCB e suas teses.

A produção intelectual pradiana vicejou também nos anos 50 e 60 através da *Revista Brasiliense*, contemplando as análises de realidade socioeconômica com perspicácia e rigor. Caio Prado Júnior permaneceu fora dos muros da academia, enquanto esta foi incorporando Marx no sentido de criar um padrão gnosiológico que permitisse a construção metodológica necessária à apreensão e explicação da realidade posta pelas novidades políticas e teóricas

A vanguarda intelectual acadêmica que aderiu naquele período a essa empreitada teórica não esteve, de qualquer forma, imune às vicissitudes políticas e econômicas que a realidade apresentava em seu processo de ligeira mudança. Foi Cardoso, um componente do grupo do “Seminário”, que se esforçou para incorporar o aprendizado acadêmico às análises sobre a realidade brasileira, buscando definir o tipo de capitalismo que aqui se instalara no período escravista colonial. Sua tese de doutorado, *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, inaugura uma nova trajetória intelectual, dentro da academia, na medida em que propõe uma análise do trabalho compulsório sob orientação capitalista. A tese é um marco na produção analítica sociológica, pois busca uma construção teórica que, de um lado, assimila Marx em termos da explicitação do quadro econômico colonial, mas, de outro, ao evidenciar a formação do sistema de poder que dominará a

colônia, ele tomará da constelação teórica de Max Weber a categoria que considera assimilável àquele sistema e condições socioeconômicas: o patrimonialismo. A conciliação entre Marx e Weber será justificada por Cardoso na Introdução daquela obra, com base em formulações de J.-P. Sartre em *Questões de Método*.

Cardoso se notabilizará como intelectual acadêmico, pois os arcos construtivos desta não impediram sua inclinação em acompanhar o dinamismo político-econômico da realidade brasileira, buscando-lhe o formato e tendência, muito embora mantivesse os padrões metodológicos lá adquiridos como base de suas pesquisas. Em sua atividade acadêmica, abraça uma pesquisa dentro do programa de investigação sobre “Economia e Sociedade no Brasil”, elaborado por Florestan Fernandes, e constrói, após um amplo registro de pesquisas com empresários, em vários estados brasileiros, o material para sua análise, que resultou na tese de livre-docência, apresentada em 1963, *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*.

Novo marco historiográfico se coloca, particularmente no cotejo que Cardoso estabelece nessa tese, entre o que trata por *verdadeiro empreendedor*, isto é, o empresário de extração clássica, do capitalismo originário, da burguesia conquistadora, e o empresário brasileiro, de origem agro-exportadora, de uma burguesia débil, tanto por sua origem quanto pela estrutura política patrimonialista. Nessa pesquisa ele distingue uma tendência entre os empresários, tendência relativamente modesta, em converterem-se em empreendedores modernos, principalmente pela proximidade com empreendimentos externos, multinacionais, que favorecem esse dinamismo. Parece que nessa obra já se aponta, pela indicação dessa proximidade, as associações que darão base para sua concepção de “desenvolvimento possível” através do “modelo industrial associado”.

De maneira que nessa obra registra-se uma tendência do autor em tomar a realidade de maneira ampla e abarcante. Nisto reside o que Florestan Fernandes

indicou como “um novo estado de espírito na compreensão, na abordagem e na interpretação da realidade”², pois ela apresenta convergente e congruentemente os ângulos analíticos trazidos por sociólogos, historiadores e economistas. F. Fernandes faz notar também que ela permite um nível de engajamento político-ideológico, ao afirmar que “o empresário de uma *nação subdesenvolvida* [...] precisa ter uma visão própria do processo econômico e dos meios de intervenção que permitem orientá-lo socialmente [...]. Esse é presumivelmente o aspecto mais provocativo e construtivo da obra”³.

O momento histórico em que o autor se dedica às pesquisas que resultaram nesse trabalho é extremamente significativo para a realidade brasileira. Trata-se de um período singular de nossa história. Desde a morte de Vargas (1954) até o golpe militar de 64, a realidade socioeconômica esteve sob influxo de tendências e de contra-tendências que enriqueceram o período, sem, contudo, pela complexidade que apresentara, ter se tornado o mais “visitado” analiticamente. Mas é, por outro lado, fase extremamente importante como referência para o autor, e que resulta na produção teórica que estamos comentando.

Em *EIDEB*, parte substancial da sua análise se refere ao período que compreende do governo de JK ao governo de Goulart, e indica seu enfrentamento com as tendências políticas tanto nacionalistas quanto de esquerda. Entre outras, Cardoso polemiza com posições político-econômicas expostas por autores como Celso Furtado e Hélio Jaguaribe, de forma a refletir o quadro de interpretações sobre o curso da realidade, interpretações que expressavam, por esses autores, as concepções político-econômicas forjadas tanto na Cepal quanto no Iseb.

Em termos da própria instituição, a Cepal foi considerada por Cardoso como pioneira nas análises sobre as relações internacionais latino-americanas; enquanto

² . Florestan FERNANDES, “Apresentação” (impressa na “orelha” da capa) a F. H. CARDOSO, *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*, SP, Difusão Européia do Livro, 2ª. Edição, 1972.

as concepções liberais tomavam as teses ricardianas das “vantagens comparativas” para definirem-se em favor da agroexportação, a Cepal, com Raul Prebisch à frente, inaugura uma tese contrária, afirmando que essas relações mostravam-se tendentes à “deterioração dos termos da troca”, troca estabelecida entre produtos primários exportados e produtos industriais importados. Essa inversão analítica de Prebisch, mantinha-se sustentada em termos de uma avaliação política das relações de classe profundamente diferenciada entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, cujos efeitos eram sentidos no comércio internacional, portanto na circulação do capital, ocasionando aquela “deterioração”. Queremos observar neste ponto que, muito embora as teses de Ricardo estejam sendo desmontadas à luz dos resultados práticos notados por Prebisch, a base teórica deste não foi buscada em Marx, que desde *O Capital* já impugnara Ricardo; em *Teorias sobre a Mais-Valia*, Marx expõe à saciedade os limites ricardianos quanto à composição orgânica do capital produtivo. E é exatamente com base na “composição” que Marx reflete sobre a migração de capital de regiões e países menos desenvolvidos para os de maior composição orgânica de capital ou mais desenvolvidos, quando das suas relações externas entre si.

Cardoso apóia-se na Cepal, nos argumentos de Prebisch sobre as relações externas em deterioração, por força das distintas condições políticas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Contudo, ante outro cepalino, Celso Furtado, sua posição se altera, pois este se apóia nos argumentos da Cepal para defender o desenvolvimento com base na constituição de um “capitalismo industrial” autodinamizado e, portanto, capaz de suprir endogenamente as necessidades de bens e equipamentos produtivos. Cardoso questiona-o apoiado já na noção de que, numa *economia dependente*, é preciso definir, antes de qualquer outra questão, quais os setores sociais que estão dispostos a dar garantia e sustentar um

³. *Ib.*

capitalismo autônomo. E, em segundo lugar, para se definir esses segmentos sociais, diz Cardoso, seria necessário antes saber quais os “grupos nacionais e internacionais [que] controlam o Estado e a indústria”, ou seja, a questão da economia nacional é antes de mais nada uma questão política.

A polêmica posta por Cardoso reflete os debates que emergiram após o governo de JK, particularmente no governo de Jango. É certo que Celso Furtado não tinha em vista uma revolução burguesa antiimperialista, e sem dúvida a proposta de autonomia capitalista não poderia ser levada a cabo através do “planejamento econômico” do estado, de forma que não seria difícil antever a inviabilidade de sua proposta. Além disso, não se coloca em evidência nessa polêmica a força do trabalho como condição incontornável para uma alteração mais significativa em termos socioeconômicos. De forma que é possível identificar a fragilidade específica de sua propositura – a ausência de avaliação e de parametrização nas forças sociais. Em Cardoso, ao contrário, ao aprofundar suas preocupações na busca por identificar os grupos que poderiam assumir o comando político da situação, o lado econômico, o tipo de capital é que se estiola teoricamente. Outro foco de polêmica posto por Cardoso é o Iseb, centrada nas formulações de Hélio Jaguaribe, pois seus trabalhos realizados nesse instituto remontam à articulação das classes sociais como condição necessária e incontornável do desenvolvimentismo.

O Iseb teve sua criação determinada oficialmente pelo estado no período em que, com a morte de Vargas e a emersão do governo Café Filho, pôs-se a necessidade de pesquisar e ordenar racionalmente o novo fluxo desenvolvimentista, para dar a essa dinâmica uma visão de conjunto; esse instituto teve uma produção

ideológico-teórica bastante diversificada, e com o golpe de 64 sua atividade foi encerrada⁴.

Cardoso indica que, na visão de Jaguaribe, era necessário que se superasse a forma de poder centrada no domínio tradicional; para tanto, impunha-se nova aliança que, eliminando a presença dos latifundiários, da burguesia comercial e da pequena burguesia, criasse um núcleo de poder centrado no proletariado e burguesia industrial, ao qual se somariam as forças militares e os setores intelectuais. Nesse sentido, a burguesia nacional “surge como esperança e razão de ser do desenvolvimento econômico e da modernização do país”. Cardoso contrapõe a esse argumento os elementos coletados em sua pesquisa feita entre os empresários, que mostra a baixíssima preocupação destes em armar um plano nacional, industrial, de desenvolvimento. Além disso, segundo Cardoso, os setores tradicionais nunca foram avessos à modernização e ao desenvolvimento, de forma que ele impugna essa estratégia de Jaguaribe, que propugna essa linha aliancista de política de desenvolvimento.

Nesse período, as polêmicas postas por Cardoso sobre a questão política ganham contornos mais evidentes quanto maiores fossem as referências ao processo de industrialização, pois a base econômica, a indústria, convertera-se no pólo de agitação social e política do capitalismo brasileiro, de vez que seu financiamento (estatal ou privado, e este nacional ou internacional) imprimia os selos de nacionalização e “autonomia”, ou de internacionalização e “perda do controle político sobre a economia”. Cardoso busca um caminho diferenciado dentro desse quadro em que se confrontam tais ideologias. Faz valer em suas análises a preocupação que o ocupa desde os primeiros artigos, da década de 60: as condições sociais (e políticas) da industrialização no sentido da garantia e

⁴ . Para uma melhor compreensão do conteúdo ideológico deste instituto, ver o trabalho de Caio Navarro de TOLEDO, *Iseb: Fábrica de Ideologias*, SP, Ática, 2ª. Edição, 1982.

continuidade do desenvolvimento. Suas análises acentuaram a busca das possibilidades e/ou capacidade da burguesia nacional de dominar e controlar politicamente o processo de industrialização, que, com JK, passava para um novo patamar, incluindo as indústrias multinacionais produtoras de bens duráveis e parte das indústrias de bens e equipamentos para a produção. Emerge aí sua concepção sobre a fragilidade da burguesia nacional, apresentada em sua produção teórica, da qual ele retira a explicação sobre o dinamismo dessa classe, que não assume a condução nacionalista da economia: ela se desloca em ziguezague, numa dinâmica política que surpreende os setores nacionalistas, ao apoiar o capital internacional e a ele se associar; uma vez aí posicionada, ela não mais alcançará a hegemonia (aliás, nunca lutara por ela), e permanecerá “satisfeita já com a condição de sócia menor do capitalismo ocidental”, perdendo, assim, a chance de alçar-se com exclusividade ao poder. Com isso, ele se esquivou das polêmicas sobre nacionalismo ou internacionalização, e das ideologias que impregnavam os movimentos políticos do período, deixando para o final de *EIDEB* as expectativas sobre as reações populares e sobre a organização político-econômica que o futuro nos reservaria: “subcapitalismo ou socialismo?”

A realidade socioeconômica conduzida pelo golpe militar ditatorial se encarregou de responder às expectativas deixadas por Cardoso, com uma interrupção na dinâmica política e econômica, com interferência generalizada nos órgãos representativos de classe, nos partidos, enfim, em todo campo de atividade política; no setor público, cassações de mandatos, até a revogação da constituição, as operações ditatoriais interferiram e executaram, realizando com isso um congelamento da história nacional. Seu objetivo era reconduzi-la de forma administrada burocraticamente, pois o financiamento externo do novo padrão industrial que havia sido posto no governo de JK não poderia sofrer qualquer abalo que permitisse seu afastamento. E como as taxas de acumulação vinham

declinando, a expansão inflacionária debilitando a recomposição salarial, e, como resposta, as organizações representativas da classe trabalhadora pressionavam por melhores índices de aumento, através de movimentos grevistas etc., as forças de apoio incondicional ao capital externo, à intervenção imperialista, centradas na alta cúpula militar, interferem no poder público depondo Goulart, tomando-o como responsável pela crise que se instalara e pelo afastamento do capital financeiro externo como consequência de sua política social.

A questão salarial afetava diretamente o programa econômico da ditadura, mas a repressão política atendia essa demanda de seu projeto econômico. A necessidade de contenção salarial para dar continuidade e aprofundar o processo de acumulação é identificada por vários autores, que refletem diferentemente sobre esse ponto. Assim, Maria da Conceição Tavares e José Serra, ao enfrentar as teses defendidas por Celso Furtado, que entende a queda da taxa de lucro a partir de 1962 como geradora de estagnação econômica, indicam o caminho tomado pela ditadura afirmando que “Nestas circunstâncias, a solução para o sistema consistia em alterar a composição da demanda – redistribuindo a renda pessoal e seus incrementos ‘para cima’, a favor das camadas médias e altas – e aumentando a relação excedente-salários através da compressão, até mesmo absoluta, das remunerações à massa de trabalhadores menos qualificados”⁵. De fato, o achatamento salarial dos trabalhadores de base, não qualificados, expressa por Tavares e Serra no artigo citado, se confirma também nas análises de Francisco de Oliveira, feitas em *Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*⁶, com a ressalva de que esse achatamento salarial na base não servia ao propósito de uma “redistribuição para o alto”, como supõem os autores daquele artigo. Oliveira se

⁵ . Maria da Conceição TAVARES e José SERRA, “Além da Estagnação”, in *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*, Zahar Editores, RJ, 8ª. Ed., 1979.

⁶ . F. de OLIVEIRA, “A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista”, in *Seleções Cebrap 1*, SP, Brasiliense, 1975.

vale da pesquisa de João Carlos Duarte para contrariar Tavares e Serra quanto à redistribuição para o alto, afirmando que não se confirma “nenhuma hipótese de *redistribuição intermediária*, teoricamente duvidosa aliás, já que não existem relações de produção entre classes trabalhadoras e classes médias”, pois qualquer redistribuição entre classes encontraria sua mediação necessariamente nas relações de propriedade dos meios de produção. Mas de qualquer forma Oliveira não só admite o achatamento salarial a partir do golpe militar, como o demonstra através das pesquisas do autor citado. Tratando da mesma questão, Chasin especifica o arrocho salarial como superexploração da força de trabalho: “É da lógica do sistema remunerar especialmente o capital financeiro internacional, seus parceiros nacionais e reservar uma parcela para um segmento privilegiado das camadas médias; bem como obrigatoriamente implica também a depressão salarial da massa trabalhadora. Numa palavra, a organização dada à produção nacional é que determina a avassalante desigualdade na distribuição de riqueza. Em outros termos, *a forma atual da produção da riqueza é que causa diretamente a superexploração da força de trabalho*, isto é, a miséria das massas trabalhadoras”⁷.

Portanto, é no plano da acumulação de capital fundada na superexploração da força de trabalho que a ação do governo militar teve que surtir os melhores resultados, necessários à continuidade do processo de industrialização, centrado no departamento de bens duráveis (desde sua implantação no governo de JK); o estado monopoliza parte significativa dos empreendimentos produtivos, capazes até de fazer frente competitiva aos oligopólios do capital externo, pondo em plano secundário os empreendimentos do capital privado nacional.

Certamente não houve uma elevação do capitalismo brasileiro à condição de autonomia, ao contrário, as operações industriais estiveram sempre subordinadas à

⁷ J. CHASIN, “As Máquinas Param, Germina a Democracia!”, in *A Miséria Brasileira – 1964-1994: Do Golpe Militar à Crise Social*, SP, Ad Hominem, 2000, p. 85.

dinâmica imperialista, pela mediação do capital financeiro externo, e da tecnologia que lhe corresponde.

É dentro desse novo quadro que vem a público o famoso trabalho conjunto de Cardoso e Enzo Faletto, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, buscando retratar o caráter do capitalismo brasileiro através da associação entre os capitais nacional privado, externo e estatal, sob a forma de um tripé, condicionante do desenvolvimento associado e dependente.

DDAL se torna uma referência na produção teórica política, econômica e sociológica, pois aprofunda as formas anteriormente utilizadas no trato da totalidade social, em que tanto os fenômenos políticos quanto os econômicos são postos em conjunto, num procedimento intelectual que eles designaram por “análise integrada”.

Nessa obra, define-se o capitalismo brasileiro como “capitalismo dependente”, muito embora a noção de dependência já estivesse presente anteriormente. Mas no fundamental o que se evidencia nesse trabalho é o fato de que, para eles, dependência e desenvolvimento não são excludentes, e, com a “nova forma de poder”, com o novo “esquema aliancista”, o estado ganhou um formato integralmente novo, capaz de impedir a continuidade do conjunto político defectivo de até então. Com base no estado “autoritário corporativo burocrático”, o governo militar eliminou, conforme indicam os autores, os procedimentos que dificultavam a modernização, constituídos por: tradicionalismo (patrimonialista) e o nacionalismo (populista), que se arrastavam desde os anos 30. Perdem importância, por outro lado, as preocupações que vinham sendo mantidas por Cardoso, como a possibilidade ou não de se instaurar no poder a hegemonia burguesa⁸, pois o novo estado supriu essa lacuna, completando política e institucionalmente a dominação

⁸. Em artigo de 1967, “Hegemonia Burguesa e Independência Econômica: Raízes Estruturais da Crise Política Brasileira”, o autor confirma a debilidade burguesa no Brasil e sua impossível hegemonia.

nacional. Restaria, a partir de então, o aperfeiçoamento do sistema político, no sentido de implantar a democracia, desde que não se resgatassem os princípios nacionalistas-populistas, tão nefastos à modernização do estado.

Dessa forma, o golpe ditatorial operou uma modernização, porém conservadora, pois completou, mas de forma “autoritária”, a hegemonia política interna, necessária à promoção do desenvolvimento e continuidade industrial. Contudo, do ponto de vista econômico, o “capitalismo dependente” não pode se completar de forma autônoma, pois o departamento produtor de bens de capital ou não se implanta, ou se implanta só parcialmente no Brasil, de forma que sua completude, em termos tecnológicos, permanece vinculada à mediação externa, ao imperialismo.

De sorte que, em sua concepção, exposta em *DDAL*, as relações do “capitalismo dependente” com o imperialismo convertem-se em relações de complementaridade, isto é, a *mediação externa*, e não a *determinação externa*, como foi interpretada por outros autores, é que caracteriza o novo momento. Essa complementaridade não cria qualquer feitiço autonomista ao capitalismo. Este permanece dependente. Porém, o “novo caráter da dependência” é registrado pelas associações que internalizam as operações capitalistas externas nos mercados dependentes. A internalização converte-se numa internacionalização para dentro, porque, como diz Cardoso, a dependência permanece na medida em que o capital investido produtivamente no mercado interno não perde sua vinculação externa, onde completa sua realização enquanto capital, de forma que, no plano econômico, o “capitalismo dependente” não pode se completar.

Essa sinuosidade do pensamento de Cardoso reflete duas posições que se integram numa mesma perspectiva: uma, a de que países que constituíram o poder sob a forma patrimonialista, como o Brasil, afastaram as possibilidades de formarem um capitalismo autônomo; mas isto não significa, e aí se põe a outra

posição, que lhe estejam vedadas as condições para seu desenvolvimento, pois dependência e desenvolvimento não são excludentes. Portanto, há desenvolvimento, mas não há autonomia, quando se trata das necessidades tecnológicas e financeiras.

Por outro lado, ao “sistema de dominação” interno coube uma melhor ou pior condução dos processos de desenvolvimento, dependendo das alianças que se implantaram. Por essa razão, o estado “autoritário” após o golpe de 64 ganha destaque em suas análises, a ponto de serem postas de lado as questões sobre a “hegemonia burguesa”, pois, a despeito do conservantismo, o estado após o golpe de 64 garantiu o desenvolvimento. Por outro lado, a expectativa sobre a reação popular-operária que havia se posto antes do golpe, em *EIDEB*, perdeu sua validade após o golpe, em *DDAL*. Nesta, Cardoso apenas menciona que aquela reação “permanece uma incógnita”. Por fim, Cardoso indica que o estado militar compôs-se com os setores imperialistas, ergueu o setor de infra-estrutura a um patamar compatível com o dos oligopólios internacionais, modernizou-se assimilando os procedimentos “racionais” empresariais, pondo termo ao “clientelismo” que se sustentava nos procedimentos tradicionais (patrimoniais), demonstrando assim sua concepção sobre o processo político e econômico que se desencadeara sob tutela militar.

II

Desta forma, o “capitalismo dependente” que emerge de seu construto analítico ganhou repercussão teórica, assumindo um papel referencial para o tratamento do capitalismo brasileiro, sendo assimilado pelas oposições à ditadura, pela “nova esquerda” e pelo pensamento marxista em geral. As referências teóricas às deformidades do capitalismo brasileiro em todos os ângulos têm vindo, após a

produção teórica de Cardoso, sob a rubrica de país dependente. A noção de dependência, nesse sentido, contaminou a literatura político-econômica brasileira, sem que a determinação de sua convergência ou divergência concepcional entre seus múltiplos usuários fosse estabelecida. Há, entretanto, como demonstramos no último capítulo dessa dissertação, uma tentativa de depuração teórica centrada na polêmica que se instalou no final dos anos sessenta e arrastou-se pela década de 70, pondo em evidência, um pouco mais acentuadamente, as diferenças concepcionais que orientavam seus autores. Nesse conjunto de textos, o foco de discussão foi lançado sobre a produção teórica de Cardoso dentro daquele período, constituindo, assim, de maneira controversa, o primeiro conjunto de comentadores, ainda que suas análises não tomassem o conjunto da produção de Cardoso, senão ângulos e aspectos variados, visto tratar-se de comentadores que assumiam a dependência para si, como conceito adequado na abordagem analítica do capitalismo periférico.

Com a perspectiva de tomar a noção de dependência como referência conceitual e analítica, o conjunto de autores se multiplica incontavelmente. O mesmo não ocorre quando se busca analistas da própria produção de Cardoso, isto é, comentadores, críticos etc. Aí o universo restringe-se sobremaneira, tendo, contudo, uma forte alteração após 1994, com o surgimento de vários artigos, inclusive teses, sobre a concepção de dependência de Cardoso.

Surge em 1986 um artigo de David Lehmann⁹, marcado por forte peso crítico à produção de Cardoso, relaciona-a ao percurso político que o autor empreendera na luta pela democratização do país. Lehmann aponta para uma característica da literatura de Cardoso que ele trata por “marxismo eclético”, aproximando-se de Ernest Laclau, como referência à concepção de marxismo que congrega de Marx a Sartre ou mesmo clássicos da sociologia como Talcott Parsons.

⁹ . David LEHMANN, “Fernando Henrique Cardoso: Da Dependência à Democracia”, in *Novos Estudos Cebrap*, nº 14, fevereiro/86, SP.

Em sua análise sobre a produção teórica de Cardoso, ele aponta algo que supõe centralizar suas preocupações. Trata-se do destaque e sobreposição do campo político ao social e econômico. Nesse sentido, em *DDAL* o estado é colocado com destaque ao lado dos fenômenos da dependência, que motiva sua produção, e dos movimentos sociais. Assim, a obra não encerra como objeto apenas a análise da dependência, mas o plano político é o que principalmente define sua temática.

O estado brasileiro a partir de 64 recebe de Cardoso a designação de “estado burocrático-autoritário”, e deverá sofrer uma transformação com vista a restaurar a democracia. A luta para atender essa demanda deve ser instaurada no âmbito do próprio estado, por dentro dessa instituição. O que leva Lehmann a aproximá-lo das tendências social-democráticas européias. Nessa linha de análise, Lehmann vai mostrando a conversão das atividades de sociólogo-teórico para político, afirmando que essa segunda face de sua atividade é a que marca a influência de seu pensamento na realidade brasileira, pois ela se dá num momento particular da política brasileira após 1975, que ele questionará pela ausência de democracia. A partir daí seus discursos tendem a orientar a oposição radical, encaminhando-a para um diálogo com liberais, especialmente empresários, por perspectivarem em comum a queda dos militares. No caso dos empresários, sua oposição ao governo militar define-se contra o estatismo, a eles pouco interessam questões como tortura, violência contra os direitos humanos etc., afirma Lehmann. Após 1977, Cardoso articula-se partidariamente, ingressando na oposição oficial, o MDB, e mais tarde colabora para formar o PT. Lehmann arremata sua análise repondo o fato de que a centralidade do pensamento de Cardoso será predominantemente o “princípio articulador” (“correlação de forças”), e que por esta via ele evidenciou a possibilidade de resgate democrático independentemente de qualquer ação revolucionária.

Focalizando um ângulo específico da produção de Cardoso em *DDAL*, Luís Carlos Bresser Pereira, em 1983, escreve um artigo¹⁰ no qual discorre sobre enfoques político-econômicos de vários autores e linhas analíticas, que se dedicaram ao estudo das tendências do desenvolvimento desde 1930. Cardoso e Falletto são abordados por Bresser Pereira no que toca ao “novo caráter da dependência”, em distinção das posições que vinham dominando a literatura brasileira sobre suas relações com os países imperialistas> Nesta, eles apresentavam uma condição contrária às soluções dadas por autores revolucionários dos países subdesenvolvidos. O quadro mais acirrado desta última linha de pensamento encontra-se nos trabalhos de André Gunder Frank, como *Desenvolvimento do Subdesenvolvimento* ou *Capitalismo e Subdesenvolvimento na América Latina*, nos quais a América Latina, sendo capitalista desde o início de sua organização econômica, portanto sem contar com um passado pré-capitalista, esteve submetida ao capitalismo europeu, e ao imperialismo que se desenvolve posteriormente, encontrando nessas relações as raízes do subdesenvolvimento que aqui se instala. Bresser Pereira arrola, ao lado de Frank, Ruy Mauro Marini, cuja tese central registra o caráter de “superexploração do trabalho” necessária à condução do capitalismo latino-americano e brasileiro em particular. Esse caráter inseparável da reprodução do capital no Brasil estaria condicionado às “relações desiguais de troca” entre estes e aqueles, e conformaria nesse intercâmbio a maneira pela qual os países imperialistas se apropriariam da parcela mais significativa da mais-valia aqui produzida. Tal estrutura de intercâmbio internacional levaria à superexploração do trabalho no Brasil, isto é, ao pagamento salarial abaixo do nível de subsistência dos trabalhadores, além da ampliação das jornadas de trabalho e a intensificação no uso da força de trabalho. A manutenção dessas condições exigiria o estabelecimento de recursos opressivos como os golpes

¹⁰ . Luís Carlos BRESSER PEREIRA, “Seis Interpretações sobre o Brasil”, in *Dados*, vol. 25, nº 3, 1985, SP.

militares (que Bresser Pereira trata por autoritarismo). Por fim, instala-se no Brasil uma modalidade de relações internacionais que é o subimperialismo; trata-se da exportação de manufaturados a países mais subdesenvolvidos que este, reproduzindo em condições particulares aquela dimensão criticada inicialmente.

A essa avalanche antiimperialista se junta, segundo Bresser Pereira, outro autor, Theotônio dos Santos, que matriza sua concepção sobre a América Latina bifurcando as possibilidades ao subdesenvolvimento como “socialismo ou fascismo”. Bresser Pereira destaca três momentos na teoria de Theotônio dos Santos para caracterizá-la como um todo: a forma histórica tratada por “dependência colonial, comercial exportadora”, a “dependência financeiro-industrial” que se consolida no final do século XIX e, por último, a “dependência tecnológico-industrial do período do pós-guerra, exercida através de empresas multinacionais”. Esse último destaque feito por Bresser Pereira serve para ele indicar que é daí que Theotônio dos Santos extrai a noção de um desenvolvimento “desigual e combinado”, e que lhe permite identificar com a “superexploração do trabalho” de Marini. Bresser Pereira aproveita também esse último ponto para rechaçar em conjunto ambos os autores, no que tange à superexploração do trabalho, afirmando que não foi observado por parte dessa tendência analítica da América Latina o fato de que a presença das multinacionais aqui diluiria essa modalidade da “superexploração do trabalho”.

Afirma ainda que Theotônio dos Santos desenvolveu uma concepção sobre as relações internacionais com o imperialismo, a partir da internalização das multinacionais, denominada “novo caráter da dependência”, concepção essa que acentua os ângulos da subordinação dos países subdesenvolvidos: a superexploração do trabalho e o “desenvolvimento desigual e combinado” que se reflete no interior da América Latina (no Brasil), reproduzindo o subdesenvolvimento. De forma que Bresser Pereira aponta nas teses de Theotônio

dos Santos os limites a que chega o desenvolvimento com base nas condições indicadas, revelando-lhe o caráter negativo que resulta da conexão entre países de origem colonial e países imperialistas.

Obviamente Bresser Pereira não adere a essa concepção, ao contrário, busca mostrar que tais teses não deram conta da realidade socioeconômica, ao desconsiderarem o padrão de alteração interna ocasionado pelas multinacionais. Ele retoma aspectos que considera significativos na abordagem da constituição industrial que se coloca com o governo de JK: a superação do produto nacional industrial ante o agrário; limitação da transferência dos recursos agrários para a indústria, uma vez que o café (após 1953) já não desempenha o mesmo papel que cumpriu na fase inicial de substituição de importações; associação privada dos empreendimentos nacionais e externos que atinge a burguesia nacional diretamente. Por outro lado, as tendências revolucionárias da América Latina, como a cubana, por exemplo, fazem as burguesias regionais se precaverem, afastando-se das alianças internas, apertando os laços com os interesses internacionais.

Bresser Pereira, apontando assim o que julga ser inconseqüente entre as concepções expostas e a realidade socioeconômica da década de 60, passa a apresentar o pensamento de Cardoso a partir de *DDAL* como uma expressão afinada com o *status quo* do período. A partir desse livro, diz Bresser, constitui-se um modelo de análise que ficou conhecido por “teoria da dependência”, que estabelecia um confronto direto com as teses da “superexploração do trabalho”, pelas mesmas razões já expostas por ele. Essa nova concepção da realidade buscava demonstrar que as relações entre imperialismo e subdesenvolvimento não podiam mais ser compreendidas por orientação que as tomasse como exteriores uma à outra, pois, com a internalização das multinacionais alteram-se as relações de classe no interior dos países dependentes, de maneira que a análise mais adequada dessa

relação tem que nascer da perspectiva que angula o âmbito interno dessas nações (latino-americanas).

Com isto se coloca uma armação teórica capaz de enfrentar e contraditar as antigas abordagens que tomavam tal relação identificando imperialismo e estagnação. Ao desdobrar e completar seu artigo, Pereira indicará o conjunto analítico que tomou pelo ângulo econômico os limites da “teoria estagnacionista”, refutando-a e se aproximando das concepções emersas com a “teoria da dependência”.

Lídia Goldenstein destaca em seu livro¹¹ o debate que se instala no mesmo período em que se situou Pereira, período em que se coloca a dependência como teoria, buscando a raiz dessa noção. Ela atribui ao conjunto de análises que surgem na década de 50 sobre a América Latina, no campo ideológico do marxismo, tendo Paul Baran, Paul Sweezy e Gunder Frank na vanguarda, conjunto esse que ficou denominado “problemática da dependência”. Com Gunder Frank, essa concepção se especifica sob a forma dicotomizada de metrópole, como centro desenvolvido, e satélites, como sendo os países que gravitariam em torno da primeira. Essa relação metrópole/satélite era conduzida desde o período colonial, em que o capitalismo mercantil já estabelecera formas de absorção do excedente dos países periféricos (satélites) pelos centrais (metrópoles), e isto se desdobrava a cada etapa do capitalismo, pois criara-se aqui uma elite cujo interesse básico era o de trocar seu excedente por bens de luxo produzidos nos países centrais, e não se detinham na necessidade de reinvestimento local. Gunder Frank denominou essa elite de “lumpen burguesia”. As críticas a ele dirigidas, por estudiosos brasileiros como Theotônio dos Santos, sobre a generalização com que tratava as distintas nações latino-americanas, não eliminaram um lado daquelas posições, que viam na relação centro-periferia uma determinação, nas dinâmicas nacionais, vinda de fora, da

metrópole. Assim, as particularidades nacionais permaneceram relativamente encobertas. E, embora Theotônio dos Santos tivesse se aplicado nessa crítica, manteve em suas análises o caráter determinante dos países imperialistas sobre os subdesenvolvidos. Goldenstein coloca na mesma linha de pensamento Theotônio dos Santos, Gunder Frank e Ruy Mauro Marini, pelo fato de considerarem ou manterem a posição determinante dos países imperialistas. Quanto a Marini, ela destaca que seu livro *Dialética da Dependência* sofreu, por parte de José Serra e Fernando Henrique Cardoso, dura crítica, formulada em *As Desventuras da Dialética da Dependência*, na qual os autores evidenciaram os defeitos analíticos de toda ordem, além de denunciarem o “perigo da prática política” desse padrão.

Ainda nesse terreno de discussão e mesmo período, a autora aborda a tese cepalina-furtadiana de estagnacionismo, que reflete, segundo Goldenstein, um “pessimismo quanto às possibilidades de desenvolvimento da América Latina”. O fulcro de sua análise, nessa direção, reflete sua concepção sobre o subdesenvolvimento, na qual mesmo o processo de industrialização que se implantara sob a forma de “substituição de importações”, a despeito das alterações processadas no setor agroexportador e na alteração do antigo caráter de país exportador de bens primários e importador de bens industrializados, a despeito dessa mudança, os países subdesenvolvidos (o Brasil em particular) não conseguiram “endogeneizar seu crescimento”, não criaram mecanismos para proceder a um desenvolvimento auto-sustentado. Há uma distinção profunda entre países desenvolvidos, onde o processo de avanço tecnológico se dá de forma coerente e congruente com o desenvolvimento dos padrões de consumo, e os subdesenvolvidos, em que a implantação tecnológica cria uma desproporção na relação capital-trabalho, afetando negativamente o mercado consumidor, reproduzindo o caráter subdesenvolvido destes países. Com Furtado temos também

¹¹ . Lídia GOLDENSTEIN, *Repensando a Dependência*, SP, Paz e Terra, 1994.

um dinamismo posto de fora para dentro, que será debatido e contraditado em *DDAL*, de Cardoso e Falletto. Em primeiro lugar, a concepção de dependência desses autores põe em pauta a diversidade e especificidade dos países latino-americanos, o que de imediato reduz as possibilidades de tratamento genérico e universalização de diagnósticos e soluções. E, na medida em que entendem que a análise da realidade dependente deve ser estabelecida no interior desses países, pois é aí que o nexo entre condições nacionais e imperialismo se objetivou, fica invalidada a bifurcação interno-externo das teses da Cepal e de Furtado. Voltando-se para o pensamento de Cardoso e Falletto, Goldenstein aponta para o ângulo de sua análise que, após invalidar a dicotomia cepalina, ressalta a possibilidade de desenvolvimento interno a partir do reinvestimento que os empreendimentos externos, associados com o capital nacional/estatal, acabam por realizar, criando no interior desses países as condições de dinamismo nacional e de desenvolvimento próprio. Mas essa dinâmica não se dá de maneira sistemática, ou seja, a economia nessas condições depende de ordenamento e controle que só podem ser buscados na política, no “jogo de poder”. De forma que a dependência em Cardoso (e Falletto) não só se expressa por inteiro no interior dos países subdesenvolvidos, como encontra nos “sistemas de poder” as condições de aproveitamento da situação para dinamizar o desenvolvimento. E, se uma relação desse tipo poderia ficar refém da capacidade de importar, os autores fazem notar que, com a internalização da produção de bens de capital, pode-se transitar para uma situação de interdependência.

Num curto estudo sobre a presença do marxismo no Brasil, particularmente no campo econômico, Guido Mantega¹² persegue a influência de Marx e de marxistas clássicos com Lênin, Trotsky, Engels, na orientação ideológica daqueles

¹² . Guido MANTEGA, “Marxismo na Economia Brasileira”, in J. QUARTIM DE MORAES (org.), *História do Marxismo no Brasil*, vol. II, Campinas, Ed. da Unicamp, 1995.

que empreenderam análises sobre a economia deste país. Depois de citar Caio Prado Júnior e o PCB como os primeiros a se esforçarem na direção de captar o padrão particular de capitalismo que aqui se colocava, sob a perspectiva marxista, ele destaca o “Seminário do *Capital*” promovido por Giannotti como uma das fontes mais produtivas desta influência. Guido Mantega entende a presença do marxismo no Brasil por sua evolução e amadurecimento na aplicação que foi sendo realizada no plano teórico. Desde 1920 a tendência a sua aplicação vinha sendo anunciada pelo PCB; essa fase se estende até 1940, e ele a denomina de materialismo primitivo.

A segunda fase, que ele trata por materialismo funcionalista, dominará a década de 50 e estará centrada nos dois proeminentes iniciadores Caio Prado e PCB, aos quais se juntam Nélson Werneck Sodré, Ignácio Rangel e Celso Furtado. Ao final da década de 50 e início de 60 se encerra essa fase, para iniciar outra, que ele denomina materialismo dialético, e que é marcada pelo “Seminário”, contando basicamente com o grupo dele participante.

Em linhas gerais, ele traça as discordâncias entre Caio Prado e PCB, que aparecem em *A Revolução Brasileira*, de Caio Prado, para ressaltar alguns aspectos fundamentais da crítica do PCB, que se apoiavam nas formas primitivas de relação de trabalho, que Caio Prado tratou por pagamento “in natura” à força de trabalho, configurando a superexploração da força de trabalho no Brasil como forma particular do capitalismo que aqui se colocava, impugnando por completo as teses sobre feudalismo no Brasil emersas daquela agremiação partidária. Mantega aponta, de passagem, que o conceito de “superexploração da mão de obra” foi adotado e utilizado nas análises sobre o capitalismo brasileiro por Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos. Em seguida, Mantega indica em Caio Prado a posição na qual ele refuta o PCB, que opunha a burguesia industrial e o imperialismo, mostrando que os investimentos externos favoreciam o quadro de

oportunidades para os empreendedores locais. Essa confluência de interesses definidos em Caio Prado reaparecerá nas teses do “capitalismo dependente e associado” de Cardoso, que exclui a idéia do PCB de uma burguesia nacionalista, assim como Caio Prado.

É também Cardoso, conforme Mantega, o primeiro a perceber os equívocos das teses “estagnacionistas”. A aspiração que essas teses lhe provocaram resultou numa postura contrária, que aparece em *DDAL*, sobre o caráter desenvolvimentista da “dependência associativa”. Essa nova possibilidade resultava, ao contrário da dependência colonial, da associação entre as burguesias locais e o capital internacional. Mantega exalta essa formulação analítica de Cardoso dos elementos econômicos e os políticos, afirmando que ela declinar-se-ia para um certo economicismo. Cardoso coloca na raiz das questões econômicas os conflitos políticos e sociais, inaugurando uma análise em termos materialistas e dialéticos, método que, segundo Mantega, ele aprendera desde os estudos no “Seminário do *Capital*”.

Num caminho bastante diferenciado do de Mantega, Emir Sader¹³ nos coloca diante de um rico quadro de tendências concepcionais do período em que a noção de dependência ganha peso intelectual no Brasil. Depois de “navegar” pela história, relativamente recente, que marcou os anos 70, considerando os influxos decisivos da década anterior, como as “barricadas de 68”, cujos efeitos na América Latina, e particularmente no Brasil, estiveram sujeitos ao feroz conservadorismo e impactos repressivos da ditadura militar, Sader aborda um importante fenômeno que se cola à produção intelectual em geral, mostrando seu deslocamento do plano público, da sua origem social, de classe, para o quadro institucional acadêmico. Esse fenômeno se tornou responsável pela redução do alcance, em todos os sentidos, que a

¹³ . Emir SADER, “Nós que Amávamos Tanto *O Capital*”, in *Praga – Revista de Estudos Marxistas*, nº 1, SP, Boitempo, 1996.

produção intelectual poderia obter. Independentemente dos motivos e causas desse deslocamento, seu resultado afeta a teleologia que orientou, nos moldes anteriores, a produção teórica. Emir Sader sintetiza essa problemática ao situar a ciência política como exemplo, afirmando que “ela foi vítima da hiperespecialização, negligenciando os problemas centrais das relações políticas”. Resulta do conjunto de alterações um distanciamento entre os objetos de estudo e o grande público receptor, limitando seu acesso à produção intelectual. A América Latina e o Brasil em particular não estiveram fora desse condicionamento material da produção intelectual. Emir Sader lembra o artigo de Roberto Schwarz¹⁴ em que se registra esse distanciamento; Schwarz afirma num dado momento a que âmbito se endereçavam as preocupações emersas no grupo: “o contexto imediato do Seminário não era a esquerda nem a nação, mas a faculdade de filosofia”¹⁵. De modo que a produção teórica que começa a ganhar peso e difusão na década de 60 em São Paulo tem no “Seminário” a referência aguda de sua destinação e objetivo. Membro desse grupo, Cardoso põe a público, após o golpe ditatorial de 64, juntamente com Enzo Falletto, seu *DDAL*, que será alvo das críticas encabeçadas por Marini. Sader resgata em seu artigo aspectos da história política de Marini, que, tendo sido condenado pelo regime ditatorial, passou a viver na clandestinidade. Foi preso e torturado, mas, deslocando-se para o Chile e posteriormente México, lá desenvolveu a maior parte de sua produção intelectual. Vale destacar que foi com a produção de Marini que Cardoso travou uma forte polêmica, recebendo apoio intelectual de José Serra e do Cebrap.

Sader destaca, ao lado da “teoria da dependência” desenvolvida por Cardoso, a ‘teoria do autoritarismo’, que vem a público na versão desse autor, para explicar a transição do “regime autoritário burocrático” para o “regime democrático”. A

¹⁴ . Roberto SCHWARZ, “Um Seminário de Marx”, in *Seqüências Brasileiras*, São Paulo, Cia. das Letras, 1999.

¹⁵ . Id., ib., apud Sader, op. cit.

base de sustentação dessa teoria encontra-se em Juan Linz, que analisa o governo franquista como uma forma híbrida entre o fascismo e a democracia, forma que ele denomina “estado autoritário”. Tanto na teoria do autoritarismo, como na da dependência, o problema da relação interno/externo está presente. Nesta a solução de Cardoso, com a “internalização do capital externo”, dilui as contradições do imperialismo na periferia, aproximando-se do talhe concepcional cepalino. Sader arrola também um conjunto de ambigüidades na produção de Cardoso, quando trata do “tecnocratismo civil-militar”, da “burguesia de estado”, que são ilustrativas do seu real procedimento teórico. Por fim, retomando a interpretação de Schwarz sobre o “Seminário”, Sader aponta o que este tratou como ausente naquele: “Quanto ao que mais teria faltado ao Seminário, que para Roberto seriam os frankfurtianos, eu diria que, além deles, a ausência mais importante era a das mediações históricas e políticas concretas, presente nos textos de Gramsci, nas análises históricas de Marx, nas obras de Lênin e de Trotsky”. O que significa dizer que o “Seminário” teria gerado concepções esvaziadas de conteúdos concretos, revolucionários, criado um “marxismo domesticado pelo eurocomunismo”, e até “o próprio Cardoso passou da teoria da dependência para a teoria do autoritarismo com toda carga ideológica que mencionamos, a esquerda se desentendeu com o socialismo, para fixar seu horizonte na democratização”.

O artigo de Roberto Schwarz, citado por Sader, percorre uma trajetória distinta da deste autor. Schwarz procurou esmiuçar um pouco mais internamente o ambiente acadêmico, destacando as obras e seu valor literário relativo, sem perder, contudo, os nexos com a conjuntura política e econômica como pano de fundo das dinâmicas universitárias. Situa, como outros já fizeram, o “Seminário de Marx”, destacando as leituras de *O Capital* ao lado de *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, de *História e Consciência de Classe*, de Georg Lukács, da *Questão de Método*, de Sartre, por exemplo. Schwarz destaca a obra de Cardoso *CEBM* como um resultado

positivo desse clima intelectual que se instala no período, apontando para o conteúdo da obra que trazia como nova forma de se interpretar a escravidão sua determinação capitalista: “Antes que o senhor, ou a liberdade, o *outro* da escravidão é o capitalismo, e este de modo muito relativo, já que é também a causa dela”. Schwarz afirma que Caio Prado Júnior já indicara o apanágio capitalista da escravidão brasileira, mas afirma também que a abordagem de Caio Prado refere-se à nossa pré-história, enquanto que o trabalho de Cardoso refere-se já ao Brasil independente, o que nos diz respeito mais diretamente. Observe-se, contudo, que Caio Prado Júnior, ao determinar aquela posição do escravismo moderno, o faz para todo o período em que esta relação vicejou no Brasil, e não só para a nossa “pré-história”.

Schwarz inclui, ao lado de *CEBM*, trabalhos vindos posteriormente, como a tese de Fernando Novais, e de Maria Sylvia Carvalho Franco, ambas tematizando ainda o período colonial, como empreendimentos resultantes daquele clima intelectual indicado. Mas ressalva que estas obras, por sua abordagem temática, não influenciaram as explicações demandadas sobre o sucesso desenvolvimentista, contraditoriamente permeada pelo atraso evidente das relações de produção. É de posse dessas demandas que Cardoso apresenta seu *EIDEB*, um tanto anti-acadêmico, cuja redação se encerra pouco tempo antes do golpe militar de 64. É uma obra que traduz uma certa expectativa em relação à constituição de forças capazes de conduzir aquele processo de desenvolvimento trazido pelo governo JK. Essa expectativa, diz Schwarz, afeta também as massas populares, pois Cardoso cogita sobre sua reação, já que o governo de então não se apresenta com todos os requisitos para a continuidade do desenvolvimento; por fim, Cardoso questiona sobre o devir: “subcapitalismo ou socialismo?” E deu subcapitalismo, o que para Schwarz é outro acerto de Cardoso, referindo-se às contraposições deste às teses do PCB. Só que o subcapitalismo a que se refere Schwarz põe-se com avidez por

avanços econômicos e se descompromete com qualquer integração social, o que gerou forte impopularidade à obra de Cardoso. A obra propunha, entretanto, um enfrentamento com as concepções norte-americanas de subdesenvolvimento, ao mesmo tempo em que a obra, como um libelo, propõe a luta pelo desenvolvimento, sem a marca nacionalista que permeara a esquerda, o PCB e o nacional-populismo. Por outro lado, a obra mostrou-se novíssima em proposituras, pois “Do ângulo acadêmico, mas também político, a novidade estava em associar a visão marxista da industrialização brasileira a uma enquête sobre o que pensavam e faziam os empresários”. Schwarz afirma também que o livro trata de mostrar que “o trajeto em direção ao desenvolvimento não é o mesmo nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, embora aqueles sirvam de modelo para estes”. O trabalho posterior ao golpe militar, *DDAL*, já não pertence à fase do “Seminário”, pois foi escrito no Chile, em situação e clima bastante diferenciado. Contudo, segundo Schwarz, trata-se da “generalização e do ajuste, para o continente, dos pontos de vista do ‘Empresário Industrial’”. Destaca-se em *DDAL* aspectos significativos da análise dos países dependentes, nos quais a economia não pode ser compreendida e desdobrada adequadamente sem os aportes da política. Além deste ponto, outro, o fato de que os países centrais interferem nas “correlações de força” dos países subdesenvolvidos, reorientando-lhes o enfrentamento de classes. Assim Schwarz descreve essas três obras de Cardoso, mostrando através delas o salto qualitativo que a academia acaba por dar, após, e por decorrência, do “Seminário”, inserindo-se politicamente na realidade socioeconômica, redefinindo as concepções dominantes até então.

Numa perspectiva bem mais ampla, com abordagem historiográfica sobre a realidade brasileira desde meados do século passado, José Carlos Reis¹⁶ conclui

¹⁶ . José C. REIS, *As Identidades do Brasil – De Varnhagem a Fernando Henrique Cardoso*, RJ, FGV Editora, 1ª. Edição, 1999.

esse percurso com uma descrição de vários ângulos do personagem político e intelectual Fernando Henrique Cardoso, situando-o desde a complexidade de sua formação pessoal, suas influências e seu caráter disciplinado e aplicado aos estudos até sua produção intelectual, passando pelo ingresso e sucesso político. Num dos tópicos dessa descrição, Reis busca definir a posição de Cardoso entre os marxistas brasileiros. Para tanto, ele repõe o “Seminário” como referência para essa sua formação, que se encaminhou para a explicação racional da realidade brasileira, visando a conhecer e solucionar os problemas que se evidenciavam em suas análises. Reis afirma que ele produziu teoricamente visando a ação; que o materialismo dialético adotado por ele não serviu aos propósitos radicais da política (luta armada, por exemplo, como resposta à ditadura), mas suas soluções.

Seu interlocutor foi menos o PCB e mais os cientistas sociais marxistas como Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes, embora, apesar de seu procedimento moderado, responda a Marini e Theotônio dos Santos com total recusa da superexploração do trabalho na América Latina, ou da existência de uma formação fascista após a ditadura militar.

Foi em meio ao “ambiente exaltado por golpes militares sucessivos”, diz Reis, que a tese de Cardoso e Falletto desponta, substituindo as teses da estagnação pela do desenvolvimento dependente e associado. Sua concepção materialista e dialética promove uma superação do economicismo que o antecederam, ao incluir a política como questão decisiva na condução das possibilidades econômicas. Porém Cardoso não se limita ao método materialista dialético, ele inclui em seus procedimentos analíticos as concepções de Weber. Reis afirma que o próprio Florestan Fernandes, e que “os analistas de recepção de Weber no Brasil o consideram, ao lado de R. Faoro, S. B. de Hollanda, Juarez Brandão Lopez, um dos mais familiarizados com as categorias weberianas”. O alcance prático de sua formação weberiana faz sentir-se em seu *EIDEB*, no qual ele aplica o tipo ideal na

construção tipológica do empresariado brasileiro. Há, contudo, um certo afastamento de Weber em *DDAL*, mas a utilização comum de Weber e Marx mantém-se em suas análises, configurando um procedimento eclético. Politicamente, considerando sua recusa da ação radical, ele converge para uma postura democrática. Entende que a democracia não é nem burguesa nem tampouco formal, ela é “real”, e as mudanças sociais não estão subordinadas aos setores do trabalho (proletariado ou campesinato). “Enfim, a sua posição entre os marxistas brasileiros é bem diferenciada. Para ele, o Brasil não tende nem ao fascismo, nem ao subdesenvolvimento crônico, nem à estagnação; o capitalismo nacional é um equívoco de análise, e o socialismo não vislumbrável ou exequível. Resta a opção do capitalismo dependente com um máximo de democracia política e social a ser conquistada por uma hábil-ágil aliança de sujeitos sociais heterogêneos.” Reis avança sua análise incorporando as obras *CEBM*, *DDAL* e *EIDEB* em sua análise sobre a produção intelectual de Cardoso, mas não se furta a mostrar que esse autor, ao comentar sua própria descoberta, o “capitalismo dependente”, passa a fazer apologia dessa constatação e a afirmá-la como a única possibilidade de desenvolvimento. Deixa a impressão de que a torcida do autor pela associação com o capital externo é maior do que a sua própria pesquisa. Além disso, o tom utilizado deixa de ser crítico, de protesto, para ser uma espécie de acolhimento incondicional das coisas tal como elas estão postas. Como intelectual de esquerda, Cardoso não admite a substituição da democracia pelo autoritarismo, tampouco aceita passivamente a exclusão social, mas não há nele qualquer mobilidade contra essas situações, senão uma perspectiva civilizatória sobre a burguesia, postura professoral sobre democracia etc., sem, contudo, estabelecer qualquer relação de enfrentamento contra as condições socioeconômicas que geram aquelas situações.

Num trabalho com outra finalidade (pesquisa feita para dissertação de mestrado), Roberta Traspadini¹⁷ faz uma abordagem específica sobre a produção teórica de Cardoso. Trata-se de determinar, no quadro da teoria da dependência, os ângulos e brechas pelas quais o autor deixa passar uma outra posição sobre a realidade socioeconômica brasileira: a interdependência. A análise de Traspadini envolve *EIDEB*, *DDAL* e *As Idéias e Seu Lugar* como obras-fonte de sua pesquisa. A evolução da noção de dependência para a de interdependência vai se colocando a partir de *EIDEB*, quando as possibilidades nacionais de desenvolvimento começam a ser cada vez mais escassas, dentro das concepções do autor. Em *DDAL*, os elementos para essa passagem, segundo Traspadini, já estão presentes, a internalização do capital externo, o “novo caráter da dependência” vão dando corpo a essa noção de interdependência. Em *As Idéias*, a tese parece ter se assentado, pois o desenvolvimento capitalista internacional cruza as nações através do capital financeiro e da difusão tecnológica, formando novos nexos internacionalistas que obrigam à integração nos mercados nacionais, onde necessariamente se reproduzirão. A questão reside nos setores de classe nacionais, no acolhimento ou recusa que as burguesias locais, ao lado do estado nacional, podem fazer, diante das possibilidades de desenvolvimento que, obviamente, as redefinem no processo de condução político-econômico. Essa questão diz respeito ao que Cardoso trata por dependência estrutural. Traspadini desdobra sua tese traçando “um paralelo entre as idéias do intelectual e do presidente Fernando Henrique Cardoso”, verificando até que ponto a produção teórica do intelectual estará incorporada em seu plano político econômico.

Queremos observar que a questão da interdependência pode ser incorporada na produção teórica de Cardoso como uma tendência, como uma possibilidade dentro de um quadro muito amplo e complexo de variáveis, tanto políticas quanto

¹⁷ . Roberta TRASPADINI, *A Teoria da (Inter)Dependência de Fernando Henrique Cardoso*, RJ, Topbooks, 1999.

econômicas, e que ele acabou por posicionar-se de forma ambígua diante do tema, pois este diz respeito, segundo ele, às relações entre países desenvolvidos (EUA e Europa, por exemplo). Diz respeito também à superação, ou negação da dependência, tema sobre o qual o autor tem tergiversado, uma vez que o centro de sua pesquisa destacou o capitalismo brasileiro como dependente, e a reprodução da dependência foi múltiplas vezes apontada por ele, quando define a incompletude econômica (tecnológica) pela ausência ou incompletude do departamento produtor de bens de capital e tecnologia no capitalismo dependente. De qualquer forma, a noção de interdependência está presente, como expressão ambígua, e a dependência mantém-se com condição de ser do capitalismo que aqui se desenvolveu.

No conjunto de comentadores da produção de Cardoso, Theotônio dos Santos¹⁸ figura não apenas como tal, mas, conforme suas próprias informações, como um dos autores do tema, senão o precursor, pelo menos o mais incisivo naquilo que a sua teoria da dependência tem em comum com a de Cardoso: o desenvolvimento industrial consiste no “novo caráter da dependência”. Santos afirma, tal qual Cardoso, que, desde 64, se opôs radicalmente à noção estagnacionista que se expandia na literatura socioeconômica. Afirma também ter sido talvez o primeiro a “colocar a tese da internalização dos ciclos industriais em países como o Brasil”. Santos reclama o fato de que as relações de Cardoso com Marini não coincidiram como procedimento de “elegância e respeito” que sempre o notabilizaram; em suas polêmicas com Marini, o Cebrap não permitiu a publicação das respostas deste às críticas que lhe foram dirigidas por José Serra e Cardoso, e promoveu “um constrangedor silêncio sobre essa polêmica”. Observe-se que, no artigo de Emir Sader supracitado, coloca-se esse mesmo reclamo da posição do Cebrap sobre a polêmica.

¹⁸. Theotônio dos SANTOS, *A Teoria da Dependência – Balanço e Perspectivas*, RJ, Civilização Brasileira, 2000.

Por fim, dentre as divergências que mantém com a concepção de dependência de Cardoso, ele mantém em comum com Marini a concepção sobre a “superexploração da força de trabalho”, que esteve no núcleo das polêmicas e com a qual continua solidário.

III

Como vemos, o tema dependência expandiu-se ocupando parte significativa da produção teórico-explicativa do atraso ou da distinção que o capitalismo latino-americano e em particular o brasileiro percorre. Procuramos expor a perspectiva analítica de Cardoso, considerando-a a mais fecunda referência, além da originalidade metodológica e temática na definição do capitalismo dependente. Cardoso funda-o depois de perseguir o formato do capitalismo brasileiro por longo período. Desde suas discussões iniciais sobre a industrialização brasileira (após sua definição de capitalismo escravista na fase colonial), e posteriormente assumindo para o país o subdesenvolvimento, Cardoso vem indicando as possibilidades de mudança, na dependência da formação em seu interior, em seu mercado imperfeito, de grandes unidades empresariais monopolistas e oligopolistas que caracterizam os países desenvolvidos. Essa concepção será exposta em *EIDEB*, antes do golpe militar de 64, já com indicações do caminho necessário para o desenvolvimento, muito embora a mediação associativa entre empresas nacionais e a grande empresa externa implante o caráter dependente do empreendimento nacional, na medida em que comparecem como sócias menores. Somente em *DDAL* a noção de capitalismo dependente se estabelece, efetivando a perspectiva analítica de Cardoso. Contribui decisivamente para isso o golpe militar de 64, que supera as incertezas políticas do autor até então. As dúvidas sobre o potencial político nacional em controlar o aporte produtivo-empresarial e promover sua continuidade, que estiveram centradas

em suas preocupações com os “sistemas de poder”, com as “correlações de forças”, com os “esquemas aliancistas”, dissipam-se diante do “novo esquema de poder” que ele irá tratar sob o conceito de “estado autoritário-burocrático”, pois reorienta todo o ordenamento político sob critérios empresariais, garantindo seu funcionamento segundo essas determinações. Desde sua produção anterior ao golpe militar, Cardoso perspectiva essas condições, tratando-as como necessárias para o desenvolvimento socioeconômico nacional (obviamente não sob a forma de golpe de estado, como ocorreu). Sua pesquisa entre os empresários, em que pese o conteúdo empírico, expressa mais o caráter político que o econômico (propriedade privada das empresas) no sistema de decisões a serem tomadas. O fundamento de suas análises residia na diferença, entre o capitalismo clássico, desenvolvido, e o subdesenvolvido. Neste, o sistema de decisão implica maior burocratização e presença do estado. Como exemplo, nos empreendimentos multinacionais as decisões estão a cargo dos funcionários burocráticos e não diretamente de seus proprietários. Tudo isso leva Cardoso a depositar na política, nos sistemas de decisão, a garantia e continuidade nos processos de desenvolvimento. De forma que, com a intervenção militar, a despeito da “revogação da democracia”, a continuidade e o controle do processo estão garantidos. Define-se também com base nessa nova organização política o caráter dependente do capitalismo, pois este não pode se completar autonomamente. Esse padrão de capitalismo permanece dependente de tecnologia externa, e esta é a forma possível de ser do desenvolvimento. Uma vez internalizados os empreendimentos externos, o reinvestimento necessário arrefece a dependência, mas não a elimina, requerendo uma administração adequada à reprodução e crescimento econômicos.

A demonstração desse modelo “capitalista dependente”, de Cardoso, se fez nesta dissertação através de um conjunto de livros e artigos de sua produção intelectual empreendida entre os anos de 1960 e 1973.

Procuramos justificar esse período por duas razões: a primeira diz respeito à própria realidade, que registrou nesse período significativas transformações e definição de um padrão de acumulação capitalista, como indicamos na parte I desta Introdução; segundo (até pelo motivo indicado), a produção de Cardoso no sentido de definir um modelo de capitalismo para o Brasil, que se encaixasse na sua perspectiva de análise, fez com que ele se submetesse aos fatos em dinâmica e transformação, retratando-os, bem como suas mudanças, dentro de uma polaridade que vai da incerteza política dos primeiros anos da década de 60 aos primeiros da década de 70, quando se completa o “milagre econômico”, e o autor inclina-se à cena política na luta por uma redemocratização no estilo que propôs, alterando o objetivo de sua produção teórica.

É nesse ponto que parece reduzir-se consideravelmente suas análises sobre o desenvolvimento e caracterização do capitalismo dependente, para encetar suas preocupações com a institucionalização do poder, ou seja, com a própria redemocratização, nas demandas práticas requeridas. Por essas razões, julgamos que o recorte efetiva nosso objetivo, pois conta com a produção teórica e o período a que se refere como o material mais adequado e suficiente de toda sua produção.

Realizamos, então, nossa pesquisa evidenciando dentro da obra de Cardoso os momentos teóricos mais agudos, que permitiram ao autor a designação de capitalismo dependente para o caso brasileiro. Nosso percurso de análise resultou na distribuição do tema em cinco capítulos.

No primeiro, apresentamos a formação do “capitalismo escravista”, que se sustenta até o encerramento do trabalho compulsório e instalação republicana. Desde o começo do século passado já se percebiam mudanças na articulação produtiva; Cardoso trata o período que vai de 1850 até 1930 como grande período de transição. Dentro deste se coloca o trabalho livre, apoiado nos emigrantes, a própria abolição, a efetivação agroexportadora, a instauração da república. Nesse

capítulo demonstramos que a formação do sistema de dominação que emerge, apóia-se no patrimonialismo, e que será o responsável, na medida em que se reproduzirá por décadas, pelo baixo desempenho das classes sociais no plano socioeconômico.

O patrimonialismo, como herança colonial, será transmitido para a agroexportação e para a industrialização substitutiva, cabendo ao tradicionalismo efetivá-lo através dos setores sociais tradicionalistas que ocupam a história de cada um desses períodos. As alianças políticas que se cristalizam como poder público, como estado, impregnadas pelo tradicionalismo, manterão o suporte patrimonial como feição política, dificultando ou impedindo a modernização do estado.

A liderança que emerge após a revolução de 30, imbuída desse padrão político, converterá os movimentos pró-democráticos que vinham surgindo ainda dentro da agroexportação, pela ação dos novos setores ligados às atividades urbanas, em dinâmica populista, manipulável, impedindo com isso a superação do patrimonialismo.

Indicamos também nesse capítulo que a burguesia industrial que vem se formando desde finais de século XIX, e que encontra na estrutura socioeconômica posterior a 30 condições mais favoráveis para seu desenvolvimento, demonstrará seu compromisso com o caráter patrimonial dominante, promovendo a industrialização dentro de acanhados limites, reproduzindo uma debilidade de origem (trata-se de burguesia recém-egressa do setor rural) que a retinha na vida privada, distante das grandes questões públicas, mas recorrendo ao setor público em busca de apoio aos seus interesses privados.

O desenvolvimento que se põe a caminho após 30 contará com um quadro radicalmente distinto daquele que se pôs nos países de extração clássica de capitalismo. Enquanto lá a burguesia conquistadora empreende concomitantemente a dominação e o desenvolvimento econômico privado, levando o autor a afirmar a

identidade daquelas burguesias entre sua razão de ser e o desenvolvimento, aqui essa identidade não se põe e a burguesia industrial fará fincapé nos seus interesses restritos da vida privada.

Outro tema que registramos nesse capítulo é o da diferenciação dos graus de desenvolvimento e autonomia política entre os países latino-americanos que armaram, desde a fase de independência (política), os seus esquemas de dominação. Essa distinção objetiva-se num gradiente caracterizado por “controle nacional do sistema produtivo” e “enclave”. O caso brasileiro, de “controle nacional”, apresenta-se com maior flexibilidade em termos da sua formação e autonomia política.

No segundo capítulo procuramos distinguir o trato exclusivo com os processos de industrialização. O autor demarcou esse processo com base nos distintos governos que se sucederam desde 30; inicialmente Vargas, com um procedimento nacionalista, busca implantar o que Cardoso trata por “indústrias básicas” (infra-estrutura e bens de produção). O encerramento desse governo não eliminou o seu formato inicial de “substituição de importações”, cujo intento era o de completar um processo tardio em relação aos países clássicos. Sua continuidade, com o governo JK, mantém o padrão implantado antes e completa-o com indústrias seletivas de bens duráveis (seletivas, pois seu produto se destinaria a parte seleta da população) e parte do setor de bens de produção. E, por fim, a industrialização restritiva, com os militares já atuando no poder, após 64. Essa fase faz avançar o processo de industrialização e consolidar o tripé econômico iniciado com JK, isto é, o consórcio dos capitais nacional privado, externo, e o capital estatal. Agora, com os militares, empreende-se uma complementação que eleva o patamar econômico a um nível bem mais próximo ao dos países desenvolvidos, oligopolizando-a. Os “esquemas aliancistas” estiveram presentes nesse processo (30 a 64), mantendo aquela característica que nasce em 30, o populismo. Esse caráter político se altera

de Vargas para JK, como indicou Cardoso, pois, enquanto no primeiro caso o populismo é nacionalista, no segundo é populismo com capital externo. De maneira que, em permanecendo o populismo, o estado não se moderniza nem se democratiza. De forma que o avanço econômico de Vargas a JK, por essa razão, não produziu o efeito democratizante e modernizante que somente com o golpe de 64 ocorrerá. Este dá o primeiro passo nessa direção, pois o esquema militar rompe com o patrimonialismo (tradicionalista) e com o populismo, ao preço da “revogação democrático-populista”, mas cria instrumentos racionais-burocráticos capazes de controlar e dar continuidade ao processo de desenvolvimento.

O terceiro capítulo teve como objetivo destacar as formas políticas populistas que se dispuseram no longo período de 30 a 64 como formas de dominação. Buscamos indicar seu início conjunto com o que o autor denomina “sociedade de massas”, indicar as articulações conciliatórias empreendidas através de metas contraditórias, como atendimento às demandas populares ao mesmo tempo em que o processo de desenvolvimento demandava recursos, contrariando as primeiras. Em seguida, procuramos mostrar que o fôlego político que mantinha essas metas contraditórias atinge seu limite e começa a se esgotar, com a presença do impulso industrialista pós Segunda Guerra Mundial, impulso posto pelo capital externo em expansão, em particular o norte-americano, que considerava o nacionalismo getulista um episódio encerrado. Com JK inverte-se a dependência industrial, mas o controle e manipulação dos setores populares permanecem, e a integração social das massas nem de longe será resolvida. Observamos no início do capítulo que a posição dos líderes populistas acenava nesta direção, o da integração dos setores populares como mecanismo manipulatório. A conciliação entre contrários que indicamos é típica desse movimento político, na concepção de Cardoso. O encerramento do populismo se dá com a deposição de Goulart, que havia revertido o populismo novamente para esquemas nacionais, ao acenar com as “reformas

básicas”, como diz Cardoso, e o golpe de 64, como vimos, interrompe esse processo.

No quarto capítulo, colocamos em foco o entendimento de Cardoso sobre o processo político instaurado com o golpe militar. Cardoso tratará esse novo governo como corporativo-burocrático-autoritário, pois foi assumido pelas organizações nacionais mais significativas: a militar e a estatal. Com isso, ele se exime de tratar do poder público, após o golpe, por ditadura, além disso ditadura só se coloca em situações tais que o poder esteja ameaçado por processo revolucionário.

O novo poder, ao contrário, fez avançar a modernização do estado, “modernização conservadora”, mas capaz de superar a burocracia tradicional (irracional) e operar algo próximo a uma revolução burguesa, de vez que a própria burguesia local, “fruto do capitalismo dependente”, não poderia executar. A ação dos militares integrou o capitalismo dependente ao internacional, elevando todos os seus patamares a situação inusitada e impossível de ser conduzida pelas classes sociais. Esse processo não poderia ser realizado pela burguesia, por sua extração rural de classe; não também pelos trabalhadores, pois além de sua origem comum à da burguesia nacional, que é o setor rural, sua representatividade mais pronunciada em termos organizativos (o PCB) sucumbira ao nacionalismo de cunho populista. Como ao autor não cabe a alternativa socialista, que só poderia ser encarada pelos trabalhadores, o golpe militar resultou ser a medida mais adequada para a condução da realidade brasileira, que vinha, há alguns anos, num impasse quanto à hegemonia política.

Indicamos, por fim, nesse capítulo as condições a que foram expostas as massas trabalhadoras, cotejando sua situação antes e após o golpe militar.

Por último, o quinto capítulo retrata a polêmica que se desdobrou, do final da década de 60 a finais de 70, sobre a concepção de dependência de autores que, de

uma ou outra forma, discordavam de Cardoso, ora em aspectos localizados de sua produção, ora em ângulos mais abarcantes; suas diferenças foram registradas. Importou traduzir neste capítulo essas distinções, na medida em que apontam para a possibilidade de se conceber o capitalismo brasileiro, ainda que sob a designação de dependente, sob direção até oposta à tomada por Cardoso.

IV

Resta, por fim, tecer alguns breves comentários a respeito do encaminhamento do trabalho. Conforme já ficou dito mais acima, esta dissertação está centrada na análise de um conjunto de obras, de caráter eminentemente teórico, de Fernando Henrique Cardoso, e tem por objetivo apreender sua compreensão da especificidade do capitalismo brasileiro, compreensão esta que, obviamente, tem também claras implicações para a orientação de uma prática política, seja do próprio autor, seja de outros que, de alguma maneira, assimilaram suas concepções. Nesse sentido, optamos pela análise imanente dos textos em questão.

Não se trata, é claro, de uma opção desprovida de pressupostos. Estes se enraízam nas reflexões marxianas acerca do processo de conhecimento. Assumindo uma posição ontológica, Marx impugnou a forma tradicional em que se colocava a questão gnosiso-epistêmica, à medida que não a toma como ponto de partida, isto é, não funda o discurso científico “por meio do ordenamento autárquico e independente da atividade subjetiva”¹⁹. A própria ausência de textos exclusivamente voltados às questões de método ou aos procedimentos cognitivos, longe de indicar uma lacuna ou indiferença a respeito desses problemas, aponta para a solução diferenciada que Marx ofereceu a eles, a partir dos passos que

¹⁹ J. CHASIN, “Marx - Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica”, in TEIXEIRA, F. J. S., *Pensando com Marx*, SP, Ensaio, 1994, p. 390.

instauraram seu pensamento próprio: as três críticas ontológicas – à politicidade, à especulação e à economia política²⁰.

Se G. Lukács foi pioneiro em apreender e buscar explicitar e desenvolver o caráter ontológico do pensamento marxiano, coube, entretanto, a J. Chasin, apoiando-se nas reflexões lukacsianas, o mérito de demonstrar com maior acuidade a completa reviravolta e radical originalidade da solução marxiana da problemática do conhecimento. Não é aqui o lugar para aflorar o imenso conjunto de questões que essa demonstração envolve. Remetemos, para isso, o leitor interessado à obra já citada, em que, rastreando os próprios textos de Marx, Chasin expõe “as linhas mestras de sua concepção em três temas específicos e interligados: 1) a fundamentação ontoprática do conhecimento, 2) a determinação social do pensamento e a presença histórica do objeto, 3) a teoria das abstrações”²¹.

Aqui cabe somente deixar assinalado que a fundamentação ontoprática do conhecimento implica a rejeição de qualquer fundação ou fundamento teóricos anteriores à tematização do próprio objeto, ou, em outras palavras, a rejeição de um pré-discurso de talhe gnosiso-epistêmico que garanta de antemão a cientificidade do discurso sobre o objeto. Ao contrário disso, o pressuposto de que Marx parte é pré-teórico: é o reconhecimento, como diz em *A Ideologia Alemã*, dos “indivíduos vivos e ativos”, ou, nos termos de Chasin, “do universo da prática ou da vida vivida em sua qualidade de confirmação da dupla certeza da existência do mundo e dos homens, e enquanto tal tem de ser reconhecido como ponto de partida da intenção ontológica, cujo propósito é se constituir em base conceitual de sua dilucidação”²². É o que vemos também nas *Teses ad Feuerbach*, em que a primeira “estabelece a natureza da existência social, decifrada em termos de *atividade sensível*, e apenas

²⁰ . Ver, a esse respeito, J. CHASIN, *ib.*

²¹ . *Id.*, *Ib.*, p. 390.

²² . J. CHASIN, *apud* E. VAISMAN, “Dossiê Marx: Itinerário de um Grupo de Pesquisa”, in *Ensaio Ad Hominem 1*, Tomo IV, Santo André, Ad Hominem, p. V.

na II toma lugar o problema do conhecimento, sendo este resolvido, o que tem peso demonstrativo, a partir do complexo de entificação firmado na primeira. Ou seja, a demonstração do que – é – antecede a admissão e o tratamento de temas gnosisio-epistêmicos”²³.

Entendidas tanto a objetividade quanto a subjetividade como produtos da atividade sensível dos homens, nesta incluídos seus momentos ideais (subjetividade receptora e proponente, tal como fica evidenciado no tratamento marxiano da categoria do trabalho²⁴), a possibilidade e a necessidade do conhecimento estão dadas na própria determinação do sujeito enquanto os indivíduos vivos e ativos que, por essa atividade prática pensada, constituem a si e a seu mundo. O desdobramento das questões relativas à determinação social do pensamento (entendida positivamente, ou seja, como condição indispensável ao pensamento e ao conhecimento, e não negativamente, como limite intrínseco a eles) e à presença histórica do objeto, aí implícitas, dizem respeito às mais ou menos amplas possibilidades, sócio-historicamente dadas, de aproximação efetiva dos objetos. A teoria das abstrações, por sua vez, refere-se ao modo como o pensamento se apropria do mundo real e o reproduz idealmente.

De modo que se trata sempre, para Marx, de partir do reconhecimento da existência real dos objetos (incluídos os sujeitos), em sua objetividade e independência em face de qualquer relação cognitiva, que só pode de fato ocorrer a partir daquela existência efetiva. O conhecimento é, então, entendido como reprodução, reconfiguração mental de objetos reais, reprodução que só pode ser regida pelos nexos presentes no próprio objeto a ser conhecido. O papel ativo do sujeito, sempre entendido como ser social, portanto sócio-historicamente determinado (tanto quanto seu objeto), não é absolutamente negado, ao contrário.

²³ . *Id., Ib.*, p. 400.

²⁴ . Ver, especialmente, entre outros, *O Capital*, livro I, capítulo V.

Mas, ao invés de ser estabelecido como um arranjo da subjetividade anterior ao, e reitor do faceamento do objeto, é determinado como o exercício de uma capacidade própria do indivíduo social – a força da abstração, a capacidade, força ou instrumento por meio do qual os homens são capazes de se apropriar mentalmente do mundo real.

Esses lineamentos marxianos, aqui reduzidos a algumas poucas indicações mínimas, dizem respeito também à análise de produtos do pensamento. Assim, o discurso de Fernando Henrique Cardoso deve ser também tomado como um objeto que existe como tal, constituído de tramas e nexos próprios, independentemente de qualquer relação cognitiva com ele estabelecida. De sorte que essa relação, marxianamente, deve se pautar pela busca de apreendê-lo “na forma própria à objetividade de seu discurso enquanto discurso, ou seja, na efetividade de uma entificação peculiar, cuja identidade é resultante da síntese de suas imanentes e múltiplas determinações ideais, que o configuram na qualidade de um corpo de argumentos estável e inconfundível, que independe para *ser* discurso – precisamente *este* e não qualquer outro discurso – dos olhares, mais ou menos destros, pelos quais os analistas se aproximam dele e o abordam”. É nesse diapasão que a análise ou crítica imanente se justifica, ou melhor, se coloca como ponto de partida necessário, já que “encara o texto – a *formação ideal* – em sua consistência auto-significativa, aí compreendida toda a grade de vetores que o conformam, tanto positivos como negativos: o conjunto de suas afirmações, conexões e suficiências, como também as eventuais lacunas e incongruências que o perfaçam”²⁵.

À medida que, também como qualquer outro objeto, o discurso ou formação ideal é socialmente determinado, e, no caso do ideário de Cardoso, desempenhou, ou buscou desempenhar, um papel na orientação da atividade prática, a sua apreensão só pode ser considerada completa se, estabelecidos pela análise imanente

os seus conteúdos próprios, for também esclarecida sua gênese e função sociais, como alertou G. Lukács. Nosso trabalho, entretanto, centra-se, mais restritamente, no primeiro desses passos – a análise imanente – reservando aos dois últimos apenas um conjunto bastante limitado de tracejamentos gerais, cuja intenção foi somente esboçar um contorno do chão sócio-histórico no qual nasceu e sobre o qual exerceu sua influência.

²⁵ . J. CHASIN, *ib.*, p. 336.

ABREVIações UTILIZADAS

As de obras de Fernando Henrique Cardoso utilizadas para esta dissertação são citadas conforme as abreviações abaixo:

AD - Autoritarismo e Democratização

CEBM - Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional

DDAL - Dependência e Desenvolvimento na América Latina

EIDEB - Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil

MPB - O Modelo Político Brasileiro

MSAL - Mudança Social na América Latina

PDSD - Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes

Após a obra, segue-se o número da página em que se encontra o trecho mencionado.

CAPÍTULO I

O CAPITALISMO ESCRAVISTA

E A FORMAÇÃO DA BURGUESIA NACIONAL

1. O Capitalismo Escravista e o Patrimonialismo

A concepção de capitalismo desenvolvida por Fernando Henrique Cardoso distingue a forma brasileira das formas originárias, tanto européias quanto norte-americana. Para dar fundamento a essa noção, sua análise sobre o período colonial, que ele trata inicialmente por *capitalismo escravista*, nos parece de grande importância, pois nela o autor investiga as condições políticas originárias que dão base aos "sistemas de poder", bem como a economia gestada por iniciativas privadas, que, embora controladas pela coroa portuguesa, puderam criar uma acumulação de capital à qual corresponderá, em finais do século XIX, uma classe capitalista de origem rural. De sorte que a especificidade do capitalismo que vai aqui se objetivando é caracterizada por Cardoso a partir das relações sociais e de produção que institucionalizaram desde o período escravocrata, na fase colonial, um sistema de poder orientado pelo patrimonialismo¹.

Este, por sua vez, torna-se a ideologia política dominante presente no longo trajeto colonial e na fase de transição (1850/1930), e mesmo nas alterações verificadas após 30, com o início da industrialização substitutiva, encontraremos nas análises do autor a referência incontornável ao patrimonialismo tradicionalista como base de sustentação dos sistemas de poder² que se sucederam, do capitalismo escravista ao capitalismo dependente.

O período colonial se caracterizou por uma dominação direta dos senhores

¹ . Ver a caracterização desse conceito em Max WEBER, *Economia e Sociedad – Esbozo de Sociologia Comprensiva*, Fondo de Cultura Económica, México, 6ª reimpressão, 1983, da 1ª edição em espanhol de 1944.

de terra e escravos (controlada pela coroa portuguesa), sem cujo procedimento a organização socioeconômica posta pelo pacto colonial não se teria efetivado. Nas palavras do autor encontramos um delineamento geral da questão: “A escravidão moderna compõe-se de um conjunto de relações (de propriedade e de produção, de técnicas, de instituições e de valores) que se formou num horizonte histórico determinado, o da expansão do capitalismo mercantil” (CEBM, p. 14). De forma que a fase mercantilista conformou na colônia um padrão específico de produção ao qual correspondem determinadas relações sociais, que se institucionalizam sob o impacto de ações violentas, inevitáveis quando se está diante de uma vertente da acumulação de capital que o autor trata por capitalista escravista. “Essas relações baseiam-se no domínio que a camada senhorial exerce, pela violência, sobre os escravos” e “Suas formas só se explicam quando se analisa a formação do sistema capitalista escravista” (CEBM, p. 14).

Independentemente da expressão adotada (capitalismo escravista), que expressa em si um certo grau de ambigüidade, em especial no que diz respeito às relações de produção, pois o trabalho não está “subsumido realmente ao capital”, o autor faz determinadas indicações que permitem vislumbrar nos seus arcos concepcionais alguma especificidade desta organização; trata-se de ordem obediente à dinâmica do capitalismo mercantil, que se traduz pela presença da força de trabalho escrava, o que cria tropeços ao desenvolvimento do capitalismo maduro, pois as forças produtivas que se encontram sob esse padrão de relações de produção ficam muito aquém, em termos socioeconômicos, daquelas que contam com a força de trabalho livre. A diferenciação de organização que se implanta aqui em relação ao capitalismo europeu remete às relações sociais de produção escravistas, e “Suas formas só se explicam quando se analisa a formação do sistema

² . Uma análise sobre o poder no Brasil sustentada integralmente na noção de patrimonialismo pode ser encontrada também em Raimundo FAORO, *Os Donos do Poder*, vol. II.

capitalista-escravista” (CEBM, p. 14), uma organização capitalista particular na colônia. Sua preocupação é, antes de mais nada, definir o formato político-econômico interno do Brasil, que não se põe inicialmente de igual maneira em todo seu território: “Existiu, portanto, uma sobredeterminação ao escravismo brasileiro no sistema capitalista mundial” (CEBM, p. 16), que gerou distintas organizações produtivas, a nortista, voltada para a produção de bens exportáveis, e a sulista, que se põe como subsidiária da “província do norte”.

Porém, essa diversidade não muda o fato de que as relações escravistas da colônia foram objetivadas em função das “condições estruturais globais”, e que por isso mesmo não podem ser identificadas fora dessa relação. De maneira que a explicação do caráter particular da colônia deve ser buscada, antes de mais nada, nas análises sobre suas relações internas, sobre as quais diz o autor: “Se é certo que o regime produtivo não era feudal, não seria correto, entretanto, supor que ele fosse idêntico ao sistema capitalista pleno” (CEBM, p. 16). Com isso, o autor passa a especificar sua análise, que se volta para o sul, para a organização meridional, região com percurso histórico, político e econômico distinto do geral. Assim, o Brasil Meridional “articulou-se com a economia colonial como uma *economia subsidiária*” (CEBM, p. 45). A organização socioeconômica das “províncias do sul” não permitiu, no princípio, por seu caráter familiar e de pequena propriedade, a utilização intensa do trabalho escravo, o que não significa dizer que o trabalho compulsório fosse uma exceção; de qualquer maneira, a organização geral da colônia, incluindo necessariamente as “províncias do norte”, define sua diferenciação interna pelo padrão de organização (tipo de propriedade, caráter familiar-patriarcal que se implanta no sul etc.) demandado pelo objetivo da produção: no sul, bens de consumo básico da colônia, e no norte, bens tropicais consumidos na Europa.

Estas considerações do autor revelam as diferenças entre o sul e o norte, e

colocam como tema de sua pesquisa a determinação econômica que resultou na absorção da força de trabalho escrava, já que, se permanecesse como limite, nas vilas e estâncias, a produção de auto-subsistência, essa forma de trabalho não teria tanto significado; e muito embora “A subsistência das populações locais em situações normais era provida /.../ pela agricultura da região” (CEBM, p. 54), mesmo assim era utilizado, como indica o autor, o trabalho compulsório. Mas “É preciso ressaltar /.../ que *não deve ter havido concentração de escravos nas mãos de poucos agricultores poderosos*” (CEBM, p. 54). Os produtores agrários eram também criadores de gado, eram estancieiros, e “basearam sua riqueza muito mais no comércio dos gados que na posse das terras ou de animálias” (CEBM, p. 54) ou de escravos, como era o caso das “províncias do norte”.

Contudo, a pesquisa do autor procura esclarecer por que, a despeito das diferenças, a utilização da força de trabalho escrava se pôs no sul; nesse sentido, destaca a formação da produção tritícola nas “províncias do sul”, afirmando que “a economia do trigo não permitiu a concentração de riquezas nos moldes, por exemplo, da economia açucareira ou cafeeira. A base social da produção, na fase inicial da mercantilização, era a família açoriana possuidora de lotes de terra relativamente acanhados” (CEBM, p. 59). De forma que não é também aí que se verifica a presença mais significativa do trabalho escravo. Contudo, a existência de um outro tipo de produção que dá um salto qualitativo e quantitativo após 1780 (esse período marca também a quebra da produção tritícola) explica a ampliação do trabalho escravo na região meridional. Trata-se da produção da carne de charque, nas estâncias que começam a se multiplicar.

A partir de 1822, a exportação desse produto ganha certa expressão na economia colonial sulista; “a exportação do charque e dos couros teve grande incremento no primeiro quartel do século XIX e, conseqüentemente, houve enorme afluxo de escravos negros para as zonas das charqueadas” (CEBM, p. 71). A

afluência do escravo para essa região, cuja estrutura de produção e de propriedade demarcava-se das monoculturas do norte, foi criando uma diversidade profissional do trabalhador negro: o autor cita anúncios de jornais, na década de 60 do século XIX, de compra e venda de “escravos com as seguintes especificações de profissão: trabalhadores de roça, 14, domésticos, 27, artesãos, 17, sem especificação, 3” (CEBM, p. 79, nota 77).

Vê-se, com base na pesquisa do autor, que a presença do negro no sul se deu de maneira diversificada e difusa, bem distinta da concentração ocorrida no norte. Ao mesmo tempo, a organização produtiva atravessou adversidades que as “províncias do norte” não conheceram: emersão e quebra da produção de trigo; a ausência de força de trabalho de qualquer natureza no início de sua organização; emersão das estâncias de pequena expressão, tanto em produção quanto em dimensão; além da proximidade com outra região produtiva, a Platina, mais próspera, dado estar assentada em relações de trabalho já assalariadas, e com comércio já intenso com a Inglaterra.

A pesquisa de Cardoso permitiu o estabelecimento do caráter particular que a região meridional apresentou quanto à sua organização socioeconômica. Com base nessa pesquisa, verificamos a impossibilidade de se dar um tratamento homogêneo e indiferenciado à organização colonial em geral.

A região meridional esteve submetida a vicissitudes próprias, que a demarcaram, em termos da organização produtiva, daquela que dominou no norte. A crise tritícola, como exemplo, reflete determinações bastante peculiares. O autor explica a quebra dessa produção dizendo que, “Deste então, por causa da *ferrugem*, /.../ a produção decrescera” (CEBM, p. 56), e, em seguida, diz: “Em 1822 já se consumia trigo americano no Rio Grande” (CEBM, p. 56), insinuando a possibilidade mais de uma concorrência externa, norte-americana, que propriamente a praga do ferrugem como determinação da quebra. Contudo, o autor

indica que, já em 1822, “a economia do gado passou a ser tão lucrativa que houve o abandono da agricultura de vários cereais no Rio Grande do Sul e não apenas do trigo” (*CEBM*, p. 56, nota 22).

A proximidade com os produtores concorrentes da região platina representa outro componente de uma situação que demarca a província do sul da do norte: “a concorrência platina instigava, de fato, a mercantilização da economia do charque, obrigando-a a tender para os moldes capitalistas de produção ou a desaparecer” (*CEBM*, p. 160).

Além das condições intrínsecas à sua organização, as relações com a “província do norte” também passam a afetá-la. Explica Cardoso que “A questão se resumia, em última análise, à dominação exercida pelas ‘Províncias do Norte’, isto é, pelos produtores de açúcar e café, sobre o resto do país e, particularmente, sobre o Rio Grande” (*CEBM*, p. 165). No caso específico da relação com os produtores de charque, as demandas do norte, consumidores desse produto, iam na direção da redução de seu custo. Enquanto que as dos próprios produtores, como fornecedores, iam na direção da redução dos impostos. Essas contradições resultaram na rebelião farroupilha, que não as solucionou, e ainda levou ao sul a adversidade da derrota dos farrapos. “Contudo, vencidos os farrapos, em praticamente nada se alterou o equilíbrio real de interesses entre os estancieiros e os fazendeiros ‘do norte’” (*CEBM*, p. 168). Por fim, a redução no fluxo de escravos, seu encarecimento após a proibição do tráfico, representa um derradeiro componente de adversidades, e, ainda que este último tenha afetado toda a colônia, e considerando que “a escravidão não chegou, em regra, a desenvolver-se /.../ com a mesma intensidade” (*CEBM*, p. 271) que nas regiões setentrionais, tratou-se de um componente a somar-se àqueles que afetavam negativamente o sul.

De maneira que as diferenças da organização socioeconômica entre sul e norte permitiram a compreensão da heterogeneidade colonial e do quadro de

possibilidades de desenvolvimento clivado pelo regionalismo colonial.

Independentemente da especificação que o autor faz ao analisar as condições produtivas da região meridional em relação às “províncias do norte”, a organização socioeconômica colonial será tratada por capitalismo escravista.

O autor remete a análise da região meridional à formação social da colônia, que trata por “regime escravista capitalista”, distinguindo esse padrão de organização socioeconômica daquele que trata por capitalista simplesmente, e aponta a escravidão como um óbice para a passagem do primeiro ao segundo. Em suas palavras: “a escravidão se tornou um obstáculo insuperável para o desenvolvimento do capitalismo” (*CEBM*, p. 177), além de ser “um sistema de produção destinado ao insucesso diante da concorrência capitalista” (*CEBM*, p. 177), pois “o estímulo decisivo para o trabalho no regime escravista é a violência” e isto “exige a organização de um corpo de trabalhadores parasitários”, que “introduz mais um elemento de irracionalidade no processo produtivo” (*CEBM*, p. 181), de modo que se “evidencia outra contradição do sistema ‘escravocrata-capitalista’” (*CEBM*, p. 183)³.

Tratando desse caráter contraditório do regime posto na colônia, Cardoso refere outros autores, dentre eles Caio Prado Júnior, para indicar que este “foi o primeiro a salientar na análise da economia escravocrata brasileira as consequências anticapitalistas do trabalho escravo” (*CEBM*, p. 183, nota 50). A razão pela qual o escravo cria obstáculo àquele desenvolvimento origina-se economicamente de seu uso como capital fixo, que torna onerosa a produção, pois o investimento nessa forma do capital objetiva-se como um adiantamento que o capitalista irá reaver na forma de sobretrabalho ao longo da vida do escravo, correndo o risco de não reaver tal investimento, dependendo das vicissitudes,

³. Todas as indicações do período analisado por Cardoso em *CEBM* estão compreendidas aproximadamente entre os anos 1780 ao final do escravismo (*CEBM*, p. 50).

favoráveis ou não, que ocorressem com aquela vida, convertida em meio de produção. Nas palavras do autor: “Marx diz textualmente: ‘No sistema escravista, o capital dinheiro invertido para comprar a força de trabalho desempenha o papel próprio da forma-dinheiro do capital fixo, o qual vai-se repondo gradualmente, ao expirar o período de vida ativa do escravo” (CEBM, p. 184, nota 50).

Por esse caminho analítico, Cardoso especificou a organização socioeconômica da colônia supostamente sob a perspectiva teórica marxista. Continuando sua análise, ele compara a força de trabalho escrava e a do operariado em face do capital, para indicar que o trabalho compulsório, mesmo quando o escravo se dedica a produzir para si, *aparece* como trabalho retribuído ao senhor, enquanto o trabalho assalariado *aparece*, todo ele, como que retribuído, pelo salário, ao trabalhador. Essas aparências são desmentidas quando se implanta o processo de produção capitalista e se evidencia sua dinâmica excepcionalmente mais elevada para a acumulação de capital, em que a produção objetiva o excedente nas formas da mais-valia, impossível de ser extraída no processo de trabalho compulsório.

Sustentando que o escravismo é um obstáculo para o livre curso do capital, o autor mostra que o limite da organização colonial como um todo reside nas próprias condições de sua sustentação.

Observe-se que, embora Cardoso abrace o setor sulista da colônia como objeto de pesquisa e análise, as conclusões a que chega, seja quanto ao trabalho compulsório, suas características e limites ou mesmo como barreira para o desenvolvimento, seja quanto à entificação socioeconômica (capitalismo escravista)⁴, remetem, como não poderia deixar de ser, à colônia como um todo.

O autor define a organização colonial como uma organização capitalista,

⁴ . J. GORENDER, em *O Escravismo Colonial*, contesta a posição teórica de FHC, por tratar essa fase da história fundada no escravismo por capitalismo, mas destaca que tal procedimento encontra sustentação nas teorias weberianas, e não em Marx.

fundada no trabalho compulsório, um capitalismo escravista. A orientação que o capital comercial imprime às colônias parece ser suficiente para ele tratar essa organização como capitalista. Porém Marx, em cujas concepções econômicas ele declara apoiar-se, considera que a passagem das formas não capitalistas de produção para a capitalista propriamente implicaria na alteração das relações de produção em que o capital passa a determinar não só a apropriação do trabalho excedente em qualquer padrão produtivo, mas em particular naquele em que a dinâmica da força de trabalho, sua operação nos processos de trabalho, se submete ao impulso tecnológico da maquinaria. É no momento em que os processos produtivos ganham essa modalidade operacional que encontramos a força de trabalho livre submetida plenamente ao capital; é também o momento em que o capital estabelece plenamente sua sociabilidade convertendo toda a organização social em capitalismo, o “verdadeiro capitalismo”⁵.

Nas análises de Marx, as organizações produtivas tratadas por capitalistas correspondem a organizações nas quais as relações de produção (ou as trocas entre trabalho e capital) encontram a força de trabalho como mercadoria, de sorte que a separação entre trabalho objetivado e capacidade ou potencial de trabalho (a força de trabalho) está socialmente realizada, permitindo que o capital possa subordiná-la plenamente em suas relações. É nesta linha de preocupação que Marx define a diferença entre as organizações capitalistas e aquelas orientadas pelo capital em sua expressão comercial, que, em suma, define a diferença essencialmente significativa, pelos conteúdos sociais que lhes correspondem, entre capital e capitalismo.

⁵ . Em Marx, a plenificação, ou o “verdadeiro capitalismo”, implica numa exigência para o processo de produção como um todo, que não se reduz ou se limita à presença do trabalho livre, mas em sua aplicação como componente adstrito às forças produtivas industriais. Nas palavras de Marx: “O processo de trabalho converte-se em instrumento do processo de valorização, do processo de autovalorização do capital /.../ e o capitalista se enquadra nele como dirigente, condutor; para este, é ao mesmo tempo, de imediato, um processo de exploração do trabalho alheio” (*O Capital*, Capítulo VI Inédito, p. 51). Até aqui, temos uma formulação geral, na qual Marx define a subordinação do trabalho ao capital como condição *geral* do modo capitalista de produção. Mais adiante, ele afirma, com relação a esse momento, que “é ao mesmo tempo uma forma *particular*, a par do *modo de produção especificamente*

De forma que, às organizações em que as relações de produção não encontram a força de trabalho definida como tal e se lançam no uso de modalidades de trabalho, como é o caso do trabalho compulsório, em que aquela distinção não está objetivada, a essas organizações, como dizíamos, corresponde uma determinação do capital, sem que por isso seja capitalista. Assim, se Cardoso utiliza a designação capitalismo para o momento a partir do qual a organização produtiva no Brasil se realiza sob o impulso do trabalho livre, não pode fazê-lo igualmente para o período em que as relações de produção dominantes estão fundadas na compra e utilização de escravos. Esse período escravista corresponde à moderna exploração colonial monocultora determinada pelo capital comercial. Trata-se do escravismo moderno, posto por orientação mercantilista para atender à expansão do capital e ocupar produtivamente as colônias, de maneira que não cabe a designação capitalismo, nem mesmo adjetivada por escravista, na medida em que não se desenvolveu aí a diferença socioeconômica entre capacidade ou força de trabalho como mercadoria e seu próprio possuidor, o escravo.

Queremos observar com isso que Cardoso, ao desvencilhar-se de um problema de fundo sobre o estatuto do capitalismo, não considerou as indicações teóricas de Marx, e definiu como existente desde o período colonial uma organização capitalista, a despeito da adjetivação escravista.

Por outro lado, ao informar sobre a presença do trabalho livre que foi se implantando aqui, portanto sobre a implantação do capitalismo, o autor não observou tratar-se de capitalismo, mas não do “verdadeiro capitalismo”. Estas observações tornam-se necessárias, pois a análise que Cardoso empreende quer explicitar o padrão de capitalismo que se instituiu aqui, em oposição àqueles originariamente estabelecidos, e isto deveria levá-lo, necessariamente, à análise de

capitalista, desenvolvido, já que a última inclui a primeira, mas a primeira não inclui necessariamente a segunda” (*Id.*, p. 51).

dois ângulos decisivos desta organização: a forma de exploração da força de trabalho e o estatuto do capital que a subordina, para retirar daí a especificidade do capitalismo que aqui vai se implantando.

Contudo, não parece ser esse o objetivo do autor: explicar a formação do capitalismo pela base produtiva, pois ele não se limita a esse tratamento, mas busca uma análise que designa como “mais totalizante”, tendendo, como passaremos a demonstrar, a caracterizar o “modo de produção” a partir do “sistema de dominação”.

Assim, na região meridional, o sistema de dominação em que pesem suas particularidades, assumiu desde o início a forma *patrimonialista*. Sobre sua especificidade política, observa o autor que “Coexistiriam, assim, num arranjo estrutural *sui generis* para a época colonial, segmentos sociais de pequenos proprietários ‘plebeus’ com a camada senhorial dos grandes proprietários” (CEBM, p. 86). Esse caráter “*sui generis*” decorre do fato de a região meridional consistir, em termos de organização produtiva, em uma variação em relação ao restante da colônia; caso contrário, “a sociedade gaúcha ter-se-ia organizado nos *moldes tradicionais* da estrutura patrimonialista brasileira” (CEBM, p. 86, grifo meu).

O padrão político do norte da colônia desta forma é caracterizado pelo conceito de *patrimonialismo*, tal como definido por Max Weber: “O conceito de estrutura patrimonialista é inequívoco. Utilizo-o conforme sua formulação clássica: ‘A este caso especial da estrutura de dominação, ao poder doméstico descentralizado mediante a distribuição de terras e às vezes de pecúlios aos filhos ou a outras pessoas dependentes do círculo familiar, damos aqui o nome de *dominação patrimonial*’”⁶.

⁶ Max WEBER, *Economia y Sociedad*, México, Fondo de Cultura Económica, 1944, vol. I, p. 137. *Apud* CEBM, p. 100, nota 38. A utilização dos conceitos de tradicionalismo e patrimonialismo exerce uma função teórica fundamental nas análises de Cardoso. Aplicados inicialmente para explicar o poder que nasce na região meridional da colônia, serão afirmados na mesma análise para toda a colônia (ou seja, tanto para as “províncias do norte” como do sul). Reencontraremos esses conceitos nas análises sobre a formação do empresariado brasileiro, sobre o estado

É conveniente observar que o autor utilizou, para explicar as relações de produção – relações escravistas - instauradas na fase colonial, as formulações de Marx, que trata, em vários momentos de sua obra, da constituição do escravismo na América como um sistema que se implanta pelo ordenamento e expansão do capital comercial, no âmbito da economia mercantilista. Mas, ao considerar as relações que dão fundamento à formação de um sistema de dominação, o autor lança mão das relações consuetudinárias - que, embora não sejam tratadas como feudais, estão fundamentadas em relações senhoriais, alheias à objetividade do capital, ainda que sob forma comercial - para indicar o percurso político específico da região meridional. Percurso esse que seguiu paralelamente à estrutura geral da “colônia do norte”, cujo sistema de dominação o autor define também como patrimonialista. Com isto, vemos que Cardoso, quando trata das relações econômicas de produção, segue o que entende ser a orientação marxista, mas quando aborda o sistema de dominação, a política, assume a posição weberiana⁷.

no período de Vargas a Goulart, e sobre a ditadura posta em 64, quando finalmente a dominação supostamente fundada nesses conceitos é derribada. Somente em *CEBM* o conceito de patrimonialismo é exposto definindo seu conteúdo e formulação originária. Contudo, o conceito abarca outras características que permitem indicar o fundamento pretendido pelo autor em traçar as linhas de dominação, de estado, desvinculados do padrão socioeconômico a que correspondem. Weber define a dominação patrimonial como “toda dominação primariamente orientada pela *tradição*, porém exercida em virtude de um direito próprio” (Max WEBER, *Economia y Sociedad*, Fondo de Cultura Económica, p. 185). Mas aí reside a questão, pois a base da construção weberiana do patrimonialismo remete ao conceito de “dominação tradicional”, e este afirma que “uma dominação é tradicional quando sua legitimidade descansa na santidade de ordenações e poderes de mando herdados de tempos passados, ‘desde tempos imemoriais’ /.../. Exteriormente se apóia o poder de mando patrimonial em escravos /.../, colonos ou súditos oprimidos” (*Id, ib.*). De modo que o estado e o poder coloniais, seguindo o caminho teórico tomado por Cardoso, fundam-se, em termos da forma de dominação, em “poderes herdados /.../ de tempos passados, ‘desde tempos imemoriais’”, cuja externalização pode encontrar como apoio, por exemplo, o escravo, posto pelo capital comercial, que implantou a própria colônia como extensão produtiva de produtos tropicais de consumo europeu. Trata-se, portanto, do escravo criado pelo capital, logo aquela forma fluida de poder suposta por Cardoso, oriunda das concepções weberianas, é inadequada, uma vez que não apreende as relações políticas concretas da colônia. De fato, o controle político determinado pela metrópole, ainda que não se expressasse sob a forma do estado moderno, apóia-se, lá como aqui, na acumulação primitiva de capital.

⁷. Não se trata de mero acaso, ou então de descuido do autor, essa “referência a dois códigos” (como afirmara David LEHMANN em seu artigo “Cardoso: Da Dependência à Democracia”, mimeo), mas de posição assumida quando, ao se referir ao próprio procedimento metodológico, afirma que “Neste ponto o paradigma pode ser tanto Marx quanto Max Weber na *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Em qualquer dos dois casos, o método não é empirista, mas em ambos a interpretação prende-se a um momento analítico, que condiciona as possibilidades de globalização” (*CEBM*, p. 41). Na medida em que ambos são tomados como paradigma, Cardoso de fato subordinará Marx a Weber, pois essa noção de equivalência paradigmática é própria deste último. A globalização ou totalidade proposta por Cardoso constitui-se de partes previamente independentes (economia, de um lado, e política, de outro), sendo que,

A especificidade da organização política meridional, em relação à forma geral de dominação na colônia, é explicada inicialmente pelo sociólogo paulista pela distância geográfica em relação aos setores do norte já consagrados na produção em grande escala, pelo tipo de produto e forma de organização produtiva, bem como pelas distintas possibilidades de articulação das concessões de terra e benefícios que dela se originavam: “Na realidade era impossível, na estrutura patrimonialista, tentar definir normas que implicassem a idéia de um *dever objetivo* para reger a distribuição dos bens e dos direitos pertencentes à Coroa” (CEBM, p. 100).

A dificuldade de controle da Coroa sobre essa região era assim demonstrada: “sendo fluido o sistema de controle mantido pela administração real em área tão longínqua /.../ não estranha que o arbítrio pessoal do mandatário se exacerbasse a extremos” (CEBM, pp. 101-102). Essa referência ao arbítrio pessoal torna-se ponto de sustentação do caráter patrimonialista particular adquirido na região meridional. O chefe autocrático, nessa região, “cuja autoridade advinha da posse de atributos pessoais” (CEBM, p. 90), dispunha então de condições senhoriais, e “ao se transformar em estancieiro /.../ não deixava de ser um *chefe* cujo poder de mando encontrava limites apenas na força dos outros chefes e do Estado” (CEBM, pp. 90-91). Essa autoridade define-se personalisticamente, como diz o autor: “os traços autocráticos de personalidade eram decisivos para permitir a liderança” (CEBM, p. 96), que era exercida sob a forma de violência.

Esse padrão de pessoalidade, que confere o caráter autocrático da chefia, é ao mesmo tempo o que permite ao autor caracterizar o sistema dominante no sul como “um sistema mais próximo do *patrimonialismo patriarcal*” (CEBM, p. 102). Essa forma híbrida do patrimonialismo é um retrocesso em relação a sua forma

em Marx, a política nasce das formas de produção e reprodução dos homens em sua vida material, de tal maneira que sua existência se encontra determinada pelas relações de produção.

original: “O processo iniciado em Portugal de formação do Estado patrimonial sofria /.../ uma espécie de regressão para um sistema mais próximo do *patrimonialismo patriarcal*” (CEBM, p. 102). O autor busca fundamentar a presença desse elemento patriarcal que se acopla ao patrimonial dizendo que “os lagunistas e preadores paulistas transferiram para o sul /.../ a grande propriedade mantida e dirigida pela família patriarcal, à base do trabalho escravo, com o concurso dos agregados” (CEBM, p. 95).

Por fim, o conceito de patriarcalismo, retirado igualmente do ideário weberiano, configura uma forma de poder que contém procedimentos “sultanísticos”, como afirma o autor. Tem peso e significado nos alvares daquela organização sulista, mas desaparece, ao superar aquela forma inicial: “Em suma, a análise aqui desenvolvida demonstra que a sociedade gaúcha acabou por configurar-se nos moldes de uma estrutura patrimonialista” (CEBM, p. 111). De maneira que, para Cardoso, o patrimonialismo dominou plenamente a colônia mesmo sob a organização sulista que se diferenciara inicialmente.

Destacaremos a seguir os desdobramentos socioeconômicos, apontados pelo autor, da colônia como um todo após o pacto colonial. Embora, com o desenvolvimento da indústria na Europa, a produção agrária tenha se aprofundado na América Latina, e por consequência tenha garantido a continuidade do trabalho compulsório, seus limites já vinham sendo apontados. Mesmo assim, até que a abolição fosse efetivada, um percurso novo foi sendo trilhado com o fim do pacto colonial. Inicia-se, a partir daí, o período denominado “expansão para fora”, momento em que emerge um novo ordenamento socioeconômico: uma autonomia político-jurídica com a permanência da subordinação econômica; de maneira que a ruptura com o pacto colonial imprime condições para o estabelecimento do perfil nacional que o país vai adotar.

Nessa fase, a organização produtiva se define como produção para

exportação de bens primários (extrativo-minerais e agrários), mantendo-se em posição contrária à organização européia, que se definia pela produção de bens industriais para abastecimento de seu próprio mercado e de novos, como os que se formaram na América Latina. Neste momento põe-se a necessidade de alterar a organização político-econômica interna, visando tanto ao controle e execução produtiva quanto ao ordenamento político-nacional que se diversifica no continente latino-americano. Assim, o caráter nacional vai se objetivando politicamente, “através de grupos sociais locais, cuja capacidade para estruturar um sistema local de controle político e econômico variou justamente em função do processo histórico de sua constituição” (*DDAL*, p. 40).

Os grupos que mantinham relações com os estados nacionais europeus constituíram uma elite econômica e política nativa que se apoiava no sistema de produção local, contraindo respeitabilidade para assumir e orientar o estado recém-formado pelo processo de “independência nacional”. Neste período, gesta-se o que o autor entende como primeira situação de “dependência e subdesenvolvimento”, caracterizada como a instauração de um sistema de poder através de alianças, limites territoriais, legitimidade política e formação de um reduzidíssimo mercado interno.

As camadas sociais que se aglutinaram no período anterior estabeleceram as bases para a estruturação desse sistema de poder: “nesse tipo de colônias constituiu-se uma elite econômica e política nativa que se apoiava no sistema produtivo local e era mais ou menos idônea para dirigir um aparato estatal” (*DDAL*, p. 41). Porém, as condições necessárias para que isso ocorresse dependiam da capacidade que os “produtores locais” tivessem “para organizar um sistema de alianças com as ‘oligarquias locais’ que tornasse factível o Estado nacional” (*DDAL*, p. 43). Tais alianças se puseram, sempre tendo em vista as relações externas, que, após a quebra do pacto colonial, também se reconfiguram; com isso,

“o perfil da estrutura nacional de dominação só se compreende quando se concebe os grupos exportadores - plantadores, mineradores e banqueiros - exercendo um papel vital de ligação entre economia central e os setores agropecuários ‘tradicionais’” (DDAL, p. 44).

Nesse período de transição, a “integração à economia mundial” (DDAL, p. 45) tem por base o modelo exportador, cujo êxito permitirá a formação de novos setores “como o urbano-industrial, o comercial urbano e o de serviços” (DDAL, p. 45). Cardoso indica também que se estabeleceram alianças entre os setores representantes de duas modalidades produtivas: *plantation* ou fazenda moderna, e fazenda tradicional. A fase de transição é definida como o “período compreendido entre o fim da ‘anarquia’ (1850) e a crise do modelo de crescimento para fora (1930)” (DDAL, p. 46). Esse momento definido pelo autor é comum aos países latino-americanos que tiveram as mesmas modalidades presentes e “constituíram os pilares da organização social e política dos países incorporados ao mercado mundial através do controle nacional das mercadorias de exportação”. (DDAL, p. 46). Esses países mantiveram sob seu controle político nacional (local) o sistema produtivo, que se profissionalizava em termos da exportação, e portanto do abastecimento europeu, de produtos extrativo-minerais e agropecuários. Cardoso designa essa organização por “controle nacional do sistema produtivo”, para diferenciá-la das “economias de enclave”, como veremos mais adiante. Esse “controle” se estabeleceu por um processo histórico no qual os países que melhor se organizaram internamente puderam manter uma modalidade específica de relações com a Inglaterra, que funcionou, em relação a eles, como um capitalismo comercial e financeiro: “O centro hegemônico controlava fundamentalmente a comercialização da periferia, mas não substituiu a classe econômica local que herdara da colônia sua base produtiva” (DDAL, p. 43).

Durante esse período houve uma certa flexibilidade na condução e

orientação dos investimentos externos, pois estes dependiam das “políticas nacionais”, ou seja, “as decisões de investimento ‘passam’ por um momento de deliberações internas das quais resulta a expansão ou a retração da produção” (DDAL, p. 45), e nisto consistia a necessidade e importância do sistema de poder organizado após a ruptura com o pacto colonial.

No fundamental, o “controle nacional do sistema produtivo” expressava-se em termos econômicos pelo êxito alcançado em ter: “1) disponibilidade de um produto primário capaz de assegurar, transformar e desenvolver o setor exportador herdado da colônia; 2) abundante oferta de mão de obra; e 3) disponibilidade de terras apropriáveis” (DDAL, p. 43).

O autor considera que os dois últimos pontos são necessários para a formação “direta de capital”, e esta condição a “única circunstância em que era possível desenvolver uma economia controlada nacionalmente” (DDAL, p. 45, nota 4).

Após as devidas declarações de independência, eclodiram “lutas agudas entre os vários grupos locais” (DDAL, p. 42) e particularmente no Brasil, que resultaram na consolidação das organizações políticas já armadas anteriormente (como é o caso do “controle nacional do sistema produtivo”); de outro lado, afirma Cardoso que o “pólo hegemônico” não interferia nas ex-colônias, senão no sentido de favorecer o desenvolvimento e expansão do sistema produtivo e não de impedir ou reduzi-lo quando se encontravam em processo.

Essa “não interferência” e o favorecimento da expansão produtiva nas ex-colônias explica-se pela ação de “um capitalismo comercial e financeiro” cujas “inversões orientavam-se principalmente para os setores que as economias locais não estavam em condições de desenvolver” (DDAL, p. 42)⁸; essas inversões são

⁸ . Este argumento do autor reúne os elementos mais específicos da postura ideológica politicista, ao declarar a submissão do investimento externo (a partir da fase de autonomização político-jurídica do Brasil) ao crivo das decisões e deliberações políticas internas. O *politicismo*, fenômeno ideológico evidenciado por Chasin em “A

garantidas pelo estado local, não sendo portanto “inversões diretas”. De maneira que o autor estabelece em sua análise um quadro favorável às classes produtoras internas, e coloca o capitalismo hegemônico, inglês, numa posição que parece *complementar* as instalações que as “economias locais não estavam em condições de desenvolver” (DDAL, p. 42), nos países que emergiram sob a forma de um “sistema nacional de controle produtivo”.

Ele não indica qualquer elemento que permita verificar os custos político-econômicos dessa “interferência”; sua análise volta-se para explicar a formação política interna como “centro decisório” na condução socioeconômica, pois nesse âmbito reside o cerne de sua compreensão sobre a montagem dos “sistemas de dominação” e seu significado histórico na condução e até na superação do capitalismo dependente.

Afirma o autor que “É fácil compreender /.../ que o problema de expansão da economia exportadora era, em nível local, menos econômico que político” (DDAL, p. 44), pois “As possibilidades de êxito para impor uma ordem nacional estiveram condicionadas tanto pela ‘situação de mercado’ /.../ como pela capacidade de alguns setores das classes dominantes de consolidar um sistema político de domínio” (DDAL, p. 43) que permitisse um adequado aproveitamento daquela situação.

As relações internas dessa organização particular, “controle nacional do sistema produtivo”, estiveram apoiadas na conciliação dos dois setores dominantes mais destacados: o setor latifundiário de baixa produtividade, que ele trata por “tradicional”, e o setor exportador, que ele trata por “moderno”; estes últimos constituem-se numa diversidade de segmentos funcionais para a própria exportação.

Politicização da Totalidade – Oposição e Discurso Econômico” (in J. CHASIN, *A Miséria Brasileira*, SP, Ad Hominem, 2000), caracterizou o pensamento conservador deste século no Brasil, e foi assimilado pela oposição nos anos da ditadura militar, bem como pela nova esquerda que emerge do seio daquele universo oposicionista.

Do ponto de vista das articulações políticas, das “correlações de força”, os “modernos” estabelecem os nexos políticos entre os “grupos tradicionais” internos e as forças políticas internacionais, e são assim tratados por seu dinamismo, seu potencial para estabelecer relações político-econômicas com o centro mais desenvolvido do período. E se o “sistema nacional” de poder por eles efetivado não teve maior alcance, foi “dada a precária administração disponível”, e também porque “não tivera meios técnicos para exercer de outra maneira” (DDAL, p. 44). Contudo, foi através da atividade política dos “modernos” que os desdobramentos socioeconômicos no Brasil tiveram êxito em termos do próprio desenvolvimento e modernização, como indica o autor.

Portanto, no Brasil o “controle nacional do sistema produtivo” parece ter facilitado ou, no mínimo, encaminhado favoravelmente o desenvolvimento porque sob essa forma, diz o autor, “as decisões de investimento ‘passam’ por um momento de deliberações internas das quais resulta a expansão ou a retração da produção” (DDAL, p. 45), o que “significa que o capital encontra seu ponto de partida e seu ponto final no sistema econômico interno” (DDAL, p. 45)⁹.

Cardoso afirma que o capital externo favorece, nesse período, os países que conquistaram independência político-jurídica e estruturaram-se sob um “controle nacional do sistema produtivo”, e o aspecto relevante dessa relação com o capital externo parece ter sido sua presença na produção, facilitando o desenvolvimento econômico ao mesmo tempo em que não interfere politicamente. Ao esmiuçar a ação do capital externo aqui ele diz que as “condições de negociação [que] são determinadas pelo setor financeiro e comercial das economias centrais e seus agentes locais” (DDAL, p. 46) favoreceram também que se “liquidem os ‘interesses

⁹ . Essa posição do autor é, *no mínimo, estranha*, pois o investimento de capital que aqui se realiza é, como ele vem afirmando, de origem externa. De forma que “seu ponto de partida e seu ponto final” encontram aqui uma mediação, que é a produção agroexportadora, só então completam sua realização. A posição do autor que afirma a realização externa do capital aqui investido contrariamente a esta última, encontra-se em artigo publicado em seu *Modelo Político Brasileiro*, analisado no Capítulo IV desta dissertação.

coloniais' em benefício dos novos núcleos dinâmicos do capitalismo que emerge" (DDAL, p. 46), ou seja, aquela "interferência" do setor externo nos países periféricos nesse período parece ter resultado na defesa objetiva da própria realização daquele capital.

De forma que o "controle nacional do sistema produtivo" apresenta-se como uma organização socioeconômica capaz, por tudo o que o autor indicou, de estabelecer a mediação política necessária ao controle dos capitais aqui investidos, reduzindo sua autonomia, ao conduzi-los à produção interna necessária à sua expansão. Não é esse o caso da organização sob a forma de enclave.

A especificidade desta última é afirmada pela ausência de condições que permitissem o "controle nacional", mas também pela presença direta, local, de proprietários externos, condutores do sistema produtivo, ao contrário daquela definida por "controle nacional do sistema produtivo". Cardoso analisa a origem dessa situação nos seguintes termos: "Parece que o caso mais geral de formação de enclaves nas economias latino-americanas expressa um processo no qual os setores econômicos controlados nacionalmente, por sua incapacidade para reagir e competir na produção de mercadorias que exigiam condições técnicas, sistemas de comercialização e capitais de grande importância, foram paulatinamente desarticulados" (DDAL, pp. 46-47).

A base da organização de enclave residiria na *ausência originária* de esforço para "aproveitamento da terra e da força de trabalho disponíveis" (DDAL, p. 47), que ele considera como a possibilidade fundante da "produção direta de capitais". Ou seja, tudo se resume em que nas economias de "controle nacional do sistema produtivo" existiu o "esforço" para a "produção direta de capitais"; nas de enclave, esse "esforço" não se colocou, alterando o formato do "sistema de dominação", de maneira que "Nessas condições, os produtores locais perdem em grande parte a possibilidade de organizar dentro de suas fronteiras um sistema

autônomo de autoridade e de distribuição de recurso” (DDAL, p. 47).

Convém notar que o capital presente na fase de transição (investido de fora ou formado diretamente) é conduzido e orientado pelas forças políticas que “vieram se formando desde o período colonial”, e instituíram, no caso dos países organizados sob “controle nacional do sistema produtivo” o “sistema autônomo de autoridade”. Esse sistema, por seu lado, deita raízes naquele *esforço originário* de aproveitamento das condições disponíveis, esforço esse ausente nas organizações de enclave.

De maneira que não foi pela presença do capital externo ou pela formação direta de capitais que as diferenciações entre países e regiões se expressaram na América Latina diferenciando o “controle nacional do sistema produtivo” do “enclave”. O desenvolvimento desigual registrado pelo autor na fase de transição fica condicionado não à consistência e origem dos capitais, investidos nesses países, mas nesse *esforço* ou na sua ausência, cuja origem não é revelada.

Nestas condições, a análise de Cardoso conduz a uma concepção de capital que parece retirar-lhe o verdadeiro significado, que é o de ser força produtiva do desenvolvimento socioeconômico, portanto referência incontornável e determinante da ação política. Na análise do sociólogo paulista, a ação política que se caracteriza pelo esforço originário de aproveitamento das condições locais é que determina o rumo econômico, seja do enclave, seja do “controle nacional do sistema produtivo”. De forma que as diferenciações parecem, em sua concepção, ser auto-engendradas no seio das organizações políticas locais.

Portanto, para os países de “controle nacional do sistema produtivo”, coube a armação do “sistema autônomo de autoridade”, enquanto que, para os de “enclave”, não coube. Desta maneira, também as relações internacionais se diferenciaram, pois às organizações de “controle nacional do sistema produtivo” correspondeu maior poder de negociação e fortalecimento dos laços econômicos na

forma como o autor o entende, isto é, através de relações político-econômicas que permitissem enfrentar, avançar ou recuar, segundo a capacidade de aproveitamento das condições existentes que a organização política interna possibilitava.

Por fim, nas organizações econômicas de “enclave”, o setor moderno se acopla de fora para dentro, e é o que corresponde diretamente aos empreendimentos externos implantados internamente, e controlados localmente pelas forças externas.

Essa diferenciação, criada pelo autor, visa a fundamentar, através do “aproveitamento original” dos meios existentes (terra e mão de obra, principalmente), as condições históricas que favoreceram ou dificultaram a “formação direta de capital” em cada uma dessas modalidades, e esta formação dependeu daquela iniciativa e das possibilidades políticas de controle que delas emergiram.

De forma que o que interessa ao autor é definir, dentro dos distintos países, distinção marcada pelo *tipo* de controle do sistema produtivo, os *caminhos políticos* que se colocaram no “período de transição”.

O autor volta-se para o plano político, pois é neste, segundo ele, que residem as condições e possibilidades de desenvolvimento, modernização e industrialização. As condições produtivas oriundas da “fase ou período de transição” (1850/1930) “foram relativamente secundárias para explicar a presença de uma política de consolidação do mercado interno e de desenvolvimento industrial” (DDAL, p. 74). De maneira que o “controle nacional do sistema produtivo” e o “enclave”, de acordo com a concepção do autor, são também referências para sua análise posterior “do desenvolvimento nos países latino-americanos que se industrializaram” (DDAL, p. 74), processo este que se explica “pela forma como as classes e grupos sociais - ‘tradicionais’ ou novos - conseguiram dinamizar sua força, tanto em termos das organizações de classe que formaram /.../ quanto em termos das alianças políticas que se propuseram e das

orientações políticas que criaram ou avocaram para si para impor um sistema viável de dominação” (*DDAL*, p. 74).

Considerando mais particularmente as “economias de enclave”, o autor destaca alguns casos em que se colocaram “políticas preocupadas” com a instalação industrial, “como o Chile /.../ onde o setor externo se impôs quando já existia um importante setor mercantil-financeiro e, em consequência, uma classe média em condições de reivindicar a criação de bases nacionais para a expansão econômica” (*DDAL*, p. 89), e outros, como o México e a Venezuela, em que os setores médios tiveram o ímpeto de “inserir-se revolucionariamente dentro do aparato do Estado e utilizaram-no para criar uma economia nacional” (*DDAL*, p. 89).

Por fim a diferenciação que Cardoso estabelece entre “controle nacional do sistema produtivo” e enclave tem como objetivo mostrar que a capacidade de “controle nacional” dos países periféricos tem seu ponto de partida nas “iniciativas originais” que permitiram, em graus distintos, expressar uma maior, quando se trata do “controle nacional do sistema produtivo”, ou uma menor, quando se trata do enclave, capacidade de dominação política. De sorte que as determinações externas se fizeram mediadas pelos “sistemas de poder” locais, mediação mais ou menos eficiente segundo cada padrão de organização; com base nesse pressuposto, ele explicita as condições políticas necessárias para alavancar os processos de desenvolvimento socioeconômico a partir das “duas situações básicas de relacionamento das classes entre si, com o Estado e com o sistema produtivo, em função do modo de relação deste com o mercado internacional e da forma de controle da produção” (*DDAL*, p. 140). Em síntese, seu objetivo é demonstrar que em nenhum dos casos (“controle nacional do sistema produtivo” e enclave) nos encontramos diante da “inevitabilidade da história nacional tornar-se o puro reflexo das modificações ocorridas no pólo hegemônico externo”, embora “nem estas são irrelevantes para a autonomia possível da história nacional” (*DDAL*, p. 140). De

forma que, em face do processo histórico internacional, os dois casos estão submetidos às mesmas condições. De modo que a distinção entre “controle nacional do sistema produtivo” e “enclave”, na forma em que ele os definiu (embora não haja dúvidas quanto à existência de diferenças históricas entre os países latino-americanos), apenas evidenciou a existência de um gradiente de “autonomia política” dos países em face das relações externas, porque nuns houve mais esforço para aproveitamento das condições internas, e noutros nem tanto, o que permitiu, neste caso, a ação direta de empreendedores externos na composição do poder local, condição relativamente passageira, pois, com o início da industrialização, esse gradiente já não mais vigorará.

Tratando especificamente do caso brasileiro, de sua complexidade histórica, afirma o autor que “O Império organizará uma burocracia incipiente, politicamente destra” (*DDAL*, p. 64), que permitiu ao poder moderador do imperador conduzir em condição de equilíbrio e “autonomia local dos ‘senhores’” de terras e escravos. Essa condução é operada por um “jogo político formal entre dois partidos - um liberal e o outro conservador” (*DDAL*, p. 64).

Com a abolição do trabalho compulsório e em seguida a queda do Império, emerge o grupo republicano no poder sob a organização do Partido Republicano. Conta-se, desde 1870, com o trabalho livre, que, segundo o autor, é a “cristalização de uma situação social capitalista burguesa [que] surge pela primeira vez de forma mais evidente dentro do ‘sistema agro-exportador’” (*DDAL*, p. 64). Embora se mantivesse em pé a “soma de interesses regionais baseados em uma economia escravocrata e uma dominação patrimonialista” (*DDAL*, p. 63), a fazenda foi o primeiro pólo de modernização, dada a presença do trabalho livre que nela se verifica.

Com a implantação republicana se torna possível a emersão “de alianças locais sob o predomínio dos grupos agro-exportadores capitalistas do Centro-Sul,

mas sem excluir os setores agro-exportadores de outras regiões, nem muito menos os proprietários de latifúndios de baixa produtividade” (*DDAL*, p. 65).

Um episódio externo, a Primeira Guerra Mundial, de um lado, e a lentidão com que a oligarquia agrária conduzia as possibilidades de “diferenciação da economia”, de outro, fazem despontar uma situação política que favoreceu as tendências antioligárquicas. Manifestam-se contra sua dominação os “grupos urbanos, isto é, os profissionais liberais, os funcionários, empregados, e inclusive setores operários” (*DDAL*, p. 66). Convém lembrar, com o autor, que nesse período (1920/30) os “jovens militares que continuavam baseando seu comportamento e sua ideologia em valores de inspiração estamental” (*DDAL*, p. 66) se juntam às reações antioligárquicas, formando um conjunto de movimentos que atingirão o alicerce do sistema de dominação agroexportador. Segundo Cardoso, “A crise da dominação oligárquica manifestar-se-á plenamente com a revolução de 1930, evidenciando a precariedade do esquema de alianças regionais, realizado no plano exclusivo das camadas dominantes” (*DDAL*, p. 66).

Dando seguimento a seu raciocínio, o autor define o novo esquema de aliança que dará sustentação ao próximo período, já com Vargas: “A antiga aliança oligárquico-capitalista /.../, foi substituída por uma política centralista que, embora respeitando os interesses locais agro-exportadores, formava, ao mesmo tempo, uma base econômica urbana suficiente para permitir o surgimento de uma burguesia industrial e mercantil, em função da qual se diferenciavam socialmente, por outro lado, os setores da nova ‘classe média’ e os setores operário-populares” (*DDAL*, p. 67).

A nova situação política desenvolvida com a Revolução de 30 reflete a presença de segmentos sociais que, embora posicionados numa escala média de atividades, diferenciam-se segundo as condições socioeconômicas das quais emergem. Trata-se da “nova classe média”, que passa a exercer pressão política em

favor da modernização, indo além das pressões exercidas pela “classe média tradicional”, antioligárquica, mas de origem e função restritas ao âmbito agroexportador. A “nova classe média” responde às funções criadas pelas atividades urbano-industriais, e se ligam, dando apoio sob a forma de “grupo de pressão”, aos “jogos políticos” convenientes ao novo esquema aliancista de Vargas.

Contudo, os esquemas aliancistas que nascem e que contam com os novos setores, os “modernos”, permanecem submetidos aos padrões “tradicionais”. A base política permanece patrimonialista em todo o percurso político da “fase de transição”; isso mostra que os setores “tradicionais” não foram superados e a modernização do estado, a hegemonia política modernizante, não pôde se completar.

Durante o primeiro período republicano, mesmo com a superação do trabalho compulsório, com a formação do pequeno mercado interno, da frágil indústria nativa, mantém-se no plano político aquele caráter patrimonial-tradicionalista. De outro lado, e em total consonância com este, a modernização econômica, embora tenha se iniciado exatamente na “fazenda”, como diz Cardoso, com a instauração do trabalho livre, das operações comerciais, bancárias e administrativas modernas, não eliminou a presença de formas tradicionais de exploração do trabalho (barracão, cambão e outras). Assim, embora a modernização econômica tenha se iniciado pela fazenda, as “reminiscências” de formas de exploração não “racional” do trabalho acabam por permanecer nesse setor¹⁰, e o campo, a organização agrária, se torna um reduto do tradicionalismo, que para o autor reflete indubitavelmente as “sobrevivências do antigo regime patrimonialista” (1961, *MSAL*, p. 226).

De forma que o autor atribui o reduzido dinamismo do capitalismo

¹⁰. O autor procura especificar sua concepção tomando como referência José María Echevarría, que argumenta nessa direção dizendo que a fazenda “foi tradicionalmente uma célula de poder político-militar /.../, serviu de modelo a um

brasileiro à sua origem escravocrata, que gerou o que ele trata por “sistema patrimonial de dominação”, sistema que permeou toda a organização política brasileira desde os idos coloniais até a fase de industrialização. Suas críticas ao “setor tradicional”, setor que representa a continuidade de componentes do antigo regime, baseiam-se no fato de que “há propriedades que se mantêm como sobrevivências do antigo regime patrimonial e são exploradas pelos que as possuem, como autênticos rentistas” (1961, *MSAL*, p. 226). Essas “sobrevivências do antigo regime” caracterizam-se pelo “*cambão, a meia, a terça, o vale-do-barracão, o engano-do-lápis* e outras formas /.../ pré-capitalistas de exploração do trabalho agrícola” (1961, *MSAL*, pp. 223/4)¹¹.

Cabe aqui uma observação: a concepção do autor sobre o “setor tradicional” altera-se visivelmente após o golpe de 64, quando então esse setor já não é mais tratado como excrescência do antigo regime, mas, ao contrário, é caracterizado como setor flexível e de destaque econômico: “a estrutura da ‘fazenda’ e a exportação dos produtos primários constituíram no passado – e, em grau significativo, constituem até hoje – as atividades fundamentais das nações do continente” (1965, *MSAL*, p. 39). Mais que isso, o autor ainda expõe o papel das “classes tradicionais” como positivo para as alterações político-econômicas, afirmando que reagem “às pressões renovadoras geradas pelos outros grupos” (1965, *MSAL*, p. 39) de dupla forma: “no plano econômico, associando-se às iniciativas postas em marcha pelo ‘setor moderno’” (1965, *MSAL*, p. 39) e, “no plano político-social, demonstrando flexibilidade para assimilar e amortecer as pressões renovadoras” (1965, *MSAL*, p. 30).

Por fim, destaque-se que, a despeito da superação do período colonial, a

padrão de autoridade e criou um tipo humano de caráter singular” (*apud MSAL*, p. 40).

¹¹ . Muito embora, em sua análise sobre o “escravismo meridional” (*CEBM*), ele trate o período por “capitalismo escravista”, no artigo indicado a exploração do trabalho nas fazendas que não se caracterizam pelo assalariamento monetário é considerada como “formas /.../ pré-capitalistas de exploração do trabalho”.

herança patrimonialista manterá seu peso e determinação nos sistemas de dominação até a implantação ditatorial de 64.

2. Tradicionalismo e Debilidade da Burguesia Nacional

A organização industrial vegetativa e doméstica, iniciada em meados do século XIX, contou com um tipo particular de burguesia, que revelava o peso de sua origem colonial, o patrimonialismo-tradicionalista, que permaneceu contraditoriamente como suporte da modernização industrial. Com base nisso, Cardoso buscará caracterizar essa burguesia, sua consciência de classe e seu débil potencial político-econômico, bem como o padrão industrial que lhe correspondeu.

Vimos que o momento em que elementos de uma indústria local incipiente polarizam-se urbanamente diversificando os segmentos sociais, formando grupos novos, grupos médios, capazes de exercer pressão política em favor da modernização industrial, é tratado pelo autor por período de transição. Esse período compreende aproximadamente da finalização do trabalho compulsório e o início do trabalho livre até a Revolução de 30, que desmonta a hegemonia das oligarquias agroexportadoras.

Em meio a essa diversidade socioeconômica vai se desenvolvendo uma indústria de padrão nativo, conduzida pela burguesia correspondente, bem como vai se alterando o perfil urbano de determinadas regiões com a criação de novos segmentos sociais, cuja atividade política resulta na consolidação da luta antioligárquica. Surge um impulso favorável à industrialização, com o encerramento da fase de transição, e com a redução da presença oligárquica naquele cenário histórico brasileiro. Emerge, então, a burguesia nacional, com um procedimento político decalcado dos padrões patrimonialista-tradicionais, e com limites econômicos bem pronunciados, que obrigarão à presença do estado para

compor e dinamizar o processo da industrialização. Este, por sua vez, foi viabilizado pela formação de uma aliança política construída a partir da redução da presença de parte da oligarquia agroexportadora e inclusão dos novos segmentos urbano-industriais gestados na fase de “transição”.

Cardoso procura mostrar, desta forma, que, neste curso do desenvolvimento socioeconômico, alteram-se as condições políticas, pois: reduz-se a presença do setor agrário, que, apesar de tudo, mantém sua importância econômica; mas acentuam-se as tendências de industrialização, sem que desapareça o tradicionalismo.

Com isso surge um impulso industrialista que, por suas características históricas e principalmente pelo “tipo singular” da burguesia que o conduz, subordina-se facilmente ao tradicionalismo, dada a ausência de força inovadora dessa classe e por sua incapacidade de resistir a essa estrutura de dominação.

De maneira que “na fábrica - na vida econômica - a moral capitalista já impera” (*EIDEB*, p. 172), enquanto que “na vida política - os preconceitos patrimonialistas arraigados desde o passado escravocrata impedem que industriais descendentes de senhores de escravos /.../ situem-se socialmente em termos do que Weber chamava da ‘posição de mercado’” (*EIDEB*, p. 173); isto é, “impede que os industriais” se ponham à altura das demandas que o capitalismo coloca para sua realização, assumindo adequadamente a “moral capitalista” (de tipo weberiano).

O sociólogo paulista busca mostrar que a burguesia nacional limita-se à vida privada, à economia, sem lutar para alçar posição na “vida política”, na vida pública, afirmando que a incorporação da “moral capitalista” é suficiente apenas à continuidade dos negócios, mas não se estende para a política; além disso, sem união de classe, o molde tradicional persiste ainda nas atuações dos grupos empresariais ou dos empresários individuais.

O empresariado conduz-se de maneira heterogênea, dificultando seu próprio

acesso a uma posição hegemônica no plano político; conforme o autor, “a participação isolada de industriais ou de grupos de industriais no jogo político tende a caracterizar-se pelo individualismo e, muitas vezes, pelo oportunismo” (*EIDEB*, p. 175); esta seria a “forma possível de ação política”, cujo conteúdo é de “tipo patrimonial ainda dominante”, o que, em sua concepção, demarca os limites dessa classe no plano da hegemonia política, ônus com o qual ela arcará historicamente, uma vez que sua ação em face do estado não será compatível “com sua ‘situação de classe’”: “Na forma de encarar o Estado /.../ dissociam a condição de empresários da condição de cidadãos” (*EIDEB*, p. 175). De forma que “sentem-se /.../ sem responsabilidade pela Nação e definem-se sistematicamente como um grupo alheio às decisões do governo” (*EIDEB*, p. 175).

Com a indicação dessa dicotomia, Cardoso aponta para uma particularidade dessa classe, cuja “vida pública” se expõe empobrecida por sua posição “alheia às decisões do governo”, sem iniciativa política, sem perspectiva de “homem público”, arraigada à sua “vida privada”.

Estas considerações sobre a burguesia nacional servem como referência para explicar sua atividade objetiva, que se demarca do estado, das atividades públicas. Porém, para o autor, os fundamentos desse quadro de limitações residem, *não no caráter do capitalismo que aqui se desenvolveu*, mas no procedimento tradicional, no preconceito, no patrimonialismo que permeou desde o início sua formação social.

Embora o autor tenha pesquisado o período escravista no Brasil, explicitado o caráter político-econômico da fase colonial, as restrições ao desenvolvimento que o trabalho compulsório, de um lado, e a produção agroexportadora, de outro, impuseram à realidade econômica brasileira, o substrato teórico preservado por ele na explicação da fragilidade da classe burguesa nacional remonta apenas ao tradicionalismo patrimonialista emerso no que chamou de capitalismo escravista.

Toda a base estrutural, as relações de subordinação colonial, tanto econômica quanto política, são postas à margem do que supõe ser o fundamento da inconsistência histórica de classe da burguesia nacional.

Desta forma, as características da burguesia, seu “tipo humano de caráter singular”, encontram-se determinadas pelo tradicionalismo; sua atitude histórica retrógrada reflete-se no seu afastamento dos problemas públicos. Assim, seu comportamento político mediado por concepções tradicionalistas (de origem patrimonial), seu afastamento das lutas pela hegemonia política, tudo isso implica em que a acumulação de capital exija, aqui, a presença do estado, a fim de completar o que lhe falta e superar os limites dessa classe.

Investigando sua gênese histórica, Cardoso afirma que “a burguesia industrial brasileira era originária de dois setores sociais distintos: os agricultores capitalistas, principalmente os produtores de café, e os imigrantes que se estabeleceram nas cidades no setor artesanal e no setor comercial e que, lentamente, prosperaram e se transformaram em ‘industriais’ quando as condições de mercado favoreceram tal progresso” (1967, *MSAL*, p. 159). Essa origem, nas palavras do autor, “levaria à transformação de alguns setores da burguesia agrária em empresários industriais” (1967, *MSAL*, p. 159). Contudo, se sua origem agrária, por si só, impede-lhe transformar-se “em classe reitora do processo histórico” (1967, *MSAL*, p. 160), os grupos imigrantes, em função de sua situação de “segmentos marginais”, não reuniram condições para alçar-se à liderança do processo político.

De outro lado, a burguesia que veio se deslocando do setor agroexportador para a indústria facilitou as condições para a formação do capitalismo¹², na medida em que já funcionava como empresária, seja no comércio, nas finanças ou na

¹² . Uma análise diferenciada dessa temática pode ser encontrada em Francisco de OLIVEIRA, *Economia da Dependência Imperfeita*,

fazenda. O “fazendeiro que alugava a força de trabalho do imigrante calculava, como capitalista que se tornava, a rentabilidade do capital variável invertido na empresa sob a forma de salários” (1960, *MSAL*, p. 191). Esses fazendeiros deslocam-se para as cidades, deixando a produção agrária por conta de administradores, e passam a investir em estradas de ferro, infra-estrutura urbana e, com a ampliação de sua visão de negócios, acentuam sua inclinação para tecnologia e inovações em geral. Contudo, o autor não se preocupa aqui em definir com que base econômica, financeira, esse investimento é viabilizado; sua preocupação centra-se na dinâmica política.

Por outro lado, como vimos, essa classe não luta pela hegemonia política; ao contrário, a burguesia nacional estabelece relações com outros grupos e classes que permitam a defesa dos seus interesses no plano econômico, na vida privada.

Porém, os sistemas de poder dependem, a cada passo, do “jogo político” que os setores de classe e os grupos sociais empreendem através de alianças, composições, que permitam o estabelecimento e concentração das forças sociais no estado, e a fase de “transição” marcou os procedimentos políticos das novas forças no sentido da alteração da composição dos grupos e classes sociais, “pela presença cada vez mais importante e pela participação crescente das classes médias urbanas e das burguesias industriais e comerciais no sistema de dominação” (*DDAL*, p. 91).

A participação política da burguesia na forma exposta revela-se mais como contingente do que como produto de ação consciente, ou resultado de um projeto que mostrasse sua “consciência de classe”. Contudo, a pressão exercida pelos novos segmentos sociais, principalmente no final da fase de transição, possibilitou as alterações na “correlação de forças políticas” que foram ocorrendo durante aquela fase. Essas alterações caracterizaram-se pela inclusão dos segmentos médios urbanos numa espécie de “sistema de pressão” suficiente e eficiente para ampliar o quadro de reivindicações políticas, particularmente industrialização e

modernização, que encabeçavam sua pauta reivindicativa, na busca de respostas positivas às pressões políticas. Assim nasce, segundo o autor, a perspectiva político-econômica de “substituição de importações”, que inaugura o período pós-30 e conseqüentemente a fase de industrialização brasileira.

As alterações de grupos e classes sociais em relação ao período posterior à fase oligárquica deverão expressar um “novo equilíbrio de poder”, sem o qual o processo de desenvolvimento econômico encontraria obstáculos intransponíveis para seu prosseguimento: “Em sua expressão formal, o jogo político-social na fase da industrialização substitutiva consistirá nos acordos e alianças que as forças sociais possam constituir e que expressem o novo equilíbrio de poder” (*DDAL*, p. 93)¹³.

Essas forças constituem-se nos grupos e classes que buscaram pressionar o poder desde a “fase de transição”, no período de crise da oligarquia agroexportadora: classes médias ascendentes, burguesia urbana, tanto mercantil quanto industrial e financeira, ao lado dos grupos importadores e exportadores, e os latifúndios de baixa produtividade.

A novidade política, para o autor, reside na presença dos “novos segmentos sociais” na composição do sistema de poder, de sorte que, com a superação da crise agrária, com o início da substituição de importações e do mercado interno, a burguesia nacional e as classes médias formarão um campo de pressão cada vez mais atuante na defesa da política de industrialização. Observe-se que a iniciativa política da burguesia só se põe com a presença desses segmentos médios, com a participação de outros setores sociais que perspectivam na industrialização a realização de seus interesses particulares. Nesse momento, encontramos-nos diante da “sociedade de massa” em formação, como indica o autor, cuja diferença mais

¹³ . O processo de industrialização considerado pelo autor como “substitutivo” é retirado das análises econômicas de Maria da Conceição Tavares, conforme *DDAL*.

marcante em relação à dos países originários do capitalismo reside na persistência dos setores tradicionais no quadro político, tais como oligarquia exportadora e importadora. Ademais, esse processo de industrialização (“substituição de importações”) alterou a estrutura interna, criando uma massa de consumidores locais, ao lado da modificação na estrutura de emprego; reorganizou-se o estado, e foram gestados os lineamentos iniciais de uma ideologia nacionalista. Esse período de desenvolvimento permitiu a assimilação de setores médios, como foi dito, e a criação de um processo de “estratificação social” no interior das classes produtoras, possibilitando a formação de uma “elite industrialista”¹⁴ que compactou os interesses da burguesia como um todo.

Cardoso destaca que essa “elite”, no início da fase “substitutiva de importações”, não teve em seu procedimento uma orientação política adequada, pois a “politização dos homens de empresa é um processo tardio no Brasil”. Enquanto no caso das burguesias originárias as altas taxas de acumulação e o grande volume de lucro compatíveis com a sua autonomia nas decisões econômicas lastreavam sua “razão de ser”, no Brasil o desenvolvimento empreendido com a presença do capital estatal e/ou com recursos externos retira qualquer possibilidade desta classe de tomar para si as decisões econômicas. Fato que leva o autor a questionar se o desenvolvimento pode converter-se em “razão de ser” da burguesia nacional brasileira, sem a presença do estado ou do capital externo no processo. Assim, as condições políticas nas quais se movem as burguesias originárias condicionam um procedimento distinto do da burguesia nacional. Enquanto aquela

¹⁴. Esse conceito vem sendo utilizado entre aspas pelo autor, que esclarece seu entendimento sobre ele afirmando que sua utilização exige “cuidados”, por ter uma “acepção um tanto ambígua” quando aplicado na América Latina, assim “ora expressará a formação de novos grupos dentro das classes chamadas produtoras, ora apontará para a questão crucial da transformação do próprio padrão estrutural das sociedades latino-americanas” (1966, *MSAL*, p. 53). E mais adiante ele aponta a “elite empresarial” como um “indicador do tipo de transformação social por que passam as sociedades latino-americanas” (1966, *MSAL*, p. 53). E por fim indica a última acepção em que a “heterogeneidade do sistema de classes e o papel de liderança que podem exercer subgrupos específicos para a definição de objetivos e de políticas dentro de uma mesma classe” (1966, *MSAL*, p. 53).

opera através do estado os projetos coletivos, revelando o compromisso social de seu empreendimento, no Brasil os limites de atuação dessa classe revelam o caráter tradicional de sua origem, como impedimento para um compromisso que ultrapasse seu interesse imediato na vida privada. O autor traça com base nisso as linhas sinuosas que refletem o percurso político da burguesia nacional em face das decisões políticas dos processos econômicos e sociais.

Nas comparações estabelecidas entre as burguesias originárias e a brasileira, Cardoso destaca a solidez das condições econômicas das primeiras, a partir e com as quais elas empreendem a dominação política. No caso da burguesia brasileira, essas condições não se desenvolveram, e o autor considera como fundamento de seus limites políticos características culturais, político-ideológicas, que levam a limites econômicos - conforme sua indicação sobre o caráter tradicionalista e patrimonialista da burguesia nacional.

A ação diretamente econômica, a “função econômica” como diz o autor, permitiu a formação de uma camada dinâmica no plano industrial, porém sem que isso se traduzisse na estruturação de um projeto consciente, para toda a nação, de implantação e desenvolvimento industrial. Não há um compromisso de classe com o processo de industrialização, segundo Cardoso, pois os empresários “não se organizavam em torno da dimensão política do comportamento empresarial. Essa, só mais tarde, se incorporou às preocupações da burguesia industrial” (1966, *MSAL*, p. 73); e os “grupos” que conseguiram dominar o estado empreenderam uma reorganização do sistema político pressionados pelo dinamismo das massas populares e pelas classes médias.

Por seu lado, a “elite empresarial” vai fortalecendo seus laços de classe social a ponto de revelar-se politicamente de forma homogênea através de pontos convergentes em sua ideologia política, tais como: o predomínio da empresa privada no processo industrial; a presença do estado como “agente regulador” das

atividades econômicas; o investimento estatal nos setores de base e de risco; e a presença do capital externo no processo de desenvolvimento.

A “elite empresarial” aparece na análise de Cardoso expressando o padrão mais elevado de consciência da burguesia nacional. Contudo, o foco mais significativo da burguesia reside em sua estratégia diante do processo de desenvolvimento do capitalismo dependente, que toca nos capitais necessários à sua efetivação. Sua estratégia consiste em conceder através das associações com o capital externo, ou conceder através de alianças com os setores populares, para demarcar-se do estado, embora se apoiando nele, que veio desenvolvendo uma perspectiva capitalista nacionalizante. Essa estratégia reflete sua incompatibilidade com a vida pública e com a perspectiva nacionalista, isto é, um procedimento marcadamente alheio às questões nacionais, que não lhe dissessem respeito diretamente em termos de lucro privado.

De acordo com a análise de Cardoso, a posição político-estratégica da burguesia expressa sua origem, seu passado rural, mas também as alternativas possíveis, em termos do papel econômico privado que ela assume. Afirma o autor que é na postura estratégica adotada que se revela a “inconsistência da ‘burguesia industrial nacional’ como mola para uma política nacional de desenvolvimento” (1967, *MSAL*, p. 160), pois, historicamente, “Os reflexos de suas origens far-se-iam sentir em sua ação política” (1967, *MSAL*, p. 160). As marcas do seu passado, indelévels, “não permitiriam que ela purgasse o pecado original de sua criação” (1967, *MSAL*, p. 160).

Os traços que definem essa burguesia são os de retraimento e vacilação diante do compromisso histórico que lhe caberia, qual seja, o de empreender o desenvolvimento e a modernização tanto política quanto econômica.

Com isso, o autor vai demonstrando a debilidade burguesa em cumprir o papel histórico que lhe cabe, papel que as burguesias dos países desenvolvidos

lograram realizar. Ele já indicara que aqui no Brasil não se repete o que se efetivara nos EUA e Europa, países originários do capitalismo, e portanto em condições adequadas para a formação de uma consciência progressista político-economicamente. As alternativas aqui não eram as mesmas: “Diante das opções concretas para o favorecimento de uma política desenvolvimentista - que implicariam /.../ no fortalecimento do Estado e na aliança com as classes populares - a burguesia industrial vacilaria e optaria por uma política de retraimento” (1967, *MSAL*, p. 160).

O autor busca perfilar a fragilidade da burguesia nacional afirmando que, diante da complexidade socioeconômica, escolhe uma estratégia retrógrada de acomodação “com parte dos setores tradicionais politicamente dominantes, preferindo perder a *chance* histórica de controlar a orientação global do processo de desenvolvimento, para manter realística e timidamente uma participação limitada no jogo político vigente” (1967, *MSAL*, p. 161)¹⁵. Essa posição revela também o seu receio ante a ação das massas populares. E, por último, afirma Cardoso que essa posição da burguesia se explicita “como um modo objetivo de expressar o relacionamento específico entre distintos setores capitalistas que têm na política de ziguezagues uma possibilidade mais segura de sobrevivência” (1967, *MSAL*, p. 165).

Cardoso trata como vacilante essa classe, cuja origem deita raízes na “elite econômica nativa”, que conquistou um “controle nacional do sistema produtivo”, mas que não se colocou na posição de solucionar os desafios postos por uma economia restrita em termos das possibilidades industriais. De outro lado, e talvez o mais decisivo na estruturação de sua perspectiva de classe, está a subsunção ao

¹⁵. Ao aludir à posição vacilante da burguesia, o autor está buscando mostrar que ela não faz a aliança com os trabalhadores e com o estado no sentido de posicionar-se progressistamente, como supôs a esquerda, o PCB em particular, na direção de construir um capitalismo autônomo; seu interesse privado empurra-a para compor com o capital externo.

tradicionalismo, que restringe as ações necessárias para a consecução dos empreendimentos capitalistas demandados no período.

De forma que na produção teórica do autor está presente um conjunto amplo de indicações sobre o caráter vacilante e arredio da burguesia nacional. Por exemplo, ao referir-se aos investimentos externos ou públicos, explica que “Entre estes dois pólos a burguesia nacional hesita incessantemente” (*EIDEB*, p. 178), o que lhe dificulta reagir “como grupo aos problemas com que se defrontam” (*EIDEB*, p. 171), pois “é preciso considerar que a ‘situação comum de classe’ é recente” (*EIDEB*, p. 171). Resulta dessas considerações a conclusão sobre sua inconsistência nas tomadas de decisão diante de objetivos de cunho coletivo, isto é, “Numa economia subdesenvolvida /.../ para que a iniciativa privada se lance à proeza do desenvolvimento é preciso que haja o apoio maciço de recursos externos de capital ou então que o estado carregue a poupança nacional” (*EIDEB*, pp. 89-90) na direção do desenvolvimento, para assegurar à burguesia nacional uma base de apoio, sem a qual esse processo fica comprometido.

A dinâmica do estado caminha, nas suas análises, paralelamente à ausência de dinamismo da burguesia nacional, isto é, estado e burguesia aparecem como que exteriores um ao outro, e ao juntar o fato de que a burguesia não luta pela hegemonia (o que resulta na “perda das chances” para tal), o autor reforça esse caráter de exterioridade, particularmente na fase nacionalizante da industrialização.

Porém, conduz essa bifurcação entre burguesia e estado apoiado na concepção de que a fragilidade da burguesia, por sua origem e concepção, reflete-se em sua “vontade política”, que, estiolada, obriga-a a retrair-se diante de suas responsabilidades históricas. Resta, no entanto, uma questão: por que o autor, embora definindo o caráter arredio da burguesia por sua fragilidade política, afirma, ao contrário, um dinamismo com a presença do investimento externo, do capital externo, ou do capital estatal? A fragilidade é política ou econômica? Ou ainda, a

fragilidade não seria tanto política quanto econômica? Se assim for, não seria o padrão de capital e capitalismo que aqui foi se objetivando a base de sua fragilidade?

De qualquer forma, segundo Cardoso, falta “à massa dos industriais a socialização necessária para o desempenho dos papéis a que deveriam responder” (*EIDEB*, p. 175), pois “como cidadãos de uma república democrático-burguesa” (*EIDEB*, p. 175) seu compromisso político-econômico demanda uma ação de vanguarda e não de retaguarda. Contudo, “Sentem-se /.../ sem responsabilidade pela Nação e definem-se sistematicamente como um grupo alheio às decisões do governo” (*EIDEB*, p. 175).

A impossibilidade de cumprir o papel que lhe cabe afeta, na base produtiva, a classe trabalhadora, que se vê compelida a arcar com o ônus dessa debilidade. Muito embora o autor não evidencie essa questão na forma em que estamos propondo, ele deixa alguns traços indicados nessa direção. O fato é que a inconsistência desse padrão capitalista gera aqui um “capitalismo capenga”, como o trata o autor; seu desenvolvimento não se traduz, por exemplo, em desenvolvimento salarial, ou seja, o desenvolvimento capitalista aqui não corresponde ao progresso social.

Como a burguesia não se encontra em condições de se posicionar hegemonicamente, dados seus limites, tanto políticos como econômicos, sua dinâmica expressa uma luta de resistência para conviver entre o estado, o setor popular e as forças que o capital externo expressa, muito embora este último apresente atrativos que facilitam as ações associativas da burguesia.

Apoiado nessa argumentação, o autor demonstra a ausência, na burguesia nacional, do que chamou de “vocação hegemônica”, a “vocação” para conduzir autonomamente o sistema de dominação e permanecer no “jogo político”. Ao contrário, ela empreende alianças com os setores tradicionais e externos, excluindo

as massas populares, e mantendo-se no processo de maneira subordinada, “como caudatária dos grandes grupos monopólicos, ou como dependente do setor público” (1967, *MSAL*, p. 184). Isto demonstra, como diz Cardoso, a flagrante distinção entre o processo político empreendido pelas burguesias dos países originários, clássicos, e a dos subdesenvolvidos, dependentes.

Quanto ao tratamento da posição ideológica da burguesia nacional, notamos uma mudança na postura do autor. Em 1963 ele afirma que “À falsa consciência da situação presente juntam um ato de fé quanto ao futuro” (*EIDEB*, p. 177), pois os “‘novos burgueses’ ainda se apegam às crenças e ideologias das camadas donde provieram” (*EIDEB*, p. 178). Em artigo de 1967, entretanto, ele afirma que o procedimento do empresariado industrial não se dá “como um processo subjetivo da falsa consciência¹⁶ burguesa, mas ao contrário, como um modo objetivo de expressar [-se]” (1967, *MSAL*, p. 165).

Enquanto no primeiro ele afirma a “falsa consciência” dessa classe que não compreende o processo socioeconômico em que está envolvida, no segundo ele releva, ao contrário, a objetividade de expressão de sua consciência. Essa mudança de posição é mediada pelo golpe militar de 1964¹⁷, e nos parece que justamente esse episódio altera sua concepção. Até a produção de *EIDEB*, vê a burguesia nacional como oscilante, indefinida e inconsciente de sua própria situação histórica e de classe; em seus escritos posteriores ao golpe, e em particular no texto citado, essa indefinição já não é registrada, ao contrário, é posta de manifesto uma objetividade nos seus atos e na sua consciência.

Desdobrando um pouco mais a posição do autor sobre a “consciência da burguesia nacional”, observamos que sua atenção centra-se na fragilidade político-ideológica que ele identifica nesta, ao indicar que “Falta-lhes, pois, uma teoria que

¹⁶. Aqui não trataremos do significado histórico-concreto desse termo, pois o autor o utiliza no sentido lato, isto é, ausência de consciência da realidade.

¹⁷. A análise das concepções do autor sobre a ditadura militar foi efetivada no Capítulo IV desta dissertação.

conduza coerentemente a ação” (*EIDEB*, p. 178), em contraste com as burguesias originárias, que detinham uma “ética” ou o “espírito do capitalismo”. Em seguida, afirma: “Mas esta falta não é acidental” (*EIDEB*, p. 178), pois a burguesia nacional constituiu-se por “um padrão acanhado de comportamento econômico que tem suportes contraditórios no investimento estrangeiro e nas inversões estatais” (*EIDEB*, p. 178). Além disso, diz Cardoso para confirmar sua análise, “a ação econômica dos industriais termina tendo de ser orientada antes pela opinião do dia-a-dia, ao sabor do fluxo e refluxo dos investimentos estrangeiros e da política governamental” (*EIDEB*, p. 178). Porém, após o golpe ditatorial de 64, esses “suportes contraditórios” que inibiam a ação burguesa convertem-se em impulso dinâmico, apoio e sustentação de sua ação.

De forma que essa mudança de concepção do autor reflete as alterações político-econômicas que estiveram em curso no período de sua produção teórica.

Antes do golpe militar, o sociólogo paulista considerava que a burguesia movia-se sinuosamente e refletia uma “falsa consciência” da situação, pois se encontrava investida dos padrões políticos tradicionais, patrimoniais; mas, depois do golpe, diz Cardoso, ela expressa uma consciência consistente da realidade, abandonando a crítica que fazia anteriormente de que ela se moveria mais ao sabor do dia-a-dia, nos limites de uma “consciência empírica”.

De outro lado, o setor tradicional esteve, em suas análises, por trás do atraso burguês no Brasil, mas ao mesmo tempo, contraditoriamente, serviu como base de sustentação da modernização¹⁸. Assim, o tradicionalismo (de cunho sócio-político patrimonial), que se manifesta desde a formação colonial, “serviu de modelo a um padrão de autoridade e criou um tipo humano de caráter singular” (1965, *MSAL*, p. 40). O patrimonialismo não se restringiu aos setores tradicionais, mas criou uma

¹⁸ . Somente como reforço da análise aqui empreendida, a contraditoriedade reside no fato de que o autor indica como limite negativo da burguesia nacional sua subsunção originária ao *tradicionalismo*, e em seguida aponta as positivities do *setor tradicional* em suas relações com o desenvolvimento.

estrutura tradicional que fez “em muitas ocasiões /.../ parte integrante da ‘nova sociedade’” (1965, *MSAL*, p. 40). Desdobra essa explicação indicando que “não seria acertado admitir /.../ uma dicotomia radical entre ‘grupos modernizantes’ e ‘grupos arcaizantes’. Admitamos, desde o princípio, que os chamados grupos tradicionais foram os que outrora impuseram as formas de estrutura social e de dominação que permitiram a integração da economia latino-americana ao mercado mundial” (1965, *MSAL*, p. 39); isto denota outra mudança de posição, um recuo de sua posição crítica diante do procedimento tradicionalista da burguesia nacional. Acrescenta ainda que a *reação* dos setores tradicionais às atividades renovadoras e modernizadoras põe-se em duas direções: quanto à economia, buscam associar-se “às iniciativas postas em marcha pelo ‘setor moderno’”, e quanto ao “plano político-social”, demonstram “flexibilidade para assimilar e amortecer as pressões renovadoras” (1965, *MSAL*, p. 39).

Trata-se de uma concepção razoavelmente generosa para com os “setores tradicionais”, que ele entende como capazes de sobreviver econômica e politicamente à modernização e que souberam modificar-se ante as pressões exercidas pelos setores urbano-industriais¹⁹. (Lembramos aqui a afirmação de Cardoso de que a raiz dos setores tradicionais esteve plantada na “fazenda”, que foi a primeira expressão de empresa capitalista, o que facilitou sua conversão para a forma moderna, ao lado do vínculo estabelecido com o setor agroexportador e urbano-industrial através de nexos bancários.)

Mas, diz Cardoso, embora o setor tradicional tenha se mostrado flexível à modernização e disposto ao desenvolvimento econômico, não facilitou, entretanto, a incorporação da população como participante nos sistemas político-econômicos. Por outro lado, as alterações econômicas obrigaram “as classes dominantes

¹⁹ . Observamos que esse tratamento do autor ao setor tradicional se acentua no corpo de suas análises posteriores ao golpe militar de 64.

tradicionais a ‘dividir o mando’ com os novos setores política e economicamente poderosos (os empresários capitalistas de origem imigrante, os setores técnicos ou profissionais - principalmente os militares - das antigas ou das novas classes médias etc.)” (1967, *MSAL*, p. 133).

Por esse caminho, Cardoso avança para a crítica das chamadas formações sociais *duais*²⁰. O caráter *dual* identifica as estruturas econômicas e sociais “dinâmicas” com o “moderno”, e o “tradicional” com o “estagnado”. Essa posição não corresponde à realidade, segundo o autor, pois “os novos grupos sociais não deslocam totalmente os setores tradicionais e estes, ao que parece, são muito mais flexíveis do que se supõe nas teorias correntes sobre as oligarquias” (1967, *MSAL*, p. 135). Sua análise confirma o destaque que o autor dá aos setores tradicionais, não como entrave do progresso, mas a ele se associando.

Ao contrário da concepção *dual*, Cardoso procura mostrar que, com a industrialização, os países latino-americanos apresentam-se com “duas faces, uma é função da outra: o dinamismo do novo setor urbano-industrial acentua o crescimento da ‘periferia’”, e acrescenta que “é o setor ‘moderno’ ou ‘centro policlassista’, como preferimos chamá-lo, que determina as tendências do ‘movimento’ das sociedades que se industrializam” (1967, *MSAL*, p. 136). De modo que, “após afastar a idéia de sociedades ‘duais’”, o autor afirma que a integração desses pólos (urbano-industrial e periférico) presentes nas sociedades latino-americanas é o que permitiu levar à frente a industrialização. É essa forma de ser que se destaca como forma subdesenvolvida ou dependente de modernização nos países latino-americanos.

Desta forma, o autor procura indicar que o setor tradicional apresentou sempre, em termos político-econômicos, condições favoráveis à modernização,

²⁰ . Ver também, a esse respeito, Francisco de OLIVEIRA, *Crítica à Razão Dualista*, e J. CHASIN, *A Miséria Brasileira – 1964-1994 – Do Golpe Militar à Crise Social*, Santo André, Ad Hominem, 2000.

sendo o primeiro a estruturar-se sob forma capitalista (“fazenda”), pois foi o primeiro a implantar a força de trabalho assalariada, e, no plano produtivo, manteve as conexões inevitáveis com os setores dinâmicos, tais como o exportador e o financeiro, como já foi indicado. Porém, contraditoriamente, o setor tradicional influiu negativamente na formação da consciência dos setores urbano-industriais, e, ao mesmo tempo, foi decisivamente positivo no plano econômico, pois a continuidade da indústria deveu-se, de acordo com Cardoso, ao caráter “integracionista” ou conciliatório que o setor tradicional soube efetivar.

Por outro lado, o estado antes do golpe de 64 toma um formato peculiar em sua análise, pois concilia os setores tradicionais, na medida em que estes nunca se expressaram como obstáculo à modernização, embora tenham correspondido ao atraso e acanhamento da burguesia. Favorece a burguesia industrial que dele se demarca por sua perspectiva nacionalista. Além disso, enquanto estado ele é encarnação dos “sistemas aliancistas” que ora aproximam ora afastam o setor popular. De um lado, o tradicionalismo retrai as possibilidades de formação de uma perspectiva progressista, politicamente, de outro e contraditoriamente é fundamental para a modernização. Cardoso dissimula as contradições apontadas em sua análise, buscando tratar o estado como encarnação dos “sistemas de poder”, e não da burguesia nacional. O estado tem que aparecer não como entificação dessa classe, mas como expressão de “correlação de forças”. O estado não expressa no plano político a estrutura econômica construída pela burguesia nacional, mas “equilíbrios de poder” ordenados pelos “jogos políticos” etc. As alterações nas “correlações de forças” põem a necessidade de reequilíbrio de poder, e assim sucessivamente.

Essa necessidade emerge, segundo o autor, das “situações de dependência”, e as possibilidades de novo “equilíbrio” estarão sujeitas àquelas condições acima indicadas. Nesse sentido, a presença do estado reflete sempre casualidade política,

encarnando-se como uma resultante das condições políticas em jogo, independentemente da consistência socioeconômica e da burguesia nacional.

Com esse procedimento analítico, o autor desvencilha-se de uma análise do estado atada aos seus fundamentos econômicos e sociais, e do nexos que os liga; de maneira que ele encontra nas “correlações de forças”, nos “jogos políticos”, sempre que necessário for, as condições para o equilíbrio nos “sistemas de poder”, quando este se desfaz.

Assim, afastada a economia como referência para fundamentar a estrutura pública de poder e a ação política, o estado sob a “situação de dependência” encontra-se em constante dinamismo, alterando, pelo constante “jogo político”, os “grupos” que compõem os sistemas de dominação.

Cardoso procurou afastar a economia para evitar o determinismo indesejado e deformante que dominou a literatura socioeconômica da esquerda tradicional brasileira, apresentando de maneira *original* a dinâmica política da realidade como determinação. A questão que se põe é: se os componentes da “situação de dependência” se encontram em dinâmica, se alteram, formando novas correlações de forças, por que reaparece incessantemente como determinação da estrutura política o patrimonialismo-tradicionalista em suas análises?

A constante presença da concepção tradicional/patrimonial nas análises de Cardoso responde ao seu objetivo de explicar o econômico (em particular a industrialização) pelos condicionamentos sociais (e políticos)²¹, definindo a fragilidade desse processo (indústria) pela fragilidade político-ideológica da burguesia nacional que lhe corresponde.

Cabe observar ainda que o autor tributa fortemente a consciência da

²¹. Destaque-se que esse objetivo é demandado em sua perspectiva teórica desde as primeiras produções. No artigo de 1960 “Condições Sociais da Industrialização: O Caso de São Paulo”, ele inicia afirmando que “Até hoje, entretanto, não se analisaram sistematicamente as condições sociais que permitiram o desencadeamento deste processo” (MSAL, p. 186).

burguesia, antes do golpe militar de 64, pelo encaminhamento das condições políticas que resultam numa instalação industrial acanhada, num “capitalismo capenga”; Cardoso afirma também que a consciência da burguesia, ou a falta de uma teoria que lhe orientasse a ação, resultou na posição tomada diante da vida econômica que lhe competiu, da atividade especificamente privada que adotou. Em outras palavras: o autor buscou explicar a ação da burguesia brasileira pela consciência que ela manifesta diante da realidade socioeconômica, e explicar a formação dessa consciência pela sua origem e subsunção ao patrimonialismo.

Mas, como vimos, o patrimonialismo tradicionalista não impediu que a sociedade se modernizasse, se industrializasse (nos padrões possíveis). E, como foi observado, o setor tradicional não impediu, ao contrário, serviu como base para a continuidade da industrialização. Mesmo assim, a explicação do autor, que possibilitou mostrar a transição da organização tradicional para a organização moderna, implicou na indicação dos “quadros gerais de orientação societária da ação econômica” (*EIDEB*, p. 88), que estão definidos tanto pelas “condições estruturais” quanto pelos “movimentos sociais que transcendem o ‘sistema econômico’” (*EIDEB*, p. 88).

Assim, ele afirma que aquela transição econômica não encontra sua explicação na economia, mas sim nas condições que a transcendem, nas condições que “transcendem o ‘sistema econômico’”. Porém, contraditoriamente, ele afirma que “a obtenção de lucros /.../ é a condição de existência da burguesia” (*EIDEB*, p. 88), mudando o pólo de dinamismo para o âmbito econômico, colocando-o como determinação significativa para a burguesia nacional; quanto à forma de “obtenção de lucro”, o autor cita dois caminhos: o da “expansão das indústrias de bens de consumo”, ou então “pela associação da ‘livre empresa’ com o Estado em novos empreendimentos estrangeiros” (*EIDEB*, p. 89). Mas, buscando definir a adoção de um daqueles caminhos de desenvolvimento, ele afirma: “A ‘escolha’ entre estes e

outros caminhos é um processo complexo que vai depender em larga margem das ‘condições’ econômicas e dos ‘requisitos’ sociais definidos pela história” (*EIDEB*, p. 89), apoiando sua análise agora tanto nas condições econômicas quanto nos “requisitos sociais” (políticos, provavelmente), que ele não especifica.

De outro lado, ele reduz o que supõe serem as possibilidades de desenvolvimento a um resultado *casual* do “jogo de forças” entre os “grupos”, afirmando que “pode-se imputar propósitos /.../ aos grupos que através de alianças e de antagonismos sociais ‘põem em movimento’ a sociedade tradicional” (*EIDEB*, p. 89). Mas os propósitos da burguesia nacional (já que o autor não define nem identifica os citados “grupos” com essa classe) estiveram sempre circunscritos à vida privada, à busca do lucro; essa classe aplicou-se “empiricamente” nas atividades econômicas, pois retinha uma “falsa consciência” da realidade (nos termos já definidos de falsa consciência), e no plano político sua atividade “consiste na participação pessoal no jogo de compromissos que a política de tipo patrimonialista ainda dominante oferecer aos que têm recursos para arcar com o ônus do clientelismo político” (*EIDEB*, p. 176). Esse vaivém teórico do autor reflete em parte as manobras políticas da burguesia nacional, mas no fundamental reflete essa ambigüidade diante das determinações, ora políticas ora econômicas, que nunca são definidas.

Em face destas condições socioeconômicas e históricas, a burguesia nacional teve que “zigzaguear” entre as forças políticas estatizantes e populares, e, em *conciliação* com o setor tradicional, fortalecer-se para ampliar as bases associacionistas com o capital externo que furtivamente viria operar. Essa posição surpreendeu, segundo Cardoso, os setores nacionalizantes, que não supunham que a burguesia nacional viesse a assumi-la. Neste ponto de sua análise, vale indicar que a inconsistência político-econômica da burguesia nacional obriga à emersão de um estado cujas tarefas estarão compreendidas num quadro que “completa”, em

condições socioeconômicas possíveis, e pelo caminho público, o que essa classe não cumpriu, no plano privado.

O argumento do autor sobre a fragilidade da burguesia, sobre seu retraimento para a vida privada, resulta na “falsa consciência da realidade”, como vimos, que a burguesia nacional mantém em face do mundo que a cerca. Essa “falsidade do real” limita-se ao período da industrialização substitutiva, portanto anterior ao golpe militar de 64. Contudo, dentro desse período e após Getúlio Vargas, a burguesia nacional, ainda prisioneira de sua “falsa imagem” do mundo subdesenvolvido, surpreende, no período de Kubitschek, aos demais grupos sociais, saltando de sua situação frágil em termos políticos, econômicos e ideológicos, para se afirmar no conjunto de relações associacionistas empreendidas, alterando radicalmente seu caráter, como num passe de mágica, para ajustar sua nova posição ao lado do capital externo.

De forma que o percurso político-econômico da burguesia nacional descrito pelo autor resultou em mostrar que ela não reunia condições para alçar-se hegemonicamente ao poder. Porém, após o golpe de 64, como veremos no Capítulo IV, esse problema não mais se colocará para ela, e o autor estará indicando que as funções políticas, a modernização do estado, não mais dependem dessa classe. Voltaremos a enfocar aspectos próprios das condições econômicas da burguesia nacional no Capítulo II dessa dissertação, que tratará da concepção de Cardoso sobre o processo de industrialização.

CAPÍTULO II

A INDUSTRIALIZAÇÃO NO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO

1. A Especificidade da Industrialização Dependente

A industrialização brasileira se desenvolve, segundo o autor, em momento e condição distintos daqueles dos países europeus e dos EUA, indicando que lá a industrialização “se realizou através de empresas administradas e organizadas por empresários particulares” (1967, *MSAL*, p. 84). Essa organização esteve nas mãos de uma burguesia de origem clássica, que se caracterizou por um procedimento conquistador, empreendedor. “Nesse sentido, a burguesia clássica transformou-se não somente na *bourgeoisie conquérante*¹, no plano externo, mas também foi a mola propulsora do desenvolvimento, no plano interno” (1967, *MSAL*, p. 85), a exemplo da fase imperialista. As condições do desenvolvimento econômico nesses países contaram com uma situação histórica na qual “não se defrontaram com o problema da existência de outros Estados capazes de lhes moverem oposição” (1967, *MSAL*, p. 85). A presença do estado nacional na fase de acumulação de capital prévia à industrialização, naqueles países, “teve um papel relativamente importante”, mas não substitui a ação e iniciativa burguesas, pois “a forma *par excellence* em que se desenvolveu o processo econômico foi a empresa privada” (1967, *MSAL*, p. 85); ademais, esse perfil industrial se organizou “em forma autônoma”, o que permitiu alcançar um “adiantado estágio técnico-econômico” (1967, *MSAL*, p. 106), quando comparado com o que se processou nos países latino-americanos no início do século XX. Essa diferenciação de padrão tecnológico e financeiro pode ser

¹. Burguesia conquistadora, nascida na Europa e que se caracterizou por seu procedimento histórico original no empreendimento das organizações pré-capitalistas e serviram de base e fundamento à modernização dos países europeus, primeiros a implantar o modo de produção capitalista.

estabelecida no confronto das industrializações nestes países com a daqueles, originários.

Destaca-se nas indicações do autor que a definição do elemento diferenciador das duas ordens de industrialização é dada pela formação de um capital financeiro autônomo e de tecnologia também autônoma, possibilitados pelas condições sociais próprias dos países europeus e norte-americano, enquanto o Brasil depende de “tecnologia importada”, pois “não desenvolveu um setor avançado de produção de bens de capital” (1971, *MPB*, p. 71), tampouco se formou poupança interna que permitisse investimento auto-sustentado da produção e circulação.

Essas diferenciações visam a explicar o perfil industrial aqui instalado, e, ao afirmar que aqui não se desenvolveu esse setor tecnológico, o autor nos coloca diante de uma organização produtiva, definida dentro do modo de produção capitalista, mas com especificidade própria, distinta, portanto, do norte-americano e europeu. Essa distinção é conferida ao Brasil pela ausência do setor de produção de bens de produção, como dissemos: “isto significa que o setor I (produção dos meios de produção) /.../ pode não existir /.../ ou, quando existe, não se desenvolve plenamente” (1972, *MPB*, p. 197). O tratamento dispensado ao caráter específico da indústria brasileira permitirá entrever a concepção do autor sobre a organização social capitalista aqui implantada, e que espécie de compromisso econômico se revela na totalidade social que comporta essa estrutura produtiva. O autor é preciso e sintético ao definir-se: “a acumulação capitalista nas economias dependentes não se completa” (1972, *MPB*, p. 71).

Esse padrão de industrialização nos dá o formato de capitalismo que o autor tem em mente, cujas características diferenciadoras do clássico “indicam apenas que o capitalismo dependente é capenga: não desenvolveu um setor avançado de

produção de bens de capital” (1972, *MPB*, p. 71)². Esta característica estrutural do nosso capitalismo desenvolveu-se no momento em que os países clássicos encontram-se já sob forma imperialista, o que acabou por estabelecer, através das relações tecnológicas, “um dos mais fortes entraves à industrialização do País, e, pois, um instrumento de sujeição” (1960, *MSAL*, p. 194), facilmente percebido quando se tem em conta que os países imperialistas detêm o “monopólio das técnicas” (1972, *MSAL*, p. 194).

De forma que o caminho encontrado pelos países clássicos para dar continuidade à acumulação de capital, no período em que a livre concorrência cede espaço à forma monopólica através da “fusão do capital industrial com o capital financeiro, sob controle deste último” (1972, *MPB*, p. 187), expressa uma dupla atividade: no plano interno das nações que se imperializaram forma-se “o controle do sistema produtivo pelos bancos” (1972, *MPB*, p. 188); e a seu lado a “expansão das forças produtivas levaram à procura de novas possibilidades de investimento” (1972, *MPB*, p. 188) como condição e solução da realização do seu capital.

A nova dinâmica do capital das nações imperialistas possibilitou sua expansão externa, procedimento necessário para “encontrar saídas do capital para o exterior”, em busca do “controle político das áreas coloniais” e do “controle das *matérias-primas*”, reafirmando com tudo isso sua tendência expansionista, “no sentido da divisão territorial do mundo entre os países capitalistas dominantes” (1972, *MPB*, pp. 188-189).

Resumidamente, essa expansão, a divisão territorial do globo, significou a integração dos países coloniais ou dependentes ao mercado internacional, ressaltando contudo que tal integração não reproduzia qualquer homogeneização

². Observemos que, para o autor, a fase colonial implantou uma organização produtiva, com base no trabalho compulsório, que o autor tratou por capitalismo escravista. Sobre essa sua conceituação fizemos algumas ponderações no capítulo correspondente. Agora, com a presença da indústria, o autor trata-o por capitalismo dependente, e muito particularmente em textos escritos no período pós-64.

entre os países avançados (imperialistas) e os atrasados (dependentes). “A reprodução e ampliação da desigualdade /.../ se desenvolveu como produto derivado do próprio processo de crescimento do capitalismo” (1972, *MPB*, p. 189) global.

A referência teórica que o autor utiliza para explicitar estas posições é o clássico trabalho de Lenin sobre o imperialismo; embora não faça citações diretas dos textos daquele autor, seu nome vai sendo referido como aval para suas definições: “Lênine tinha consciência da existência de tipos específicos de interconexões /.../ nas quais as burguesias locais controlavam setores do sistema produtivo” (1972, *MPB*, p. 189). Com essa afirmação, Cardoso destaca nas teorias de Lenin “sua consciência” sobre a importância das relações internas dos países subdesenvolvidos, das ex-colônias, em particular aquelas que se expressaram sob a forma de “controle nacional do sistema produtivo”, mas, de qualquer forma, a relação com os países imperialistas antepunha obstáculos para o seu desenvolvimento. O autor procura mostrar que a relação com os países imperialistas reproduzia a desigualdade na ordem econômica: o imperialismo “tendia a restringir o crescimento dos países mais atrasados”, mantendo a relação exclusivamente pelo seu interesse; a redução do custo das matérias primas condicionava para baixo os salários, e aprofundava a desigualdade que se expressava pelo “avanço tecnológico nos setores industriais das economias centrais”. Enquanto para os países dependentes, com sua economia subordinada, “prevalecia a superexploração do trabalho”, nos avançados se generalizava e aumentava “a mais-valia relativa” (1972, *MPB*, pp. 189-190)³.

Continua o autor explicitando as diferenças entre as formas capitalistas clássica e dependente, ressaltando, agora, as condições político-econômicas que

³ . Cabe observar que essa indicação sobre a “super-exploração do trabalho” não é claramente definida pelo autor, que parece referir-se à presença e continuidade da mais-valia absoluta em oposição à relativa, que vicejava na Europa.

viabilizaram o caráter industrial das nações em desenvolvimento: “O problema de compreender o desenvolvimento do processo de industrialização numa área dependente ou colonial liga-se diretamente, pois, ao de analisar-se as condições de formação do sistema capitalista nestas áreas” (1960, *MSAL*, p. 188). Em termos gerais, o pré-requisito para qualquer industrialização é a “existência de certo grau de desenvolvimento capitalista”⁴. Com este “certo grau”, o autor refere-se à existência prévia de uma organização mercantil através da qual se colocou determinada divisão do trabalho: “apropriação dos meios de produção por uma camada, manutenção da força de produção por outra camada social” (1960, *MSAL*, p. 188); a industrialização brasileira contou com essas condições mínimas necessárias à sua implantação, pois o país estava organizado sob a forma mercantil, na qual dominava a circulação de bens sob forma de mercadorias antes da produção industrial. Essa passagem para a produção industrial deu-se dentro de um universo produtor de mercadorias na transição para a forma capitalista dependente, enquanto os procedimentos monopolistas, expansionistas, e a dominação dos capitais imperialistas em direção aos países dependentes refletem o avanço do capitalismo externo.

Além disso, nas economias de origem colonial, o capitalismo difere do de origem clássica por não ser possível, “no curso do processo de desenvolvimento dos países periféricos” (dependentes, de origem colonial), a repetição das “etapas que caracterizaram a evolução do desenvolvimento dos países centrais” (1967, *MSAL*, p. 106).

Vemos que o autor considera fundamental atentar para o fato de que, quando a industrialização começa a se estruturar no Brasil, nos encontramos diante de um avançado processo capitalista internacional, nucleado no capital financeiro,

⁴ . Cabe observar que o autor reafirma sua concepção sobre a presença de organização capitalista a despeito da instalação industrial. O que obviamente confronta as elaborações de Marx nesse campo.

em outras palavras, a transição da forma comercial para a forma industrial no Brasil se dá no período imperialista.

Contudo, Cardoso deposita no processo de industrialização a expectativa de superação do estado de sujeição e subordinação do capitalismo dependente: “o próprio impulso de industrialização”, nas bases já amplamente citadas, por sua diferenciação, “cria, naturalmente, condições para a superação deste estado de coisas” (1960, *MSAL*, p. 194). Mas o processo de industrialização dependente põe demandas para seu desenvolvimento que estão noutra esfera, a da política, através da qual o “jogo de poder”, por sua dinâmica, possibilita um melhor aproveitamento das condições externas disponíveis. A “superação deste estado de coisas” pode ocorrer “desenvolvendo o gênio inventivo no País e engendrando choques de interesses com os países altamente industrializados” (1960, *MSAL*, p. 194); de sorte que “a superação ou a manutenção das ‘barreiras estruturais’ ao desenvolvimento e à dependência dependem /.../ do jogo de poder”, pois através dele é que será possível “a utilização /.../ dessas ‘condições econômicas’” (*DDAL*, p. 142)⁵, isto é, o capital financeiro e a tecnologia disponíveis nos países desenvolvidos.

A formação da indústria brasileira conta com um conjunto de particularidades, apontadas pelo autor na busca de explicação do padrão capitalista aqui implantado historicamente, padrão esse que conceitua como dependente. Nesse sentido, procuramos alinhar as indicações feitas desde o início da década de 60 até momentos posteriores ao golpe militar, quando ele já definira aquele padrão capitalista citado acima.

Inicialmente, a indústria nativa estabeleceu-se como produtora de bens correntes para um incipiente, popular e restrito mercado interno. Essa restrita indústria desenvolveu-se ao lado da produção agrária de grande escala, típica

⁵. Observamos que o “jogo de poder” é interno ao país dependente e é do seu resultado que emergem, conforme o autor, as condições mais ou menos favoráveis ao desenvolvimento. Veremos mais adiante que essas pugnas políticas

herança produtiva da fase colonial.

Assim, “Tanto o café /.../ como o açúcar /.../ eram explorados nos moldes dos latifúndios escravocratas típicos do Brasil” (1960, *MSAL*, p. 189). Essa produção com base no latifúndio e no escravo estendia-se por todo o país, e foi na primeira metade do século passado que se aprofundou, especialmente, a produção cafeeira, em particular na região “do Vale do Paraíba” em São Paulo, estado prendado por um “conjunto de condições naturais ou morfológicas (localização geográfica, água abundante para a exploração de energia elétrica, rede de comunicação etc.)” (1960, *MSAL*, p. 187).

Essas condições favoreceram a implantação e desenvolvimento industriais. Mas não foram, nem de longe, suficientes para que esse processo tivesse lugar e se consolidasse. Ao contrário, o autor afirma que “do ponto de vista sociológico” as explicações que se pautaram pelas condições geográficas e disposições naturais são “insatisfatórias, pois negligenciaram /.../ a natureza do processo de industrialização” (1960, *MSAL*, pp. 187-188), natureza social, portanto política e econômica, que encontra num dos seus componentes a condição mais consistente para a implantação ou, pelo menos, ponto de partida daquele processo. Aqui o autor se refere à força de trabalho livre, que encontrou no latifúndio paulista uma solução, pois “O fazendeiro paulista do ‘Oeste’ do Estado passou, então, a importar mão de obra livre e tornou-se até abolicionista” (1960, *MSAL*, p. 190). Nestas condições é que o procedimento industrial se torna realmente favorecido na região paulista, onde o oligarca cafeeiro “Perdia sua condição de senhor, para tornar-se um empresário capitalista” (1960, *MSAL*, p. 190). Dessa forma, encontramos outro componente novo dentro do sistema produtivo cafeeiro que deverá ser contado no processo de modernização e industrialização posterior: o procedimento de “empresário capitalista” dos plantadores que convergem gradualmente para o setor

expressam-se entre os interesses mais nacionalizantes e os internacionalizantes.

urbano-industrial.

Permanece o padrão de acumulação agrário, mas com índices mais favoráveis de redefinição produtiva em favor da indústria, pois os produtores que tiveram a iniciativa de utilizar a mão de obra livre mostrar-se-ão mais receptivos à modernização; “Habitante da cidade, possuía a mente mais aberta às inovações tecnológicas e ao espírito de racionalização da empresa” (1960, *MSAL*, p. 191).

O capital originado na produção agrária permitia uma acumulação interna, e isto proporcionava a rentabilidade necessária aos investimentos industriais que, embora fossem incipientes, eram dependentes dessa mesma rentabilidade. O procedimento do produtor, com relação à nova força de trabalho, era medido tendo o lucro como referência: “o fazendeiro que alugava a força de trabalho do imigrante calculava /.../ a rentabilidade do capital variável invertido na empresa sob forma de salários” (1960, *MSAL*, p. 191). O empreendimento agrário mais significativo era o da produção do café para a exportação, orientada à circulação e determinada pelo capital mercantil, nessa fase inicial da indústria.

As relações políticas que facilitaram a formação de empreendedores capitalistas obviamente não corresponderam àquelas dos países centrais, onde o empreendimento industrial colocou o setor agrário sob sua dinâmica através das chamadas “revoluções burguesas”. O autor afirma que “nunca chegou a completar-se no Brasil o que poderia chamar de ‘revolução burguesa’” (*EIDEB*, p. 188), a capitalização do campo por via revolucionária, a formação do assalariamento pela expropriação das terras camponesas, nada disso ocorreu aqui. O produtor acolheu, na forma do imigrante, mão de obra “já na condição de *não proprietária*” (1960, *MSAL*, p. 196). Diferiu também a dinâmica do setor industrial que foi lentamente se desenvolvendo, inicialmente sob forma “artesanal e fabril, sustentado, em geral, pelo crescimento ‘vegetativo’ do mercado interno” (1965, *MSAL*, p. 34).

De maneira que o desenvolvimento industrial esteve ligado à dinâmica do

setor agroexportador, “já porque os capitais que sustentavam a indústria eram originários da atividade agroexportadora” (1966, *MSAL*, p. 61).

Essa atividade produtiva, centrada na fazenda, matrizou a estrutura político-econômica desde a fase colonial, pré-industrial, e foi mantendo-se ativa, fornecendo os recursos (divisas) para a continuidade do processo industrial, até que este se tenha implantado dominantemente. De maneira que a passagem da forma “tradicional” para a “moderna”, no Brasil, contou com a fazenda, que “foi capitalista desde o princípio” e “facilitou /.../ também as vinculações entre o setor industrial e o setor agrário-exportador” (1965, *MSAL*, p. 40). Assim foi com a exportação que, possibilitando o confisco cambial, permitiu a apropriação de valores necessários ao incremento da indústria.

Diferentemente dos países originários do capitalismo, o setor agrário, no Brasil, permaneceu com sua estrutura tradicional, “e não apenas como o setor ‘tradicional’ que coexiste com o setor ‘moderno’, mas, em muitas ocasiões, como parte integrante da ‘nova sociedade’” (1965, *MSAL*, p. 40).

Desta forma, a fazenda capitalista está na raiz do capitalismo brasileiro; seus negócios contaram com aquele “tipo humano singular”, que serviu de protoforma da classe empresarial, da burguesia industrial, que nasce com a organização produtiva cafeeira em São Paulo e cana-de-açúcar no nordeste. Mas o autor tem acentuado que o pólo de maior dinâmica favorável à indústria foi São Paulo; foi neste estado que se desenvolveu a parcela inicial e mais significativa da atividade manufatureira industrial, e desenvolveu-se paralelamente à produção agroexportadora do café.

Por outro lado, a classe em formação, a burguesia industrial, depara-se desde o início com grupos operando e definindo o sistema de poder oriundo das oligarquias da agroexportação, que, além do comércio, desenvolviam operações financeiras e públicas, bem como mantinham os vínculos com os países centrais.

É assim que o autor indica o contexto histórico no qual emerge a indústria, mostrando a base agrária do capitalismo brasileiro que, ao mesmo tempo, possibilita a industrialização e a modernização e tolhe seu dinamismo, limita seu crescimento e expansão. É também nesse quadro ambíguo que se encontra em formação o empresariado brasileiro, ou a burguesia industrial, como trata o autor.

Entende Cardoso que, com base em sua origem - “agricultores capitalistas, principalmente os produtores de café, e os imigrantes que se estabeleceram nas cidades no setor artesanal e no setor comercial” (1967, *MSAL*, p. 159) -, a burguesia industrial em formação alcançou em vários casos um porte industrial razoável, mas não suficiente para que pudesse alavancar um processo de industrialização com a autonomia político-econômica semelhante à que se desenvolve revolucionariamente nos países centrais e nos EUA. Aqui, ao contrário, o estado se torna uma necessidade incontornável para a implantação de outros setores que compõem a indústria. Os limites internos de sua formação refletiram nas suas atitudes político-econômicas, impedindo-as de transformar-se “em classe reitora do processo histórico” (1967, *MSAL*, p. 160). Afirma ainda o autor que a debilidade dessa burguesia se reflete em sua “própria incapacidade de acumulação de capitais”, tendo por isso que ceder espaço ao estado para que este “se lançasse à constituição de uma infra-estrutura industrial com base em empresas públicas” (1967, *MSAL*, p. 161). Dessa maneira, o processo de desenvolvimento industrial se estabelece de forma radicalmente distinta daquele constituído pelas chamadas burguesias clássicas. Enquanto aqui a indústria se desenvolve com o apoio do setor público, lá o mercado foi o campo de atuação das burguesias originárias. O autor segue explicitando características desse processo para evidenciar o perfil da burguesia industrial, cujas condições sociais de emergência comprometeram-na de forma radical, a ponto de o autor afirmar que ela não “constitui a mola propulsora inicial do desenvolvimento e da modernização do Brasil” (*EIDEB*, p. 88).

De forma que o processo de industrialização não pode, como afirma o autor, estar a cargo apenas da burguesia industrial, confirmando com isto que aqui não ocorreu a “instauração da ordem econômica competitiva clássica” (*EIDEB*, p. 95), que seria decisiva para tornar compatível a ação da burguesia empresarial com a efetivação da indústria moderna.

Outro ponto que destacamos nesta caracterização geral do processo de industrialização diz respeito à concepção de dependência que o autor utiliza para definir o processo no caso brasileiro. Para ilustrar essa questão, ele afirma: “a expansão do *mercado* mundial criou relações de dependência (e de dominação) entre *nações*” (*MSAL*, p. 17), criando diferenciações dentro do sistema capitalista como um todo, mas os países dependentes não podem ser estudados como mero reflexo, sua análise “não pode limitar-se à caracterização de uma estrutura reflexa com relação a outra” (*MSAL*, p. 17), pois a dependência implica numa relação polar de “dominação-subordinação entre países” (*MSAL*, p. 17). Sua análise vai se dar, pois, a partir do pólo subordinado, que se apresenta nessa relação, segundo o autor, como dependente, como distinto dos clássicos, mas com um potencial de desenvolvimento sempre mediado por aqueles. Essa mediação é que ele trata por relação de dependência e desenvolvimento.

Contudo, o pólo dependente veio se desenvolvendo matizado numa formação deficiente, que ele expressa, como já vimos, numa síntese: “o capitalismo dependente é capenga: não desenvolveu um setor avançado de produção de bens de capital” (1971, *MPB*, p. 71).

De modo que a relação de dependência é definida na diferenciação ocorrida dentro do capitalismo como um todo, no qual alguns países assumem posição de subordinados (que formam o pólo dependente) e outros, de dominantes. Essa diferenciação remonta à história do capitalismo desde os clássicos até a fase do imperialismo. Em termos específicos, essa diferenciação será analisada e explicada

pelo autor a partir do caso brasileiro, que, como observou, não pode, por determinação das relações de dependência, completar-se. Além disso, ele responsabiliza o imperialismo pela obstrução do desenvolvimento nos países dependentes, afirmando que “o monopólio da técnica pelos países imperialistas continua a ser um dos mais fortes entraves à industrialização” (1960, *MSAL*, p. 194).

Destacamos aqui uma ambigüidade nas posições de Cardoso quando o imperialismo é tomado como referência: em sua produção teórica até 64, antes do golpe, o desenvolvimento industrial é obstruído ou, no mínimo, reduzido em termos de seu dinamismo possível, pelas relações externas de subordinação. Porém, a produção subsequente ao golpe de 64 dá um novo contorno às relações internacionais, às relações com os países imperialistas, pois o autor busca explicar o desenvolvimento dependente tomando-as como condição favorável e não mais como obstrução a este.

Nesse ponto é notável a ambigüidade no tratamento que o autor dá às relações com o imperialismo. A princípio, considera que essa etapa do capitalismo desenvolvido dificultou o desenvolvimento industrial no Brasil. Mas, ao avançar sua análise, percebe-se que a industrialização concilia-se com os interesses imperialistas, pois estes, a despeito do “monopólio das técnicas”, fornecem a “tecnologia adequada” e a maquinaria necessária e indispensável a ela. Atentando para o fato de que os países imperialistas estabelecem relações de concorrência entre si, considera que as dificuldades, os entraves próprios da relação com eles eram resolvidos pelas “próprias disputas de prestígio e de áreas de influência que as grandes potências industriais mantêm no mercado internacional”, pois elas “facilitam a importação de bens de equipamento e a quebra do monopólio das patentes” (1960, *MSAL*, p. 194), resultando em certo favorecimento para os países dependentes.

Diante disto, vemos que o autor reduz acentuadamente o caráter subordinado do capitalismo brasileiro, deixando abertas as possibilidades de articulação da totalidade socioeconômica pela política.

2. Industrialização Nacionalista e Industrialização Seletiva

A política econômica anterior à Revolução de 30 é explicada pelo autor através das alterações políticas, alterações que se estabeleceram num processo de sucessivas alianças.

Após a Primeira Guerra Mundial, o setor urbano “agregou novos protagonistas à reação antioligárquica” (*DDAL*, p. 65); esses novos protagonistas, agora essencialmente urbanos, são os “profissionais liberais, os funcionários, empregados, e inclusive setores operários” (*DDAL*, p. 66). Mas a desagregação oligárquica como um todo surge “com os atritos entre os próprios grupos oligárquicos pelo controle do poder nacional” (*DDAL*, p. 66). E, nesse embate, “Quando alguns dos grupos regionais de dominação ampliaram o esquema de aliança política, para se fortalecer contra as oligarquias nacionalmente dominantes, possibilitaram a presença de novos grupos urbanos na cena política” (*DDAL*, p. 66).

De forma que a presença de Vargas⁶, que se dá pela formação e emersão da Aliança Liberal, exclui a oligarquia do café, apoiada inicialmente em “grupos regionais” do sul e do nordeste, e inclui os “setores médios urbanos”.

Favorecendo economicamente a burguesia industrial, Vargas procura um esquema de integração das classes médias urbanas e de segmentos popular-operários. Mais tarde, afirma o autor, Vargas restabelece relações com os cafeicultores, mas mantém excluídos os trabalhadores rurais, e “embora respeitando

os interesses locais agro-exportadores, formava, ao mesmo tempo, uma base econômica urbana suficiente para permitir o surgimento de uma burguesia industrial e mercantil, em função da qual se diferenciavam socialmente /.../ os setores da nova ‘classe média’ e os setores operário-populares” (DDAL, p. 67).

Surgem, depois disso, duas novas modalidades econômicas que começam a ganhar peso e ter maior importância no Brasil: uma delas é a organização do mercado interno, sob a forma que o autor denomina de “sociedade de massas”. A outra, necessariamente vinculada a esta, é o tipo de impulso industrial, que o autor trata por “substituição de importações”.

Essas novas condições, mercado interno e impulso industrial, foram gestadas durante as alterações econômicas iniciadas em meados do século XIX, quando a agroexportação teve lugar e se expandiu. Assim, diz o autor: “Não só a possibilidade de formação das economias exportadoras implicou também a criação de setores financeiros e mercantis importantes, como propiciou inclusive /.../ o surgimento dos primórdios de uma economia urbano-industrial” (DDAL, p. 52). Ao tratar deste período inicial da indústria, ele afirma que, “Com efeito, por ‘período de transição’ entender-se-á o processo histórico estrutural em virtude do qual a diferenciação da própria economia exportadora criou as bases para que, na dinâmica social e política, comesçassem a fazer-se presentes, além dos setores sociais que tornaram possível o sistema exportador, também os setores sociais imprecisamente chamados de ‘médios’” (DDAL, pp. 52-53), ambos necessários tanto à formação da “sociedade de massas” quanto à “substituição de importações”.

Quanto aos setores “médios”, ele dirá tratar-se de “germes de uma incipiente burguesia industrial com os correspondentes grupos profissionais de base técnica, burocracia civil e militar, camadas de empregados etc.” (DDAL, p. 53),

⁶ . Ver manifestações do próprio discurso de Vargas em Livia COTRIM, “O Ideário de Getúlio Vargas no Estado Novo”, dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política – Unicamp, 1999.

cuja diversidade urbana permite a implementação daquelas duas modalidades econômicas.

O período pós-30 é enriquecido com desdobramentos socioeconômicos, tais como: o mercado interno, que registra sua consolidação apoiado pelo estado, e a implantação de infra-estrutura, que facilita, por seu lado, a dinamização industrial.

Esse período marca também uma alteração no procedimento socioeconômico, que o autor trata por “desenvolvimento para dentro”, para diferenciar do período anterior, definido como de “desenvolvimento para fora”, ao mesmo tempo em que se altera a composição das classes, com a presença de uma classe média urbana, a formação da classe operária e do segmento popular urbano não-operário.

Porém o impulso à industrialização após 30 se pôs a partir da política do estado; o autor esclarece que a política de sustentação da industrialização nessa fase exigiu alteração na antiga correlação de forças que vigorou antes de 1930. Essa alteração favorece o setor moderno, a indústria, e requer, para sua consecução, a articulação de um sistema de aliança compatível com a perspectiva econômica em mira, qual seja, a de conduzir a implantação de setores produtivos de base, sem os quais a expansão industrial estaria restringida.

A aliança política que definirá os padrões político-econômicos do pós-30 exclui inicialmente as oligarquias do café em São Paulo e cana-de-açúcar no nordeste e compõe-se de setores “médios” - segmentos sociais que se desenvolveram na área urbana em função do dinamismo produtivo, comercial e financeiro que aí se localizaram -, bem como da classe média urbana tradicional, isto é, não vinculada aos segmentos industriais, e do latifúndio atrasado, setor agrário que não está envolvido com a produção para exportação. Esta aliança é tratada pelo autor como “aliança desenvolvimentista”.

A nova fase reflete a superação da crise do sistema político oligárquico

através da recomposição política indicada, que excluiu as oligarquias, e também as massas urbanas marginais, ao lado dos trabalhadores rurais. Neste último caso, a exclusão é um imperativo político-econômico para manter os latifúndios atrasados, improdutivos, que não poderiam arcar com benefícios sociais aos trabalhadores rurais semelhantes aos dos setores popular-operários urbanos.

O estado desde 30 afirma a defesa do mercado interno através dos instrumentos tarifários da alfândega, e de formação dos projetos infra-estruturais nacionais, tais como energia elétrica, petróleo e siderurgia. O autor afirma ainda que o impulso industrial no Brasil dependeu de alianças para a modernização por não contar com uma burguesia industrial capacitada historicamente para essa “missão”, a exemplo das burguesias originárias. Por outro lado, é enfático ao distinguir o processo industrial anterior e posterior a 30; posiciona o estado como uma instituição fortemente convertida aos interesses industriais, e indispensável como suporte econômico e político para essa empreitada. Após 30, o estado cumprirá as funções próprias da burguesia, que não reúne as condições exigidas para exercer o papel histórico de modernizar o país, como já foi indicado anteriormente, de modo que a constituição da burguesia industrial contou incontornavelmente com apoio de créditos e empréstimos públicos, bem como dos capitais externos, mas tendo no estado as garantias necessárias, ou a responsabilidade última para compensação e solvência do endividamento que aí se originara.

Aos setores populares urbano-industriais correspondeu um papel ativo que resultou nas reivindicações salariais, as quais impulsionaram a formação de políticas distributivistas como resposta, e como a industrialização no período favorece acentuadamente o aumento de consumo e a aceleração nos investimentos produtivos, o autor passa a afirmar que a pressão das massas serviu de empuxo ao processo industrial.

Com a industrialização surgem empreendedores que encontram o estado já atuante, bem como o mercado já em funcionamento; encontram-se também diante de um capitalismo desenvolvido externamente, que serve como referência para o desempenho capitalista, desempenho que não encontra aqui qualquer similaridade. A esse respeito, afirma o autor que “os parâmetros básicos da produção e do mercado aparecem dados de antemão pelas economias já desenvolvidas (tecnologia, comercialização, tipo de empresa etc.)” (1967, *MSAL*, p. 85).

Diante da estrutura político-econômica do imperialismo, naquele período, a modernização brasileira toma proporções complexas; de um lado, pela referência externa que o conceito de modernização encarna, de outro, tendo como tarefa fundamental “destruir as bases tradicionais da dominação latifundiária local e obter um pacto em escala internacional que permita levar adiante a industrialização” (1967, *MSAL*, p. 85). A burguesia brasileira reage, recuando de um enfrentamento dessa ordem, o que facilita ao estado ocupar uma posição mais dinâmica e empreender aquilo que ela, por debilidade genética, recusou fazer.

Contudo, os grupos empresariais procedem de forma sinuosa, e defendem-se estrategicamente como classe, pois, em certas ocasiões, oferecem “apoio ao Estado no esforço de desenvolvimento, em outras, competem com ele na disputa de campos de inversões; ou propõem uma política claramente protecionista para a defesa do mercado, ou se associam aos capitais estrangeiros pela dependência tecnológica característica dos países subdesenvolvidos” (1967, *MSAL*, p. 93)⁷. Só como exemplo de sua sinuosidade em termos políticos, o autor destaca que “ora patrocina medidas de extensão dos direitos políticos, ora se vinculam aos interesses restritivos da oligarquia na medida em que temem, como classe

⁷ É preciso destacar que o autor não indica em momento algum uma associação da burguesia com o estado; ainda que esta dê apoio num ou noutro momento, sua ação na vida privada tende sempre a opor-se a ele, mesmo que para isso tenha que formar alianças estratégicas com os setores populares, ou com setores tradicionais, para demarcar-se politicamente destes últimos.

proprietária, a perda do controle social em favor das massas” (1967, *MSAL*, p. 93).

Para evidenciar as adversidades do processo de industrialização dependente nos países subdesenvolvidos, o autor afirma que este “processou-se através de surtos de crescimento descontínuos” (1961, *MSAL*, p. 199), provocando “problemas econômicos, financeiros e sociais” (1961, *MSAL*, p. 199), de forma a mostrar que sua incorporação à vida cotidiana cria um desenvolvimento, mas cria também acentuados problemas sociais. Contudo, sua preocupação básica e fundamental não diz respeito ao nível de vida da população, mas ao porte do capitalismo que aqui vai se implantando, pois é desse desenvolvimento que se deverá extrair, através das organizações e reivindicações sociais, as possibilidades favoráveis a um melhor nível de vida. Por essa razão afirma que o desenvolvimento não pode ser dimensionado senão pelo padrão dinâmico do próprio capital: “Qualquer sistema econômico que queira crescer depende, como é óbvio, da capacidade de acumulação de que disponha. A redistribuição de renda, em si mesmo, não constitui o pólo de um gradiente que distingue padrões de desenvolvimento” (1971, *MPB*, p. 15).

De maneira que o “desenvolvimento” define-se pela estrutura econômica possível para os países periféricos, considerando, como não poderia deixar de ser, as distinções objetivas deste com o europeu e norte-americano, e estas distinções encontram seu registro histórico tanto na estrutura agroexportadora que dominou até os anos 30, quanto no padrão de procedimento da burguesia industrial, que se estruturara no seio da organização política de cunho tradicional: “o papel das classes tradicionais e proprietárias de terras, por um lado, e do Estado, por outro /.../ redefiniram concretamente as possibilidades de atuação das elites empresariais urbanas ligadas ao desenvolvimento industrial” (1967, *MSAL*, p. 91), em relação às burguesias originárias.

Estas considerações sobre o desenvolvimento a partir das distinções

objetivas entre o Brasil e os países clássicos em termos da objetivação do capitalismo permitem-nos compreender como o autor identifica as dificuldades imanentes à modernização em países subdesenvolvidos; ao lado da insuficiência tecnológica, da dificuldade de formação de poupança interna, o endividamento assumido pelo estado, o papel hegemônico deste no processo de modernização que explicitam o padrão diferenciado de capitalismo, devemos pôr em destaque uma observação quanto à redistribuição da renda, que, conforme sua conceituação, não é parâmetro para se definir o padrão de desenvolvimento. Isto é, uma melhor, mais adequada distribuição de renda não é tomada em consideração senão de forma subordinada àquelas categorias sociais que definem, conforme diz o autor, o padrão de desenvolvimento capitalista.

Já indicamos anteriormente a diferenciação estabelecida por Cardoso no que diz respeito à organização interna dos países latino-americanos: “enclave” e “controle nacional do sistema produtivo”. Essa distinção, como ficou visto, é defendida no sentido de indicar as possibilidades de controle das relações político-econômicas internas dos diferentes países, com vistas à maior ou menor autonomia de decisão sobre o processo de desenvolvimento nacional. É o que permite ao autor estabelecer as possibilidades aliancistas internas que, segundo ele, viabilizaram os processos de desenvolvimento, com maior ou menor dinamismo, favorecendo por essa razão uma maior ou menor expansão capitalista, bem como sua modernização.

A industrialização brasileira, nesse sentido, apoiou-se na organização interna de “controle nacional do sistema produtivo”. E esta, como vimos, caracteriza-se por facilitar, na fase industrialista, pós-30, a presença dos setores médios, urbanos e populares no “sistema de dominação”. Esse sistema, desenvolvido pelo novo esquema aliancista, e conduzido por Vargas, caracteriza a primeira fase do processo de modernização industrial que o autor trata por

“substituição de importações”⁸.

Nessa fase da industrialização, promovida pelo esquema aliancista do governo Vargas, o estado contrai funções novas em relação ao período de dominação oligárquica, agroexportador. Neste, o papel do estado consistia na intermediação financeira externa; com a instalação da nova aliança, Vargas converte as funções do estado: “por seu intermédio tomam-se as medidas necessárias para a defesa do mercado interno através das tarifas alfandegárias” (DDAL, p. 92), ao lado de outra medida sumamente importante, que é a “transferência de rendas do setor exportador para o setor interno” (DDAL, p. 92), o que permite, por sua vez, a criação dos “núcleos fundamentais de infra-estrutura para apoiar a industrialização substitutiva” (DDAL, p. 92). Tais núcleos correspondem a “projetos nacionais do aço, as refinarias de petróleo, as centrais elétricas etc.” (DDAL, p. 93).

Com isso, o governo de Getúlio Vargas apresentava novas condições para resolver os problemas de base econômica e dar sustentação aos novos grupos “que passaram a compartilhar o poder”, cuja estrutura compunha-se agora pelas “classes médias ascendentes, pela burguesia urbana (mercantil, industrial e financeira) e pelos setores do antigo sistema importador-exportador, inclusive de setores ligados aos latifúndios de baixa produtividade” (DDAL, p. 93)⁹.

De forma que a antiga organização tratada por “controle nacional do sistema produtivo” permitiu que se colocassem em andamento “projetos nacionais” para a industrialização, viabilizados pelo esquema aliancista que se arma após 30. Esse esquema foi tratado pelo autor, no que se refere às massas populares, por “populismo”.

⁸. A utilização dessa noção pelo autor se fez com base em “Auge y Declinación del Proceso de Sustitución de Importaciones en el Brasil”, de Maria da Conceição Tavares, in *Boletín Económico de América Latina*, vol. 9, nº 1, 1964 (apud DDAL, p. 92).

⁹. Essa noção de “latifúndio de baixa renda” ou “baixa produtividade” é utilizada pelo autor para indicar os segmentos produtivos dentro do setor agrário não vinculados com os segmentos exportadores.

Há, contudo, uma certa ambigüidade de Cardoso no trato com as “massas populares”, pois estas não compartilham o sistema de dominação, mas exercem pressão para obtenção de benefícios. Por outro lado, essa situação, para ser controlada por Vargas, obriga à formação, segundo o autor, de “uma ideologia como a do ‘populismo desenvolvimentista’, onde coexistem, articulando-se, metas contraditórias” (*DDAL*, p. 94).

As “metas contraditórias” do “populismo varguista” correspondem às contradições próprias do desenvolvimento “industrial substitutivo”, que necessita de captação externa de capital financeiro e de acumulação interna para reinvestimento, mas carece, para acomodar o setor popular, “de redistribuição de renda, ainda que moderada, para permitir a incorporação das massas, dentro de certos limites” (*DDAL*, p. 94).

Assim, diz Cardoso, “coexistem, articulando-se, metas contraditórias” com “o objetivo de lograr um grau razoável de consenso e de legitimar o novo sistema de poder” (*DDAL*, p. 94). Nesse contexto, a política populista de Vargas é encarnada em seu “programa de industrialização que propõe benefícios para todos” (*DDAL*, p. 94). Contudo, a viabilização dos “projetos nacionais”, a despeito da contradição que os reveste, pode ocorrer, pois, “Dentro desse panorama, a contradição entre a necessidade de acumulação de capitais e a pressão redistributivista parece menos acentuada” (*DDAL*, p. 106), isto é: “as reivindicações populares são relativamente débeis ao nível econômico e, portanto, podem ser atendidas” (*DDAL*, p. 106).

Por outro lado, a redistribuição não foi extensiva a todos os trabalhadores; a exclusão dos trabalhadores rurais dos benefícios concedidos à “massa popular urbana” completou, objetiva e praticamente, as resoluções necessárias ao esquema aliancista de Vargas, pois “a viabilidade de tal política passava a depender precisamente de uma divisão entre os setores populares” (*DDAL*, p. 105), na forma

indicada pelo autor: “a massa urbana que se beneficia do desenvolvimento e a rural que nele não é incorporada” (*DDAL*, p. 105).

Desta maneira, o esquema político do governo Vargas, na busca de implantar o projeto das “indústrias básicas”, alcança um sucesso relativo, pois a exclusão do trabalhador rural demonstra o limite da aliança liberal-desenvolvimentista. Além disso, a “política populista” de que fala Cardoso se mostra, nesse plano da análise, uma contingência, ou um recurso, de restrita necessidade real, por tudo o que o autor vem indicando: “reivindicações populares /.../ débeis”; “necessidade de acumulação” e “pressão redistributivista /.../ menos acentuada”, “exclusão dos trabalhadores rurais” sem oposição; tudo isso parece ter sido solucionado na organização do próprio esquema aliancista. De modo que não parece ter emergido uma oposição que abalasse ou sequer ameaçasse o esquema aliancista de Vargas.

Esse sistema de aliança ajustou adequadamente o processo de desenvolvimento e modernização industrial sob a forma de “substituição de importações”, o que significa dizer que “os chamados setores populares, integrados por seus três componentes típicos: a classe operária, a massa popular urbana e a massa agrária” (*DDAL*, p. 93) passaram a constituir o “novo equilíbrio de poder”, na medida em que não exercem uma oposição política, dado suas reivindicações estarem sendo resolvidas nesse esquema.

Porém, não é somente o atendimento das reivindicações econômicas, dentro dos limites estabelecidos no sistema, que evita a ação oposicionista dos setores populares, sua própria debilidade já justifica a ausência de impulso nessa direção. O autor confirma essa fragilidade política dizendo: “a debilidade social da classe operária emergente a dilui no conjunto da massa urbana” (*DDAL*, p. 106). De modo que a armação política do “populismo varguista”, por tudo o que o autor vem desenvolvendo, visa a diluição das forças populares oposicionistas; contudo, elas

são débeis, não se colocam como oposição, e além disso o esquema de exclusão rural garantiu o “equilíbrio do sistema”. Logo, a questão é: qual a função do populismo varguista?

A industrialização com base na “substituição de importações” ocupa também as lacunas deixadas pela impotência da burguesia industrial brasileira. A industrialização empreendida por Vargas inclui, como vimos, os setores popular-operários, que passam a fazer parte, através das representações sindicais, da aliança desenvolvimentista, dá a base material de sustentação do seu próprio esquema aliancista, e vai operando a implantação industrial que a burguesia industrial deixou de fazer. Assim, a necessidade de acionar o desenvolvimento obrigou a implementação de formas renovadas de produção, colocando à margem os segmentos empreendedores menos capacitados de dupla forma: “por falta da capacidade empresarial moderna /.../ ou por falta de capitais” (*EIDEB*, p. 116).

Com essa linha de raciocínio o autor destaca que a “substituição de importações” criou uma “substituição de classe”, especialmente da parcela que não desenvolveu “capacidade empresarial moderna”, pois, com a presença dos novos pólos produtivos como as “indústrias básicas”, com a dinamização do mercado interno, com o desenvolvimento, até certo ponto, do nível tecnológico industrial, foi necessário eliminar aquelas unidades produtivas de baixíssima produtividade ou de controle tradicional das suas operações econômicas. Esse é o sentido em que emprega o termo “substituição de classe” na fase “substitutiva de importações”.

Cardoso procura destacar a ação do estado no estabelecimento das linhas político-econômicas nacionais, e no que toca ao procedimento privado da economia, conduzido pela burguesia nacional, como vimos; mas essa relação não se mostra integrada plenamente, ao contrário, o papel da burguesia aí é de aproveitamento das vantagens possíveis que o estado possa oferecer, pois, “Não se identificando subjetivamente com o governo, pois em parte não está objetivamente

a ele ligado, o empresariado tira o máximo de proveito do fato de ser classe economicamente dominante sem ser de forma total camada politicamente dominante” (*EIDEB*, p. 179). Isto se verifica por dois ângulos, segundo o autor. Primeiramente, a burguesia nacional não estabeleceu um procedimento político que permitisse uma condução como classe que refletisse uma consciência para além dos interesses privados. Diz o autor: “Falta-lhes, pois, uma teoria que conduza coerentemente a ação”, complementando em seguida: “Mas essa falta não é acidental” (*EIDEB*, p. 178), pois reflete o quadro econômico objetivo dentro do qual ela se move; indústria acanhada, cujo “comportamento econômico” depende de “suportes contraditórios no investimento estrangeiro e nas inversões estatais” (*EIDEB*, p. 178)¹⁰. De modo que a presença do estado na economia, no padrão em que ele se insere, é internamente justificada pois o que está em jogo é o processo de desenvolvimento e modernização da economia, e a burguesia não reuniu condições subjetivas e objetivas para tanto.

Subjetivamente, ela não se identifica com o estado, pois dele não participa, diz o autor, além disso, seus limites nesse plano já foram insistentemente indicados pelo tradicionalismo patrimonialista que norteia seu procedimento político, dificultando sua coalizão de classe. Com isto, fica amortecida sua “vontade política” de assumir, a partir de sua própria classe, um projeto de modernização.

Do ponto de vista objetivo, da acumulação de capital, o dinamismo econômico para esse projeto, não podendo contar apenas com a burguesia, contou com os “suportes” econômicos do estado e do capital externo. Este último em proporção menor na fase getulista e maior na de JK.

Os limites do esquema aliancista de Vargas começam a se manifestar pelo

¹⁰. Observe-se que a “consciência de classe” da burguesia foi sendo apresentada pelo através dos limites na ação que lhe compete historicamente e que ela não consegue cumprir. A razão para tanto se encontra no seu perfil tradicional (patrimonialista), contudo o autor não pode excluir plenamente o fato de que o padrão industrial, o plano econômico tem certo peso na configuração de sua “consciência de classe”, embora atribua-lhe um papel de importância relativa no quadro dos “fatores sociais” que a definem.

aprofundamento das “contradições” indicadas inicialmente, e com as alterações no mercado externo, ao final da guerra, sua manutenção e equilíbrio estarão sujeitos às novas condições econômicas e políticas internacionais, tais como: uma nova divisão do trabalho, não necessariamente contemplada em seu esquema, mudança no padrão industrial e nas relações externas etc.

Além disso, a constante incorporação de setores populares urbanos favorece uma cisão na política aliancista de Vargas, pois “diminui a capacidade de acumulação” (*DDAL*, p. 119) dos setores produtivos agroexportadores. Por outro lado, as pressões populares procuram incorporar o setor do trabalho rural, afetando diretamente o esquema da aliança desenvolvimentista de Vargas.

Em face disto, a oposição ao estado varguista que se ergue neste momento será materializada pelos agroexportadores e latifundiários, cada um sofrendo a seu modo a queda do padrão de acumulação. Observe-se que até 1953 os setores agrários mantiveram-se sem prejuízo na aliança, favorecidos pelo protecionismo, e pelos preços internacionais do café; “quando começa a mudar a conjuntura [internacional] a aliança varguista alcançou seus limites” (*DDAL*, p. 117). Essa mudança está centrada na nova divisão internacional do trabalho, que altera a função do imperialismo, em que os países subdesenvolvidos e dependentes participavam como “produtores de matérias primas”, enquanto os desenvolvidos como “produtores de bens industriais”. À nova ordem internacional corresponderá uma alteração interna na economia industrial, privilegiando os novos padrões tecnológicos desenvolvidos nos países imperialistas.

A especificidade econômica do período parece ter pouca importância para o autor, que evita destacar o novo processo econômico por sua perspectiva, distinta da nacionalista. Essa outra perspectiva não privilegia o controle estatal e nacional do processo de desenvolvimento tal como procedeu Vargas. E, com o despertar da nova ordem internacional, com a expansão do capital imperialista financeiro, com

certo grau de tecnologia disponível externamente, essa outra perspectiva parece ter ganho espaço político suficiente para reduzir ao limite possível qualquer privilegiamento do processo posto em curso por Vargas.

Por outro lado, a queda de Vargas em 1945 não significou de imediato uma ruptura com o processo de desenvolvimento sob controle estatal-nacional.

Observe-se também que, após o chamado primeiro Vargas, durante o governo Dutra, houve ainda continuidade do programa de Vargas; a instalação das “indústrias básicas”, como energia elétrica, aço, petróleo etc., foi mantida, de sorte que, no governo seguinte, através de investimentos públicos, Vargas aprofundou sua perspectiva de reequipar o parque industrial.

O autor procura tratar o encerramento do período de Vargas através das contradições na aliança por ele criada, mas que, no seu segundo governo, começa a apresentar fissuras que se alargarão, tornando intransponível sua perspectiva de continuidade com base naquele esquema.

Procura indicar também o baixo acolhimento internacional (dos EUA especialmente) da perspectiva nacionalista de Vargas e a oposição agrária à sua continuidade, em função dos limites que a queda do preço do café oferece à acumulação do setor. Põe em destaque as diferenças entre o processo de industrialização e modernização de GV e o de JK, pelas facilidades que este último oferece à entrada do capital financeiro externo e, portanto, ao dinamismo que ganha o processo de desenvolvimento. Quanto ao significado social dessa diferenciação, o autor irá indicar apenas que a modernização põe “certas exigências”, principalmente quando se trata do capitalismo dependente.

De forma que o novo governo, apoiado noutro esquema aliancista, aprofundará o processo de industrialização, invertendo a equação de Vargas. Enquanto com este o desenvolvimento é operado com controle nacional-estatal, com JK inclui-se o capital externo no seu controle e orientação: “Essa política

permitiria a curto prazo diminuir a pressão inflacionária, satisfazer as demandas salariais dos grupos urbanos modernos” (*DDAL*, p. 117), cumprindo um papel favorável ao setor agroexportador e fortalecendo ao mesmo tempo o setor industrial, “agora já associado ao capital estrangeiro” (*DDAL*, p. 117).

Essa reversão alterou o esquema político aliancista, pois a industrialização agora pode se desenvolver “independentemente do consumo popular”. Ou seja, modifica-se, com JK, o perfil industrial em relação àquele que se implantara com Vargas, no sentido da especificidade do mercado consumidor, ou seja, cria-se com JK um privilegiamento de classe, na medida em que se destinará a produção a uma parcela definida do mercado. Trata-se da produção de bens duráveis, e parcialmente bens de produção destinados a abastecer a produção dos primeiros. Restabelece-se, também, a “substituição de importações” com base no investimento externo na produção dos bens indicados acima. Com isso, é óbvio, o “esquema aliancista” de Vargas se torna inoperante e desnecessário, o que gera alterações no esquema e no equilíbrio de poder de até então.

De forma que a nova perspectiva política implantada pelo governo JK restringe a produção para os setores populares, pois a manutenção da sua “política aliancista” depende, agora, da “incorporação seletiva na economia industrial de certos setores operários e outros técnico-profissionais” (*DDAL*, p. 123).

Essa seletividade reflete o padrão industrial implantado, com o triunfo da política de JK: seletividade produtiva, operada com a presença do capital externo para o seu financiamento, e seletividade de classe (ao se pautar pelo mercado consumidor), pois se conta agora com aqueles segmentos incorporados na nova política, em detrimento dos setores excluídos.

A presença do capital externo proporciona a alteração mais decisiva na perspectiva da modernização: o aprofundamento da exclusão popular. Essa consequência é observada pelo autor, quando se refere à presença do capital

externo com JK dizendo que este gerou um “padrão de *sistema social excludente*” (DDAL, p. 124) ou o aprofundamento de um sistema de produção de bens selecionados, formando a partir daí “uma industrialização baseada em um mercado urbano restringido” (DDAL, pp. 123-124).

Sinteticamente, Cardoso aponta que o processo de industrialização pautado nas “indústrias básicas”, com GV, e com JK nas “indústrias seletivas”, possibilitara, cada um a seu modo (o primeiro com capital nacional público e privado e o segundo incluindo o capital externo), aprofundar a industrialização, que se tornou “suficientemente importante, em termos da renda gerada, para permitir uma ‘indústria moderna’” (DDAL, p. 124).

Observemos ainda que, embora o autor insista na afirmação de que o encerramento do período Vargas está refletido na crise do seu sistema aliancista, ele aponta o dinamismo do capital externo como um componente da alteração do sistema de alianças, que com JK incluirá representantes dos interesses externos em maior medida e os dos setores populares em menor medida. Mas não faz a conexão entre a alteração nas posições políticas aliancistas e nos padrões industriais, que de fato determinaram as primeiras, impedindo a continuidade da orientação nacionalista do processo de desenvolvimento. Dessa forma, encadeia os processos de industrialização como se um fosse consequência do outro, e indiferentes os seus conteúdos e perspectivas no processo geral de industrialização. Embora apontando o caráter seletivo da indústria de JK, isto é, indústria voltada para setores definidos em termos do “poder de compra”, dado o tipo de mercadoria produzida, Cardoso não polemiza a respeito de alternativas à industrialização que possibilitassem uma exclusão menos intensa dos setores populares.

O capital externo assume o papel de condicionante do desenvolvimento, conservando, mesmo com JK, o processo de “substituição de importações”. Os investimentos externos bifurcaram-se no mercado interno; aproveitaram o mercado

já existente para subordinar a indústria nacional ao mesmo tempo em que “asseguraram /.../ um controle virtual de um mercado em expansão” (DDAL, p. 123).

O significado do capital externo na alteração do rumo político-econômico do país, após Getúlio Vargas, vai sendo destacado por Cardoso ao afirmar em termos gerais que, com JK, aprofunda-se o “‘desenvolvimento para dentro’ [que] assentou-se sobre as possibilidades circunstanciais de uma relação favorável nos termos de intercâmbio e na limitada participação da população nos benefícios do desenvolvimento” (DDAL, p. 119).

O autor reitera sua concepção sobre a mudança no padrão de acumulação do período Vargas para o de JK como resultado de “possibilidades circunstanciais”, aproveitadas pela nação para dar seqüência ao processo de desenvolvimento. E essas “possibilidades” favoreceram as relações externas e reduziram as possibilidades de participação dos setores populares.

Há nessa postura uma naturalização da expansão do capital que vai impregnando a realidade nacional de fora para dentro, e vai sendo aproveitada, porque as “circunstâncias” assim favoreceram. Ficam ausentes, entretanto, as forças sociais que concorreram para que as “circunstâncias” tivessem esse significado, exceto, como indicamos, a exclusão social. De modo que as lutas internas entre frações do capital para definir o maior ou menor controle estatal-nacional sobre o processo de desenvolvimento e modernização industrial não foram postas em evidência. O desenvolvimento, a despeito da exclusão popular, ocorre pelo aproveitamento de “possibilidades circunstanciais”; porém, circunstância e aproveitamento aparecem como ocorrências acidentais, ocasionais, que, ao que parece, não traduzem as condições históricas objetivas de expansão do capital imperialista que aprofundam a subordinação dos países periféricos.

O desenvolvimento industrial a partir de JK “vai intensificar o padrão de

sistema social excludente que caracteriza o capitalismo nas economias periféricas” (DDAL, p. 124). Em suma, o autor destaca que a industrialização iniciada com Vargas sustentou-se no capital público e privado nacional, embora sem excluir os setores populares e o capital externo, cuja presença se deu em proporção bastante reduzida em relação ao período JK. Vargas implementou o que o autor trata por “indústrias básicas”, sob a forma de “substituição de importações”. No governo de JK, as associações dos grupos econômicos nacionais com os conglomerados estrangeiros dão fundamento ao novo padrão industrial, fortemente orientado pelo capital externo, capaz de suprir a ausência de tecnologia e dinamismo de mercado, a exemplo do que ocorria internacionalmente.

Ao referir-se à necessária importação de bens tecnológicos, Cardoso afirma que “o monopólio da técnica pelos países imperialistas continua a ser /.../ um instrumento de sujeição” (1960, *MSAL*, p. 194) dos países periféricos pelos desenvolvidos. Contudo, graças à concorrência estabelecida entre os países imperialistas, o caráter monopólico dessa relação se flexibiliza, para o que “Basta indicar que as próprias disputas de prestígio e de áreas de influência” buscadas pelos países desenvolvidos “facilitam /.../ a quebra do monopólio das patentes” (1960, *MSAL*, p. 194), embora sem eliminar a relação de sujeição que caracteriza o capitalismo dependente.

Assim, considerando a presença do capital externo como condição para o processo de desenvolvimento, o autor sustenta que “Foi antes consequência do impulso de desenvolvimento” (*EIDEB*, p. 90) internacional do pós-guerra do que um projeto da burguesia nacional, alcançar esse novo padrão, pois “Numa economia subdesenvolvida”, não havendo acumulação privada suficiente para expandir a base industrial, “para que a iniciativa privada se lance à proeza do desenvolvimento é preciso que haja o apoio maciço de recursos externos de capital ou então que o Estado carregue a poupança nacional /.../ para a iniciativa privada”

(EIDEB, pp. 89-90).

Desta forma, os segmentos da burguesia nacional ligados à modernização, que haviam encontrado no capital externo a alternativa ao investimento público, se lançam politicamente em apoio ao aprofundamento do investimento estrangeiro, que será conduzido pelo governo de JK.

Cardoso procura mostrar que a burguesia nacional, após comprometer-se com o capital externo, opera uma reviravolta política no sentido de converter a noção de desenvolvimento, que antes se identificava com o estado nacional em “desenvolvimentismo”, associando-o agora com os padrões técnicos modernos próprios dos empreendimentos multinacionais, do imperialismo.

Nesse sentido, a burguesia nacional, que não se identificava com o estado nacional, com os projetos nacionalistas, embora nele se apoiasse para se conduzir na vida privada, não hesita agora em declarar as justificativas para sua mudança de posição; diz o autor: “Teve a burguesia sagacidade e realismo para não hesitar onde os outros haviam vacilado: transformou rapidamente o nacionalismo em ‘mera ideologia’” (EIDEB, p. 97). Em seguida pondera que, “Tendo o interesse de classe para dar sentido à sua ação, lançou-se com ardor ao ‘desenvolvimentismo’ e *fez esquecer* em cinco anos o que o movimento nacionalista levaria cinquenta para tornar verdade para todos: que a ‘independência nacional’ conseguida através do planejamento estatal e da intensificação dos investimentos públicos era o caminho para o desenvolvimento” (EIDEB, p. 97, grifo meu).

Contudo, o autor afirma que desperta certa surpresa a sua mudança de posição, dizendo que não era esperado que “a burguesia nacional poder-se-ia aliar aos ‘interesses estrangeiros’” (EIDEB, p. 90); mas a quem surpreende? À própria burguesia obviamente não. Aos “interesses estrangeiros” que estão remetendo capital para o Brasil, muito menos, ao estado que manipula a política de investimento com o capital externo, também não. A questão posta pelo autor reduz

ou evita a discussão sobre o *processo econômico industrial*, sobre a oposição entre o controle nacionalista ou imperialista do processo, pois o núcleo de sua análise encontra-se orientado pelo “jogo político”, pelas possibilidades de equilíbrio ou alteração dos “esquemas de aliança”, logo a surpresa sobre a “mudança” de posição da burguesia nacional só encontra resposta no âmbito político, na “correlação de forças”, e não no próprio processo de acumulação de capital¹¹. Além disso, no plano privado, conforme já afirmara, as associações com o capital externo não eram nem um pouco desconhecidas, ao contrário, de forma que o apoio emprestado ao governo JK pela burguesia nacional modernizante reflete a derrota dos projetos nacionalistas que estiveram em posições divergentes às que são desfraldadas por JK. A política “nacionalista” deste é francamente favorável à presença do capital externo no desenvolvimento, o que, em momento algum, pode-se dizer de Vargas, embora houvesse uma presença, certamente restrita, do capital externo no período de vigência de seu governo.

Assim, as condições políticas do desenvolvimento são conduzidas por novos “esquemas aliancistas”, que vão se objetivando governo a governo: “a autonomia das decisões e o grau em que ela é possível não são dadas ‘por definição’ /.../: constituem problema, prático e teórico, que está sendo resolvido através de lutas e movimentos sociais orientados *por ideologias e interesses*” (EIDEB, pp. 84-85). De forma que o estado como incorporação dos centros decisórios conduz-se conforme o “jogo de poder”, as “lutas e movimentos sociais”,

¹¹. Cardoso estabelece uma polêmica com Celso Furtado no que tange a esse momento de transição entre o projeto nacionalista de Vargas e o desenvolvimentista de JK. Afirma ele que, com Celso Furtado, o “projeto industrial nacional”, ao definir-se entre esses dois caminhos, está contrapondo o “nível do emprego” ao “investimento industrial substitutivo”. Mas Furtado não leva em conta o fato de que a decisão de investir ou não passa necessariamente pelo estado, segundo Cardoso. A encruzilhada apontada por Furtado, segundo o autor, foi solucionada pela tomada de posição “ecclética”: “Manter o nível de emprego e concentrar investimento na substituição de importações” (EIDEB, p. 83). Cardoso propõe um questionamento da concepção de Furtado, destacando que a solução político-econômica indicada por ele *não explicitou a correlação de forças capaz de orientar a complexidade econômica exigida pelos capitais aí envolvidos*. Por essa razão, Cardoso expõe sua própria concepção dizendo que, enquanto no governo Vargas a articulação política contava com o capital externo como parte componente do seu projeto, o governo JK, a que se refere Furtado, tem seu centro dinâmico nesse capital, de maneira

que têm de se redefinir, a cada etapa e condição do processo de desenvolvimento.

Nestes termos, as alianças parecem ter sido, todas elas, progressistas, pois com elas o processo de industrialização, conduzido nos “centros decisórios da política” postos por força daquelas tem sempre resultado, de acordo com o autor, num avanço modernizador.

Considerando inicialmente a “aliança desenvolvimentista” de Vargas, vemos que Cardoso a trata como um momento necessário do processo de desenvolvimento, de implantação das “indústrias básicas”, sem as quais a expansão industrial não pode ocorrer. E no momento seguinte a mudança do núcleo de dinamismo pela inclusão do capital externo só faz avançar a um patamar mais elevado o processo de desenvolvimento, como se este fosse um eixo linear em torno do qual as condições políticas se redefinem no sentido de reconduzi-lo a novos padrões, independentemente das contradições econômicas e sociais.

Por outro lado, no governo JK a concepção desenvolvimentista que orientou o estado recebe a adesão da esquerda, que antes tendera a sensibilizar os setores populares e parte dos grupos dominantes à ação antiimperialista. Se a princípio “os grupos sectários da esquerda pensavam na revolução política” (*EIDEB*, p. 95), mais tarde vão convergindo para a posição nacionalista. “O próprio Partido Comunista que /.../ aderiu e deu conteúdo popular ao nacionalismo, era inicialmente contra os monopólios estatais” (*EIDEB*, p. 95). Não houve, dessa forma, nenhum obstáculo para que as relações com o capital externo tivessem êxito. O “Estado /.../ fortaleceu-se graças ao maior número dos cidadãos engajados como ‘massa de manobra’” (*EIDEB*, p. 96). Pelas indicações do autor, a esquerda, na figura do PCB, opera a conversão das massas populares ao nacionalismo do governo JK. Afirmar também que essa conversão permite o abastecimento político deste governo com “massa de manobra”, para sustentação da aliança formada pela “burguesia

que a autonomia nas decisões de investimento não pode permanecer sob orientação do antigo esquema aliancista.

industrial e os grupos agrários e financeiros tradicionais, que, por sua vez, exprimem a dominação imperialista e o subdesenvolvimento” (*EIDEB*, p. 96).

Portanto, enquanto a esquerda transita do antiimperialismo ao nacionalismo (de JK) manobrando as massas, o estado que forma o novo esquema aliancista vai aprofundando as relações internacionais com o imperialismo.

De maneira que a questão para a qual converge a discussão do autor no que concerne ao impulso e dinamismo da industrialização encontra seu núcleo nas tomadas de decisão política, no controle sobre o processo político, operados pelos segmentos em aliança, em cada etapa do próprio processo de desenvolvimento, o que mostra que é a partir do “jogo de poder” que as alianças condicionam esse processo.

Por outro lado, o desenvolvimento é tratado nos seguintes termos: “o subdesenvolvimento não equivale ao não desenvolvimento em geral” (*EIDEB*, p. 74), ao contrário, o desenvolvimento ocorrido na América Latina e em particular no Brasil é diferente do da China e da Rússia. Estes países, embora tenham mobilizado “recursos sociais, econômicos e de criatividade tecnológica e organizatória” para instalar e operar a indústria moderna, sofrem de “relativo isolamento econômico /.../ pelo fechamento parcial do mercado” (*DDAL*, p. 129), contudo conduzem com autonomia o processo de desenvolvimento. Essa comparação visa a diferenciar o processo de industrialização nos países subdesenvolvidos daqueles cuja industrialização se deu tardiamente mas sob “controle centralizado”, como ele caracteriza o chamado socialismo real.

De todo modo, a referência para qualquer um dos casos, sejam os subdesenvolvidos ou os ditos socialistas, é o padrão de mercado. Isto é, a maior ou menor capacidade de conduzir a economia através do funcionamento do mercado; de ter neste o pólo decisivo de orientação daquela. O grau de complementaridade ou parcialidade, nesse sentido, é o parâmetro que permite ao autor definir o alcance

do capitalismo em cada situação.

No caso brasileiro, ele já apontara a questão tecnológica e financeira como componentes cuja ausência atravança a plenificação do mercado, de maneira que uma solução parcial se deu com JK, quando o desenvolvimento da indústria moderna se colocou “por intermédio da transferência de capitais externos, e com eles da técnica e da organização produtiva modernas” (DDAL, p. 129). No entanto, aqui se sofrem “conseqüências evidentemente restritivas quanto à autonomia do sistema econômico” (DDAL, p. 129), embora as relações com o grande mercado estejam abertas. Assim, a noção de subdesenvolvimento exige a referência a um “tipo de desenvolvimento” (EIDEB, p. 74) sem o qual essa noção se torna abstrata.

Outro ângulo dessa noção é explicitado quando, ao comparar com os casos clássicos, Cardoso assevera que, enquanto naqueles “a história do capitalismo coincidia /.../ com a história dos empreendedores” (EIDEB, p. 79), no que se refere ao Brasil resta investigar se “‘burguesia’ e ‘desenvolvimento’ relacionam-se como se fossem um grupo social e sua *raison d’être*” (EIDEB, p. 79)¹².

Nesse sentido, conforme as definições do próprio autor, a identidade da burguesia nacional brasileira com o desenvolvimento completa-se quando esta assimila o capital internacional, tornando-o co-responsável por esse processo, independentemente do preço político-econômico que este capital exija.

De maneira que em momento algum o autor deixou de destacar a impossibilidade de uma ação competente da burguesia nacional para tomar as rédeas da emancipação econômica, senão pela presença do estado na fase de

¹². Essa incursão de Cardoso sobre a noção de desenvolvimento nos países subdesenvolvidos o leva a confrontar-se também com Hélio Jaguaribe, segundo o qual “os planos coordenados pelo Estado no segundo governo de Vargas viram-se frustrados pela recusa do governo Eisenhower de reconhecer os compromissos assumidos pelo governo Truman” (EIDEB, p. 86). Em seguida, diz que, de maneira “análoga, os planos desenvolvimentistas da administração de Kubitschek não tiveram o apoio das agências internacionais de desenvolvimento controladas pelos países capitalistas” (EIDEB, p. 86). Para Jaguaribe, o desenvolvimento em países subdesenvolvidos implica numa equação política de aliança centrada na burguesia nacional e no operariado somados aos intelectuais, militares e classe média urbana. Só assim o desenvolvimento auto-sustentado poderia objetivar-se, de forma que o percurso desenvolvimentista de JK não pode realizar tal objetivo, dado a presença e controle pelo capital externo do processo

Vargas e pela presença do capital externo¹³ na fase desenvolvimentista de JK. A presença de segmentos sociais que proporcionem relações mais estreitas com o capital externo, que aprofundem a integração do mercado nacional ao capital internacional, embora acentuem o caráter dependente da economia, contraditoriamente permitem seu desenvolvimento.

De forma que, para Cardoso, a presença do capital externo, por tudo que foi indicado até aqui, ao contrário de limitar, cria as condições para o desenvolvimento e modernização. Assim, ele reafirma que sem dúvida nenhuma era preciso vencer os empecilhos concepcionais do desenvolvimento estatal-nacional para que isso se viabilizasse: “era necessário conduzir a ação econômica por um tipo de orientação valorativa que visse nas modificações estruturais da economia /.../ a razão de ser das inversões” (*EIDEB*, p. 89). A burguesia manteve-se como coadjuvante num processo que requeria como dinâmica e decisão uma postura política que não lhe cabia, segundo o autor, pois em nenhum momento ela esteve em condições, seja pela sua extração sócio-histórica, seja pelo padrão alcançado pelo capitalismo internacional, para determinar o processo de desenvolvimento.

Além disso, Cardoso já afirmara que nos países subdesenvolvidos “para que a iniciativa privada se lance à proeza do desenvolvimento é preciso que haja o apoio maciço de capital ou então que o Estado carreie a poupança nacional /.../ para a iniciativa privada” (*EIDEB*, pp. 89-90). Esta última alternativa foi a que se utilizou no primeiro momento de desenvolvimento. Entretanto, o esquema político dessa empreitada, segundo o autor, não ofereceu segurança às classes empreendedoras. Assim, “as tergiversações e incertezas /.../ deram à iniciativa

em questão.

¹³. Numa rápida referência a outros autores, Cardoso pondera concepções distintas da sua sobre as possibilidades do desenvolvimento: cita Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré como portadores de dúvida sobre as possibilidades de desenvolvimento econômico “por causa das ligações entre as novas classes brasileiras e os grupos internacionais e por causa das pressões e imposições externas” (*EIDEB*, p. 86). Para o autor, ao contrário, é exatamente nessas ligações que reside o salto qualitativo que permite estabelecer o processo de desenvolvimento, numa realidade subdesenvolvida.

privada a liderança do processo de desenvolvimento” (*EIDEB*, p. 91). Claro está que a “iniciativa privada” contou, nesse passo, com o peso político-econômico do capital externo, sem o qual não haveria ocorrido tal modificação. A passagem do “primeiro momento” de desenvolvimento (Vargas) para o “segundo momento” (JK), como diz o autor, só pôde ser operado através da integração ao capitalismo internacional, tendo como custo político para a burguesia nacional o fato de que esta “perde parte da autonomia” (*EIDEB*, p. 91).

A alternativa escolhida pela burguesia nacional, mas posta, de acordo com Cardoso, pelo governo JK, parece ter sido a outra possibilidade, ou a outra razão para que “a iniciativa privada” se lançasse “à proeza do desenvolvimento”; a primeira foi com a implantação do estado nacionalista, de Vargas, que supria com recursos estatais a sua debilidade, agora o “nacionalismo” de JK o faz com o capital externo, o que motiva o autor a sustentar a perda parcial de sua “possibilidade autônoma” de condução do processo político.

Apesar dessa linha de interpretação que vai se desenvolvendo, o pano de fundo de sua análise reflete não tanto uma preocupação com o próprio capital, seja estatal, seja externo, seja privado nacional, mas muito mais com o núcleo político de decisão, que resulta sempre, como vimos, das articulações entre setores e segmentos sociais, das alianças enfim, que vão se sucedendo.

De maneira que a burguesia nacional, sua fragilidade, seu procedimento hesitante, sua postura vacilante etc., só põem o autor a indagar constantemente sobre o controle do processo: “as ‘decisões’ dependem da anuência” de quais grupos? Essa é sempre a questão.

Até 1963, Cardoso ainda deposita algum crédito nas possibilidades de um controle que emergisse das forças internas compostas pela burguesia nacional (industrial) em aliança ou com o apoio das massas urbanas, desde que estas se desvencilhassem do nacionalismo que as orientava.

Ele perscruta longamente as possibilidades e as contradições que se desenham nos quadros políticos internos nessa passagem entre o “primeiro” e “segundo” momentos do desenvolvimento.

Em primeiro lugar, assevera que “os setores industriais da burguesia nacional, refratários à ação do Estado” (*EIDEB*, p. 91) agiram, com JK, se aliando aos “interesses estrangeiros”. E esta associação como escolha, como alternativa, embora indicada como surpreendente, parece confluir com os interesses da burguesia nacional, que antes se colocava em posição refratária ao projeto estatal-nacional de Vargas, e agora apóia o de JK, com a presença do capital externo. De forma que a burguesia nacional, embora só se lance “à proeza do desenvolvimento” se o capital estatal ou o capital externo estiverem à frente, se vê diante das melhores condições históricas postas pelo capital externo, e, ao que nos parece, arquiteta com JK o acolhimento daquele. A burguesia nacional encontra, agora, conciliadas, as duas expressões de capital que lhe favorecem, num mesmo momento histórico.

Por outro lado, essa classe, ao se associar com o capital externo, “perde parte da autonomia” (*EIDEB*, p. 91), ou seja, opta por associar-se com segmento do capitalismo externo que ocupara parte do mercado por ela não preenchido, mas se, como disse anteriormente o autor, para se lançar “à proeza do desenvolvimento” ela aguarda que o estado ou a iniciativa externa o faça antes, ficamos sem saber de qual *autonomia* se está falando, e se se trata propriamente de “perda”, visto a insistente afirmação do autor sobre sua debilidade, e sobre o papel do estado diante disso.

A escolha de alternativa que a burguesia nacional supostamente opera, neste ponto, também se torna questionável, pois, de acordo com Cardoso, a mudança de projeto de Vargas para JK não fez senão aprofundar o desenvolvimento em favor dos *setores privados* do capital internamente, a despeito dos resultados para os setores populares, e do próprio projeto que havia se implantado antes. No entanto, o

que observamos é que o autor, até 63, permanece expressando sua angústia ante as possíveis alianças que encarnarão os centros de decisões, dado a burguesia nacional ter “perdido as chances” de tornar-se hegemônica.

De todo modo, Cardoso afirma que, diante da necessidade de “expandir a indústria [a burguesia industrial] precisa integrá-la nos quadros do capitalismo internacional e, com isto, perde parte da autonomia” (*EIDEB*, p. 91). Essa necessidade, como exigência do próprio capital, de expandir ou sucumbir, foi solucionada no projeto de JK. Mas o autor, mesmo assim, coloca que, “Para escapar do dilema” (*EIDEB*, p. 91) entre expandir a indústria, isto é, modernizar, desenvolver, aproximar-se ao máximo, nas condições possíveis, dos padrões internacionais, “só restaria o caminho revolucionário, miragem que paira sempre como uma esperança e uma ameaça” (*EIDEB*, p. 91), e que só como miragem poderia se pôr no horizonte histórico brasileiro, pois a época das revoluções nacionais burguesas fora abolida há mais de um século. Porém, para ele, enquanto não se define o *controle político do processo*, a história parece permanecer indefinida. Além disso, com o surgimento de “um novo interlocutor que, embora afônico, marcou com sua presença o início da quebra das soluções rotineiras dos problemas nacionais: as massas populares” (*EIDEB*, p. 92), esse controle parece ainda mais necessário.

O controle político, o estabelecimento de um novo sistema de dominação que tenha agora que considerar o setor popular, as massas populares, portanto um sistema moderno de política, é o que se mostra ausente. Nas análises de Cardoso anteriores ao golpe de 64, a industrialização com JK obtivera êxito em sua expansão, alcançara a implantação do setor de bens duráveis e permitira expandir, ainda que parcialmente, o setor de bens de capital, mas revelara um limite no sistema de dominação, limite que o autor procura explicar, mostrando também sua solução. Contudo, a questão que se coloca é por que, agora (com JK) que a

industrialização se expandiu, com a presença do capital externo, é que o autor se preocupa com um sistema de dominação, com controle de decisões, que leve em consideração as massas, politicamente ativas desde 1930?

Note-se que a nova forma do desenvolvimento cumpriu-se sob orientação seletiva, como já indicara Cardoso. Seus resultados (dado se centrar a acumulação no segmento produtor de bens de consumo duráveis destinados aos setores de altas rendas) mostram de antemão a seletividade de classe a que foi submetida a realidade social brasileira a partir desse período; o autor limita-se pura e simplesmente à constatação dessa situação, não questionando sobre o destino dos que foram seletivamente excluídos da participação social, dos benefícios da expansão industrial. O que, contudo, parece tomar centralidade em seu pensamento, de vez que, com o aprofundamento das relações internacionais através dos mecanismos associativos, um certo padrão de desenvolvimento entrara em campo, é exatamente a continuidade desse processo, pois “novos projetos de inversões estrangeiras dependem de duas variáveis não controláveis pela burguesia industrial: a disposição e o interesse dos grupos estrangeiros e o ‘clima político’ da Nação” (*EIDEB*, p. 187). Cabe salientar que este último ponto inclui sem dúvida as preocupações com as massas trabalhadoras.

A continuidade do desenvolvimento invoca todas as contradições que permeiam historicamente a burguesia industrial. De pronto o autor indica uma que serve de rotunda ao percurso dessa classe: “nunca chegou a completar-se no Brasil o que se poderia chamar de ‘revolução burguesa’” (*EIDEB*, p. 188). Nesse sentido, a velha ordem política que permaneceu subjacente em todos os momentos e situações em processo, a estrutura patrimonialista, favoreceu o acomodamento das massas, não porque tenha solucionado suas necessidades políticas ou econômicas, mas, ao contrário, por criar obstáculos institucionais a uma ação de maior alcance político.

A acomodação das massas é patenteada pelo autor, que utiliza o caráter patrimonial das instituições políticas como condicionamento dos setores populares, afirmando sua sujeição sem reação, ou reação sem eficácia, aos propósitos nacionais do desenvolvimento. Assim, por não “pressionar” com eficácia, as massas populares não colaboraram no sentido de obrigar a burguesia a promover um salto qualitativo em favor de seu controle político do processo em questão.

Além disso, a burguesia nacional, pelo seu próprio padrão de consciência, e diante da expansão industrial, torna-se “temerosa e incapaz de romper os vínculos com a situação de interesses tradicionalmente constituídos, isto é, com os grupos estrangeiros, com os grandes proprietários e com os comerciantes e banqueiros, a eles ligados” (*EIDEB*, p. 191). A ausência de pressões políticas das massas no sentido de facilitar os caminhos para a hegemonia burguesa conduziu essa classe às atitudes indicadas.

Dessa forma, a burguesia nacional engolfou-se entre os interesses estrangeiros e o poder local, numa posição que dificulta a condução do processo de desenvolvimento e explicita sua dominação política como “incompleta e contraditória” (*EIDEB*, p. 195). Significa dizer que os limites de ação da burguesia se estreitaram. A preocupação central do autor quanto à continuidade do processo se acentua ao afirmar que as “decisões fundamentais não dependerão apenas da burguesia industrial” (*EIDEB*, p. 198), pois sua margem de manobras possível estreitou-se ao optar “pela ‘ordem’, isto é, por abdicar /.../ de tentar a hegemonia /.../ satisfeita já com a condição de sócio-menor do capitalismo ocidental e de guarda avançada da agricultura” (*EIDEB*, p. 198).

De forma que o problema central para a continuidade do processo reside, como afirma Cardoso, no controle das decisões e, nesse ponto, ele já esclareceu que a burguesia nacional não pôde lançar-se como classe hegemônica, tampouco os setores populares, que não reúnem condições de “organização e decisão /.../ para

levar mais adiante a modernização política e o processo de desenvolvimento econômico” (*EIDEB*, p. 198). E, por tudo o que já antecipou sobre os setores organizados das massas populares, em especial seu compromisso com o nacionalismo, torna-se compreensível que a burguesia se afaste de uma aliança com esse setor.

De maneira que a continuidade do processo de desenvolvimento após JK, conforme o autor, está sofrendo certo impasse, pois a burguesia nacional e o setor popular não reúnem condições nem isolada nem conjuntamente (por não haver possibilidade conciliatória) de conduzir-se ao poder, e o estado não se livrou plenamente do nacionalismo, por isso parece que não há forças políticas capazes de assumir a tarefa de levar à frente o processo de desenvolvimento. Diante dessas conclusões a que chega, Cardoso formula uma questão, dizendo que, “no limite a pergunta será então: subcapitalismo ou socialismo?” (*EIDEB*, p. 198). Isto é, o fato de que os “esquemas aliancistas” são para Cardoso a base de sustentação e condução dos projetos socioeconômicos, a dupla debilidade (popular-operária e burguesa), em particular a da burguesia nacional, sem vocação hegemônica, e a presença do capital externo impulsionando o desenvolvimento, colocam-no nessa fase, pré-golpe de 64, numa posição difícil, pois não entrevê esquema que leve à frente essa nova complexidade. Ele considera que, com o “tripé econômico”¹⁴, posto já no governo JK, o desenvolvimento foi impulsionado, mas sua garantia e continuidade é que se mostram indefinidas em termos aliancistas.

Por outro lado, ele critica vários autores, afirmando ser ilusória a suposição de que a classe produtora industrial, ao perder a chance de empreender um processo de dominação autônomo, nacional, comprometera o processo de desenvolvimento e modernização. O fato é que o desenvolvimento do capitalismo ocorreu, mesmo sem

¹⁴ . O “tripé econômico” figura na literatura de Cardoso significando a associação entre capitais: nacional, estatal e externo, no período de JK.

que a autonomia da burguesia industrial tivesse lugar nesse processo, e ao preço daquela seletividade também por ele indicada.

Contudo, Cardoso mantém sua interrogação sobre as alternativas políticas necessárias à continuidade daquele processo, quando em sua tese de fundo ele próprio já definira essa continuidade a despeito da ausência de hegemonia política burguesa.

A princípio, parece que sua posição torna-se contraditória ao questionar pela alternativa política necessária ao desdobramento do percurso iniciado com JK, baseado no capital estrangeiro. Porém, esse questionamento só se mantém em *EIDEB*, que é produto de um momento imediatamente anterior ao golpe militar de 64. Nos textos subsequentes, como veremos a seguir, essa incerteza desaparece, e a questão, nesse sentido, parece resolvida. Em seus argumentos posteriores ao golpe, o centro das preocupações se volta para o porte de capital dos grupos econômicos associados¹⁵ para explicar a posição da burguesia nacional no novo quadro econômico, e definir-lhe o reduzido papel em relação aos empreendimentos controlados pelo capital estrangeiro, ou seja, para confirmar sua posição de sócia menor do capital externo.

3. O Novo Caráter da Dependência: Internacionalização Econômica e Industrialização Restritiva

Vejamos como é tratado o processo de industrialização e desenvolvimento e a “correlação de forças” que se instaura com o golpe militar de 64.

A expansão imperialista toma novo caminho com a internacionalização do mercado mundial, interferindo no impulso industrial dos países dependentes, a partir do governo JK, ou do chamado “segundo momento de desenvolvimento”, de

¹⁵. Seus argumentos e apoio empírico são extraído de *Formação do Empresariado Industrial*, de Luciano Martins.

acordo com Cardoso. O acolhimento do capital estrangeiro foi facilitado e franqueado pela nova “correlação de forças” criada com a intervenção militar de 64. O autor a justifica afirmando que “As bases sociais e políticas sob que assentava o regime populista /.../ começavam a deixar de corresponder /.../ aos setores de classe que controlavam as forças produtivas” (1971, *MPB*, p. 54); portanto o golpe militar é tratado como uma adequação às condições oferecidas externamente com vistas a uma nova etapa de acumulação de capital no Brasil.

Convém, entretanto, destacar que esse momento não foi considerado pelo autor como uma “volta para trás” em termos políticos, na medida em que o golpe estabelece uma ruptura com o estado que orientou a realidade socioeconômica no Brasil desde 1930.

Cardoso observa que o golpe resulta da “necessidade de recompor os mecanismos de acumulação e de recolocar esta última num patamar mais alto, capaz de atender ao avanço verificado no desenvolvimento das forças produtivas” (1971, *MPB*, p. 51)¹⁶. Contudo, não explica como solucionar tal “necessidade” sem que seja através dos requerimentos ditatoriais cumpridos pelo golpe, diretamente contra o setor do trabalho, como contenção salarial e desmantelamento das organizações sindicais, como veremos.

No que toca à burguesia nacional e sua situação política após o golpe militar, ficaram confirmados, segundo o autor, seus limites de classe que se desenharam historicamente desde o início da industrialização, limites que mostram amplamente sua impossibilidade de conduzir o processo de desenvolvimento, o que a conduz a cumprir agora “um papel subordinado na condução do processo de desenvolvimento” (1967, *MSAL*, p. 184). De maneira que, não ocorrendo um

¹⁶. O autor cita Phillipe Schmitter, que “qualificou o golpe de 64 como um ‘movimento restaurador’” (*MPB*, p. 51) para destacar o caráter novo do poder aqui instalado. Afirmo ainda Cardoso: “Existem pontos de coincidência /... entre este artigo (*MPB*, p. 50) e os trabalhos de Stepan, Schmitter e Malori Pompermayer, na medida em que também estes analistas apontam a emergência de novos estilos de atuação política no Brasil” (*MPB*, nota p. 53, nota 1).

capitalismo conduzido autonomamente pelo estado, mas, ao contrário, um capitalismo dependente, conduzido com a presença do capital externo juntamente com o capital estatal e privado nacional, convertera-se a burguesia em “caudatária dos grandes grupos monopólicos” (1967, *MSAL*, p. 184), associados com o estado e com os setores mais avançados tecnologicamente do setor privado nacional.

Nessa etapa da economia, o deslocamento de determinadas unidades produtivas para a periferia, operado pelo capital externo, cria maior “interdependência” com o imperialismo. Essa interdependência entre o sistema produtivo internacional e nacional se desenvolve gradual e cumulativamente. Seus liames e nexos revelam a constituição do que o autor tratou por “internacionalização do mercado interno”, que se define como uma nova etapa do processo de desenvolvimento, que difere tanto da fase de Vargas quando da de JK.

Procuramos aqui evidenciar a concepção do autor quanto ao potencial que alcança o capitalismo periférico diante da “nova dependência”, ou da “interdependência” (relação própria entre os países desenvolvidos, como diz o autor). Cabe observar também que Cardoso se expressa distintamente em sua produção teórica anterior ao golpe militar, em *EIDEB*, e naquela posterior, em que passa a tratar o capitalismo brasileiro como dependente, em *DDAL*. Em *EIDEB* não é destacado o peso das associações econômicas (período de JK) na transformação socioeconômica da realidade brasileira, tal como se explicita em *DDAL*, quando o desenvolvimento passa a ser caracterizado como associado e dependente, e o capitalismo brasileiro é tratado por capitalismo dependente; e como o “sistema de poder” definiu-se diante das “incertezas” do autor, o processo de desenvolvimento mostra-se viável, sua continuidade estará garantida, restando a partir de então uma revisão do desenvolvimento socioeconômico sob a luz do caráter dependente que ele constrói em seu *DDAL* e reafirma nos textos posteriores, aprofundando sua análise com base nas categorias aí construídas, mas sem eliminar aquelas que

havam sido referência incontornável anteriormente, tais como patriarcalismo e tradicionalismo.

Inicialmente, ele vai afirmar que o desenvolvimento da moderna indústria exigiu condições que estavam disponíveis nos países avançados, tais como “remessas de capital e uma numerosa soma de conhecimentos tecnológicos e graus avançados de organização empresarial” (DDAL, p. 128), e a importação desse conjunto de “pré-condições”, disponíveis “por parte das nações centrais leva a um estreitamento dos laços de dependência” (DDAL, p. 128), ou de “internacionalização do mercado interno” dos países periféricos. Em seguida, internalizados os segmentos produtivos mais consistentes, observa Cardoso que “o desenvolvimento do setor industrial continua dependendo da ‘capacidade de importação’” (DDAL, p. 128), confirmando sua linha de raciocínio. Mais adiante, conjectura sobre a significativa redução dos limites que essa “capacidade de importar” alcança, afirmando que “cabe supor que diminui muito seu significado depois que se forma o setor interno de produção de bens de capital” (DDAL, p. 128). De maneira que este limite “seria mais um obstáculo transitório” (DDAL, p. 128) e as relações externas a partir daí se converteriam no “tipo normal nas economias modernas, nas quais sempre há interdependência” (DDAL, p. 128). E mais tarde, em outro texto, aprofunda essa sua posição sobre a *interdependência* dizendo que “é possível estabelecer uma graduação cumulativa pela qual liames crescentes de interdependência entre o sistema produtivo internacional e a produção industrial *na Nação* se vão constituindo” (PDSD, p. 174).

É como se não estivéssemos diante do capitalismo concorrencial, como se essa etapa do capitalismo imperialista tivesse cedido a formas solidárias, ou então que a nova estrutura econômica implantada nos países periféricos se alçasse a uma condição semelhante à que o autor registra como própria entre os países desenvolvidos. E, “nos casos mais típicos”, diz o autor, “manifesta-se uma forte

tendência ao reinvestimento local, o que, em certo sentido, solidariza os investimentos industriais estrangeiros com a expansão econômica do mercado interno” (DDAL, p. 127).

Observe-se que essa posição conflita frontalmente com a conclusão a que chega Cardoso, por nós já indicada, sobre o caráter incompleto da industrialização brasileira, caráter esse que se estrutura sem possibilidade de alteração, mas com potencial para dinamizar-se, expandir-se, crescer. A duplicidade de sua posição é patente, pois, em texto no qual tematiza as relações imperialistas, escrito pouco depois de *PDSD*, Cardoso especifica o caráter incompleto que esse tipo de industrialização revela, afirmando que o departamento de meios de produção nas economias periféricas, a despeito de um crescimento gradativo, “pode não existir, nas economias dependentes, ou, quando existe, não se desenvolve plenamente” (1972, *MPB*, p. 197). Em seguida, mostra o significado dessa situação para o capitalismo incompleto dizendo que a “acumulação de capital *requer* uma complementaridade produtiva que não existe dentro do país dependente” (1972, *MPB*, p. 197)¹⁷.

Sem dar-se conta de tal duplicidade, Cardoso prossegue afirmando que a burguesia nacional se vê sem saída, pois, diante do “novo caráter da dependência”, ou da “interdependência”, ou ainda da “dependência estrutural”, não pôde senão conjecturar: “pertencer ou não ao setor internacionalizado da economia nacional”; e é o que cumpriu na prática, ao apoiar o golpe e assumir objetivamente a qual lado pertencer. “A idéia de *dependência estrutural* vai salientar, precisamente, que esses fenômenos se dão num contexto social e político em que as solidariedades, as alianças entre os grupos e os sistemas normativos por eles compartilhados começam a redefinir-se em função do novo corte estrutural significativo: pertencer ou não ao

¹⁷. Vale notar que não há, em *MPB*, qualquer menção às teses avançadas em *DDAL* e *PDSD*, o que nos autoriza a tratar como dúplice ou ambígua sua posição.

setor internacionalizado da economia nacional” (PDSD, p. 178).

Para o autor, ao “optar pela ordem”, a burguesia nacional estava assumindo um caminho que já não impediria, ao contrário, estimularia essa “internacionalização da economia nacional”. A ditadura militar irá ocupar-se, no fundamental, da garantia que o estado pode proporcionar ao fluxo de capital externo, bem como a intervenção nos movimentos populares¹⁸, que deram base de sustentação política (como massa de manobra, segundo o autor) ao estado populista de Vargas a Goulart.

O estado posto com o golpe de 64 (que não se apresenta como uma “volta para trás”) promove um corte na história em curso. Cardoso assevera que a interferência dos militares no poder obstatizou programas que estavam postos em andamento pelo estado populista: “reforma agrária, ampliação da sindicalização, redistributivismo, regulamentação do capital estrangeiro, crescente estatização etc.” (1971, MPB, p. 51). Essa intervenção teve o “caráter de um movimento de contenção” (1971, MPB, p. 51) de tendências que avançavam ameaçando dissipar o padrão econômico vigente (pós-JK), com a “inflação galopando, a taxa de crescimento econômico decrescendo, dificuldades crescentes com a balança de pagamento” (1971, MPB, p. 51) etc.

A reversão provocada pela intervenção militar de 64 foi favorável ao estabelecimento de “um padrão de desenvolvimento baseado na livre empresa, contra o estatismo econômico” (1971, MPB, p. 51).

O sucesso obtido pelo governo militar, de acordo com Cardoso, deve-se à correlação de forças utilizada com sua intervenção no processo político. Foi deixado para trás, com a ditadura militar, “o sistema de partidos” e “as formas de organização e pressão política da classe média e da burguesia *que nunca foram*

¹⁸. Observe-se que os “movimentos populares”, a despeito das massas populares, por sua origem rural, não criarem condições políticas alternativas ao sistema, passam a ser um problema político após a inversão externa de capital, o que leva, conforme diz o autor, o golpe militar a dirigir-se contra a dinâmica daquele setor.

sólidas” (1971, *MPB*, p. 55, grifo meu). Os novos segmentos da nova “correlação de forças” em construção “passaram a depender de contatos e alianças com os grupos militares e tecnocráticos que ocupavam o Estado” (1971, *MPB*, p. 55). O rearranjo político que vai se estruturando, criado com o golpe de 64, aprofundou a bifurcação política da burguesia nacional, colocando no centro o setor burguês associado ao capital externo, e afastando “o setor nacional-burguês e o grupo estatista-desenvolvimentista da posição hegemônica que mantinham” (1971, *MPB*, p. 69) com Goulart.

A nova situação política criada pelo golpe, as posições tomadas pelo governo militar, as alterações na estrutura política, tomam uma forma político-econômica tal que, na concepção do autor, possibilitou ao estado potencializar a integração com o padrão externo de desenvolvimento, com as forças produtivas internacionais, pois, embora *reacionário*, como diz Cardoso, o movimento de 64 “pôs a burguesia nacional em compasso com o desenvolvimento do capitalismo internacional e subordinou a economia nacional a formas mais modernas de dominação econômica” (1971, *MPB*, p. 71).

Para o autor, ressaltando-se o fato de que o estado “autoritário-corporativista” tenha interceptado o livre “jogo político” da democracia restabelecida em 1946, portanto, a despeito de sua figura “autoritária”, o estado promoveu, facilitando as condições necessárias, a “revolução econômica” possível para a burguesia local.

Esta, como já se viu, não reunia quaisquer condições suficientes para operar mudanças que não fosse a de “integrar-se no capitalismo internacional como associada e dependente” (1971, *MPB*, p. 71), e nessa linha de interpretação e análise (fase de JK), Cardoso destaca como positiva a atitude do estado militar em romper com as modalidades econômicas e políticas anteriores. Esse rompimento era necessário, segundo ele, e foi sumamente importante, pois “a acumulação

capitalista nas economias dependentes não se completa /.../ a ‘carência de tecnologia própria’ /.../ e a utilização de tecnologia importada” demandavam uma nova relação internacional – que pôde ser efetivada pela ditadura militar –, pois “o capitalismo dependente é capenga: não desenvolveu um setor avançado de produção de bens de capital” (1971, *MPB*, p. 71).

Essa abordagem, mostrando a insuficiência do capitalismo dependente para se completar autonomamente no âmbito tecnológico, leva a ponderar o caráter positivo do golpe militar, pois com este o aprofundamento das relações internacionais terá mais vigor, visto que nem o período nacionalista, nem as iniciativas burguesas (quando de sua associação ao capital externo) foram, de acordo com o autor, suficientes na consolidação daquelas relações.

De outro lado, Cardoso não se furta a mostrar que outro tipo de aprofundamento ocorre, necessário à consecução do desenvolvimento. Afirmar ele que o golpe acentuou a exclusão social, “na medida em que reprimiu as classes trabalhadoras, conteve os salários” (1971, *MPB*, p. 71), pois estas haviam se convertido em “empecilhos ideológicos e organizacionais que dificultavam a definição de políticas de associação entre o Estado, as empresas nacionais e os trustes internacionais” (1971, *MPB*, p. 71)¹⁹.

Cardoso considera que, na fase atual, as diferentes nações latino-americanas imprimem relações distintas com o imperialismo²⁰; “em algumas delas o desenvolvimento produz uma mudança no poder interno, substituindo o poder dos

¹⁹. Acolhendo positivamente a associação do capital nacional e estatal aos monopólios e oligopólios externos, o autor reafirma suas posições contra aqueles que viram na penetração imperialista limites ao desenvolvimento capitalista. Toma como referência as interpretações da esquerda, em especial de Régis Debray, que, além de não diferenciar as especificidades regionais e nacionais, “ênfatiza um tipo de dominação imperialista ultrapassado, baseado na oligarquia e nos latifundiários” (1972, *MPB*, p. 202).

²⁰. O imperialismo da fase anterior (até a Segunda Guerra Mundial) era entendido como “as economias industriais avançadas garantem a posse de matérias primas e a continuação da acumulação capitalista” (1971, *MPB*, p. 32); e “a política local seria principalmente ‘patrimonialista’ e repressiva” (1971, *MPB*, p. 32). Na fase atual (após o golpe de 64), o autor afirma que o capitalismo dependente alcançou um padrão de desenvolvimento que leva em conta a dinâmica e expansão do mercado interno, embora não supere a exclusão social; os excluídos terão que buscar nas

antigos grupos oligárquicos e reforçando tipos mais ‘modernos’ de controle político” (1972, *MPB*, p. 202), confirmando com isso o papel renovador que o golpe de 64 desempenha no Brasil através do novo controle político instaurado.

Entretanto, as condições sociais que vão sendo engendradas nesse período não favorecem, por não alterarem as relações básicas de exploração do trabalho, o setor popular operário, ao contrário, aprofundam a forma de exclusão e superexploração que caracterizava essas relações nas fases anteriores. Embora o autor reconheça esse aprofundamento, não faz qualquer menção às possibilidades de superação ou mesmo barragem desse procedimento. Alude apenas ao fato de que qualquer alteração nesse campo depende da prática política das massas populares.

Reafirma, portanto, a “superexploração social como consequência do crescimento do capitalismo” (1972, *MPB*, p. 202), que somente a ação das massa poderia conter, mas a ação política popular deve ser orientada e ordenada, pois “a organização das massas é requisito para a prática política” (1972, *MPB*, p. 203), sem o que qualquer melhoria nas condições desse segmento social estará fadada ao fracasso.

Por outro lado, “o desenvolvimento é um real ponto de atração ideológica” (1972, *MPB*, p. 203), de forma que “A resposta a este efeito de atração não pode ser uma negação puramente ideológica do progresso econômico, quando ele existe realmente” (1972, *MPB*, p. 203). Por seu lado, os setores de classe média, os trabalhadores, os operários, assimilaram no plano ideológico a existência desse desenvolvimento, embora a “exclusão”, a “superexploração social” continue existindo. Resta, então, para a “integração popular na Nação”, a “necessidade de luta” (1972, *MPB*, p. 203), pautada na organização das massas e “baseada em valores e objetivos políticos que aumentem a consciência da população com

organizações populares, através da elevação do padrão de consciência sobre a desigualdade entre nações, os instrumentos de defesa de seus interesses.

respeito às desigualdades sociais e à dependência nacional' (1972, *MPB*, p. 203).

Desta maneira, o desenvolvimento dependente acentua o fortalecimento do capital e contrariamente enfraquece política e economicamente as massas, que se encontravam já em condições desfavoráveis. Por outro lado, ao dizer que os setores mais modernos do capital local são destacados para o centro do cenário político nacional, enquanto os setores desenvolvimentistas nacionalistas foram deslocados para um segundo plano da política, sem, contudo, deixar de se beneficiar do progresso, e que às massas restou organizar-se em busca de um caminho para sua integração e superação da “superexploração social”, Cardoso está constatando os fatos sem estabelecer uma posição crítica; ainda que estejam bastante evidenciadas as indicações da exclusão social, não há, segundo ele, outra alternativa ao desenvolvimento, bastando lembrar o aprofundamento da exclusão social com a implantação industrial de JK, tratada por “industrialização seletiva”. Nesse sentido, ele demonstrou com clareza seu entendimento sobre “exclusão social” confirmando-a pelo aprofundamento das relações capitalistas dependentes²¹.

Esse tipo de capitalismo gera a superexploração social ao reduzir ou limitar a presença das massas no mercado interno. Não há por parte do autor uma defesa desse tipo de capitalismo, mas a insistência de que não existe outra alternativa para o desenvolvimento capitalista periférico. Daí que tenha posto como solução para as massas sua organização e defesa de seus interesses, pois os do capital estão sendo defendidos pelas organizações que lhe correspondem.

De forma que o novo padrão de acumulação está definido pelas novas relações internacionais, que, segundo o autor, superaram a velha estrutura, própria do início do imperialismo, que contrapunha países fornecedores de matérias primas

²¹. As referências que o autor faz à “superexploração social” não podem ser confundidas com a “superexploração do trabalho” registrada por Marx em *O Capital*, cujo significado reside no pagamento, na remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor, com o que o autor não concorda, como veremos em sua polêmica com Rui Mauro Marini, noutro capítulo.

a fornecedores de produtos industrializados, embora com isso integrasse os primeiros ao mercado mundial. Sobre esse último ponto, o autor destaca que o mercado interno naquele período só interessava aos países imperialistas como mercado comprador, enquanto que as relações financeiras, característica central do imperialismo, encontravam nos estados dos países subdesenvolvidos a garantia para empréstimos diretos e sua sujeição política. Portanto, o crescimento acanhado do mercado interno, o baixo desenvolvimento industrial, a dependência financeira e tecnológica e a impossibilidade de controlar o setor externo, explicitam a posição dos dependentes nas relações internacionais daquele período.

Foram aprofundadas as desigualdades sociais e distanciaram-se os padrões sociais entre estes e os imperialistas desenvolvidos. Enquanto nos últimos o desenvolvimento tecnológico garantia altas taxas de exploração da força de trabalho devido à forma da mais-valia relativa, aqui a superexploração social resultava do limitado desenvolvimento do mercado nacional, que mantinha e reproduzia aquela dicotomia.

Ainda nessa fase de penetração inicial do imperialismo, nos países que mantiveram um “controle nacional do sistema produtivo” pela burguesia local, a independência política do estado e o protecionismo deste para com as burguesias locais colocam-se ao lado das relações econômicas externas, cujas características, confirma o autor, eram “a dependência financeira externa cresceu enormemente; a produção de matéria prima, incluindo produtos alimentícios, constituiu a base das economias de exportação” (1972, *MPB*, p. 191).

Assim, nos países centrais, as operações econômicas predominantemente monopólicas desenvolvem um novo padrão de acumulação de capital, segundo o autor, pois “as taxas de lucro, sob o regime de preços administrados num sistema de monopólio, não tendem a decrescer secularmente” (1972, *MPB*, p. 193), isto é, o monopólio e os preços administrados, segundo o autor, superaram a “lei tendencial

da queda da taxa de lucro”. Sua hipótese de superação dessa contradição própria do capital é que esse fenômeno foi produzido por um “tipo de resposta política que o sistema capitalista está apto a produzir a fim de enfrentar as situações ameaçadoras criadas por sua própria expansão” (1972, *MPB*, p. 193), e “que as corporações funcionam como unidades quase auto-suficientes de decisão e ação para acumulação de capital” (1972, *MPB*, p. 193)²².

A nova organização imperialista, após a Segunda Guerra Mundial, apresenta-se apoiada nas estruturas dos conglomerados, e, segundo o autor, não encontra mais referência nas antigas relações entre estados subdesenvolvidos e estados desenvolvidos. A ação dos oligopólios acentua a dinâmica do imperialismo a partir desse núcleo das organizações privadas.

Cardoso destaca que a nova fase do imperialismo mostra-se muito mais favorável ao desenvolvimento dos países dependentes, pois superou o período de expansão que imprimia a dicotomia: desenvolvidos *versus* subdesenvolvidos, pelo investimento produtivo que mais aproxima e integra a periferia aos padrões centrais, do que desta se aproveita para diminuir a tendência à queda da taxa de lucro, visto ter encontrado solução na própria forma monopolista e oligopolista com que se apresenta. A referência histórica com que busca fundamentar seu argumento reside na correspondência que vê entre a implantação industrial de JK e

²². Observemos, de passagem apenas, que essa análise do autor sobre a nova fase do imperialismo expressa uma tendência a compreendê-lo mais ou menos saneado das contradições iniciais, mas também de contradições que são intrínsecas ao próprio capital (lei tendencial da queda da taxa do lucro). Essa tendência foi manifestamente explorada por aqueles que interpretaram essa fase como resolutive e organizativa do capitalismo como um todo. Pelo menos três nomes de significado internacional servem como referência de tratamento dessa fase como “capitalismo de organização”: Lucien Goldmann, Paul Baran e Paul Sweezy. Estes últimos, além disso, foram destacados anunciadores da superação da “lei tendencial da queda da taxa do lucro”. Contudo, é fundamental indicar que esse fenômeno observado por outro ângulo e autor (fenômeno que permite aos empreendimentos com altíssimo padrão tecnológico ou com capacidade monopolística indiscutível se apropriarem de elevadas parcelas da mais-valia do mercado) sofre tratamento contrário ao que Cardoso utiliza e que subsidia o seu pensamento. Trata-se da noção de “escape relativo da lei do valor”, desenvolvida por J. Chasin, ao analisar o mesmo fenômeno em questão. Porém, visto do ângulo deste último, as contradições do capital não são superadas, apenas sua forma é que se modifica, afetando de outra maneira os setores não monopolistas. Em conjunto com este último autor, na mesma linha de procedimento, encontramos Ernest Mandel buscando enfocar as mudanças de forma da mesma contradição, e demonstrando a nova complexidade da “lei tendencial da queda da taxa de lucro”.

a nova fase imperialista, que criaria as condições para o desenvolvimento nacional periférico.

De forma que, com a presença dos investimentos externos, algumas características são verificadas pelo autor: “a) um elevado grau de diversificação da economia; b) saída de excedentes relativamente reduzida /.../; c) mão de obra especializada e desenvolvimento do setor terciário e, portanto, distribuição relativamente mais equilibrada da renda no setor urbano-industrial; d) e, como consequência, um mercado interno capaz de absorver a produção” (DDAL, p. 127).

Assim, as novas relações, fundadas na aplicação dos excedentes daqueles países na periferia, rompem com procedimentos que caracterizavam a antiga exploração imperialista; “o investimento estrangeiro não mais permanece como um simples ‘jogo de soma-zero’” (1972, MPB, p. 195), o que significa dizer que o desenvolvimento na periferia não é incompatível com a “penetração de monopólio”, ou ainda, que “De fato, *dependência, capitalismo monopolista e desenvolvimento* não são termos contraditórios, pois ocorre um tipo de *desenvolvimento capitalista dependente*” (1972, MPB, p. 195), no Brasil.

Desdobrando sua análise, o autor busca explicar essa modalidade do “desenvolvimento capitalista dependente” através do “esquema marxista de reprodução de capital” (1972, MPB, p. 197), afirmando que aqui não se completou a implantação departamental da indústria; “isto significa dizer que o setor I (produção dos meios de produção) /.../ pode não existir nas economias dependentes” (1972, MPB, p. 197). Dessa maneira, a “realização da acumulação de capital *requer* uma complementaridade produtiva que não existe dentro do país dependente” (1972, MPB, p. 197); com isto as estruturas econômicas que se consolidam “dependem, ainda que parcialmente, do exterior” (DDAL, p. 127); porém, como o consumo é definido internamente, “manifesta-se uma forte tendência ao reinvestimento local, o que, em certo sentido, solidariza os

investimentos industriais estrangeiros com a expansão econômica do mercado interno” (*DDAL*, p. 127), conclui o autor.

A expansão interna se funda em dois segmentos de departamentos. O primeiro caracteriza-se pela produção centrada em bens de consumo duráveis como automóveis e correlatos, enquanto que o segundo volta-se para “grandes unidades produtoras” que “formam entre si o circuito produção-consumo” (*PDSD*, p. 112).

Neste segundo segmento, o mercado consumidor é constituído pelos próprios grandes empreendimentos, pois seu produto tem origem nas indústrias de “mecânica pesada, eletricidade pesada, máquinas industriais etc., e mesmo certo tipo de produção de bens acabados, como navios” (*PDSD*, p. 112), e seu consumo, além dos monopólios privados, inclui o setor estatal.

Esse novo padrão produtivo supera o processo de “substituição de importações”, e se converte agora em “industrialização restritiva”, com base na qual serão tomadas as decisões políticas. De outro lado, o novo padrão de acumulação opera “uma transformação na forma como se realiza a acumulação de capitais, à medida que o avanço do desenvolvimento capitalista cria bases mais sólidas e amplia /.../ a realização da mais-valia” (*PDSD*, p. 112). Com isso, temos uma maior conservação e aprofundamento das determinações do capital externo, na forma tecnológica e financeira, no mercado interno. Buscando explicitar um pouco mais sua concepção sobre o capitalismo dependente, Cardoso distingue o processo de industrialização promovido até o golpe de 64 do seu aprofundamento posterior sob a forma de “industrialização restritiva”, indicando com isto a formação de uma nova modalidade: “é que a realização do lucro se faz no interior do sistema econômico dependente” (*PDSD*, p. 114). Afirma ainda que a solidarização entre os capitais estatal, nacional e externo garante “o funcionamento do mercado oligopólico forte, capaz de permitir o funcionamento do sistema” (*PDSD*, p. 114). O chamado “tripé” econômico que se formara com JK é aprofundado após o golpe

e tratado como “solidarização entre os capitais”. Obviamente, o custo dessa nova etapa para os países dependentes será expresso na “quota de dependência”, como diz o autor, que significa o pagamento dos “juros dos financiamentos pela compra da tecnologia ou pelos fretes etc.” (*PDSD*, p. 114).

O autor observa ainda que a renda oriunda das empresas externas fica à disposição de suas matrizes para decisão sobre sua aplicação, como não poderia deixar de ser, mas o “Estado pode influir sobre o movimento dos capitais” (*PDSD*, p. 114), embora sua influência seja apenas política, isto é, pressionar em favor do reinvestimento interno, administrá-lo quando já investido.

Essa nova forma industrial, a “restritiva”, põe novas questões para a força de trabalho. De um lado, as massas populares não contam com a burguesia como aliada, pois esta se associou ao capital externo, de outro, “não somente parte da ‘classe média’ (intelectuais, burocracias estatais, forças armadas etc.) está envolvida no novo sistema, mas inclusive parte da classe trabalhadora. Os trabalhadores empregados no setor internacionalizado pertencem estruturalmente a este grupo” (1972, *MPB*, p. 200). Mas “pertencer” ao “grupo” que opera no setor monopolista é, sem dúvida, cumprir as funções necessárias demandadas nesse setor, o que não permite que a classe trabalhadora urbano-industrial “pertença” a este “grupo” em sua totalidade, ao contrário, pois os monopólios formam o que o autor tratou por momento da “industrialização restringida”, e esta não depende da ampliação do mercado de consumo constituído pela força de trabalho. Entretanto, o autor insiste na posição de que o operariado, a força de trabalho, tem como alternativa, contraditoriamente, o setor que só pode assimilá-la parcialmente, inclusive por seu interesse próprio, pois esse processo “é um real ponto de atração ideológica para os setores da classe média e operariado” (1972, *MPB*, p. 203), seja pelo padrão de desenvolvimento avançado, seja pelos novos postos de trabalho e salários. Porém, só parte da força de trabalho pode ser assimilada no novo quadro,

como já dissemos.

Sabe-se, contudo, diz Cardoso, que “a crítica da marginalização, isto é, da superexploração social /.../ é indispensável n análise política. Assim como, nestas circunstâncias, a organização das massas é requisito para a prática política” (1972, *MPB*, pp. 202-203). A solução para a integração nacional do segmento popular depende de sua organização política, de sua “luta contra a forma específica de desenvolvimento promovida pelas grandes corporações” (1972, *MPB*, p. 203), o que parece ser uma evasiva por parte do autor, que não ultrapassa o limite dessa formulação abstrata.

Dessa maneira, Cardoso vem mostrando que a dinâmica político-econômica de maior expressão e, portanto, aquela para a qual têm convergido as definições políticas, centra-se nos empreendimentos monopólicos e oligopólicos externos e os nacionais e estatais que lhe fazem correspondência, ou com eles se “solidarizam”. Essa “internacionalização do mercado interno”, como a denomina, vem aprofundando os laços de dependência diante das operações de remessa do lucro, da necessidade de internalização do conhecimento tecnológico, e reprodução do padrão instaurado para garantir o reinvestimento externo; com isto encontramos-nos diante de uma redução do controle de decisões no âmbito interno, no quadro da política nacional.

Assim, com a formação de um ciclo de produção e consumo, e portanto de realização do lucro no mercado interno, as possibilidades do reinvestimento se tornam mais favoráveis; e estas operações são realizadas agora, nesta etapa do desenvolvimento, pelas grandes empresas, isto é, aquelas marcadas por um padrão mais concentrado de capital, tanto financeiro quanto tecnológico.

Cabe observar que a ação do estado, com o golpe militar, traduziu-se nesse sentido por um reaproveitamento de condições objetivadas no regime anterior, com JK, com respeito às relações com o capital externo.

O período JK dera um passo decisivo no atendimento dos requisitos próprios desse capital externo: “o Estado ofereceu uma série de vantagens aos inversores estrangeiros, dentre as quais a *Instrução 113*, que permitia a transferência de equipamentos como entrada de capitais sem cobertura cambial” (EIDEB, p. 117). O aproveitamento das condições econômico geradas naquele momento serviram de base para impulsionar o governo militar a inverter definitivamente a tendência nacionalista posta por Vargas a partir de 30. Para tanto, o golpe de 64, conforme diz o autor, teve que sanear a economia dos desajustes que ainda restavam do nacionalismo: “De fato tratava-se da necessidade de recompor os mecanismos de acumulação e de recolocar esta última num patamar mais alto capaz de atender ao avanço verificado no desenvolvimento das forças produtivas” (1971, MPB, p. 51, nota). Esse reordenamento econômico favoreceria a inversão de “tendências negativas”, tais como o aumento inflacionário, o declínio das taxas de crescimento e o perfil declinante da balança de pagamentos, como problemas mais diretos e imediatos. Porém, a perspectiva tinha um alcance maior, visava a alterações mais profundas e uma reorientação econômica que retomasse, aprofundando-o, o padrão de desenvolvimento baseado na livre empresa, certamente monopólica, ao lado da grande empresa nacional, e “contra o estatismo econômico que se atribuía ao governo deposto” (1971, MPB, p. 51).

Observe-se, portanto, que, após o golpe, o estado promove a ampliação de empresas do estado já existentes e a criação de outras, todas entendidas pelo autor como compatíveis com o padrão privado internacional. Como exemplo, cita a Petrobrás, dizendo que ela “funciona em associação com empresas internacionais e locais atuando como empresa líder no consórcio” (1971, MPB, p. 70).

As exigências do novo padrão de desenvolvimento são atendidas no governo militar através da sua oposição ao “estatismo econômico”, e do planejamento econômico que o estado empreende em favor do capital externo.

Nesse sentido, a sucessão dos momentos na indústria, sua diferenciação, a mudança de padrão, pelas alterações tecnológicas, no porte empresarial, que em última instância estabelecem essa forma de “industrialização restritiva”, completaram o tripé associativo; uma associação que envolve o capital estatal, o nacional privado e o externo, e se estabelece operando com base na grande empresa, de padrão empresarial multinacional. Esse processo deve ser explicado pelo autor pelas possibilidades aliancistas internas, que indubitavelmente foram favorecidas pelas disponibilidades financeiras externas.

Observe-se que, ao ponderar o caráter da indústria que aqui se objetivou, ele aponta para a incompletude desta, naquilo em que é básico e fundamental à sua reprodução, o departamento de bens de capital. É exatamente a partir desta premissa que ele expõe sua compreensão sobre o desenvolvimento do capitalismo dependente, isto é, um capitalismo que se desenvolve dentro de condições restritas, em termos dos departamentos que competem àquela reprodução.

Mas é necessário observar outro ângulo da “restrição”: a produção de bens de consumo duráveis foi instalada por uma perspectiva seletiva, como indicou Cardoso, de forma que se restringiu a uma determinada parcela do mercado consumidor. Dessa maneira, a indústria, tanto pelo ângulo da produção de bens de produção e tecnologia, quanto pelo ângulo da produção de bens duráveis, apresenta-se restrita e portanto incompleta.

A produção dedicada aos bens próprios ao consumo da força de trabalho não foi analisada em sua obra, exceto quando, ao tratar da fase inicial da substituição de importações, ou mesmo anteriormente, ele se refere à existência e funcionamento da indústria leve, fornecedora de bens de consumo popular.

Com isso, ficamos desinformados de sua concepção sobre o setor produtor de bens próprios à força de trabalho. A superexploração social, por sua vez, passa a ser referida em termos de exclusão, ou melhor, da não integração popular. De

maneira que sua análise sobre a industrialização, pelo prisma da estrutura dos departamentos produtivos aqui implantados, permite compreender seu caráter incompleto, seu caráter de “desenvolvimento possível”. Porém, o destino da força de trabalho, enquanto consumidora, e o correspondente segmento produtivo, não recebem a atenção devida do autor, o que o impede de aprofundar a análise sobre a superexploração do trabalho como necessidade da própria industrialização incompleta, do desenvolvimento possível, do capitalismo dependente.

CAPÍTULO III

O POPULISMO DE GETÚLIO VARGAS A JOÃO GOULART

Procurando definir a especificidade política do capitalismo brasileiro no período de 1930 a 1964, Fernando Henrique Cardoso se vale do conceito de populismo¹. Esse conceito desempenha, como veremos, um papel significativo em suas análises, especialmente no que se refere à condução política do setor do trabalho, das classes populares pelos estratos dominantes desse período.

As “análises concretas do populismo” incidem sobre a objetivação social dos *movimentos de massas* após 30, caracterizados como *movimentos populistas*. A sua diversidade dependeria, afirma Cardoso, do “tipo de alianças que as classes e os grupos sociais estabelecem entre si e com as massas” (1965, *MSAL*, p. 28).

Os movimentos populistas perseguem como objetivo a *reorganização do sistema de poder* (através dos movimentos de massa), alterando as *bases estruturais* e modificando o *plano econômico* que lhes deu origem.

Esses movimentos refletem a impossibilidade de permanência do sistema tradicional de dominação, estruturalmente lastreado pelas oligarquias, numa fase em que “as novas condições econômicas e sociais /.../ criam as ‘situações de massas’” (1965, *MSAL*, p. 28) e “obriga a ampliar o sistema tradicional de poder mediante a aceitação de novos grupos no controle e manejo do aparato estatal” (1965, *MSAL*, p. 28). De maneira que, segundo Cardoso, os movimentos populistas se pretendem portadores de possibilidades de participação dos novos segmentos urbano-industriais no controle político, até então de exclusividade oligárquica, tratada por “tradicional” pelo autor; assim, opondo-se ao domínio tradicionalista, buscam ampliar as bases da dominação, sem contudo substituí-la por outra que

¹ . Para uma análise crítica do conceito de populismo, ver Livia COTRIM, “A Crítica do Populismo: Elementos para uma Problemática”, in *Revista Puc Viva*, Ano 2, nº 8, março/abril 2000, e Armando BOITO JÚNIOR, *O Golpe de 1954: A Burguesia contra o Populismo*, SP, Brasiliense, 2ª. Ed., 1984.

correspondesse às novas condições econômicas e sociais em sua plenitude.

O estado populista reflete, por seu lado, os arranjos aliancistas que ocorreram no plano da sociedade civil, onde a burguesia industrial, no centro dos interesses da economia urbana, compõe, ao lado dos segmentos médios modernos, um novo pólo de força política que se destaca após a chamada Revolução de 30. O estado mantinha, até então, ainda que com margens flexíveis, o “burocratismo estatal tradicional”, e seus “traços patrimonialistas que o capitalismo agrário” definira no período de “transição” (1967, *MSAL*, p. 160) não foram superados pelo conjunto das novas forças urbanas.

Desta forma, o populismo é caracterizado pelo autor como instrumento que permite a condução política através de nova aliança de poder, uma vez que, após a Revolução de 30, quando os segmentos sociais ligados ao setor urbano-industrial já se organizavam buscando legitimar sua situação, havia-se explicitado a “precariedade do esquema de alianças regionais realizado no plano exclusivo das camadas dominantes” (*DDAL*, p. 66). Antes de 30, os movimentos que se manifestaram contra as alianças dos agroexportadores e que se expressaram como “protagonistas da reação antioligárquica” através de “projetos urbanos” centravam-se nos jovens militares cuja inspiração era de cunho estamental, própria da “idéia da ‘função pública’ dos militares” (*DDAL*, p. 66), do que resulta o abalo do esquema aliancista daquele período. De acordo com Cardoso, as pressões políticas dos novos grupos urbanos geraram a “crise do sistema oligárquico”, que resultou na Revolução de 30; de forma que “a hipótese que aqui se sustenta afirma que as características que adquiriu o processo de desenvolvimento depois da crise de 29 mudaram fundamentalmente em função do tipo de transformação havida no sistema político como consequência da pressão dos já mencionados novos grupos sociais” (*DDAL*, p. 73). As alianças políticas que vão sendo articuladas a partir daí colocam-se sob a forma populista, e contam com novos segmentos que lhe

fornece base de apoio, tais como “profissionais liberais, os funcionários, empregados, e inclusive setores operários” (DDAL, p. 66).

Nas análises de Cardoso sobre o populismo, percebe-se de início que os “movimentos de massas”, caracterizados como “movimentos populistas”, estabelecem-se após a formação da sociedade de massas. Encontram sua base de origem, formação e caracterização no desenvolvimento urbano-industrial, amplamente segmentado – comércio, finanças, indústria, serviços, infraestrutura etc. De forma que os “movimentos de massas” se desenvolveram com base nos novos setores que vieram se formando desde o período de “transição”. Pode-se dizer que as alterações urbano-industriais forneceram os suportes e dinamismos para os movimentos sociais; o desenvolvimento da sociedade civil, das forças produtivas industriais, esteve na base da estruturação política que surge a partir de 30. Essa estrutura política que se dá sob a forma de novas alianças encontra-se, por sua vez, na base das alterações que criam a nova fase; mas se é assim, há então uma inversão na ordem histórica dos fatores econômicos e políticos, pois o autor, que vinha mostrando a base a partir da qual emergem os movimentos sociais, passa a tratar a nova fase socioeconômica a partir dos “esquemas de poder” formados por tais movimentos como seu determinante.

Contudo, considera que as transformações políticas anunciam a presença da economia industrial, evidenciada pelas novas alianças políticas, junto à produção agrária. Permanece o caráter patrimonialista que marcou a estrutura política brasileira desde o período colonial. A burguesia industrial, para quem o estado dirige agora (pós-30) parte substancial de sua atividade, não busca ser vanguarda política, como vimos no Capítulo I desta dissertação. Mas, sob outro ângulo de análise, o autor busca mostrar que há outras razões pelas quais a burguesia torna-se ainda mais arredia e não luta para alcançar a hegemonia nos novos esquemas políticos pós-30. Trata-se da necessidade de articular o poder considerando a

presença das massas populares, pois as novas alianças formadas sob a pressão exercida pelos “segmentos sociais médios” sobre os antigos esquemas políticos abriram canais de participação popular, que, por sua vez, detonaram os procedimentos manipulatórios nas relações com as massas. Essa nova situação afasta ainda mais a burguesia industrial, receosa da presença das camadas populares no sistema aliancista. Por último, o retraimento político dessa classe será indicado pelo autor quando afirma que, após 30, o “controle da situação política” definida na nova aliança desenvolvimentista concedia certa flexibilidade “aos setores mais ligados à burguesia agrária tradicional, apesar e talvez em consequência mesmo, dos traços patrimonialistas que o capitalismo agrário e o burocratismo estatal tradicional asseguravam ao país” (1967, *MSAL*, p. 160).

A formação do populismo (período populista, ou estado populista) remete aos esquemas de poder concebidos por Cardoso. Assim, a organização do estado após 30 será entendida como resposta à ruptura do equilíbrio político da fase oligárquica: “quando se rompe o equilíbrio tradicional, e como uma etapa para a formação do estado moderno, apresentam-se situações de poder extremamente fluidas, que caracterizam o que alguns autores chamam ‘Estado populista’” (1965, *MSAL*, pp. 45-46). Entre esses “alguns” está o próprio Cardoso, que se orientará, ao conduzir suas análises sobre a esfera do poder entre 30 e 64, pelo conceito de populismo.

Ao defini-lo, afirma Cardoso tratar-se de movimentação política de massa capaz de converter-se em “forma de integração social e política das massas, [que] aparece em sua plenitude no caso da primeira situação de subdesenvolvimento e dependência /.../, que se caracteriza pela presença de um setor produtivo nacional dinâmico” (1965, *MSAL*, p. 30), e que constitui o canal (manipulativo) de relação entre as massas populares e o estado. Porém, observa o autor, nas situações e momentos específicos da América Latina em que prevalece o enclave, os

movimentos populares recrudesçam a organização de suas forças através de alianças com outros setores “que também estejam contra o status quo”, dando sentido à ação revolucionária. “Assim ocorreu, com sentido e intensidades distintos, no México, na Bolívia, na Venezuela e em Cuba” (1965, *MSAL*, p. 33). Aí as forças dominantes tradicionais respondem “a esse tipo de pressão” com “ditadura militar”; o fato é que, nesses países, por suas condições políticas, “há um potencial revolucionário ineludível” (1965, *MSAL*, p. 33), que transforma o equilíbrio proposto pelo “esquema populista” em enfrentamento revolucionário.

Destaca o autor que, por esta razão, o populismo expressa-se de forma ambivalente: seu “pólo positivo” revela a “vinculação das massas com o sistema, através de maior participação política e maiores oportunidades de consumo” (1965, *MSAL*, p. 29), desde que sua ação não busque “reorganização profunda da estrutura vigente de dominação”. Ao contrário, o “pólo negativo” reflete seu “caráter de ameaça constante ao *status quo*” (1965, *MSAL*, p. 29), a exemplo do que ocorreu em Cuba.

As condições e a necessidade política do populismo emergem quando das tentativas de ruptura com o “sistema tradicional de dominação”; quando o domínio oligárquico “perde sua eficácia ante as novas condições econômicas e sociais que criam as ‘situações de massas’, e perde sua legitimação” (1965, *MSAL*, p. 28), o “sistema tradicional de dominação” se vê forçado a ampliar as condições de participação “de novos grupos no controle e manejo do aparato estatal” (1965, *MSAL*, p. 28). Nestas circunstâncias, em que as massas passam a atuar politicamente na sociedade, “algum setor da oligarquia ou algum novo grupo em ascenso (militares, tecnocratas, empresários, políticos, profissionais vinculados a setores médios urbanos etc.) passa a ‘jogar’ com as massas como fator de poder, manipulando-as e, por sua vez, cedendo a suas reivindicações imediatas, tanto econômicas como políticas” (1965, *MSAL*, p. 28). Essa situação é relativamente

favorável, segundo o autor, para dar consecução à expansão industrial sob a forma “substitutiva”, e sofrerá limitações nos momentos de recuo no dinamismo substitutivo, e total restrição com seu esgotamento. À ampliação industrial dessa fase corresponde um crescimento das reivindicações salariais e de consumo das massas, mas, uma vez esgotado esse desenvolvimento, a situação destas se altera: “Toda vez que se estanca o desenvolvimento, se criariam condições para a transformação do populismo” (1965, *MSAL*, p. 29).

Cardoso indica que, na nova organização socioeconômica, posta por Vargas, o estado que emerge não consegue romper com a organização tradicional, ao contrário, busca conciliar os tradicionais com os novos grupos que surgiram e pressionaram por sua inserção política. Desta forma, Vargas conduz forças divergentes em seu esquema aliancista, o que o coloca todo o tempo respondendo às demandas político-econômicas postas pela “aliança desenvolvimentista”, que conta, após a conciliação, com os setores tradicionais, com os modernos, urbano-industriais, e com os setores do trabalho, particularmente do trabalho industrial-urbano, pois a aliança não incorporou os trabalhadores agrários, como especifica o autor.

O processo de desenvolvimento do período varguista, embora incorporando os segmentos populares, mas com base na forma manipulatória populista, só *aparentemente* superava o tradicionalismo, mantendo, de fato, esse caráter do sistema de dominação, por duas razões: uma porque *sua postura política caudilhesca* correspondia aos procedimentos tradicionais, e outra porque a presença de setores tradicionais no sistema aliancista favorecia a continuidade dos interesses tradicionalistas.

Vargas aparece, no plano teórico de Cardoso, como um caudilho, portanto em uma condição adversa à modernização, embora seja ele, inicialmente, a pôr este processo em marcha, através da forma “substitutiva de importações”; apesar de a

“aliança desenvolvimentista” conter, em significativo porte, a presença de setores tradicionais, que pesam na direção contrária à modernização, é essa mesma aliança que a põe em marcha, por meio da “substituição de importações”. Em sua ótica exclusivamente política, Cardoso vê em Vargas o responsável pela permanência do tradicionalismo após a fase de “transição”, tendo continuidade e duração em todo o percurso de 30 a 64, que inclui a novidade político-manipulatória do populismo. Ao mesmo tempo em que considera o tradicionalismo um entrave, afirma sobre ele que “Nossa hipótese básica é que esse tipo de estrutura foi capaz de subsistir econômica e socialmente, e soube modificar-se ante as pressões urbano-industriais” (1965, *MSAL*, p. 40), e continua: “a estrutura tradicional, ainda que tenha perdido seu antigo vigor, continuou presente e não apenas como o setor ‘tradicional’ que coexiste com o setor ‘moderno’, mas, em muitas ocasiões, como parte integrante da ‘nova sociedade’” (1965, *MSAL*, p. 40). Percebemos nesses trechos que o tradicionalismo deixa de ser responsabilizado pelo atraso econômico, passando a ser tratado como um dos componentes que viabilizaram o desenvolvimento alcançado. Assim, a indústria, sob o impulso da substituição de importações, se põe, modernizando o país no plano econômico, no setor urbano etc.; mas essa modernização não é plena, pois ela não logra quebrar o caráter tradicional do poder. Vemos, nessa forma de conduzir a análise, que o autor mantém separadas política e economia, asseverando a ocorrência de modernização no plano industrial, econômico, em contraposição à continuidade do limite tradicional no plano político, mas em convivência conciliatória. A questão que se põe é como e por que se conciliam os contrários interesses de modernização e manutenção do suposto patrimonial-tradicionalismo, ao qual o autor tributa o atraso nacional político, mas o avanço econômico.

Não é de estranhar, por todo esse trajeto analítico, que a presença de Vargas possa contraditoriamente conduzir à modernização econômica, ao mesmo tempo

em que ensaia sem sucesso uma modernização política, por se tratar de um líder carismático e caudilhesco. Nesse sentido, a condução política de Vargas é entendida pelo autor como tendo uma inclinação personalista, despregada da classe que representa e favorece. Fica obscurecido o papel histórico desempenhado por Vargas e seu projeto capitalista, endereçado à burguesia nacional, na medida em que o impulso dinâmico deste líder limita-se, na análise de Cardoso, à subjetividade personalista.

De qualquer forma, o autor busca conceituar o estado que emerge após 30 a partir das modalidades econômicas da chamada “substituição de importações”, conciliadamente no plano político com os interesses do tradicionalismo.

Analizando o setor público na fase que trata por período “populista”, o autor afirma que o estado se põe como controlador das “inversões e do consumo”. Nesse sentido, é entendido como “centro de decisões adotadas para o desenvolvimento e, em consequência, como instituição capaz de planejar” (1965, *MSAL*, p. 45). Trata-se de instituição que congrega as forças sociais de dominação, “portanto, de nenhuma maneira se pode pensar em um Estado supra-social” (1965, *MSAL*, p. 45). Ao contrário, ele é sempre expressão de distintas articulações de forças políticas que se movimentam em busca de novas alternativas de poder. De forma que, se ao período oligárquico, anterior a 30, correspondia a presença no poder dos segmentos sociais exportadores e latifundiários, com o estado atuando “como mediador da política de financiamento de investimentos estrangeiros” (*DDAL*, p. 92), o estado que se põe após 30 altera esse procedimento, buscando dar solução às demandas sociais de padrão industrialista: defesa do mercado interno, transferência de renda do setor agrário para a indústria, formação de infra-estrutura. O mais importante, contudo, é que “surtem então os projetos nacionais do aço, as refinarias de petróleo, as centrais elétricas etc.” (*DDAL*, pp. 92/93). Esse estado é designado por estado populista.

É necessário notar que o autor busca mostrar a configuração de “projetos”, ainda que particulares, que no seu conjunto atendem aos interesses da burguesia industrial, à modernização capitalista, operados pelo estado, em face das dificuldades da própria burguesia, dadas suas limitações político-econômicas.

As novas orientações políticas de sustentação do poder buscam conciliar e conduzir interesses sociais contraditórios, quais sejam: de um lado, “pressão das massas /.../ ‘para participação’”, dando “origem a uma tendência ao ‘distributivismo’ social e econômico” (*DDAL*, p. 94); de outro lado, “os interesses dos novos setores dominantes na continuidade da expansão econômica nacional, agora orientada para o mercado interno” (*DDAL*, p. 94). Essas novas orientações enfeixam-se na ideologia do “‘populismo desenvolvimentista’, onde coexistem, articulando-se, metas contraditórias”, com “o objetivo de lograr um grau razoável de consenso e de legitimar o novo sistema de poder” (*DDAL*, p. 94).

A conciliação que envolve o procedimento político do populismo é exposta pelo autor em termos da composição do poder e legitimação da nova estrutura política: “O populismo fazia destarte a mediação entre o estilo tradicional de chefia e o aumento do número de participantes do jogo político” (1971, *MPB*, p. 10). Ele ressalta também seu caráter conservador, afirmando que as políticas populistas “rompiam o atendimento restrito dos interesses oligárquicos, sem propor, contudo, uma forma não tradicional /.../ de participação no Poder e de controle das decisões” (1971, *MPB*, p. 10). Ou seja, o estado populista, segundo Cardoso, tenta conciliar interesses políticos agraristas e os industriais, na medida em que os primeiros mantêm seu “poder de fogo” dentro do sistema de poder: “nele participam e disputam sua hegemonia tanto setores agro-exportadores e financeiros quanto os setores médios e industriais urbanos” (*DDAL*, p. 93). Dessa forma, a presença dos setores populares não se explica nem por suas próprias lutas e conquistas, nem por concessão inerente a um projeto específico para os setores que vão sendo

considerados como presentes socialmente. Com isso, parece surgir uma “obrigação” por parte do estado em fazer-lhes certas concessões econômicas, que se não possibilitaram “uma elevação significativa dos salários reais, pelo menos [propiciaram] aumento, em termos absolutos, do número de indivíduos /.../ que vão se incorporando ao sistema industrial” (DDAL, p. 95).

Além disso, a massa popular é contada também como componente do mercado interno de consumo, e portanto “não só como mão de obra”. Por outro lado, sua presença cumpre uma função que o autor explica, não por seu potencial de ação no plano político, mas pela manipulação que o estado exerce sobre ela para vinculá-la ao poder. As massas populares não exercem um papel político capaz de afetar a esfera de poder, não se encontram organizadas com base em qualquer projeto alternativo, nunca se apresentaram de modo revolucionário; ao contrário, dada a forma como se pôs a indústria e o sistema de poder, os setores populares expressaram “um modo particular e incompleto de relação do trabalhador com a fábrica e do operariado com a sociedade global” (1961, MSAL, p. 202). Esse modo particular afunila a ação dos setores populares e do trabalho na busca de apoio numa espécie de “sindicalização de controle”, cuja consistência política resumir-se-ia na defesa de melhores “condições de trabalho e de existência dos operários” (1961, MSAL, p. 220).

Desta forma a ação dos setores populares acaba por refletir uma situação social que não conta com possibilidade revolucionária, ou alternativa social que pudesse servir de base para construir um projeto “para si”. Diante da expansão industrial, Cardoso considera que as insatisfações “tenderão a canalizarse para os movimentos de defesa dos interesses de classe, não se vislumbrando mais na classe, porém, a possibilidade histórica do *universal concreto*, a mediação necessária para a inexistência futura dos ‘interesses de classe’” (1961, MSAL, p. 220), ou seja, não há mais possibilidade de se projetar a nova sociedade (o socialismo), diante da

força social e política apresentada pelo avanço industrial e pelas sociedades de massa. Desta maneira, aos trabalhadores restou sua incorporação pura e simples aos dispositivos político-econômicos do capitalismo em andamento. E, no caso do Brasil, o processo de industrialização substitutiva contou com a manipulação exercida pelo “estado populista” para efetivar essa operação de “integrar” as massas populares. “No Brasil, o populismo aparece como o elo através do qual se vinculam as massas urbanas mobilizadas pela industrialização /.../ ao novo esquema de poder” (DDAL, p. 103).

A análise sobre as articulações políticas do governo de Getúlio Vargas permite, segundo o autor, verificar as condições necessárias para a formação do populismo. Ele afirma que “a sustentação política do desenvolvimento interno era integrada por grupos com interesses contraditórios”, como já vimos, mas para sua consolidação “necessitava-se uma aliança política com os setores mais atrasados da estrutura produtiva brasileira /.../ para chegar a uma política de criação de setores econômicos modernos que permitissem criar uma possibilidade de incorporação das massas” (DDAL, p. 105)². De outro lado, para que esse esquema político completasse sua viabilização, outra demanda se punha: “tal política passava a depender precisamente de uma divisão entre os setores populares: a massa urbana que se beneficia do desenvolvimento e a rural que nele não é incorporada” (DDAL, p. 105). Vargas buscou favorecer os interesses latifundistas, que subordinam a força de trabalho rural ao limite possível de exploração, não incluindo esse setor do trabalho na regulamentação e benefícios sociais, “pois a força política dos setores latifundiários baseia-se na manutenção de uma ordem que exclua a massa rural dos

². O autor, pois, assevera que a *modernização econômica* nasce de um acerto político com vistas a incorporar as massas numericamente na produção, para, por fim, contê-las satisfeitas e manipuláveis no plano político: “A explicação, ao nível político, da ação governamental para o surgimento do setor industrial consiste em que a existência de massas mobilizadas, sem a efetiva contrapartida de um regime de empregos que as incorporasse, criava real ou virtualmente uma situação fluida e perigosa para aqueles que detinham o poder e, em certo sentido, para os setores politicamente organizados da nação” (DDAL, p. 105).

benefícios da participação econômica, política e social” (*DDAL*, pp. 105-106), e sem isso a “aliança desenvolvimentista” tenderia a se desfazer.

De forma sintética, o percurso político do populismo não estabelece um vínculo direto com as frações do capital, apenas com os representantes políticos amalgamados no sistema de poder, e tem como função também dar sustentação às lideranças “populistas”. Por essa razão, o autor identifica em situações econômicas opostas a armação política populista: inicia-se com a aliança desenvolvimentista de Vargas, cujo projeto industrialista era pautado no capital estatal e privado nacional; tem continuidade no governo de JK, que alterou o padrão de acumulação, pela utilização ampliada do capital externo e o controle político que este exerce; e permanece ainda com Goulart, que forçou a alteração de rumo do processo de acumulação, em relação ao projeto de JK, favorecendo os trabalhadores.

No período da substituição de importações, transcorrido entre 1930 e 54, em que Vargas dominou, a interrupção sofrida com a presença de Dutra não é analisada com base na concepção de populismo, pois o autor não trata de seu esquema político a ponto de esclarecer-nos sobre o padrão a que está sujeito aquele governo. Por outro lado, as condições internas de sustentação da política do segundo governo Vargas, afetadas com o início do que Cardoso trata como fase de “crise do populismo”, sofrem uma alteração, repercutindo na “aliança desenvolvimentista”, em sua versão nacional-populista. Explica essa crise como segue: “Nestas condições e quando se trata de atender à pressão originada por maior incorporação - principalmente do setor camponês ou popular urbano - tal objetivo diminui a capacidade de acumulação e produz a ruptura de um elo importante da aliança pela hegemonia política: o setor agrário /.../ manifesta-se contra o Estado populista ou contra aqueles setores urbano-industriais que puderam apoiar tais reivindicações de massas” (*DDAL*, p. 119).

A “crise do populismo” toma maior proporção na medida em que as

reivindicações populares se intensificam, incluindo aí as dos trabalhadores rurais, num momento em que a exportação do café sofre o mais forte revés daquele governo, ocasionando o afastamento do setor tradicional daquela aliança: “o setor agrário, especialmente o latifundiário, manifesta-se contra o Estado populista” (DDAL, p. 119). Além disso, nem todos os segmentos industriais estão em condições de atender às demandas crescentes, quando há maior incorporação dos setores populares. Daí a possibilidade de ocorrer uma aliança em oposição ao estado populista, como acontece nos estertores do período Vargas: “É certo que os preços internacionais favoráveis ao café até 1953 permitiram que os setores agrários” (DDAL, p. 117) permanecessem na aliança; “entretanto, até 1954, quando começa a mudar a conjuntura, a aliança varguista alcançou seus limites” (DDAL, p. 117). E, além disso, “O início de uma nova conjuntura desfavorável para o café foi aproveitado pela política norte-americana para pressionar Vargas, que havia ido bastante longe com sua política nacionalista” (DDAL, p. 117). Neste ponto, o autor explicita que a “crise do populismo” encontra-se na verdade definida no quadro da *perspectiva nacionalista de Vargas*, que está sendo posta em questão, tanto interna como externamente, a partir do ângulo econômico.

Desta forma, a interferência externa (especialmente norte-americana) na política nacional favorece as oposições que vinham se formando contra o aprofundamento nacionalista. Em confluência com essa primeira situação, as condições desfavoráveis à agroexportação movem esse setor para uma posição igualmente oposicionista. Com isso o governo Vargas se vê em forte dificuldade política, tanto interna quanto externamente. Suas aproximações com o setor popular, tendendo à incorporação tanto política quanto econômica, intensifica as fortes apreensões naqueles setores (externos e internos não nacionalistas), o que leva ao conhecido desfecho de seu governo em 1954.

“Depois do breve interregno posterior ao suicídio de Vargas /.../

restabelece-se a aliança populista-desenvolvimentista sob Kubitschek, mas ela toma um rumo diverso”, com projeto fundado na “capitalização mediante recursos externos” (*DDAL*, p. 117).

Cardoso apenas indica, sem aprofundar a análise do significado e suas consequências, o fato de que o desenvolvimento capitalista no Brasil até Vargas está projetado para ter uma dinâmica político-econômica autônoma; o período de Dutra é tratado como um “interregno” entre Vargas e JK, e, por fim, este dá seqüência à aliança desenvolvimentista, mas com base no capital externo. A forma populista se impõe, assim, segundo Cardoso, tanto na fase nacionalista de Vargas quanto no período desenvolvimentista de JK; o que os diferencia é que, no primeiro caso, o populismo se estabeleceu sobre a base do capital nacional e do estado, enquanto no segundo tratou-se de um populismo com base no capital externo. Cardoso considera que “O populismo varguista apresenta-se como um movimento mais ou menos vago de incorporação das massas urbanas à Nação” (*DDAL*, p. 106). Foi um “movimento político em favor dos ‘humildes’ no qual os valores de massa, com seus pressupostos de benefícios econômicos, terão preponderância sobre os de classe; a debilidade social da classe operária emergente a dilui no conjunto da massa urbana” (*DDAL*, p. 106), o que leva a supor que o populismo favorece a diluição do caráter classista do setor operário (dada sua origem recente e rural).

De outro lado, o governo Vargas objetivou o projeto de instalação das indústrias de base, com vistas a dar os fundamentos e impulsionar a industrialização; segundo o autor, o processo político varguista teve continuidade no período de Dutra (1946/1950), a despeito dos “saldos de guerra” terem sido “em parte utilizados de forma improdutiva” (*DDAL*, pp. 116-117).

Com os limites postos pelo mercado externo desfavorecendo o principal produto, o café, “parte dos setores agrários uniu-se à oposição de classe média

urbana, fato que se somou à pressão não só dos grupos financeiros internos mas também internacionais” (DDAL, p. 117). Desfaz-se a “aliança desenvolvimentista” que havia sido restaurada no segundo governo Vargas (seu desfecho explicita mais a contradição entre as orientações nacionalistas e internacionalistas, vide a emersão de JK e a abertura ao capital externo, que propriamente populista). A pressão do setor externo mostra que a aliança nacionalista de Getúlio Vargas, embora não tenha “de modo algum [excluído] a participação do setor privado” internacional na economia (DDAL, p. 107), conduziu suas decisões político-econômicas pelos interesses nacionais *stricto sensu*. Porém, a ampliação cada vez maior do setor privado, pela vinculação dos industriais ao capital externo, cria novos movimentos de pressão “contra a ‘ineficácia’ do Estado como empresário e contra o populismo como política de desenvolvimento” (DDAL, p. 107)³, portanto contra o nacionalismo de Vargas.

Esse momento de encerramento do governo Vargas e emergência de JK permite compreender um pouco mais a perspectiva do autor, quando afirma que, numa economia subdesenvolvida, os investimentos privados ocorrem na condição de ter “apoio maciço de recursos externos de capital ou então que o estado carregue a poupança nacional /.../ para a iniciativa privada” (EIDEB, p. 90). A primeira condição é mais evidente no período JK, enquanto que a segunda esteve presente desde o início do governo Vargas, portanto ambas as formas de financiamento para o desenvolvimento ocorreram, embora Cardoso não as diferencie em termos de perspectiva social.

Observe-se que seu posicionamento teórico mantém como preocupação indicar as melhores condições para o desenvolvimento do capitalismo, seja com o capital nacional (mesmo que este não tenha negado o externo), seja com o externo,

³ . A luta contra o “estado como empresário” na análise do autor limita-se ao governo Vargas. ; com JK, o “estado como empresário” não é questionado, pelo menos segundo as indicações de Cardoso.

em posição favorecida dinamicamente. Em momento algum se coloca em suas análises a possibilidade das forças nacionais do capital serem mais favoráveis para uma conversão político-econômica alternativa do capitalismo brasileiro sob controle e condução pelas forças do trabalho. Não lhe ocorre em momento algum que a emersão de um “projeto de transição”⁴ encontre maior viabilidade quanto menor o domínio do capital externo, naquele período em que conflitavam mais intensamente o nacionalismo e a internacionalização. E nada disso lhe ocorre pois seu pressuposto desde aquele momento, em que a industrialização se encontrava internacionalmente em expansão e alcançava os países subdesenvolvidos, era que desaparecera a possibilidade histórica do que ele denomina “universal concreto”; isto é, entende que uma organização das forças do trabalho visando a um “projeto de transição” para o socialismo não mais poderia ocorrer, que o desenvolvimento social atara-se definitivamente ao desenvolvimento do capitalismo.

Com isto, a presença do capital externo é tratada pelo autor sempre como solução, na direção do desenvolvimento, de forma que a avaliação das posturas de Vargas e de JK tem por critério o maior ou menor dinamismo das forças do capital, da “emancipação econômica”, que é posta pelo autor numa linha ascendente, mas na qual a presença do capital externo desempenha um papel decisivo.

Para evidenciar o significado do capital externo no desenvolvimento industrial, ele expõe seu entendimento sobre a “emancipação econômica” dizendo que, em permanecendo sob as condições estatais e nacionais, os limites ao desenvolvimento se aprofundam, pois distanciam-se os padrões nacional e externo nos planos tecnológico, financeiro etc. Internamente, o empresariado já se mostrara contrário à perspectiva de nacionalismo econômico e, embora pressionasse o estado

⁴ . A “transição” para uma situação socialmente mais adequada, isto é, que inclua as massas trabalhadoras em condições socioeconômicas aceitáveis, implica na ação perspectivada pela própria força de trabalho, ainda que se mantenha o capital como referência para a produção e circulação de bens. Ver a respeito J. CHASIN, *A Miséria Brasileira. 1964-1994: Do Golpe Militar à Crise Social*, Santo André, Ad Hominem, 2000.

para flexibilizar o financiamento, fazia-o sem se subordinar ao nacionalismo varguista. Desde o segundo período de Vargas já se expressava uma “pressão desenvolvimentista sem, contudo, ter havido a adesão total da burguesia nacional aos valores de cunho estatizante” (*EIDEB*, p. 90)⁵.

O projeto de JK se põe no sentido contrário ao primeiro, embora conservando as condições econômicas tais como o mercado interno, a substituição de importações etc.; porém a organização produtiva se volta para a produção seletiva de bens de consumo duráveis. Como já foi indicado, com JK essa “etapa” do desenvolvimento se deu com “a capitalização mediante recursos externos”, o que permitiu um rearranjo interno dos setores envolvidos diretamente na economia: “Essa política permitiria a curto prazo diminuir a pressão inflacionária, satisfazer as demandas salariais dos grupos urbanos modernos” (*DDAL*, p. 117). A política de JK possibilitou ainda o “fortalecimento do setor industrial, agora já associado ao capital estrangeiro” (*DDAL*, p.117), bem como tornou “suportável por parte do setor exportador” o desenvolvimento sobre essa base de capital. “Pôde então haver desenvolvimento a despeito da instabilidade política” (*DDAL*, p. 117).

Essa última expressão reflete a concepção do autor sobre o tipo de desenvolvimento aqui efetivado, concepção que se completa ao afirmar que é o “impulso que o investimento estrangeiro dá a esse processo [que] permite acelerar a incorporação seletiva na economia industrial de certos setores operários e outros técnico-profissionais” (*DDAL*, p. 123). Trata-se, portanto, de um processo de desenvolvimento centrado no capital externo, seletivo em termos de classe social, pois atende apenas a parcela selecionada da força de trabalho operária e técnica. A seletividade com certeza é também exclusão, quando enfocamos o padrão industrial, isto é, o tipo de produto ao qual se destina a instalação industrial mais

⁵ . Essa análise de Cardoso mostra muito mais a sua própria posição do que o potencial real de desenvolvimento nacional. Quanto a este ponto, ver Francisco de OLIVEIRA, *A Economia da Dependência Imperfeita*,

dinâmica e moderna. Referindo-se a essa “nova etapa do desenvolvimento”, o autor afirma que “Desse modo reforça-se o setor industrial e define-se uma pauta peculiar de industrialização: uma industrialização baseada em um mercado urbano restringido, mas suficientemente importante, em termos da renda gerada, para permitir uma ‘indústria moderna’” (DDAL, pp. 123-124). Porém a renda gerada, ou a nova etapa de acumulação de capital, “vai intensificar o padrão de *sistema social excludente* que caracteriza o capitalismo nas economias periféricas” (DDAL, p. 124). Ou seja, solucionam-se os problemas do capital, distendendo as possibilidades deixadas pela “substituição de importações” no antigo padrão, implantando-se o processo associativo de desenvolvimento dependente, que aprofunda a exclusão humana na periferia, “mas nem por isso deixará de converter-se em uma possibilidade de desenvolvimento”. Esse desenvolvimento, contudo, diz respeito ao capital em processo nos países subdesenvolvidos, “é simplesmente a forma que o capitalismo industrial adota no contexto de uma situação de dependência” (DDAL, p. 124). Põe-se aqui um processo “compatível com a relação de forças das classes sociais em luta” (DDAL, p. 124)⁶.

No plano político, Cardoso insiste na continuidade do populismo. Afirma ele que, “graças à exclusão da massa rural do sistema de forças e, em menor e menos conhecida medida, graças também à exclusão das populações urbanas chamadas marginais, foi possível manter o ‘campo de alianças’ enquanto houve expansão do sistema produtivo” (1967, MSAL, p. 181). Ou seja, “a política de aliança PSD-PTB”, que representou os “grupos nacional-populistas do período Kubitschek”, permitiu que se estabelecesse uma nova correlação de forças “pela inclusão de capitais externos”, sem os quais tal não teria ocorrido e não se teria

⁶ . Observe-se que o autor não diferenciou as perspectivas socioeconômicas entre JK e Vargas, restringindo-se às “correlações de forças”, muito embora esse processo, com JK, não siga linearmente a dinâmica desenvolvimentista, como continuidade do período anterior, de Vargas; ao contrário, como já foi apontado, há uma alteração bastante significativa, impossível de ser dissimulada, no campo econômico, com a presença do capital externo e o destino seletivo da produção excludente.

rompido com o período Vargas e sua política de “frente desenvolvimentista”, “com ênfase nacionalista e redistributivista” (1967, *MSAL*, p. 181). De maneira que, com JK, o populismo permanece pelo tipo particular de acordo estabelecido, em que “os grupos empresariais privados aceitaram parte da política popular nacionalista que se expressou pela ampliação do setor estatal da economia, e os setores populares aceitaram tacitamente a ampliação da base industrial da economia através de fortes inversões estrangeiras” (1967, *MSAL*, p. 181), a despeito da exclusão. Com JK o populismo parece servir a outros interesses, além daquele que o caracterizou como política nacionalista. Na concepção de Cardoso, surge no governo de JK um populismo que, ao contrário de toda a definição anterior que o autor estabelecia conectando-o ao nacionalismo, agora aparece posto pelo capital externo.

De qualquer forma, no governo JK, com a presença do capital estrangeiro, com a exclusão social, com o encerramento do percurso nacional-desenvolvimentista, e com o novo tipo de populismo, o Brasil alcança uma dinâmica que, segundo o autor, é compatível com o desenvolvimento internacional, situação desfavorecida no período varguista, o qual, entretanto, serviu de patamar para a construção do percurso de desenvolvimento associado, mais compatível com o padrão internacional.

A idéia que o autor enunciou sobre as relações entre estado e setores populares converge para o “manobristo político”, para a relação entre posição de liderança manipulatória e massa inconsistente, portanto vulnerável àquele procedimento. Assim, “o Estado /.../ fortaleceu-se graças ao maior número dos cidadãos engajados como ‘massa de manobra’ dos interesses políticos” (*EIDEB*, p. 96) em jogo. A necessidade desse procedimento explicita o fato de que “a nova ordem não permite mais a exclusão pura e simples do ‘ponto de vista popular’” (*EIDEB*, p. 96), obrigando o estado a lançar mão dos meios de comunicação para orientar e encaminhar os movimentos populares. Dessa maneira, “a participação

das camadas populares no processo político não só é manipulada /.../ como a ineficácia dos partidos e movimentos políticos organizados foi substituída pela ação de líderes carismáticos e de demagogos que se tornaram veículo de ligação entre o povo e o Estado” (*EIDEB*, p. 96).

Em artigos posteriores ao golpe militar de 64, o autor confirma sua posição sobre a fase de manipulação das massas que garantiu no poder os líderes populistas, afirmando que “tem sido habitual na América Latina a formação de fortes movimentos populistas e nacionalistas que diluem, na ambigüidade da participação política e reivindicatória típica das situações de massas, a autonomia de seus fins e a organização dos sindicatos e dos partidos populares” (1965, *MSAL*, p. 30).

Com os movimentos populistas, os setores populares têm como objetivo, segundo o autor, “a luta por integrar-se na sociedade global”. Mas “essas modalidades de participação institucional são impostas mais como requisitos de formalização das relações políticas e sociais” do que organização da própria massa”. Essa falsa integração leva à “América Latina, essas instituições /.../ em geral muito frágeis” (1965, *MSAL*, p. 30).

De forma que as massas têm sua integração política fortemente dificultada pelos dois ângulos indicados: a sua manipulação pelo estado, e a ineficácia dos partidos de esquerda ou a fragilidade institucional dos sindicatos que as representam.

Encerrado o governo de JK, o populismo reaparece, agora atado novamente à perspectiva anterior, buscando repor, através de concessões às massas, o percurso nacionalista.

A “política de massas do Governo Goulart” teve como finalidade a garantia de sua liderança no poder, para o que procurou “ampliar sua base de sustentação, tratando de incorporar e organizar setores camponeses e aumentar a participação e os benefícios econômicos para o setor popular urbano” (*DDAL*, p. 107).

O autor busca mostrar que os problemas econômicos vinculam-se a essa atitude de Goulart em relação às massas populares: “a pressão para aumentar o consumo deteriora o crescimento econômico e a viabilidade política do populismo se esgota quando termina um ciclo de expansão” (1965, *MSAL*, p. 29).

Essa vinculação estabelecida por Cardoso cumpre um papel significativo em sua concepção teórica, pois, com base nisso, ele irá indicar os *problemas* que as reivindicações populares causam ao sistema econômico e à modernização do estado: “a formação de uma verdadeira burocracia de formação técnica” sofre obstáculo “onde as reivindicações em torno da distribuição de renda /.../ repercutem ao nível do Estado” (1965, *MSAL*, p. 49).

Desta forma, o estado populista, manipulatório, cujo papel fundamental reside em garantir o líder populista no poder, se deteriora, entra em crise, ao esgotar-se um ciclo de acumulação. Porém, o autor indica também que é exatamente o atendimento às demandas populares, a aceitação das pressões por aumento salarial, ampliação de participação, seja política, seja no mercado de consumo, através de políticas distributivas, que acaba “transformando a administração em um mecanismo da política de clientela” (1965, *MSAL*, p. 49). Desta concepção resulta a conclusão de que o atendimento às demandas sociais impede a modernização do estado, impede a “formação de uma verdadeira burocracia” (1965, *MSAL*, p. 49), e “deteriora o crescimento econômico”. Com isso, resta um quadro de grande dubiedade, pois ora o “esgotamento do ciclo econômico” deteriora o populismo, ora a mobilização popular reivindicativa assume tal proporção que seu atendimento “deteriora o crescimento econômico”, e então a óbvia conclusão se põe novamente: o movimento populista se esgota.

Pode-se inferir disso que modernização política significa superação do populismo, o que implica numa negativa às reivindicações distributivistas, à melhoria de vida das massas trabalhadoras. Da mesma forma, o desenvolvimento

econômico só pode se colocar com a eliminação do atendimento às reivindicações distributivistas do setor popular, ou seja: modernização do estado e crescimento econômico exigem o refreamento dos movimentos populares reivindicativos.

A exclusão social das massas, o não atendimento das reivindicações distributivistas, é levada a consequências mais profundas com o padrão de indústria aqui implantado após JK, padrão esse comprometido com o capital externo, voltado especialmente para o setor de bens duráveis, para uma parcela privilegiada do mercado interno.

Nesse sentido, o populismo de Goulart, populismo distinto do de JK, é explicado pelo autor como um movimento que favorece economicamente as massas, acenando com o atendimento às reivindicações populares num momento em que a estrutura industrial seletiva já se implantara plenamente. Nessa medida, a eliminação mais completa do obstáculo ao desenvolvimento econômico e modernização política coube ao golpe ditatorial militar que, como veremos no capítulo IV, reduziu radicalmente o dinamismo político da força de trabalho no Brasil.

Portanto, a modernização política do estado, como superação do populismo nacionalista, não é outra coisa senão a perspectiva de um desenvolvimento com base no capital externo, na aproximação do mercado interno aos padrões internacionais, ao preço da exclusão popular indicada.

Ele insiste na superação do populismo como condição para o desenvolvimento exclusivamente no período de Goulart⁷, que retoma Vargas⁸ em termos político-econômicos. Quanto ao período JK, essa “superação” não é aludida,

⁷. Até 1963, em *EIDEB*, Cardoso ainda reclama a ação mais consistente da burguesia nacional no sentido de buscar uma posição hegemônica em termos de controle político, embora conclua, no final da obra, que esta perdeu as chances que se lhe apresentaram.

⁸. Observemos que o autor, ao tratar da diferença entre os golpes de estado no passado, como o de Vargas, por exemplo, o faz considerando que estes têm cunho político caudilhesco, que o golpista tem suas bases ideológicas forjadas no carisma, daí que o estado, em suas mãos, reponha-se sob forma tradicional.

e embora os movimentos políticos desse período sejam entendidos também como populistas, trata-se de “populismo com capital externo”, e este não traz qualquer incômodo político-econômico, já que não há, no plano teórico do autor, qualquer indicação de que nesse governo as massas populares manipuladas pelos líderes populistas se tivessem manifestado negativamente, como está apontado em sua análise ao tratar de Vargas – segundo governo – e Goulart, cuja inclinação socioeconômica esteve pautada pelos interesses nacionalistas.

Nos dois últimos casos, o desenvolvimento não se pautou pela exclusão das massas trabalhadoras, não se orientou pela contenção salarial, norteando-se pela melhoria das condições de vida daquelas, nos limites possíveis em face de suas reivindicações (exceto no que se refere às massas trabalhadoras rurais no período Vargas, que não foram incluídas nos benefícios sociais por ele criados), enquanto o desenvolvimento com JK foi estabelecido sobre uma base seletiva, excludente, pois se tratou de seletividade de classe⁹, como vimos. Com Goulart, ao contrário de JK, busca-se restaurar uma perspectiva econômica nacionalista, busca-se implantar as chamadas “reformas básicas” e repor-se condições salariais mais adequadas. Ressalta-se, assim, novamente, que os momentos agudos do populismo, que são mencionados por Cardoso dada a sinalização do estado de crise que manifestam, estão no segundo Vargas e em Goulart, e não em JK.

Cabe destacar ainda que o populismo não pode cumprir a finalidade que lhe fora reservada inicialmente, isto é, a conversão dos movimentos de massas, através de manipulação em instrumento da modernização, pois as condições político-econômicas desde 30 até 64 fizeram permanecer o perfil patrimonialista do poder pelo estabelecimento de alianças com setores tradicionais.

Cardoso traça o caminho do que supôs ser “a política de massas” do período acima indicado, acentuando em suas análises a continuidade do movimento

populista, em situações completamente diversificadas, por motivos e razões muitas vezes opostos, mas que o autor procura justificar, afirmando que “a nova ordem não permite mais a exclusão pura e simples do ‘ponto de vista popular’” (*EIDEB*, p. 96). Essa expressão, datada de finais de 1963, não incorporou a perspectiva, que se esboçava¹⁰, de um golpe militar, que resultaria na *exclusão* não só do “ponto de vista popular” das massas, como de parte substancial dos seus meios de subsistência.

⁹. Ver análise, nessa direção, em Francisco de OLIVEIRA, *Economia da Dependência Imperfeita*.

¹⁰. Ver, nessa direção, José CHASIN, *A Miséria Brasileira*, Santo André, Ad Hominem, 2000.

CAPÍTULO IV

A DITADURA MILITAR: MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E FORÇA DE TRABALHO

1. A Modernização do Estado e a Exclusão Social

A ditadura militar é explicada por Cardoso como um processo de modernização do estado brasileiro e aprofundamento da industrialização, porém com restrição política.

Apenas para recordar, a inclusão dos setores populares urbanos na aliança getulista, a partir de 30, ambicionava a desmontagem do poder oligárquico de cunho político patrimonial-tradicionalista; porém, Vargas não criou as condições necessárias para a mudança e modernização do estado, pois conduziu-se politicamente com uma postura caudilhesca e personalista, que redundou no resgate dos procedimentos patrimonial-tradicionalistas presentes desde o período colonial. A aliança por ele empreendida contou com os setores populares, que foram manipulados para sustentá-lo no poder.

Nasce assim o estado populista, com padrão político tradicional, cujo sistema de poder se encerra com o golpe militar de 64, que, além do patrimonialismo, põe fim também ao populismo.

A modernização do estado, por sua vez, exigia a superação da “burocracia tradicional” que vinha dominando a esfera pública e que, mesmo com a presença dos setores urbanos industriais, após 30, mesmo com o alargamento do “sistema aliancista”, permaneceu no organismo político tradicionalista.

A modernização do estado executada pelos militares pôs fim ao percurso político manipulatório populista, cuja última manifestação se deu no governo Goulart; com ele, o populismo teve curta duração, pois a “crise do populismo”

gerou manifestações de diversos setores, desde a burguesia nacional até as camadas médias, sob a ideologia da “guerra ao inimigo interno”, do “perigo comunista” etc. A ação política posta em marcha como reação aos movimentos populistas resultou no golpe militar; nas palavras de Cardoso: “A forma adotada para revogação do *poder democrático* foi a do ‘golpe militar’” (DDAL, p. 134, grifo meu), o que demonstra que o autor, embora em posição adversa ao que trata por populismo, pressupõe-no como um período político democrático especialmente na sua última fase, com Goulart¹.

O golpe militar de 64 não é tratado como golpe personalista e caudilhesco, como os anteriores: “no passado /.../ a tomada do poder [era realizada] por caudilhos militares. Atualmente, são as Forças Armadas, como corporação tecnoburocrática, que ocupam o Estado para servir a interesses que acreditam ser os da Nação” (DDAL, p. 135). Desse modo, alcança-se a “fusão parcial /.../ das duas grandes organizações que exerceram influência política e controle efetivo e permanente no conjunto do país: as Forças Armadas e o Estado” (DDAL, p. 135).

O autor parece acolher o golpe como condição para a superação dos limites postos pelo populismo apoiado no seu traço político marcante: patrimonialismo-tradicional; e, embora mantenha reservas quanto à “revogação do poder democrático” operada pelo golpe, afirma que esse “eixo de dominação adquire vantagens políticas iniludíveis na situação latino-americana” (DDAL, p. 135), mas “acarreta uma série de problemas e contradições que dificultam a aceitação por parte da sociedade civil do regime autoritário-corporativo em elaboração” (DDAL, p. 135).

Destaque-se, neste ponto de sua análise, que o processo ditatorial em elaboração é considerado “regime autoritário”, e não propriamente uma ditadura.

¹ . Ao que parece, não há divergência entre as bases patrimonial-tradicionais e a democracia, pois, segundo Cardoso, estas se mantiveram presentes no estado populista de Goulart.

Essa concepção encontra-se bem destacada quando aborda as formações sociais latino-americanas de enclave, nas quais, às organizações radicais de esquerda, responderam golpes ditatoriais. De forma que os *regimes ditatoriais* só se puseram diante de situações políticas que contavam com organizações populares revolucionárias. Não é o caso dos países cuja base organizativa assentou-se sobre o “controle nacional do sistema produtivo”, como o Brasil. Aqui, ao contrário, a superação do tradicionalismo que dificultava a modernização do poder, a superação do populismo que manipulava as massas, teve que se realizar pela “revogação da democracia”, a qual vinha garantindo e sustentando os obstáculos à modernização. Do ponto de vista econômico, o poder militar procurou aprofundar o padrão de acumulação posto no período JK, que avançara bastante em termos da internacionalização da economia; isto vai sendo operado pela ditadura sem que se ponha em discussão o controle político desse padrão econômico; a política do novo sistema de poder permanece “desenvolvimentista, mas neutra no que se refere ao controle nacional ou estrangeiro da economia” (DDAL, p. 136). Quanto às pressões das massas trabalhadoras ou excluídas, que sofrem as conseqüências do tipo de industrialização aqui desenvolvido, o autor afirma que suas “novas formas de mobilização e organização continuam sendo uma incógnita” (DDAL, p. 136), embora considerando que “Sua existência estabelece uma ampla gama de alternativas de ação política, desde a criação de ‘focos insurrecionais’ até a reconstituição do ‘movimento de massas’” (DDAL, p. 136); contudo, embora especule a esse respeito, o autor não propõe qualquer estratégia em termos de defesa dos setores populares.

Suas considerações sobre o golpe militar apresentam-se também como expectativa sobre a duração que o poder golpista pode alcançar, pois “Tudo leva a crer que a passagem para o estabelecimento de um modo capitalista industrial de produção relativamente desenvolvido em países dependentes assente-se em regimes

políticos autoritários (sejam militares ou civis), cujo ciclo de duração dependerá tanto dos êxitos econômicos e do avanço que possam lograr na reconstrução social” (*DDAL*, p. 138). Vê-se, portanto, que a expectativa do autor em relação ao golpe, nesse momento, é mais especulativa que de conteúdo socioeconômico; além disso, não tece qualquer crítica que permita vislumbrar uma alternativa concreta a esse novo poder. Ele apenas especula quanto à duração maior ou menor desse “ciclo”, propondo que isto dependerá, também, do “tipo de ação ou do êxito dos movimentos de oposição baseado nos grupos e classes que assinalamos anteriormente” (*DDAL*, p. 138), ou os grupos de classes então existentes.

O autor considerou inicialmente o golpe militar como uma inserção “cirúrgica”, de média duração, para solucionar, ajustando-os, andamentos político-econômicos descontrolados, e, mesmo tendo como referência os movimentos sociais que se desencadearam no governo de Goulart, sua preocupação imediata voltou-se mais para a duração do poder dos militares e menos para analisar as condições de formação e alavancamento de forças oposicionistas; quando essa preocupação esteve presente ele ponderou afirmando que não deveria se tratar de uma oposição nos moldes anteriores ao golpe, isto é, aquela organizada pela esquerda, pelo PCB (até porque, como já afirmara antes, o partido sucumbira aos interesses nacionalistas), mas sim uma oposição refinada, em termos teóricos, pois centrada em segmentos da classe média, a partir da “organização que pode ser a ponta de lança da classe média nas barganhas políticas: a Universidade e seus institutos técnicos” (*DDAL*, p. 137).

De forma que uma oposição à altura do novo sistema de poder não poderia formar-se sem requisitos intelectuais modernos; o mais conveniente, em termos de organização política de resistência, seria projetar a modernização de um novo potencial oposicionista, que deveria contar necessariamente com a universidade, onde as classes médias, como interlocutoras dos segmentos assalariados, “buscam o

conhecimento especializado que lhes dá significado e importância na nova sociedade” (*DDAL*, p. 137).

De maneira resignada e sintética, Cardoso busca definir o papel da ditadura militar, que trata por poder “autoritário-corporativo”, dentro dos primeiros anos de sua gestão: “formação de um mercado supranacional que resolva os problemas de economia de escala e de mercado de sociedades em que a participação no consumo é restringida; reorganização autoritário-corporativa do regime político em busca da estabilidade política em sociedades ‘de massa’, mas onde o sistema político não capta a participação popular; acumulação e maior concentração de capitais em uma estrutura de rendas já concentradas” (*DDAL*, p. 138).

Não há de sua parte crítica ou proposta alternativa no período em que analisa o poder, período em que desenvolve sua tese sobre o associacionismo e sobre o capitalismo dependente. Por outro lado, sua proposta de retomada da democracia, como vimos, indica como condição uma reprojeção institucional gestada na universidade, capaz de instalar uma oposição moderna, que acompanhe a modernização operada pelo estado autoritário-corporativo. A redemocratização sugerida não inclui as forças populares, sindicais e partidárias como instrumentos para a alteração estratégica desse novo processo. Não conta com a força de trabalho para essa “modernização política”, apenas com os dispositivos institucionais.

Ao que indica sua análise, o golpe foi desferido com vistas a infletir o curso político-econômico nacionalista ainda presente, mesmo após JK. O golpe foi uma realização de interesses de destacados setores da burguesia “na reconstituição do sistema de alianças desde a derrubada do governo Goulart” (1967, *MSAL*, p.183). O autor indica que, desde o início, “viu-se claramente que importantes setores industriais-financeiros articularam o golpe e se propuseram à busca de uma posição hegemônica” (1967, *MSAL*, p. 183). Desta forma, com a ditadura em processo, desfez-se aquela postura de oposição da burguesia ao estado, que o autor apontava

em *EIDEB*, de 1963, imediatamente anterior ao golpe. A burguesia agora estabelecera uma identidade com o estado, podendo fundir neste seus interesses político-econômicos.

O autor afirma que a burguesia esteve em oposição ao poder público na fase nacionalista, juntamente com os setores populares e oposicionistas em geral, independentemente do fato de que os “projetos” implantados pelo estado estivessem correspondendo ao desenvolvimento do capitalismo, atitude pública não tomada pela própria burguesia (dada sua debilidade histórica já mencionada). Esse procedimento do poder público não é estranho, ao contrário, o autor indica que desde Vargas até Goulart encontramos o estado operando complementações no capitalismo, embora com distintas perspectivas político-econômicas, especialmente com a presença de JK. Com Vargas as chamadas “indústrias básicas” estiveram na ponta do projeto econômico, embora sua aliança tenha incluído também, além da burguesia industrial, os setores populares-urbanos. Com a emersão de JK, na concepção de Cardoso, a burguesia surpreende os “grupos sociais que organizaram movimentos pela ‘emancipação econômica’”, ou seja, em oposição à perspectiva econômica nacionalista, implantou o desenvolvimento concentrado no setor de bens duráveis com a presença das multinacionais, do capital externo, e aprofundou sua associação aliando-se a este, beneficiando-se da política econômica do governo.

De forma que, desde os anos 30, o estado se ocupou das atividades que a burguesia, por sua debilidade congênita, não cumpriu; inclusive no próprio governo de Goulart não houve, segundo o autor, uma reversão nacionalista da economia que impedisse *no essencial* o desenvolvimento do padrão industrial instaurado por JK. A política de Goulart torna-se problemática para a continuidade do desenvolvimento quando os investimentos externos começam a recuar em virtude dos movimentos sociais em ascensão, aos quais Goulart acena com a reforma

agrária, com benefícios sociais aos trabalhadores do campo etc.²

Assim, a ditadura militar, tendo em perspectiva a continuidade do processo de desenvolvimento, busca os meios para facilitar e ampliar as inversões do capital externo, interferindo para que se “marginasse os setores populares do sistema de decisões, como condição básica para acelerar a formação interna de capitais e assegurar seu controle através de grandes unidades produtivas monopólicas: estrangeiras, nacionais e eventualmente estatais” (1967, *MSAL*, p. 183).

Essa associação entre capitais teve seu ponto de partida no governo JK, configurando-se no “tripé desenvolvimentista”, como tratou Cardoso, e possibilitou a superação daquela postura da burguesia, que se colocava em oposição à situação pública, ao estado.

Convém lembrar que o autor havia denunciado o perfil vacilante da burguesia, antes do golpe, pondo em dúvida naquele momento se o desenvolvimento e a consciência burguesa no Brasil estabeleciam pontos de identidade. No entanto, uma vez instalado o poder militar, aquela posição vacilante foi superada. Desta forma, o governo “autoritário-corporativo” dá sequência, *ao seu modo*, à acumulação de capital, tomando posições políticas e econômicas em favor do desenvolvimento do capitalismo, e removendo agora os “obstáculos” mantidos e reacendidos no governo Goulart. Esses “obstáculos” estão encarnados no dinamismo reivindicativo das massas trabalhadoras, e sua “remoção” é traduzida pelo achatamento salarial e pela exclusão político-participativa, com a eliminação dos canais de ação que lhes pertenciam (sindicatos, partidos, associações etc.). Ou seja, um pressuposto do desenvolvimento capitalista sob a ditadura militar foi a exclusão dos setores populares da participação política e redução das possibilidades

² . Parece que aquelas condições da burguesia nacional punham exigências para que o capitalismo pudesse se desenvolver: presença do capital externo e contenção das reivindicações populares; ou seja, a ditadura militar pode ter sido acionada conjunturalmente, mas suas operações visavam alcançar e solucionar as deficiências históricas da realidade político-econômica brasileira, responsáveis pela debilidade congênita da burguesia.

de manutenção dos padrões salariais anteriores. De forma que, além do achatamento das condições de vida, o golpe militar completou a marginalização dos setores populares, excluindo-os também político-institucionalmente.

Cardoso afirmara em *EIDEB* (1963) que, para que a burguesia se lançasse economicamente, em países de capitalismo dependente, era necessário que o estado, ou o capital externo, se lançassem em conjunto. Com a ditadura militar, a segunda condição para a “façanha” burguesa se completou, trazendo consigo como condição a completa exclusão dos setores populares, política e economicamente, realizada pelo governo militar.

Nesse sentido, a ditadura militar cumpre funções decisivas na área política, abrindo espaço, ao reprimir e excluir a força de trabalho, para que a burguesia, por sua debilidade congênita, possa mover-se com tranquilidade no campo econômico.

Destaque-se também que o autor altera sua posição crítica em relação à burguesia, em suas análises posteriores ao golpe militar. Antes, afirmara que, se a burguesia não lutasse politicamente, perderia as chances de se tornar hegemônica: após o golpe, modifica seu enfoque: a composição com o capital externo e com o estado é mostrada através daquela associação que forma o “tripé” do desenvolvimento; agora a burguesia industrial e financeira nacional compõe o sistema de decisão, ainda que sob a forma “tripartite”.

Observe-se, contudo, que essa composição com o estado não a redime, segundo Cardoso, de sua posição consagradamente débil, política e economicamente; recordemos que o desenvolvimento proposto na fase populista não se objetivou, de acordo com o autor, dada a “fragilidade” de sua aliança: “Seria apressado /.../ concluir a partir dessas considerações, em forma taxativa, que só uma frente populista desenvolvimentista permitiria o desenvolvimento capitalista, mesmo porque, a fragilidade desta aliança ficou evidenciada” (1967, *MSAL*, p. 184); a burguesia brasileira, “contudo, cumprirá um papel subordinado na

condução do processo de desenvolvimento: como caudatária dos grandes grupos monopólicos, ou como dependente do setor público” (1967, *MSAL*, p. 184).

Desta forma, sua presença no “sistema de decisões”, embora não elimine o que a caracterizou historicamente (sua debilidade, daí sua posição caudatária), cria uma nova situação para a burguesia, que é a associação com o capital externo. O caráter associativo do capitalismo é *em si* a alteração mais significativa que resulta desse processo, e o centro dinâmico em torno do qual gravitarão as decisões político-econômicas é exatamente aquele que esteve em pauta desde JK, mas só se completa política e economicamente com a ditadura militar: o capital externo, de forma que a ação do estado ditatorial é que executou o projeto de desenvolvimento do “capitalismo dependente”, como demonstra o autor. De forma que a fragilidade da burguesia não é suprimida com a presença do capital externo, refletindo-se socioeconomicamente mesmo após o golpe; este *aparece* em Cardoso como que diluindo aquela debilidade, e não como a expressão dela, pois, com a associação ao capital externo, a debilidade histórica da burguesia deixa de ter o peso que exerceu no desenvolvimento político-econômico.

De maneira que não nos parece ser de responsabilidade da “política aliancista”, como quer nos fazer crer o autor, os fracassos e o sucesso do desenvolvimento nacional, mas sim das condições históricas sob as quais se formaram a burguesia e a forma de capital que lhe corresponde.

Diante do exposto, é difícil concordar com a noção do autor de que as limitações ao *desenvolvimento* estivessem na inconsistência *política* das “alianças populistas”, cuja superação pela consistência *política* da ditadura (“autoritarismo corporativo”), tenha ensejado as condições e garantia de sua continuidade. É difícil concordar que o centro do qual emanam restrições ou impulsos ao *desenvolvimento* seja meramente político, pois, de acordo com suas próprias indicações, é a composição de capitais que marca e define o novo “sistema de poder”. É em torno

do capital externo que orbita a nova “aliança”, a ditadura militar. Além disso, o autor mesmo considera como populista o período em que as associações com o capital externo tiveram êxito – o de JK, “populismo com capital externo”. De forma que, contrariando as conclusões do autor, tudo indica que a questão está no padrão de *desenvolvimento* que se projeta num e noutro momento: de Vargas a Goulart (com exceção de JK), a presença das massas trabalhadoras favorecia uma certa direção ao desenvolvimento; a ditadura e a exclusão dos setores populares responderam a um novo caráter imposto ao desenvolvimento, privilegiando os interesses do capital externo.

Cardoso indica os setores que tiveram seu poder político alterado com o golpe militar para definir que também a ditadura se coloca sob um novo padrão de aliança: “Neste novo contexto, ganharam importância os grupos sociais que expressam o capitalismo internacional, sejam eles compostos por brasileiros ou por estrangeiros” (1971, *MPB*, p. 54), ou seja, o capital externo e os grupos que se associaram a ele. Também se destacaram nesse processo político as “forças armadas” e a “tecnocracia”, que, segundo o autor, estiveram à margem no período populista, mas “constituíram-se em peça importante do regime atual: assumiram tanto funções repressivas no plano social, como modernizadoras no plano administrativo” (1971, *MPB*, p. 55).

A nova “correlação de forças”, portanto, centra-se no capital externo e no novo padrão político repressivo e administrativo que lhe corresponde; para tanto, foram desarticulados os “instrumentos de pressão e defesa das classes populares, tarefa que o golpe de 64, no seu aspecto repressivo, cumpriu imediatamente” (1971, *MPB*, p. 55). A eliminação desses instrumentos de pressão significou não somente a supressão dos instrumentos populistas, como também a liquidação daqueles que serviram à “própria expressão política direta da burguesia” (1971, *MPB*, p. 55). Desta maneira, a “burguesia perdeu /.../ pontos de apoio e massa de manobra”

(1971, *MPB*, p. 55), restando-lhe incorporar-se ao novo "sistema de poder" na condição de caudatária do capital externo e estatal.

O golpe resultou, pois, no "desmantelamento das organizações de classe dos assalariados" (1971, *MPB*, p. 67), com o que se pode obter "tranquilidade política" para dar consecução à "retomada do desenvolvimento, isto é, a acumulação capitalista em escala ampliada" (1971, *MPB*, p. 67).

A perspectiva da ditadura, segundo Cardoso, vai se tornando bem explícita: "Estabilidade social com dinamismo econômico seria a expressão para resumir o estilo de política adotada" (1971, *MPB*, p. 67), tratada, em síntese, como "conservantismo moderno". Nesse novo governo ditatorial, a força de trabalho arca com o pesado ônus de ver seus órgãos representativos, como por exemplo os sindicatos, postos fora de ação, impedindo que ela se organize para garantir as condições salariais de até então. O limite crítico do autor reside em afirmar que as interferências repressivas do estado "facilitaram, naturalmente, a retomada do desenvolvimento, isto é, da acumulação capitalista em escala ampliada" (1971, *MPB*, p. 67).

Porém Cardoso mostra saber que, para manter uma acumulação com base na repressão política e salarial dos trabalhadores, os governos enfrentam dificuldades. Assim, "mesmo os regimes populistas mantinham seu equilíbrio instável e garantiam o processo de acumulação econômica graças à exploração ilimitada dos trabalhadores do campo" (1971, *MPB*, p. 67, nota 10). A ditadura militar não pode lograr êxito em seu processo de acumulação de capital sem aprofundar a exploração dos trabalhadores, em situação menos favorável para isso do que o período populista. Assim, para levar a efeito a constrição político-econômica das massas, "o regime burocrático-autoritário atual encontra limites ainda maiores" (1971, *MPB*, p. 67, nota 10), de aceitação pela sociedade, uma vez que não fazem parte do "autoritarismo corporativo" os instrumentos políticos da

fase populista.

Do ponto de vista político, a questão central do governo ditatorial é a eliminação do populismo e do tradicionalismo-patrimonialista, e isto se tornara necessário, pois a aproximação com o capital externo implicava na modernização dos “centros decisórios” da política. Além disso, “a organização econômica capitalista sofrera também, no plano internacional, modificações acentuadas na última década” (1971, *MPB*, p. 54), e para que se pudesse compatibilizar os padrões nacional e internacional de desenvolvimento era necessário aproveitar o momento, pois “as corporações internacionais passaram a diversificar não só os ramos de atividade econômica sob seu controle, mas a localização das fábricas, deslocando algumas delas para áreas periféricas” (1971, *MPB*, p. 54). Óbvio está que o autor trata esse momento como integração com o capital externo, e não como subordinação às condições determinadas pelo imperialismo, próprias do período posterior à Segunda Guerra Mundial. Por essa razão, ele supõe a necessidade da “modernização política” operada pela ditadura militar, isto é: afastamento das forças nacionalistas, de um lado, e exclusão da força de trabalho, de outro. Uma vez efetivada essa “integração” com o capital externo, ocorre uma “maior interdependência na esfera produtiva internacional - visto o sistema econômico mundial do ângulo dos centros de decisão - e uma modificação nas formas de dependência que condicionam os estilos de desenvolvimento dos países que se integram na periferia do capitalismo internacional” (1971, *MPB*, p. 54).

Resta verificar as possibilidades de reação das massas trabalhadoras, que, segundo o autor, deveriam organizar-se para “obter um maior consumo e uma participação social e política mais intensa” (1965, *MSAL*, p. 27). Entretanto, para o autor, a participação política em geral não se traduz em conquistas, pois “essas modalidades de participação institucional” parecem ser mais uma imposição “de formalização das relações políticas e sociais”, do que “meio de expressão e

participação elaborado pelas massas” (1965, *MSAL*, p. 30).

Quanto aos núcleos mais organizados do proletariado, o autor deixa claro que as organizações mais radicais do período imediatamente anterior ao golpe, em especial “os grupos sectários da esquerda [que] pensavam na revolução política e não no desenvolvimento econômico e o próprio Partido Comunista que, mais tarde, aderiu e deu conteúdo popular ao nacionalismo” (*EIDEB*, p. 95), mostraram que sua orientação política se amalgamara a um “nacionalismo esquerdista”, pois “viram nas campanhas nacionalistas uma possibilidade de sensibilizar as massas para os problemas políticos e, ao mesmo tempo, uma forma de levar parte dos grupos dominantes a reagir contra o imperialismo” (*EIDEB*, p. 94), ou seja, a defesa do nacionalismo operada pelo PCB resulta em subordinar as massas e o próprio partido à defesa dos interesses do capital nacional, nutrindo-se da ilusão de que é possível instaurar aqui um modelo de capitalismo autônomo³.

De maneira geral, os setores mais organizados da esquerda, quando muito, subsumiam-se à perspectiva nacionalista, e sua luta contra o capital externo se punha a reboque da burguesia nacional, por supor a existência aqui de um setor progressista no núcleo dessa classe. Ao contrário dessa noção da esquerda de então, Cardoso procura mostrar que a burguesia nacional só tende ao progresso com apoio do estado ou então associada ao capital externo, de maneira que as forças sociais que buscavam uma “autonomia” do capitalismo através de uma perspectiva nacionalista abrem um conflito com as bases produtivas comprometidas com o capital externo. “As bases sociais e políticas sob que assentava o regime populista (seja em sua etapa autoritária, sob o Estado Novo, seja nos períodos democráticos, de Kubitschek, Goulart ou mesmo Jânio Quadros) começavam a deixar de corresponder, em forma variável, aos setores de classe que controlavam as forças

³ . Ver análise sobre as impossibilidades de formação de um capitalismo autônomo no Brasil em J. CHASIN, *A Miséria Brasileira*, análise não coincidente com a de Cardoso, pois centrada na concepção de “via colonial” de objetivação do capitalismo, tema que será desenvolvido na conclusão dessa dissertação.

produtivas” (1971, *MPB*, p. 54).

Com isso, o autor expõe sua concepção política sobre a transição de uma organização capitalista com presença acentuada de meios nacionais de produção e controle político, para outra com destacada presença de meios produtivos e controle internacionais. Apóia-se, como vimos, no fato de que o capitalismo internacional está definindo uma nova dinâmica político-econômica para os países periféricos: “uma modificação nas formas de dependência que condicionam os estilos de desenvolvimento”, cuja radicalidade afeta todo o tecido social destes países, pois “Por certo, a empresa pública, o Estado, e os capitalistas locais continuaram a existir e a atuar” (1971, *MPB*, p. 54), mas o eixo hegemônico do sistema de poder e a base dinâmica do sistema produtivo modificaram-se. A mudança para o novo padrão de acumulação de capital na periferia procurou ajustar-se às determinações externas, isto é, às alterações provocadas pelo imperialismo (capitalismo monopolista internacional).

Desta forma o golpe militar de 64 não poderia ser tratado como uma fatalidade do destino, ou, como afirma Cardoso: “Não penso que 1964 estivesse inscrito inexoravelmente na lógica econômica da história” (1971, *MPB*, p. 65); contudo, ele não indica outra alternativa para o que entende por desenvolvimento econômico, e ainda justifica-se dizendo que “o estabelecimento do processo de acumulação necessitava da prévia desarticulação dos instrumentos de pressão e defesa das classes populares, tarefa que o golpe de 64, no seu aspecto repressivo, cumpriu imediatamente” (1971, *MPB*, p. 55).

E, mais adiante, reafirmando essa postura, ele diz: “o movimento insurrecional foi uma das saídas possíveis e não a única” (1971, *MPB*, p. 65), mas “politicamente, nas condições atuais, que forças sociais implementariam o modelo alternativo?” (1971, *MPB*, p. 65). Cardoso indica em vários momentos que a marcha da perspectiva nacionalista (que ele tratou por “regime populista”) foi uma

alternativa “autenticamente nacional”, mas interrompida pelo golpe militar, porque as condições internacionais, o desenvolvimento do capital monopolista, abria “novas chances de desenvolvimento” para os países periféricos. De maneira que a ditadura militar deu continuidade ao desenvolvimento “autenticamente nacional”, ao interromper o processo socioeconômico nacionalista, o populismo, ao excluir as classes trabalhadoras dos benefícios sociais etc. Ou seja, na condição de se alterar a composição do poder (agora com a presença do capital externo), aquela “autenticidade nacional” foi preservada pela ditadura militar. Em outras palavras, para ele tudo não passou de alteração no “modelo político”, pois as condições “para implantar um modelo de desenvolvimento autenticamente nacional, deslocaram-se da burguesia para a classe média, e em especial para a ação dos militares” (1971, *MPB*, p. 65).

Do ponto de vista econômico, Cardoso critica as posições de Celso Furtado sobre o modelo econômico implantado (tratado como modelo estagnado e de pastorização da economia), mostrando que, nessa concepção, “a alternativa para resolver o impasse é a volta a um padrão de desenvolvimento autenticamente nacional, posto que a falta de dinamismo do sistema deriva de seu caráter dependente” (1971, *MPB*, p. 63). Porém, como a “burguesia brasileira, ou seus setores hegemônicos, mostraram-se mais inclinados a um tipo de desenvolvimento associado-dependente, a base social para o projeto de desenvolvimento autônomo teria que ser buscada em outras forças sociais” (1971, *MPB*, p. 64); e também “depois que, politicamente, as alianças de classe se deslocaram para implementar um dado modelo de desenvolvimento, as alternativas para ele têm que ser buscadas ao nível das forças sociais existentes” (1971, *MPB*, p. 65). De sorte que, tanto política quanto economicamente, não desponta outra alternativa que não seja a que se implantou e desenvolveu com a ditadura militar. A discussão do autor com aqueles que criticaram o modelo econômico, na fase inicial do processo ditatorial,

remete sempre para a mesma questão: quais as forças sociais que seriam capazes de controlar a situação política interna, oferecer condições e garantia para o aporte de capital que estava disponibilizado externamente, e, por fim, promover o desenvolvimento que as forças produtivas internas demandavam na busca de certa compatibilização com o padrão internacional?

Com a ditadura, pensa Cardoso, implantou-se uma forma de capitalismo ou uma etapa de desenvolvimento capitalista, o associado-dependente, mais consentâneo com os padrões internacionais de acumulação. Essa forma, o “capitalismo dependente”, é mais congruente com o padrão de desenvolvimento do capital imperialista, monopolista, pois operou internamente as modificações necessárias para o estabelecimento do desenvolvimento associado, sob orientação do capital externo. Este só se objetiva aqui sob as condições já indicadas: ao arrocho salarial e ao acolhimento do capital externo, soma-se a repressão às forças sociais que a ele se opunham; contudo, trata-se sempre de uma associação com o imperialismo, que o autor considera de tal forma que reduz radicalmente o caráter subordinado da economia brasileira.

De forma que, com a ditadura, a vertente imperialista do capital impôs-se sobre a política econômica nacional, definindo esse novo caminho do capitalismo no Brasil, e um novo regime político, autoritário-corporativo, correspondente à modernização política do estado.

Num posicionamento crítico, ele afirma que, “do ponto de vista das esquerdas, há fortes argumentos para se manter as críticas contra as formas recentes de imperialismo, de dependência e de autoritarismo político” (1972, *MPB*, p. 202). No entanto, o prisma que permite definir os posicionamentos críticos não pode, segundo o autor, “estar baseado nos valores associados ao nacionalismo burguês” (1972, *MPB*, p. 203), numa referência às possibilidades de uma “volta para trás”, pois o golpe trouxe em sua consistência e objetivo a modernização político-

econômica da nação e, desse ponto de vista, “Ele pôs a burguesia nacional em compasso com o desenvolvimento do capitalismo internacional e subordinou a economia nacional a formas mais modernas de dominação econômica” (1971, *MPB*, p. 71).

Com isso, o golpe de 64 operou algo próximo ao que ele trata por “revolução burguesa”, pois, no entender de Cardoso, “a burguesia local, fruto de um capitalismo dependente”, não pode historicamente “realizar uma revolução econômica no sentido forte do conceito” (1971, *MPB*, p. 71). A transformação radical que a burguesia brasileira poderia executar “consiste em integrar-se no capitalismo internacional como associada e dependente” (1971, *MPB*, p. 71), e isso é reenfatizado por ele ao indicar que a acumulação capitalista dependente-associada “requer seu complemento dinâmico e dele depende: a inserção no capitalismo internacional” (1971, *MPB*, p. 71). E foi “essa revolução limitada de uma economia capitalista dependente que o golpe de 64 veio a facilitar, na medida em que reprimiu as classes trabalhadoras, conteve os salários, ampliou os canais de acumulação” (1971, *MPB*, p. 71) e integrou este capitalismo ao imperialismo internacional, reduzindo as barreiras nacionalistas que impediam tal processo.

Essa ocorrência histórica esteve sob influxo das modificações externas do capitalismo imperialista, e as relações com o imperialismo não podem ser pensadas, a partir da Segunda Guerra Mundial, nos limites dos antigos padrões teóricos do período e da produção leninista, pois, segundo o autor, “os principais pontos da caracterização de Lênine sobre o imperialismo” (1972, *MPB*, p. 192) já não vigoram mais, porque a emersão dos conglomerados criou novas condições econômicas, inexistentes naquele período.

As “corporações funcionam como unidades quase auto-suficientes de decisão e ação para a acumulação de capital” (1972, *MPB*, p. 193), de maneira que o “conglomerado” forma a célula, ou unidade de produção, financiamento e

controle do capital. Esse caráter “quase auto-suficiente” dos grandes monopólios, segundo o autor, permitiu uma alteração na “lei tendencial da queda da taxa do lucro”, pois funcionam “sob o regime de preços administrados num sistema de monopólio” (1972, *MPB*, p. 193). O que levaria a supor que a “lei do valor” não rege plenamente como antes a acumulação capitalista, quando esta alcança a forma monopólica do capitalismo imperialista⁴.

Conduzindo dessa forma, como uma suposta lógica sem contradições, o atual estágio imperialista, Cardoso deixa-nos a impressão de que o ingresso do Brasil nessa etapa possa ser feito também sem contradições, isto é, sem que seu atraso histórico imponha qualquer antinomia, seja do ponto de vista do capital, seja do trabalho.

Sobre a presença do imperialismo no Brasil após a Segunda Guerra Mundial e suas alterações no processo de reprodução do capital, o autor busca explicar e esclarecer que “o investimento estrangeiro não mais permanece como um simples ‘jogo de soma zero’, da exploração, como era padrão no imperialismo clássico” (1972, *MPB*, p. 195). Ao contrário, o desenvolvimento tem que ser tratado a partir destas novas condições, em que “não será difícil mostrar que *desenvolvimento e penetração de monopólio* não são incompatíveis” (1972, *MPB*, p. 195); que, “De fato, *dependência, capitalismo monopolista e desenvolvimento* não são termos contraditórios, pois ocorre um tipo de *desenvolvimento capitalista dependente* nos setores do Terceiro Mundo que estão integrados na nova forma de expansão monopolista” (1972, *MPB*, p. 195).

Essa expansão no Brasil é verificada desde a “acumulação urbano-industrial

⁴. De qualquer forma o autor não fundamenta sua premissa, impedindo-nos a possibilidade de crítica ou validação do seu ponto de vista. Ainda que se concorde com a idéia geral de que o imperialismo promove alterações na forma de acumulação de capital, não se pode aceitar que estas não sejam demonstradas a partir de seus fundamentos, pois uma alteração dessa ordem exige a análise da processualidade do capital a partir do valor, único ângulo capaz de revelar seu estado e suas transformações. A esse respeito, ver a formulação de J. Chasin de “escape relativo à lei do valor”, em “Da Razão do Mundo ao Mundo sem Razão”, in *Ensaio n.º 11/12*, São Paulo, Ensaio, 1983.

- que vinha crescendo desde o período de Kubitschek - [e] passou a preponderar no desenvolvimento capitalista” (1971, *MPB*, p. 69). Com a ditadura, “o setor nacional-burguês e o grupo estatista-desenvolvimentista” são deslocados da “posição hegemônica /.../ em proveito do setor mais internacionalizado da burguesia” (1971, *MPB*, p. 69), bem como são afastados “os empecilhos ideológicos e organizacionais que dificultavam a definição de políticas de associação entre o Estado, as empresas nacionais e os trustes internacionais” (1971, *MPB*, p. 71), formando-se, assim, as condições políticas para a interferência do capital externo.

De outro lado, a ação do governo ditatorial promove o “desmantelamento das organizações de classe dos assalariados” (1971, *MPB*, p. 67) para alcançar, em termos de mercado, um padrão “limitado e orientado para satisfazer o consumo das classes de altas rendas” (1972, *MPB*, p. 196), pois o mercado neste novo padrão é “seletivo” e “restrito”.

As razões da ditadura vão sendo contextualizadas em conjunto com a presença mais intensa do capital internacional, ficando também ressaltadas as posições antipopulares em seus atos e consistência político-econômica; as articulações e atos internos e as demandas do capital externo, do imperialismo, justapõem-se, criando um processo de desenvolvimento mais congruente com o padrão de modernidade do capitalismo internacional exposto pelo autor.

A nova forma de estado, modernizado pela ditadura, representa os setores que consolidaram sua associação: setor público, setor privado nacional e multinacionais. “É sobre este tripé que assenta o desenvolvimento dos países industrial e economicamente mais avançados” (1971, *MPB*, p. 13). De maneira que, no plano político, com a modernização do estado, com os setores associados do capital no poder, com o tripé do desenvolvimento, o Brasil alcança uma etapa da modernidade que é própria aos países avançados, quando se trata da configuração

geral do poder.

A nova “correlação de forças”, o novo padrão político moderno, expõe as características que parecem ser próprias ao capitalismo dependente quando Cardoso sustenta que o desenvolvimento aqui “permite altos níveis de concentração de renda e cria um mercado de rendas médias e altas, que, se é reduzido em comparação com o montante global da população, é, entretanto, suficiente para assegurar o dinamismo econômico, isto é, a acumulação de capitais e a expansão das empresas” (1971, *MPB*, p. 40). De modo que o estado mostra seu papel específico quando é enfocada sua ação em favor do capital; contudo, Cardoso não deixa de apontar as contradições desse novo “esquema de poder”, afirmando que “Consequentemente, formam-se ilhas de desenvolvimento num contexto de pobreza” (1971, *MPB*, p. 40), e que, além disso, “O modelo de desenvolvimento restritivo, utilizando tecnologia relativamente desenvolvida, cria riqueza sem expandir na mesma proporção o número de empregos” (1971, *MPB*, p. 41), refletindo assim a contradição entre desenvolvimento dependente e distribuição de renda. Por outro lado, “Qualquer sistema econômico que queira crescer depende, como é óbvio, da capacidade de acumulação de que disponha” (1971, *MPB*, p. 15), pois, segue ele, “a redistribuição da renda, em si mesmo, não constitui o pólo de um gradiente que distingue padrões de desenvolvimento” (1971, *MPB*, p. 15). Vemos que o autor explicita as contradições que o governo ditatorial impõe, indicando os momentos economicamente favoráveis, ao lado do perfil negativo da distribuição de renda para o setor do trabalho, mas acaba por justificar o lado negativo com essa afirmação de que seu padrão não define o grau de desenvolvimento, ou seja, desenvolvimento diz respeito à acumulação do capital, e não à distribuição dos seus resultados. O desenvolvimento latino-americano, que não é homogêneo, tem se mostrado sempre mais favorável ao pólo específico das forças do capital, e ao contrário quando se trata dos setores populares. Cardoso distingue dois modelos

contrapostos que justificam essa observação: “Existe /.../ pela primeira vez na história latino-americana, um confronto entre dois estilos de organização econômica, com implicações políticas claras: o modelo do ‘desenvolvimento associado’ /.../ e o modelo do ‘desenvolvimento popular’” (1971, *MPB*, p. 18). Essa distinção está centrada no plano do controle político dos sistemas ou modelos em questão. De forma esquemática, ele ordena o padrão de controle das decisões econômicas dentro da América Latina, “modelo popular” e “associado”, tendo como referência o controle público num pólo e a livre empresa em outro, de maneira que os modelos aqui desenvolvidos encaixam-se num ou noutro caso, ou então encontram-se intermediariamente entre ambos. Assim, para o controle puramente público, ele indica o caso de Cuba, e em menor grau o Chile e o Peru. Na forma oposta de controle, estão os países que deixam por conta da livre empresa as tarefas do desenvolvimento (Argentina ou Colômbia, por exemplo), e por fim “casos nos quais existe uma espécie de divisão de área entre as empresas privadas (normalmente bastante vinculadas às corporações internacionais) e as empresas públicas (por exemplo, México, Brasil e, até certo ponto, Venezuela)” (1971, *MPB*, p. 16). O autor, assim, vai definindo seu conceito de desenvolvimento, que, no caso brasileiro, após o golpe consolidar-se-á sob forma de “desenvolvimento associado”; no entanto, essa consolidação não foi resultado de um processo histórico, socioeconômico coeso, e compatível com o amadurecimento político-econômico das classes sociais, ao contrário, foi imposto pela ditadura. Esta, como uma interferência radical nos processos político-econômicos nacionais, altera profundamente esses mesmos processos, reorientando-os tendencialmente àquela associação, o que se reflete no aprofundamento das relações com o capital internacional, na direção contrária à do “modelo de desenvolvimento popular”, e em favor do “desenvolvimento associado”, como vem tratando o autor.

O golpe ditatorial se tornou necessário ao aprofundamento do padrão de

desenvolvimento – associado - dependente, concomitantemente à transformação do aparelho de estado, que foi ajustado às operações próprias à internacionalização da economia. Para o autor, “A forma adotada pelo eixo de dominação adquire vantagens políticas iniludíveis na situação latino-americana: a existência de grupos organizados é importante no quadro de desestruturação relativa das sociedades subdesenvolvidas” (*DDAL*, p. 135). Assim, o “regime autoritário-corporativo, que se apresenta como a alternativa provável nas condições políticas e econômicas atuais, faz-se por intermédio de revoluções nas quais são as grandes organizações nacionais, como o exército e a burocracia pública, mais que as burguesias nacionais ou internacionalizadas, que atuam e se reorganizam” (*DDAL*, p. 134).

Vê-se, dessa forma, o papel do estado como decisivo no processo “revolucionário” de desenvolvimento, comportando-se com “relativa autonomia” no encaminhamento socioeconômico por ele renovado. Tal renovação, do ponto de vista do “sistema de poder”, operou “a passagem do regime democrático-representativo” para o “regime autoritário-corporativo” (*DDAL*, p. 134); isto significou uma profunda alteração na correlação de forças, que, no primeiro caso, apoiou-se, ainda que em parte, “nos setores latifundiários, exportadores ou vinculados à indústria de bens de consumo leve” (*DDAL*, p. 133), enquanto que, na forma renovada, “preponderam as empresas monopolísticas internacionalizadas e o setor financeiro que surge vinculado ao mercado interno” (*DDAL*, p. 133). Certamente, o novo padrão de acumulação de capital centrado no capital externo só pode efetivar-se com base nas alterações indicadas, pois esse capital desloca o dinamismo econômico para os monopólios associados e para o capital financeiro, formas atualizadas de ação do capital imperialista. O chamado tripé desenvolvimentista representa uma associação que inclui com grande destaque o capital público, o que “possibilita ao Estado distintas margens de manobra na definição das novas alianças de manutenção do poder” (*DDAL*, p. 134).

Eis, portanto, a posição que Cardoso assume em face do governo militar, quando se trata de apresentá-lo como condição política e econômica de transformação do capitalismo brasileiro, muito embora ele tenha apontado várias vezes, como vimos, os limites que esse capitalismo impõe ao setor popular pelo aprofundamento da exclusão que, de certa maneira, sempre esteve presente. De todo modo, essa interferência política vai se tornando cada vez mais necessária e inevitável, à medida que a perspectiva econômica internacionalista se aprofunda.

As discussões sobre o padrão político do estado vão se perfilando num período mais avançado da produção teórica do autor, final da década de 60 e início de 70, quando parece já definido que a burguesia brasileira se incorporou econômica e politicamente ao projeto e às forças políticas do capital externo. Assim, o perfil político do estado ditatorial militar ganha relevância em sua produção teórica, e a primeira questão posta em destaque é que ele já não questiona mais sobre as chances hegemônicas da burguesia, se esta compõe subordinadamente o “sistema de decisões”, a que classe corresponde a “dominação burguesa” no Brasil etc., pois, como ficou visto, no novo centro político estabelecido pelo golpe, após a intervenção no governo Goulart, a “restauração democrática”, e o encerramento do populismo, estão a própria corporação militar e a burocracia pública.

Num certo sentido, esse empreendimento “revolucionário” aparece na concepção de Cardoso como a implantação de um “capitalismo sem capitalistas”, que seguiu de maneira geral o procedimento próprio que “o liberalismo opera nos países subdesenvolvidos: executivo forte, representação partidária expurgada, /.../ economia de mercado com forte regulamentação estatal, fortalecimento da empresa privada, abertura da economia nacional ao capitalismo internacional” (1971, *MPB*, p. 66). Embora esse procedimento não seja identificado com os “golpes” do passado, o autor lembra que, na interpretação de Skidmore, o período tratado como

democrático no Brasil, 1945/64, caracteriza-se mais como um desvio no curso normal da história do que com ela se identifica. O golpe de 64 repõe o que há de mais característico politicamente no Brasil, e a ação de Castelo Branco se deu nessa direção, pois para a “restauração democrática” aplicou uma “revogação democrática”, confirmando sua posição sobre aquele período como “desvio de uma tendência contínua” (1971, *MPB*, p. 53). Como se vê, o autor explicita outra contradição que marca suas análises. Ele mostra que na maior parte do tempo em que se desenvolve a política no Brasil a forma ditatorial domina. São limitados os momentos em que o padrão democrático esteve presente. No entanto, a ditadura militar imposta em 64 distingue-se dos outros momentos ditatoriais, sendo tratada como período renovador, embora conservador. Ou seja: há na ditadura militar, segundo ele, características tais que possibilitam utilizar esse conceito; porém essas características se definem diretamente como técnicas e financeiras, pois a ditadura militar soube introduzir no Brasil, através do novo esquema político, as condições necessárias para a transformação dos empreendimentos capitalistas; estes se elevaram, com a associação, às formas próprias do capitalismo desenvolvido. Nisto consiste o caráter revolucionário do governo militar. De maneira que seria “correto dizer que o golpe de 64 acabou por ter conseqüências ‘revolucionárias’, no plano econômico” (1971, *MPB*, p. 53), plano esse que “necessitava da prévia desarticulação dos instrumentos de pressão e defesa das classes populares” (1971, *MPB*, p. 55) para “o estabelecimento do processo de acumulação”. De fato, parece ser esse o caráter contínuo da história brasileira desde 1930, a garantia da superexploração econômica do trabalho; e só para justificar-se ele indica que as “alianças populistas” desde aquela época tinham “como um de seus suportes estruturais, /.../ a não incorporação política e a superexploração econômica da população rural” (1971, *MPB*, p. 69).

Assim, a aplicação do golpe repressivo contra os trabalhadores, que

expressa o procedimento histórico comum a períodos tão distintos, é tratado pelo autor pura e simplesmente como “elementos básicos da cultura política brasileira” (1971, *MPB*, p. 53). O que lhe importa destacar é que o estado agora assume racionalmente as tarefas do desenvolvimento, pois assenta-se numa “burocracia tecnocratizada” capaz de se pôr tarefas desapaixonadas, sem a problemática social e histórica da classe burguesa; “Não fosse assim, de fato o Estado seria, sem rebuços, o ‘comitê executivo da burguesia’ /.../ e os militares, o braço armado da oligarquia” (1971, *MPB*, p. 68), o que seria muito simples, segundo pensa Cardoso, pois estaríamos diante de uma história sensaborona, onde as classes dominantes estariam de um lado “alinhas harmonicamente sob a égide do Estado, e, de outro, as classes dominadas, excluídas do Estado e quase expulsas da sociedade civil” (1971, *MPB*, p. 68).

Ao contrário, a ditadura militar se dispôs a enriquecer nossa história, pois conquistou “a estabilidade relativa na aliança entre militares, burguesia e classes médias”, através de uma “revolução econômica” que tornou compatíveis “as diversas facções /.../ em face de inimigos maiores, estes sim, antagônicos, representados pela ameaça de uma política favorável às classes populares” (1971, *MPB*, p. 68). Esses “inimigos” (o autor se refere ao período nacional-populista) não estiveram à altura de um processo revolucionário, e embora o estado estivesse deteriorando, faltavam-lhes “metas claras, uma política não oportunista por parte dos grupos de esquerda que predominavam na situação, em suma, organizações capazes de aproveitar para seus objetivos a decomposição do Estado” (1971, *MPB*, p. 69).

De maneira que os militares não foram contra-revolucionários, pois não havia uma revolução em curso, e sua interferência criou uma “revolução econômica burguesa”, na medida em que inseriu o Brasil no capitalismo internacional (que, como vimos, supre a carência tecnológica do “capitalismo dependente”), entendida

como seu ponto alto em termos de realização socioeconômica, ao afirmar que “A acumulação, expansão e realização do capital do setor produtivo local requer seu complemento dinâmico e dele depende: a inserção no capitalismo internacional” (1971, *MPB*, p. 71).

O caráter “revolucionário” do estado militar consiste, em última análise, no aprofundamento das relações político-econômicas do Brasil com o imperialismo, que teria passado a oferecer condições inovadoras após a Segunda Guerra Mundial para os países periféricos. O custo social dessa “revolução”, contudo, não passou despercebido ao autor (que tenta diluir a superexploração causada no governo militar, ao assemelhar sua ocorrência à exclusão do setor rural no período nacional-populista), que reconheceu a exclusão política dos trabalhadores, a contenção salarial, a restrição política geral, redefinindo o caráter revolucionário da ditadura por “revolução conservadora” ou “modernização conservadora”.

A ditadura militar representou, na análise de Cardoso, uma profunda transformação no padrão de acumulação de capital. No plano econômico, as associações inverteram as tendências nacionalistas e dinamizaram a produção, o mercado, aprofundando os compromissos com o capital imperialista. No plano social, as exclusões e restrições políticas marcaram sua ação.

Destaca-se agora em sua análise a discussão sobre os conflitos internos do estado, no plano imediatamente institucional; conflitos traduzidos, em sua interpretação, dentro do que entende como a “‘institucionalização’ da Revolução”.

Segundo o autor, as possibilidades de retorno ao estado de direito foram bloqueadas pelos “radicais de direita”, os “ultra”, que compunham o núcleo de poder. Desta forma, enquanto Castelo era suscetível às pressões democratizantes que vinham de fora do núcleo, se via ao mesmo tempo sujeito às pressões opostas por forças internas ao núcleo: “a tendência política inspirada pelo próprio chefe de Estado e apoiada em setores ponderáveis dos partidos, se propunha à

‘institucionalização’ da Revolução. Isto é, buscava alguma forma de legitimidade que terminaria por estar consagrada num Estado de Direito” (1971, *MPB*, p. 76).

Castelo se deparava com “grupos - a ‘linha dura’ - que queriam ‘radicalizar mais o processo’, ou seja, levar mais longe a luta anticomunista e anticorrupção, para o que se fazia necessário o controle militar estrito do sistema de decisões” (1971, *MPB*, p. 76). Destaca duas correntes contrastantes dentro do estado: os “castelistas” e a linha dura ou os “ultra”. Enquanto a primeira desde o início propusera, segundo o autor, a necessidade de “institucionalizar” o poder, isto é, de superar o caráter de exceção que o definia enquanto poder, chegando a investir numa “estratégia de ‘abertura democrática’” (1971, *MPB*, p. 77), a segunda, os “ultra”, nunca se posicionara nessa direção. Quando as manifestações oposicionistas se adensam, como a realização da “passeata dos cem mil, primeiros atos guerrilheiros, oposição franca do MDB ao regime, Frente Ampla etc.” (1971, *MPB*, p. 77), os castelistas são questionados internamente, por parte daquela oposição mais à direita, os “ultra”.

Mais tarde, com Costa e Silva, novamente a flexibilização política é insinuada, com nova tentativa de “institucionalização”, e mais uma vez segmentos da “linha dura” se opõem a esse procedimento; ao lado dos problemas de saúde de Costa e Silva, dois outros fatos importantes como a retomada do crescimento econômico e o aguçamento das lutas guerrilheiras, favoreceram o endurecimento político.

O coroamento desse processo de restrição política se dá com a eleição de Garrastazu Médici. Assim, “Com a Instituição Armada, como corporação, assumindo em forma crescente o controle do Estado (isto é, de outra burocracia, também esta modernizada pelas administrações anteriores), implantava-se um modelo relativamente estável de dominação burocrática” (1971, *MPB*, p. 78).

Essa “dominação burocrática” corresponde ao atendimento dos interesses

de “sua base social” tanto política quanto econômica, e estabelece uma correlação entre o “novo sistema de poder” e as “classes econômicas”, superando as adversas condições que vicejaram desde o período JK, no qual “As bases sociais e políticas sobre que assentava o regime /.../ começavam a deixar de corresponder /.../ aos setores de classe que controlavam as forças produtivas” (1971, *MPB*, p. 54). De maneira que, para o autor, as forças armadas cumpriram um papel decisivo na renovação política e no desenvolvimento econômico. Para tanto, adotaram um modelo, e dentro dele “cabem, inclusive, pressões nacionalistas. À condição de que se mantenha o caráter ‘associado’ do desenvolvimento e que dentro dele caiba um estado forte” (1971, *MPB*, p. 79). O modelo referido é tratado por modelo de “dominação autocrática sob controle burocrático-militar e está assentado em bases economicamente dinâmicas” (1971, *MPB*, p. 79).

Cardoso exprime a idéia de que as críticas à “rigidez burocrática” foram atenuadas pelos padrões econômicos alcançados, que beneficiam desde a burguesia internacionalizada, setores militares, classe média, até alguns segmentos populares, contudo, “A partir deste quadro começou a difundir-se a crença de que existe uma relação estreita entre desenvolvimento econômico e autoritarismo e de que este é condição para aquele” (1971, *MPB*, p. 79). Para o autor, entretanto, essa relação entre “autoritarismo” e desenvolvimento não parece se sustentar senão no plano ideológico dos “ultra”⁵.

Cardoso procura defender uma posição que não vincule “fechamento político” e “desenvolvimento econômico”, lançando mão das afirmações de Roberto Campos: “A opção política que nos convém”, afirma aquele economista, “e que é na realidade a opção consagrada pela revolução de 64 - é a de democracia participante com um Executivo Forte” (*apud* 1971, *MPB*, p. 80). Entende essa

⁵ . Convém ressaltar que, nesse ponto, a correlação: fechamento político e desenvolvimento econômico encontra-se bem definida nas teses do general Golbery do Couto e Silva, citada por Vânia Noely em sua dissertação de mestrado, apresentada ao departamento de Ciências Sociais da PUC-SP, “O Satânico Dr. Go”.

posição do ex-ministro como adequada, mas acrescenta a necessidade de se substituir a *coação* pela *informação*, “sem incorrer nos equívocos e riscos do ‘populismo distributivista’ e da ‘excitação nacionalista’” (1971, *MPB*, p. 80), já superados pela ditadura militar, mas para cujo risco de retorno o autor alerta. Contesta a concepção de que a restrição política seja necessária ao desenvolvimento econômico, e, tal qual Campos, toma como referência o *novo* padrão de acumulação, conquistado com o governo militar, para propor caminhos de redemocratização, mas sem “retrocesso” populista ou de reivindicação econômica das massas trabalhadoras. De certa forma já teríamos, segundo ele, reunido os componentes necessários “como condição para o pluralismo político e pela manutenção de uma sociedade aberta, graças ao aperfeiçoamento de canais de mobilidade social, como a educação” (1971, *MPB*, p. 80).

A flexibilização política, sugerida pelo autor, tem como conteúdo a necessidade de informação, que permita à universidade constituir um novo patamar educacional que atinja positivamente as massas. Ele critica a posição elitista de intelectuais e políticos vinculados ao estado, observando que “Pensa-se mais facilmente em soluções de cúpula do que nas tarefas árduas, pacientes e demoradas de organização e preparação das camadas populares, dos grupos profissionais, da massa, enfim, para a construção de sociedades mais equânimes e mais livres” (1971, *MPB*, p. 28). Mas a referência para que esse empenho tenha êxito é “a Universidade e seus institutos técnicos”, pois é lá que “os quadros buscam o conhecimento especializado que lhes dá significado e importância na nova sociedade” (*DDAL*, p. 137).

De certa forma, Cardoso vê na universidade, nos processos de reeducação social, o potencial capaz de alterar os rumos políticos nacionais, pois sem esse processo ficariam distantes as possibilidades de redemocratização ou institucionalização do poder. Enquanto permanecer, de um lado, “a ação armada da

esquerda” e, de outro, a “repressão incontrollada”, o impasse político-institucional se mantém. As dificuldades para a institucionalização encontram-se nos acentuados extremismos de esquerda e de direita: “O paradoxo político reside precisamente nisso: a escalada repressiva e a ação terrorista” (1971, *MPB*, p. 82). Mas, obviamente, o impasse, além de conjuntural, deita raízes no passado, na indisponibilidade das elites em educar as massas, razão pela qual estas demonstram agora uma incompreensão da importância do processo revolucionário dos militares, e se posicionam com uma radicalidade tal que gera o contraponto repressivo. “Por trás dessa situação está, naturalmente, o fato de que as ‘elites de poder’, e com elas a ‘intelectualidade’, foram incapazes de propor alternativas para resolver a questão de base: o desenvolvimento econômico mobilizou socialmente a ‘massa’, mas não preencheu o vazio histórico de uma sociedade e uma cultura que jamais lograram organizar esta massa, educá-la, torná-la capaz, enfim, de reivindicar tanto pão, como liberdades” (1971, *MPB*, p. 82). De forma que a “questão de base” é a insuficiência cultural das massas e a incapacidade da elite e da intelectualidade em tê-las educado noutros momentos.

Ao reclamar pela redemocratização, ele se refere à “institucionalização do poder”, ou seja, um movimento político em direção e sentido inverso ao promovido pelos militares. Enquanto este restringiu as liberdades democráticas, aquele as reabilitaria, mas sob *novo padrão*, que não comportaria mais a dinâmica das massas populares, supostamente detonada pelo populismo, que foi posto fora do horizonte da modernização política operada pelo golpe.

A redemocratização, ou a “institucionalização do poder”, implica agora as possibilidades de contenção da massa, não pela manipulação populista e tampouco, é óbvio, pela repressão, mas pela reeducação, para que esta saiba como, ou seja “capaz, enfim, de reivindicar tanto pão, como liberdades”, sem pôr novamente contra si as forças repressivas. Isto não significa uma alteração no padrão de

exclusão ocorrido; significa apenas seu ajuste para que um novo padrão político integrado possa se pôr. Porém a redemocratização nestas condições mantém o componente seletivo anterior que, de acordo com sua própria análise, esteve presente desde o golpe militar, não por mero acaso, mas como conteúdo diretor daquela operação política repressiva. Agora, a “institucionalização do poder” reivindicada é uma “redemocratização pelo alto”, por assim dizer, uma vez que não se propõe a reintegrar o setor do trabalho, até porque este nunca foi historicamente integralizado, nem econômica nem politicamente, e uma proposta nucleada na reeducação das massas, antes de qualquer indicação socioeconômica, fixa mediações que nos parecem mais afastar que aproximar as massas das soluções de suas carências reais.

De maneira que essa “institucionalização” supostamente redemocratizante conta apenas com os interessados e aliados do estado: os setores associados ao capital internacional, e, na medida em que esse processo mantém-se sob tutela dos militares e dos setores aliados, a “institucionalização” excludente é mais uma auto-reforma, que quer garantir institucionalmente o que foi conquistado de forma repressiva e por meio ilegítimo, como os atos de exceção.

Coerentemente com suas perspectivas limitadas, as indicações sobre a redemocratização feitas pelo autor referem-se inicialmente às “reformas institucionais” que não foram completadas por Castelo Branco, graças aos “conflitos” internos ao seu governo e à ampliação da “linha dura”; tudo transcorreu segundo a dinâmica interna da ditadura militar, que se moveu entre as possibilidades institucionais de redemocratização num pólo, e redução dessas margens de possibilidade pelos *ultra*, no outro. Porém, em momento algum a redemocratização é pensada tendo no setor popular as condições da organização, luta e conquistas próprias, pois para ele esse processo não parte da sociedade civil; o impulso decisivo na direção da redemocratização é dado institucionalmente no

caso brasileiro. Como exemplo, mesmo antes do golpe de 64 (período em que vicejou o que trata por prática política do populismo), a democracia ocorria sem que se contasse com a organização social das massas e dos trabalhadores, pois nesse período as massas estiveram sujeitas à manipulação, de forma que uma democracia autêntica parece nunca ter se colocado no país.

Nesse sentido, a redemocratização é tratada pelo autor como um “rearranjo institucional” que não conta com os setores trabalhadores, nem com os ditos nacionalistas-populistas. De outro lado, as interpretações da esquerda, segundo Cardoso, sobre a ditadura militar limitaram-se a tratar o regime como tendencialmente fascista. Haveria, por parte daquela, uma posição que, “menosprezando os aspectos de modernização conservadora apregoados pelo setor ‘liberal’ de 64 /.../ considerava inevitável uma ‘volta ao passado’ (ao fascismo)” (1974, *AD*, p. 197).

O autor se opõe à análise política que vê no “novo sistema de poder” tendências fascistizantes ou totalitárias, pois estes deveriam contar inevitavelmente com um “partido mobilizador” e uma “racionalidade” que se opõe à “correlação de forças” que caracteriza o atual “estado autocrático com regime burocrático militar”, o qual, apesar de manter as decisões econômicas fora do circuito político, permite que delas participem de forma “quase corporativa” os grupos empresariais significativos: “havia uma matriz de organização política” que não foi percebida por qualquer que fosse a tendência política no período. Essa “matriz”, segundo Cardoso, não “se reorganizou para servir os interesses ‘tradicionais’” (1974, *AD*, p. 197), ao contrário, assimilando “o caráter dependente da economia brasileira e a tradição centralizadora e burocratizante do Estado brasileiro acabariam por redefinir o quadro institucional” (1974, *AD*, p. 197), num “sistema híbrido que atendendo aos interesses do capital oligopólico /.../ tratou de fortalecer, ao mesmo tempo, a Empresa Pública e de ampliar a área decisória do Governo e sua

capacidade de controle sobre a sociedade civil” (1974, *AD*, p. 198).

O autor afasta os argumentos de que a ditadura pudesse ter qualquer semelhança com o fascismo comparando-a com as clássicas definições do totalitarismo⁶ empreendidas pelo pensamento liberal, que se limita a tratar o estado totalitário como uma oposição à liberal-democracia, tendo ambos, naquela concepção, o “fim em si” de garantia do poder.

O caso brasileiro não se enquadraria nesse padrão político (fascista), pois “tomou o rumo definido de fortalecimento dos instrumentos políticos de salvaguarda autônoma dos interesses empresariais privados modernos” (1974, *AD*, p. 198), coisa de que os setores críticos da esquerda não se deram conta.

De sorte que a esquerda negligenciou o que, segundo o autor, havia de importante e dava fundamento ao golpe: 1) a “modernização conservadora” no plano institucional para garantir e aprofundar o “capitalismo dependente associado”; 2) não houve “volta ao passado” ou retorno ao tradicionalismo, isto é, rompeu-se com o populismo nacionalista, que não havia conseguido superar o tradicionalismo patrimonialista; uma “volta ao passado” implicaria a reposição política do populismo e do tradicionalismo que se fundiram e deram sustentação ao nacionalismo de proximidade fascista.

Afirma ainda que não se trata de nominalismo pura e simplesmente, “caracterizar como autoritário e não como totalitário, como militar burocrático e não como fascista”. A questão está em que “os regimes autoritários /.../ não são mobilizadores, não organizam partidos e limitam as tendências existentes para transformar em doutrinas abertamente totalitárias as bases ideológicas sobre que se assentam” (1973, *AD*, p. 39). De maneira que, apoiado sobre o que parece ser uma condição para o totalitarismo – a mobilização através do partido organizado para

⁶ . Para uma crítica dessa concepção, ver J. CHASIN, “Sobre o Conceito de Totalitarismo”, in *Ensaio Ad Hominem* 1, Tomo III – Política, Santo André, Ad Hominem, 2000.

essa finalidade –, o autor fecha essa conotação como possibilidade. Descarta também a idéia de que existe “interesse ‘necessário’ do grande capital em fascistizar o Estado para garantir o *apartheid* social que a ‘estreiteza do mercado’ impõe” (1973, *AD*, p. 40). Não se trata, portanto, de totalitarismo ou de fascismo, mas do estabelecimento de condições necessárias à acumulação mais intensa de capital; assim, “Tanto os setores monopólicos públicos como os privados almejam, antes de mais nada, garantir a ordem interna para permitir o crescimento econômico” (1973, *AD*, p. 40). Eis, ao que parece, a razão última do estabelecimento de uma “burocracia militar-autoritária” na condução do poder.

Aferre-se, por outro lado, à explicação do padrão de poder do estado a partir das “forças sociais que estão por trás dos regimes autoritários-burocráticos”, cuja definição explicita-se “na formação de uma nova categoria social que pode ser designada como uma ‘burguesia de estado’” (1973, *AD*, p. 40).

Sua análise do estado burocrático-autoritário revela um novo estrato social: a formação de uma “burguesia de estado”. Essa nova categoria social, explica o autor, “ganha relevo quando se vê que a expansão do setor público das economias latino-americanas que enveredaram para o caminho da internacionalização do mercado /.../ dá-se de maneira que a *forma* da propriedade das empresas estatais é pública, mas o controle delas se faz por um grupo” (1973, *AD*, p. 41), formado dentro do regime militar, “que controla politicamente os aparatos estatizados de produção, apesar de não deter a propriedade privada dos meios de produção” (1973, *AD*, p. 41); isto é, o grupo suposto tem o controle dessas empresas produtivas, mas não tem sua propriedade.

A análise de Cardoso encaminhou-se para a definição de uma nova forma de poder, na medida em que inclui uma nova “categoria social”, por ele tratada como “burguesia de estado”, composta não de *proprietários privados* e sim de

*controladores públicos*⁷.

O modelo político para explicar a ditadura militar é fundado, como nos demais casos, nas “alianças de poder” entre forças sociais; na medida em que a estrutura econômica passa a apresentar os empreendimentos públicos como um significativo componente do “tripé desenvolvimentista”, o autor constrói a “classe” social correspondente àquele setor na nova aliança: “Penso que a caracterização das forças sociais que estão por trás dos regimes autoritários-burocráticos” (1973, *AD*, p. 40) conta necessariamente com esse segmento social novo, que “pode ser designada como uma ‘burguesia de estado’” (1973, *AD*, p. 40). Destaque-se também que essa nova “classe” “começa a ter características que o fenômeno da burocracia não explica” (1973, *AD*, p. 41). Esse segmento encarna um tipo de empreendedores “distintos do empresariado privado e que servem de suporte para a acumulação capitalista” (1973, *AD*, 41). Além disso, essa “nova classe” torna-se para Cardoso a base de sustentação político-econômica de uma fase integralmente nova para a economia brasileira, fase em que a associação de empresas traz para o mercado interno o padrão das empresas monopolistas internacionais. A presença do grande empreendimento internacional no país é apresentada pelo autor com duplo sentido: de um lado, pelo porte do capital e tecnologia disponível, se torna favorável ao desenvolvimento nacional, mas, de outro, esse mesmo porte impede a clássica concorrência perfeita. Contudo, a presença dos grandes empreendimentos estatais reduz os perigos que a concorrência monopolista oferece. Assim, a “crença de que, apesar da vantagem que as empresas estrangeiras possuem no controle dos mercados externos, na introdução de novas tecnologias e na disposição de recursos financeiros, a firme decisão de criação de uma grande potência sob égide do estado nacional garantirá os riscos do futuro” (1973, *AD*, p. 48). É-nos oferecido um

⁷. Essa “categoria social” criada por Cardoso parece-nos identificar-se menos com a “classe burguesa” e mais com os gestores empresariais do estado soviético, na medida em que, em ambos os casos, trata-se de funções de gestão empresarial sem a detenção da “propriedade dos meios de produção”, como afirma o próprio autor.

conjunto de indicativos para a suposição de que esse segmento novo não só substitui a ausência de uma burguesia de grande porte em termos econômicos, como encarna uma ideologia nacional de desenvolvimento. Os novos empreendedores estatais desempenham um papel decisivo, pois funcionam como novos capitalistas, reunindo, através do contato com os grandes monopólios internacionais, as condições técnicas para as operações que esse porte empresarial exige. E o fazem a tal ponto que parece que o país saltou a lacuna abismal que o separava das grandes potências, enterrando junto com o populismo o “capitalismo capenga” do passado: “Em vez do nacional-populismo anti-imperialista, um nacional-estatismo que deve purgar os pecados do padrão objetivo prevalecente de associação crescente com os capitais forâneos, da dependência do mercado externo e do financiamento externo crescente” (1973, *AD*, p. 48). Tal observação, carregada de positividade, deixa transparecer o seu acolhimento do novo plano econômico: “uma economia que se expande com força e que dá um lugar ao sol (enquanto estiver crescendo e enquanto houver demanda externa sustentada) para todos” (1973, *AD*, p. 49) deve ser o pólo de referência para se pensar e perspectivar novas alterações políticas, a redemocratização, por exemplo.

Esse “nacional-estatismo”, explicado através da posição que as empresas estatais ganham em termos estratégicos, força uma tendência política de “autonomia relativa” nos processos decisórios, tanto da política interna quanto dos investimentos e alocação do capital externo. Trata-se da “capacidade reguladora de um estado cada vez mais forte” (1973, *AD*, p. 48), e que por essa razão vai reunindo mais e melhores condições para limitar “a ingerência interna das multinacionais, na diversificação da origem nacional dos capitais externos (japoneses, alemães, suecos etc., ao lado dos americanos)” (1973, *AD*, p. 48). Como diz o autor, o estado forte fica em posição mais adequada para diversificar e atenuar sua dependência, reduzindo a presença dos EUA nos investimentos

internos, na medida em que passa a assimilar investimentos de várias outras origens, e “estrategicamente” afasta os “americanos” de uma posição hegemônica em termos do capital imperialista aqui invertido. Essa estratégia de reduzir a presença norte-americana e diversificar a dependência resulta da posição ideológica que supostamente permeia tanto aquela nova categoria social, quanto os militares e funcionários públicos: “É esta a ideologia fundamental tanto do que eu chamei de ‘burguesia de estado’ quanto dos militares, técnicos e funcionários” (1973, *AD*, p. 48).

A “nova categoria social” responde a novas demandas socioeconômicas, desencadeadas pela ditadura; vale lembrar que, para Cardoso, o estado desenvolvido pelos militares não expressa de nenhuma maneira uma “volta atrás”, ao contrário, a forma institucional anterior ao golpe entrou num ciclo descendente, em caducidade, em face das novas características que o estado instituiu; a ditadura militar modernizou o estado, ao depurar os segmentos que o apoiaram, tais como os “setores ‘tradicionais’ da classe média, organizados na Igreja e nos Partidos, bem como [os] setores que a literatura chamava de ‘agro-latifundistas’” (1972, *AD*, p. 178). Sua exclusão se deu “em benefício dos já referidos ‘modernos’. A expressão visível destes é a ‘tecnocracia’, da empresa pública, da empresa privada e do próprio estado” (1972, *AD*, p. 179). Mais do que isso, o autor afirma que “o estado atual garante a dominação do empresariado sobre as outras classes e assegura a reconstituição e o funcionamento dos mecanismos de acumulação” (1972, *AD*, p. 179).

Ao contrário das políticas do chamado populismo, os militares souberam definir “sua política de defesa da Nação, sem que o empresariado se sentisse coibido economicamente, alicerçando as bases da aliança entre os setores economicamente dominantes na área privada e os setores militares politicamente hegemônicos” (1972, *AD*, p. 181). Porém, não foi em todas as medidas que o

governo militar procedeu contrariamente ao chamado populismo. Quando o autor toca na “reconstituição dos mecanismos de acumulação” pelo governo ditatorial, ele afirma que essa operação se fez “às expensas dos trabalhadores (arrocho salarial) /.../ e mantendo a exclusão social e econômica herdada do Regime anterior” (1972, *AD*, p. 179).

Torna-se evidente a preocupação de Cardoso em destacar no regime ditatorial o surgimento de novas modalidades político-econômicas em relação aos governos anteriores. Quanto à ditadura, não faltou, de sua parte, um tratamento positivo das formulações e instalações criadas, desde a designação de “revolução conservadora” pelas suas vinculações ao capital externo, o fortalecimento das empresas estatais, a formação de espaços burocráticos público e privado, enfim modalidades até então inexistentes, mas que se converteram em “revolucionárias” nas análises de Cardoso.

O estado aparece, após seu novo formato, composto por “dois tipos de organizações atuantes, ambas ‘burocráticas’, mas inseridas em contextos de dominação de nível, complexidade e sentido distintos” (1972, *AD*, p. 182). A oriunda da “grande empresa privada”, que opera politicamente em esfera “supranacional”, pois conta com a presença de “funcionários das multinacionais” cujo compromisso em nenhum momento se limita à nação, mas estende-se aos interesses dos próprios conglomerados internacionais; e a que trata por “burocracia pública”, que conta necessariamente com as “forças armadas” e com a “burguesia de estado”, e que se volta, em termos políticos, às demandas nacionais.

As “estruturas burocráticas” pública e privada estão ordenadas de tal forma que os representantes burocráticos, sejam das organizações empresariais, sejam de outras formas de organização política, “podem ser captados pelo sistema de interesses” das outras, de maneira que “é preciso pensar o sistema político em termos de ‘anéis’ que cortam horizontalmente as duas estruturas burocráticas”

(1972, *AD*, p. 182). Essa *nova* dinâmica da política na ditadura militar também estabelece as relações entre estado e sociedade civil, o que supõe, segundo o autor, um cruzamento desses “anéis” de forma que “os interesses da sociedade civil /.../ passam a existir *dentro* do Estado” (1972, *AD*, p. 184), não esquecendo que os “anéis” comportam “inclusive órgãos de classe, como os sindicatos, federações etc.” (1972, *AD*, p. 183). Com isto, as velhas formas político-democráticas – populistas – que caracterizavam o estado e a sociedade civil, partidos políticos e demais instituições correspondentes, foram superados pelos “anéis burocráticos” criados no regime militar.

De maneira que os interesses internos, nacionais, e os internacionais, como vimos acima, todos sujeitos às chancelas dos “anéis burocráticos”, se harmonizam na realização de seus fins. A ditadura militar, designada por estado “autoritário-corporativo”, é substituída, em suas análises, a ser tratada por “estado burocrático-autoritário”.

Com esta concepção, Cardoso busca estabelecer a diferença de padrão político, entre o que trata por “estado burocrático-autoritário”, e a velha forma, tratada por nacional-populista. Diz ele: “se a relação Estado e Sociedade passa pela mediação das organizações burocráticas /.../ e se o sistema /.../ supõe ‘anéis’ cruzados, pelos quais os interesses da sociedade civil /.../ passam a existir *dentro* do Estado”, então, questiona, “como manter a preeminência dos velhos temas, problemas e instituições que, no passado, caracterizavam a ‘vida política’”? (1972, *AD*, p. 184). A quais instituições está se referindo o autor? Trata-se das instituições como “partidos, sufrágio, representação, organização federativa etc.” (1972, *AD*, p. 184), que definiram o estado durante o período do nacional-populismo, ou a velha democracia. Aprofundando sua análise, ele afirma que “visto o problema do ângulo do estado e das classes dominantes” (1972, *AD*, p. 184), a redemocratização das instituições políticas do passado “perdeu urgência”.

Pode-se concluir que a nova estrutura do estado ditatorial alijou a antiga organização democrática (nacional-populista), substituindo-a por novos aparatos políticos. Diz Cardoso: “A título de palpite, eu diria que no caso brasileiro as próprias organizações do estado /.../ são utilizadas pelos grupos como *aparato político*” (1972, *AD*, p. 181). Contudo, o novo aparato do estado aparenta ter disponibilidade política restrita, podendo sofrer críticas por significar a “expansão de um Poder Burocrático e Tecnocrático em oposição à Sociedade civil” (1972, *AD*, p. 182). Contra as críticas possíveis, o autor propõe uma interpretação que destaque o perfil positivo que cabe ao estado, afirmando: “eu apresentaria a alternativa de pensar os vários setores do estado como facções em luta política; cada um deles ligado a interesses sociais distintos” (1972, *AD*, p. 182). No fundamental, os modernos artifícios políticos têm como finalidade assegurar a continuidade e reprodução do capital nas novas condições que a associação (nacional e imperialista) determina. Assim, “o estado atual garante a dominação do empresariado sobre as outras classes e assegura a reconstituição e o funcionamento dos mecanismos de acumulação” (1972, *AD*, p. 179). Mas a ação do estado vai além desse limite teleológico; abrange os extremos da política na empreitada perspectivada pelos militares: garantir “o fortalecimento autônomo da Nação” (1972, *AD*, p. 180). Esse fortalecimento exige um estado forte e, conforme Cardoso, “vê-se no fortalecimento do Estado (‘acima das classes’) a possibilidade de organizar a Nação sob controle do estamento⁸ burocrático militar” (1972, *AD*, p. 180). De certa forma, o autor nos põe diante de uma espécie de novo nacionalismo, com base na associação de capitais (nacional e imperialista), sob a hegemonia política dos militares.

O fortalecimento do estado é posto por Cardoso em posição diametralmente

⁸ . A análise de Cardoso sobre o estado ditatorial mantém-no fiel às concepções weberianas, definidas neste campo por estamentos sociais e não classes propriamente.

contrária ao antigo regime (nacional-populista), em que se mantinha a “preeminência dos velhos temas, problemas e instituições que, no passado, caracterizavam a ‘vida política’: partidos, sufrágio, representação, organização federativa, etc.” (1972, *AD*, p. 184). Estas “velhas instituições” revelaram-se incapazes de conduzir os novos imperativos do “capitalismo dependente”, do capital associado. “Salta aos olhos a fragilidade destas instituições e da filosofia que as originou para responder aos requisitos da ordem atual” (1972, *AD*, p. 184).

A força “nova” não deve ser tratada como se fosse o “Estado Absoluto destruindo os barões, mas /.../ uma reorganização e redistribuição de poder através dos ‘anéis burocráticos’ que fundem interesses privados e públicos” (1972, *AD*, p. 184). Ou seja, trata-se de organização pública “nova” que quer garantir a continuidade da acumulação de capital; para isso, “as alianças variáveis são possíveis na cúpula à condição de que não ponham em risco o caráter fundamental do estado, como um Estado de Desenvolvimento Capitalista” (1972, *AD*, p. 183).

Os “novos aparatos” não só não facilitam como, ao contrário, afastam os segmentos sociais não requeridos para a continuidade e garantia do capitalismo, vide a exclusão dos segmentos sociais do trabalho, com seus partidos ou instituições e problemas próprios da velha organização. Dessa forma, as “variantes” políticas permanecem “na cúpula”, pois o “entrosamento dos ‘anéis’”, ao aliar o “público” ao “privado”, está aliando a “empresa pública” à “empresa privada”, e a garantia de que o esquema dê certo impõe o afastamento das forças “frágeis” para condução do novo processo, em especial as que animaram politicamente, no passado, a “velha sociedade nacional-populista”. De forma que o autor nos põe diante de uma organização “nova” que, a exemplo das suas definições econômico-industriais de “seletividade” e “restrição” (JK e governo militar respectivamente), instituiu os aparatos seletivos e restritores que ele acaba de expor. Quanto à concepção de “fragilidade política” denunciada ao citar a “antiga sociedade”, o

tema foi por ele explorado também antes de 64, ao analisar as condições político-ideológicas da burguesia nacional. Naquele momento, ele destacava que as condições históricas reveladas pela classe burguesa impediam-na de se tornar “classe reitora do processo político”. As razões disto apontavam para o que dizia ser sua subordinação política aos moldes patrimoniais e tradicionais⁹ que dominavam o poder público. Nesse sentido, a instauração de um processo político democrático estava impedida, exatamente porque as alianças políticas abrigavam forças tradicionais, dificultado a emergência de uma consciência inovadora da política. Assim, a condução populista, que procurou pressionar para a formação de um novo patamar político, sucumbiu às suas próprias debilidades, fragilizando o que poderia ter sido a instalação de um novo processo.

De maneira que a fragilidade, a debilidade de origem patrimonial-tradicionalista impediu a hegemonia burguesa no Brasil até a instalação ditatorial de 64, que fortaleceu inovando o aparato político, para realizar, dentro dos limites possíveis, o que havia sido deixado sem alteração: a modernização do estado. Uma “modernização conservadora”, que tem como novidade exatamente o aparato dinâmico dos “anéis burocráticos”; que obviamente não constitui uma democracia plena, como aspira o autor, mas que demonstra uma significativa mudança político-instrumental: eliminou-se a “burocracia tradicional” e instalou-se a “burocracia empresarial” dinamizada pelos “anéis” que aliam os interesses empresariais públicos e privados.

A ditadura militar cumpriu parte substancial do papel político inovador que a burguesia nacional não pôde fazer. Tomou para si, quebrando limites estruturais do estado, a tarefa de avançar na sua transformação, conferindo-lhe o importante papel empreendedor que lhe era ausente, dado o obstáculo institucional da

⁹ . Apenas para recordar, a análise que o autor fazia apoiava-se nas concepções weberianas de patrimonialismo e tradicionalismo.

“burocracia tradicional”. O governo ditatorial completa uma etapa na direção da “modernização democrática”, cumprindo, segundo o autor, aquilo a burguesia nacional não logrou, já que permanecera submetida ao tradicionalismo.

De forma que os militares desmontaram a “velha democracia” comprometida com o “populismo”, revolucionando o caráter “burocrático” do estado, superando a “burocracia tradicional” pela “burocracia empresarial” (pública e privada, aliadas pelos “anéis burocráticos”) através de um poder ditatorial que o autor tratou por “revolução conservadora”. Destaque-se, entretanto, que sua análise, ao colocar em destaque o alcance da “revolução conservadora”, revela sua compreensão, seu entendimento e consciência desse processo apenas nos *limites político-institucionais*¹⁰. Com base neste procedimento analítico é que o autor constrói sua interpretação da realidade brasileira durante o período ditatorial, que consolidou o “capitalismo dependente”. Esta consolidação teve lugar com a redefinição do “sistema de dominação”, que “revogou a democracia” a partir de 64, pondo termo ao “período populista”, ao padrão político patrimonialista que se reproduzira até esse período. A modernização do estado, sua renovação, se pôs sob os “novos aparatos políticos e sociais” criados pelos militares, aparatos instalados “acima das classes” e suficientes para reordenar sob forma ditatorial, mas tratada por autoritária, os interesses públicos e privados. Esse reordenamento operado na cúpula do poder se colocou para afastar riscos possíveis ao desenvolvimento capitalista, à sua continuidade com base no capital externo. Desta forma a referência à modernização do poder encontra-se num âmbito restrito do nível político, o político-institucional, e, embora restrito, é o âmbito em que se processam, segundo o autor, as modificações mais significativas da história

¹⁰ . Cabe observar que, antes do golpe militar de 64, a produção teórica do autor manteve-se aferrada à determinação política sobre as demais esferas da sociedade, mesmo tendo como referência a sociedade civil: expectativa pela hegemonia burguesa, relação com setores populares etc. Contudo, após a implantação da ditadura, os limites da ação política se estreitaram e ele passou a tratar da realidade a partir dos limites político-institucionais.

nacional, inclusive obviamente as que se referem à economia. Esse é o âmbito no qual as transformações de grande monta devem ocorrer; os nexos com o capital externo, a “desaceleração” dos movimentos sociais, a auto-reforma ou modernização da política encontram aí o campo de sua realização. Ou seja, a condução política, o dinamismo da politicidade, detém o poder modificador das esferas sociais, econômicas e da sua própria. Sua compreensão do processo socioeconômico reflete a separação entre a *ação política* e as *condições econômicas* não porque *apareçam* através de *fenômenos distintos*, mas porque sua *unidade* diz respeito às condições subjetivas capazes de formar a totalidade requerida e esta, por sua vez, “requer /.../ *buscar um ponto de intersecção teórico*, onde o poder econômico se expresse como dominação social, isto é, como política” (DDAL, p. 23, grifo meu).

Cardoso refere-se ao pressuposto de que *economia e política* se encontram em “relações e determinações recíprocas”, isto é, cada campo determina o outro. Diante dessa posição teórica, ele se vê compelido a “buscar uma perspectiva que permita vincular concretamente os componentes econômicos e os sociais do desenvolvimento” (DDAL, p. 21). No seu entender, é “Através da análise dos interesses e valores que orientam ou que podem orientar a ação” (DDAL, p. 22), que se dá “vida ao sistema sócio-econômico”, à sociabilidade do capital. A ação social conduz-se, no seu entender, por orientação interessada, por valores divergentes que movem grupos e classes sociais distintos dentro dos “marcos de referência” que as “orientações valorativas outorgam à ação” (DDAL, p. 24). Nesse procedimento, o autor levou a consequências radicais a ação dinâmica e transformadora que a política pode exercer sobre a realidade. Porém, a referência última, a referência radical, de raiz, que dá sentido a essa ação, que a orienta, radica em *interesses e valores*, estes são o fundamento da própria ação, segundo se pode deduzir de suas análises. A questão é que, sendo os *interesses e valores* a referência

fundante, qual a origem ou a fonte desse fundamento?¹¹ De acordo com Cardoso, para que a análise dessa realidade ganhe “significação”, é necessária a *construção* de uma *perspectiva totalizante*, que permita dar *unidade* ao objeto analisado, isto é, às “sociedades em desenvolvimento” (em particular o caso brasileiro). A construção dessa perspectiva repõe a abordagem inicial de que os níveis econômico e político-social estão posicionados em relação recíproca, demandando a “formulação de uma perspectiva *integrada de análise*”, isto é: “Há que se buscar os pontos de intersecção do sistema econômico com o sistema social, através dos quais se revelem os nexos e a dinâmica dos diferentes aspectos e níveis da realidade” (DDAL, p. 24), para que, “através da análise”, se explicita “um processo que nas tensões entre grupos com interesses sociais e políticos e orientações divergentes encontra o filtro pelo qual passarão os influxos meramente econômicos” (DDAL, p. 22)¹².

De maneira que, através de sua exposição da “análise integrada”, a questão central reside no *estabelecimento de uma perspectiva* que permita explicitar os “pontos de intersecção”, ou “vincular concretamente”, seja o “sistema” sejam os “componentes” econômicos aos “políticos e sociais”. A construção de uma perspectiva que permita a *sutura dos sistemas*, econômico e social, não está levando em consideração que os nexos, as concatenações, são componentes objetivados nos próprios processos e dinamismos da realidade em sua unidade; não está considerando que a distinção em níveis ou sistemas, diz respeito às abstrações possíveis ante a realidade, e que esta em si detém sua própria integralidade.

Completando sua exposição sobre a “análise integrada”, o autor define sua

¹¹ . É bastante evidente que, também aqui, o referencial teórico é a teoria weberiana da ação social, que atribui uma origem estritamente subjetiva aos valores e interesses a partir dos quais os indivíduos agem e dão sentido seja à sua própria ação, seja à realidade.

¹² . Indicamos, no primeiro capítulo, que o autor separa na realidade o nível econômico e o político-social, aplicando tratamentos metodológicos distintos: Marx se torna referência para a economia (o que obviamente não nos parece adequado), enquanto Weber serve para a política.

“opção teórica”, sua “perspectiva” diante do quadro de relações que se lhe afigura a realidade, composta por grupos e classes, e animados por valores e interesses divergentes: “De acordo com o enfoque até agora descrito, o problema teórico fundamental é constituído pela determinação dos modos que adotam as estruturas de dominação, porque é por seu intermédio que se compreende a dinâmica das relações de classe” (DDAL, p. 22). Com isso, aquela observação que fizemos sobre o privilegiamento analítico das questões políticas (no sentido político-institucional) se explicita de forma inequívoca. E, desdobrando sua explicação metodológica, ele diz: “Ademais, a configuração em um momento determinado dos aspectos político-institucionais não pode ser compreendida senão em função das estruturas de domínio” (DDAL, p. 22).

De fato, sua preocupação com a totalidade social é enfocada do ângulo da política, e o percurso metodológico empreendido não conduziu senão a essa posição. Assim, ao supor que os “sistemas” econômico e político-social encontram-se em relação recíproca, que as análises se definem na montagem de perspectivas que explicitem sua vinculação, que as tensões entre grupos com interesses divergentes põe-se em um processo tal que “encontra o filtro pelo qual passarão os influxos meramente econômicos” (DDAL, p. 22), vemos o autor esforçando-se para definir a importância e significado do “nível” político-social na condução das mudanças e transformações históricas. Por fim, “A compreensão de tais movimentos e forças constitui parte fundamental da análise sociológica do desenvolvimento, já que este implica sempre alterações no sistema social de dominação e a redefinição das formas de controle e organização da produção e do consumo” (DDAL, pp. 24-25).

O caminho analítico utilizado reflete essa “dupla orientação” paradigmática, como Cardoso mesmo indica: “Nesse ponto o paradigma pode ser tanto Marx quanto Max Weber na *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Em qualquer

dos dois casos, o método não é empiricista, mas em ambos a interpretação prende-se a um momento analítico, que condiciona as possibilidades de globalização” (CEBM, p. 41). Com isso, podemos perceber um pouco mais claramente o fato de que a utilização comum de duas orientações divergentes acabou por reduzir sua análise aos critérios weberianos, nos quais a distinção da realidade em níveis fornece o instrumental manipulatório através do qual estes (o político-social e o econômico) determinam-se reciprocamente. Tal não é a posição teórica de Marx; neste, a realidade imediata, o mundo sensível encontra-se em dinâmica, tendo o econômico como referência e determinação¹³. Essa radical distinção entre o estatuto teórico marxiano e a metodologia weberiana ficou completamente diluída na concepção de Cardoso; sua apreensão indiferenciada de posições tão distintas resulta necessariamente, visto o objetivo perseguido por ele, na subsunção à metodologia de Weber. Com base neste, foi possível o privilegiamento do político-social (supostamente como o nível dinâmico), portanto aquele no qual as tensões sociais divergentes prenunciam as mudanças sociais, inclusive as econômicas. A referência para esse dinamismo, como já mostramos anteriormente, reside nos valores e interesses que animam os grupos e classes no nível também já indicado.

É com base nessa postura teórica que o autor empreende sua análise sobre o governo ditatorial, que cumpriu atribuições próprias da burguesia nacional ao ocupar hegemonicamente o poder. Nesse sentido, as transformações operadas no plano político-institucional, “irreversíveis” e “inovadoras”, forneceram as ferramentas necessárias ao desenvolvimento econômico, que, a despeito de toda a nova dinâmica da “revolução conservadora”, não pode completar-se. Essa esfera, segundo o autor, permaneceu incompletável tanto tecnológica quanto financeiramente, como já foi observado no Capítulo II dessa dissertação. Sobre

¹³ . Ver, a esse respeito, K. MARX, *Contribuição à Crítica da Economia Política*; G. LUKÁCS, *Ontologia do Ser Social – 2. Crítica da Economia Política*, e J. CHASIN, *Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*.

isto, Cardoso afirma que “Em termos do esquema marxista de reprodução de capital, isto significa que o setor I (produção dos meios de produção) – a parte estratégica do esquema reprodutivo – virtualmente pode não existir nas economias dependentes, ou, quando existe, não se desenvolve plenamente” (1972, *MPB*, p. 197). Com base no “esquema de reprodução” de Marx, ele indica a incompletude econômica, e acrescenta, fundamentado-se em Lenin, que “as economias imperialistas requerem a expansão externa para a realização da acumulação de capital” (1972, *MPB*, p. 197), mas quando se trata do pólo dependente, “o capital deverá retornar à metrópole a fim de completar o ciclo de reprodução capitalista” (1972, *MPB*, p. 197). Esta condição econômica, na relação entre os países dependentes e metropolitanos, reflete a “superioridade tecnológica” das “corporações internacionais”, que lhes confere “uma posição decisiva no sistema global de acumulação de capital” (1972, *MPB*, p. 197). Porém, a constatação dessas relações político-econômicas externas que indicam claramente a subordinação dos países periféricos aos centrais sofre reparos interpretativos, a fim de poderem ser tratadas sob a concepção de “dependência estrutural”. Esta opera de tal maneira a relação entre centro e periferia que “Alguns efeitos podem ser esperados /.../ quanto ao condicionamento e às reações políticas nos países dependentes” (1972, *MPB*, p. 200). A dependência estrutural¹⁴ (conceito desenvolvido por Cardoso em *PDSD*, pesquisa sobre o controle acionário pelos empresários nacionais ou por empreendimentos externos, fundamentando empiricamente o que tratou por “internacionalização do mercado interno”) é utilizada em sua argumentação para explicar a potencialidade que a política pode alcançar nas relações de integração entre as economias dependentes e metropolitanas. Diz ele: “Evidentemente, a dependência estrutural não significa cooptação política imediata. A integração política efetiva de grupos e pessoas depende do processo político, dos movimentos,

¹⁴ . Ver o cap. III desta dissertação.

objetivos e alternativas políticas que eles terão que enfrentar” (1972, *MPB*, p. 200). A integração a que se refere, tendo na “dependência estrutural” a mediação conceitual, é, sem dúvida, a integração nos padrões internacionais de organização tecnológica e produtiva, orientados e definidos no sistema de decisão do “processo político”, que, a despeito dos enfrentamentos necessários, busca alcançar com certa segurança uma posição mais autônoma no que tange às relações internacionais. Segundo ele, o “fortalecimento do estado” erigiu uma organização com base no “estamento burocrático militar”, organização que é utilizada “pelos grupos como aparato político” que permite a dominação do empresariado sobre outras classes. Esse empresariado aparece fortalecido pelo entrosamento que os “anéis burocráticos” permitem entre empresa pública e empresa privada. A explicitação da nova consistência do plano público, do estado, encontra sua razão de ser na precariedade do sistema capitalista, que, como foi verificado, não se completa, permanecendo fora de seu controle a realização dos capitais imperialistas aqui investidos. Embora Cardoso indique a posição do Brasil, como país dependente, destacando esses limites, contrapõe a eles o “fortalecimento do estado” como decisivo na consolidação de um capitalismo mais desenvolvido e moderno. Na sua avaliação do novo poder político, afirma que “À direita e à esquerda, por motivos distintos, vê-se no fortalecimento do Estado (‘acima das classes’) a possibilidade de organizar a Nação sob o controle do estamento burocrático-militar /.../. Alguns grupos militares se propõem a desencadear processos que, segundo crêem, garantirão o fortalecimento autônomo da Nação” (1972, *AD*, p. 180). De fato, o clima político na fase ditatorial, no período do “milagre econômico”, gerou expectativas de autonomia nacional no próprio autor, que se mostra convencido do novo padrão capitalista sob a dinâmica da dependência estrutural. Afirma ele que “O dinamismo simultâneo da Empresa Pública e da Empresa Privada, permitiu que os militares definissem sua política de defesa da Nação, sem que o empresariado se

sentisse coibido economicamente, alicerçando as bases da aliança entre os setores economicamente dominantes na área privada e os setores militares politicamente hegemônicos” (1972, *AD*, p. 180-181). A bifurcação de política e economia, várias vezes apontada em seu procedimento analítico, repõe-se agora nos comentários sobre a consolidação do estado ditatorial. Restou ainda, contudo, para que aquela hegemonia se plenificasse, a “restauração democrática”; não aquela democracia revogada desde o golpe de 64, porque exprimia o velho molde populista. A que deve ser alcançada, e pela qual o autor se pronuncia, implica em: 1) liberdade de informação, logo a exclusão dos “segredos de estado”; 2) garantia dos direitos civis dos indivíduos para “evitar a burocratização e a opressão”. Estes dois componentes devem permear a instituição como um “contrapeso” que impeça o “autoritarismo burocrático”, de sorte que a “participação política das classes dominadas” deixe de ser, como até então havia sido, “apenas um ritual”.

Mas “Tudo isto requer responsabilidade individual. Nisto remoo contra a maré” (1972, *AD*, p. 186), diz o autor, buscando mostrar que a realidade política e social apresenta-se sem amadurecimento nessa direção, pois se mantém carente daquele padrão educacional já referido. Mesmo assim, procura compartilhar suas convicções, que no fundamental repõem a necessidade de superar o esgarçamento do “sistema de informações” que se encontra definido em moldes de secretismo profundamente resistente à “liberdade de informações”. Cardoso já havia observado que “A burocratização dos eixos de poder /.../ obriga a repensar o problema da democracia” (1972, *AD*, p. 185), que deve obrigatoriamente flexibilizar os dois pontos indicados acima para poder se efetivar. Isso vai fortalecendo a idéia de redemocratização como um processo de alteração das novas formas institucionais, sem a retomada dos padrões da “velha instituição”, mas sempre a partir das estruturas institucionais.

De forma que “repensar a democracia” numa sociedade burocratizada

significa propor sua politização, cujo conteúdo é o afastamento possível da manipulação, do secretismo, da irresponsabilidade e da perversão autoritária, no âmbito institucional: “o problema político fundamental hoje é o de compatibilizar um conjunto de liberdades básicas /.../ com um mundo que aparentemente continuará sendo dominado pelas grandes burocracias” (1972, *AD*, p. 185); portanto, trata-se agora de promover a “politização das burocracias”, criando “contrapesos às tendências que decorrem da natureza das grandes organizações burocráticas à manipulação, ao segredo, à não responsabilidade e à perversão autoritária”.

Vemos, então, que as propostas do autor para a redemocratização não só negam a retomada da “velha democracia” como partem da estrutura institucional construída pela ditadura militar, para alcançar uma forma institucional que, sem ultrapassar aquela estrutura, altere os pontos indicados como negativos, sem, contudo, apoiar-se nas forças populares, uma vez que nestas não houve a inculcação ideológica moderna necessária.

2. Força de Trabalho e Tecnologia

A análise de Cardoso sobre a força de trabalho, após o golpe de 64 e durante o período ditatorial, demonstra que ele não deposita nessa classe qualquer possibilidade de atuação e organização autônomas capazes de projetar a condução político-econômica da nação. Os fundamentos dessa concepção encontram-se registrados na sua produção teórica anterior à ditadura militar, retratando o período desde o início da industrialização substitutiva, em que esse setor esteve submetido às orientações políticas nacional-populistas. As condições que permitiram tal subsunção residem na origem desse segmento social, origem agrária, e portanto na inexperiência política e urbana que demonstravam. Note-se que os trabalhadores

tiveram sua origem no setor agrário em todos os países que se industrializaram, mesmo naqueles em que esse processo foi tardio, como Japão, Alemanha, Itália e outros. De maneira que isso não constitui novidade na formação do proletariado urbano-industrial em geral. A análise do setor do trabalho no Brasil é feita de maneira relativamente isolada, ou de forma excessivamente particularista, cindindo com a caracterização historicamente assentada da internacionalização de classe, já que suas análises abordam, ainda que de forma restrita, o período posterior a 1930, portanto dentro do século em que grande parte das tentativas de transição ao socialismo ocorreu.

Para Cardoso ao setor do trabalho está reservada uma participação política, uma participação econômica nos mercados tanto de trabalho quanto de consumo, dentro dos limites históricos e do padrão de acumulação do capitalismo que aqui vai se estruturando. Isso não se traduz numa participação crescente dos trabalhadores nos frutos do desenvolvimento do “capitalismo dependente”, o que, para o autor, não se configura como um problema, pois este desenvolvimento não pode ser dimensionado pela distribuição de renda, e sim pela consistência e acumulação do próprio capital, como indicamos anteriormente.

No caso brasileiro, então, a formação dos setores populares se dá com a chamada sociedade de massa, concomitantemente ao período de desenvolvimento para dentro e de formação do processo de industrialização. Se esse processo, nos países originários, nos clássicos, se apresenta de maneira mais regular, com interrupções correspondentes às fases de crises capitalistas, nos países subdesenvolvidos esse processo esteve submetido às relações econômicas que o país mantinha com o exterior, que favoreciam mais ou menos, de acordo com suas demandas, a produção agrária, afetando diretamente a continuidade e desenvolvimento industrial. De forma que a indústria aqui se processou por “surtos descontínuos”, característicos de sua origem agrária, talhando, dentro dessas

condições, um proletariado cujo agir reflete uma consciência instável, com dificuldade para organizar-se como classe, pois expunha-se também àquelas vicissitudes da expansão e da retração constantes da indústria, à euforia e repressão dos dominantes, seguindo aquele fluxo descontínuo.

Nesse sentido, explica o autor, a expansão da indústria demandava força de trabalho para o processo de produção, mas, quando este entrava em retração, aquela era expelida dos centros de produção, aos quais, muitas das vezes, não mais retornava.

Ao lado desse fenômeno de descontinuidade da indústria, já bastante importante para a formação da ação e consciência operária, outros componentes sociais se somaram para definir sua formação, desde a presença do trabalho livre com base nos imigrantes. Estes vão se deslocando para os trabalhos urbanos de oficinas e pequenas indústrias, perspectivando certa ascensão social, ou uma evolução profissional, que resultou, em alguns casos, na instalação de negócios por conta própria, diversificando assim a perspectiva social do setor do trabalho.

Outros, inconformados com a espoliação capitalista (italianos e espanhóis), buscavam organizar-se nos padrões próprios de sua origem, desenvolvendo aqui, sem grande sucesso, o anarco-sindicalismo; outros ainda integram-se nos trabalhos oferecidos pelas ferrovias. De maneira que, embora todos estivessem submetidos à coerção da experiência urbano-industrial, não se integravam num padrão uniforme de perspectiva social e de ação, seja pela sua origem agrária, seja por sua formação externa, seja pelos objetivos pessoais que os moviam. Com isso, formaram uma classe heterogênea quanto aos motivos individuais de inserção, quanto à consciência alcançada, e quanto a seu papel social.

De forma que, nessa abordagem, é possível definir os problemas de coesão política dessa classe tanto pelo padrão capitalista industrial próprio do país subdesenvolvido, quanto pela heterogeneidade de motivações individuais que seus

argumentos expressavam. Cardoso considera como a condição mais significativa para a formação da consciência dos trabalhadores a subordinação à forma política patrimonial-tradicionalista. Em suas palavras: “De fato, o sistema institucional do Poder e os mecanismos básicos de controle social sancionavam a dominação de cunho patrimonial-estatal¹⁵ exercida pelos grandes proprietários e exportadores, que consistia fundamentalmente na manutenção da rotina do sistema de autoridade-submissão” (1961, *MSAL*, p. 205).

De maneira que a estrutura de poder, que desde a colônia mantém-se sob o padrão ideológico e organizativo “patrimonialista”, dificulta ao trabalhador industrial uma tomada de consciência de sua situação. Esse perfil dos setores dominantes impedia que se generalizasse tanto a “consciência da situação” quanto a organização de seus movimentos reivindicativos. Ao invés de se generalizarem, os movimentos dos trabalhadores se restringiam, funcionando apenas em organizações de grupos intelectuais fadados à inoperância.

Contudo, a formação de um novo perfil histórico, social e ideológico dos movimentos operários, e até por influência da ação operária internacional, desperta ações e conquistas de maior importância para o setor do trabalho. De forma que a partir da década de 20 os movimentos operários tiveram um papel histórico mais significativo, quando, com a formação dos PCs, começam a participar da “grande política”. Porém a acumulação de forças desse segmento, com base no instrumento partidário – o PCB –, não foi suficiente para que se lançasse à conquista do poder; além disso, a representação mais organizada dos trabalhadores esteve, durante a maior parte de sua existência, na ilegalidade, sem participação institucional que permitisse a legitimidade de sua ação política.

Com o desenvolvimento industrial, desenvolve-se também a classe operária,

¹⁵ . Também com relação à força de trabalho, às massas populares, as concepções weberianas utilizadas pelo autor formam a base e o fundamento de sua análise.

que passa a delinear historicamente suas formas de luta, em face do perfil repressivo dos setores dominantes; as investidas reivindicatórias, políticas e organizativas dessa classe eram reprimidas sob a alegação de se tratar de “um caso de polícia”. Ao analisar a revolução de 30, o autor afirma que se inicia uma nova etapa para os setores populares-urbanos: “com a vitória da revolução levada a efeito contra o antigo regime político, totalmente controlado pelos interesses da lavoura e dos exportadores, os novos governantes foram mais sensíveis às reivindicações operárias que se vinham formando desde a década de vinte” (1961, *MSAL*, p. 213). A flexibilidade política indicada pelo autor é levada a efeito nas tentativas dos “novos governantes” de “organizar oficialmente o operariado, instituindo normas que definiam a formação de sindicatos e associações de classe” (1961, *MSAL*, p. 213), cujo coroamento refletiu-se na “Legislação Social do Trabalho”.

Mas, mesmo após 30, as relações entre os setores dominantes e os trabalhadores estiveram definidas pelo perfil repressivo dos primeiros, que conteve os movimentos populares dentro dos limites institucionais; situação que se agrava durante o Estado Novo, com a tutela ministerial sobre os sindicatos.

A esfera política, e particularmente sua face institucional, ganha relevo e preponderância na produção teórica do autor; ao tratar das relações estatais com os setores popular e operário, durante o Estado Novo, afirma que os atos governamentais não só “roubaram a *praxis* proletária”, mas transformaram, “de fato, o movimento operário num tipo de ação perfeitamente enquadrada na esfera racionalizada da atividade social” (1961, *MSAL*, p. 213), pois “houve o reconhecimento social do direito do trabalhador reivindicar e criaram-se os canais institucionais para que a ação do operariado pudesse exprimir-se legitimamente nos quadros definidos pela ordem social global” (1961, *MSAL*, pp. 213-214). Ou seja: o Estado Novo integrou os trabalhadores, legitimando suas reivindicações, através da

criação dos canais *institucionais* competentes. Esse aparece como o *lado bom* do Estado Novo, o lado da legitimação *institucional* das ações dos trabalhadores. A outra face, ao contrário, expressa-se no fato de que “os sindicatos consolidaram-se no Brasil como órgãos paraestatais”, afastando os representantes diretos das massas trabalhadoras, reduzindo, com isso, sua representatividade social; os novos representantes vinham de fora da classe trabalhadora, indicados pelo estado.

Analisando o pós guerra e a derrubada do Estado Novo, Cardoso afirma que os trabalhadores industriais “de origem rural recente vivem, de imediato, um momento de euforia relativa, que, no plano subjetivo, corresponde à melhoria de padrão de vida efetivamente alcançado com o simples deslocamento do campo para a cidade” (1961, *MSAL*, p. 215). Esse deslocamento e fixação nas cidades industriais “predispõe o operariado para um tipo de comportamento conformista e apolítico” (1961, *MSAL*, p. 216). Porém, se o autor afirma que as motivações da massa operária circunscrevem-se à melhoria de vida em relação ao mundo rural, ou à acumulação monetária visando retornar à região originária, ele não poderia concluir outro resultado que não esse, em termos de sua ação política, uma postura “conformista e apolítica”.

Contudo, afirma, formam-se “focos de tensão e insatisfação como as organizações sindicais e o apelo constante ao trabalhador para participar ativamente da ‘sociedade industrial de massas’” (1961, *MSAL*, p. 216), mas apesar disso “Não se pode negar que /.../ a participação crescente do operariado na atividade política nacional tem escassa significação” (1961, *MSAL*, p. 217) para sua autonomia, pois os efeitos da interferência do estado nos sindicatos permaneceram como “fator de entorpecimento”, dificultando a “criação de novas formas de sindicalismo” (1961, *MSAL*, p. 218).

Isso evidencia a posição de Cardoso, para o qual é impossível a formação da “consciência da situação” a que está submetido o operariado, de sorte que

“Efetivamente, a inexistência de ‘tradição proletária’ e a inexperiência da massa do operariado quanto às técnicas sociais necessárias para o exercício da cidadania ou para a condução de lutas operárias” têm mostrado que essa classe “participa das disputas pelo poder mais como ‘massa de manobra’ que propriamente como classe social cônica de seus interesses” (1961, *MSAL*, p. 218).

A superação dos limites de consciência das massas operárias, sua elevação política, sua participação adequada na sociedade demandam uma experiência ausente em sua história, seja para o exercício da cidadania ou para lutas em defesa de seus interesses. E, como indica o autor, é dentro dos marcos institucionais, e não fora deles, que os trabalhadores devem adquirir a experiência necessária ao que supõe ser o alcance político dessa classe: defesa de interesses econômicos e da cidadania.

Dados os limites de consciência e organização, resta, em termos da participação social e política, a flexibilização e outorga políticas que os setores dominantes vierem a conceder a essa classe. Não há, por parte do autor, outra alternativa, em função de sua essencialidade histórica particular, senão a tutela política dos setores dominantes; isso não quer dizer que as condições de vida do operariado tenham que permanecer em padrões insatisfatórios, mas sem organismos políticos próprios a classe operária não poderia ultrapassar os limites institucionais definidos pelos setores dominantes. Tal superação implicaria numa organização para ação reivindicativa em padrões novos, a ser construída pelos trabalhadores, caso contrário permaneceriam sob os limites corporativistas, tutelados pelo estado.

Nesse sentido, observamos que Cardoso não diferencia os movimentos dos operários de conteúdo reivindicativo em termos salariais, econômicos, de uma ação política com potencial para transformação social. Sua ação política é identificada imediatamente com as reivindicações econômicas, descartando peremptoriamente

as possibilidades de transformação social para além dos limites de participação no consumo; e todo seu argumento sobre a classe operária resulta em demonstrar sua inaptidão para o exercício do poder, bem como ausência de perspectiva social e política nessa direção.

Um dos pilares de sua argumentação reside na origem rural do operariado, e coincidentemente trata-se, segundo ele, da mesma origem da burguesia brasileira (burguesia essa que foi incapaz de alçar-se à hegemonia política).

Por outro lado, a classe operária não se encontraria em condição, por tudo que diz o autor, de impedir “tentativas feitas por grupos políticos extra-operários de assumir o controle do movimento sindical” (1961, *MSAL*, p. 218). Com isto, “acabam por exercer o mesmo efeito contraditório que a ação sindicalista oficial desempenhou: adestram o operariado para o desempenho de formas de comportamento adequadas à sociedade de massas” (1961, *MSAL*, p. 218). Essa situação, que reflete o dinamismo sindical da década de 50, permite a compreensão de certas contradições políticas e formação de traços de consciência dos trabalhadores industriais, que, ao se darem conta dos interesses contrários, próprios da política dominante e patronal, começam “a perceber as implicações mais gerais de sua situação de classe na sociedade capitalista” (1961, *MSAL*, p. 218).

Entretanto, por sua origem e pelas adversidades políticas que lhe são impostas, essa classe se guiará “mais pelo ímpeto reivindicativo por melhores condições de existência dentro da ordem capitalista-industrial do que pelo impulso político de alteração do sistema social global” (1961, *MSAL*, p. 219). Do ponto de vista de sua organização, o autor vem apontando a tendência cada vez mais acentuada à formação de um tipo de sindicalismo que ele trata por “sindicalismo de controle”, cuja característica marcante reside em ser órgão de canalização oficial das insatisfações operárias, o que dificulta mais ainda a formação de uma perspectiva própria e autônoma dessa classe.

Com isto, “A revolta e as insatisfações geradas pela ordem industrial emergente tenderão a canalizar-se para movimentos de defesa dos interesses de classe, não se vislumbrando mais na classe, porém, a possibilidade histórica do universal concreto, a mediação necessária para a inexistência futura dos ‘interesses de classe’, nem se colocando, portanto, a questão do Poder como a pedra de toque de uma ação proletária historicamente consciente de seu papel” (1961, *MSAL*, p. 220).

O autor confirma, portanto, a ausência de alternativa que ele observa no procedimento da classe operária no Brasil, e conclui que, com base nessas condições, inexistem as possibilidades de uma ação autônoma e do empreendimento para a construção de uma nova sociedade, de uma sociedade socialista. Não há, no proletariado brasileiro, os elementos históricos necessários para constituir uma consciência capaz de projetar a nova sociedade sem “interesses de classe”, o “universal concreto”, que ele supõe tratar-se de “fazer do modo proletário de existência a forma geral de ser da sociedade como um todo” (1961, *MSAL*, p. 219).

De maneira que, dada a subordinação ao patrimonialismo, sua extração rural, sua inexperiência política, a interferência pública na esfera sindical e a interferência de grupos externos aos interesses do operariado no controle sindical, essa classe não formou uma consciência à altura de suas tarefas revolucionárias, de auto-organização, limitando-se às reivindicações econômicas e estreitas participações políticas institucionais. Escapam-lhe, como classe, as alternativas de ocupação do poder, na preparação de um percurso histórico para implantação do socialismo.

Com isso, os esquemas políticos fundamentados nas alianças, que incluem os trabalhadores, passam a ser tratados sob a concepção de “populismo”, como já tivemos oportunidade de apontar. Não é demais deixar que o próprio autor expresse

sua concepção: “No Brasil, o populismo aparece como elo através do qual se vinculam as massas urbanas mobilizadas pela industrialização /.../ ao novo esquema de poder” (*DDAL*, p. 103). O autor procura justificar o populismo mostrando que esse “novo esquema” “converter-se-á na política de massas”, necessária para conter as pressões que emergem destas, pois aos segmentos populares operários “agrega-se um amplo setor de massas urbanas não-operárias (massas marginais)” (*DDAL*, p. 103), com um agravante, que é a presença do setor popular rural, que “vive uma situação radicalmente distinta da que corresponde aos setores populares urbanos” (*DDAL*, p. 103), dada sua exclusão do esquema aliancista de Getúlio Vargas.

A organização operária esteve fadada ao insucesso, e não alcançou, enquanto classe, uma consciência de sua situação, tendo alcançado apenas um padrão de consciência reivindicatória, para sua garantia em termos de melhores condições de vida. Vimos que o segmento com maior possibilidade de conscientizar-se é exatamente aquele que nucleou o setor popular como um todo, no plano da atividade e inserção política, que é o proletariado industrial. Porém, diz o autor, “o populismo varguista /.../ é um movimento político em favor dos ‘humildes’ no qual os valores de massa, com seus pressupostos de benefícios econômicos, terão preponderância sobre os de classe” (*DDAL*, p. 106). Esse esquema político de manipulação da massa resulta por ser eficiente porque a “debilidade social da classe operária emergente a dilui no conjunto da massa urbana” (*DDAL*, p. 106), coibindo seu papel de organizadora.

Desta forma, o esquema político nascido com o governo Vargas, que instala o “regime populista” como quer o autor, parece ter atenuado ainda mais a organização dos trabalhadores.

Em sua análise do setor do trabalho no Brasil, Cardoso procura mostrar os pontos que geram sua necessária inclusão no “esquema de aliança” político ou sua manipulação pelos líderes populistas, afirmando inicialmente que a elevação das

taxas de acumulação capitalista se fez “às expensas do setor assalariado” (1967, *MSAL*, p. 175), isto porque as “fontes externas de formação de capital desempenharam uma função quantitativamente limitada” (1967, *MSAL*, p. 175), e as “transferências de renda do setor produtivo agrícola para o industrial não foram de monta” (1967, *MSAL*, p. 176), de maneira que a exploração da força de trabalho se torna necessária dados o baixo investimento externo e a baixa transferência de renda do setor agrário para o industrial. Com isso, é estabelecida uma relação direta entre o aprofundamento da exploração da força de trabalho e os esquemas políticos manipulatórios.

De outro lado, a baixa absorção do contingente social dos trabalhadores facilita simultaneamente a imposição de baixos índices para aumento salarial e a formação de excedente de mão de obra; quanto aos empregos urbanos não-industriais, afirma Cardoso que “nestes há uma proporção considerável, apesar de indeterminada, de subempregados, desempregados e desempregados disfarçados” (1967, *MSAL*, p. 176). Dessa constatação ele retira que “Este quadro leva a supor que as taxas salariais encontram obstáculos objetivos para aumentar - dado o excedente de mão de obra - salvo nos setores que requerem mão de obra especializada ou quando os setores populares industriais pressionam fortemente” (1967, *MSAL*, p. 176). Convém, entretanto, indicar que a análise não remete em momento algum para argumentos que expliquem a formação do próprio excedente de mão de obra. Ao contrário, é encaminhada para um quadro no qual “compreender o comportamento do outro condicionamento da ‘aliança desenvolvimentista’” (1967, *MSAL*, p. 176), isto é, o da manipulação sobre a baixa absorção de mão de obra, ou do excedente disponível de força de trabalho, nos leva novamente à debilidade própria dessa classe, que se vê sujeita a barganhar “a pura expansão do emprego industrial, necessário para o desenvolvimento - sem aumento acentuado da participação dos trabalhadores no incremento real do produto” (1967,

MSAL, p. 176).

De sorte que o autor constata a baixa absorção de mão de obra, que obviamente depende do próprio padrão de desenvolvimento do capitalismo, e aponta a debilidade da classe trabalhadora como responsável pela frágil defesa de seus próprios interesses e solução de suas necessidades. E, por fim, sobre sua aceitação dos esquemas políticos que a absorviam e manipulavam, ele afirma que “parece que houve possibilidades estruturais para que os setores melhor organizados das classes trabalhadoras aceitassem os termos da aliança desenvolvimentista, nos momentos em que conseguiram pelo menos manter o padrão de consumo” (1967, *MSAL*, p. 177).

Referindo-se ainda ao processo de industrialização antes do golpe militar, ele afirma que “o êxito de um esquema desse tipo /.../ entre os setores industriais e os setores operário-populares” (*DDAL*, p. 95) se dá também pela garantia de se “sustentar o ritmo dos investimentos industriais e que possibilitem, se não assegurar uma elevação significativa dos salários reais, pelo menos proporcionar aumento, em termos absolutos, do número de indivíduos provenientes dos setores populares que vão se incorporando ao sistema industrial” (*DDAL*, p. 95). Portanto, no “esquema de aliança” populista, o emprego e a massa salarial se tornam a moeda de troca que convém tanto aos trabalhadores quanto ao estado, pois a sua integração na aliança é a base do equilíbrio de poder tanto de Vargas quanto dos demais, como JK e mesmo Goulart. Outro aspecto da política populista abordado pelo autor, a composição dos esquemas aliancistas, nos leva a um questionamento. Ele apresenta a composição do esquema pelas forças sociais “que expressem o novo equilíbrio de poder; nele participam e disputam sua hegemonia tanto os setores agro-exportadores e financeiros quanto os setores médios e industriais urbanos” (*DDAL*, p. 93), ou seja, um “esquema de aliança” que está constituído fundamentalmente por forças sociais do capital, devidamente integradas no

processo de defesa dos interesses do capital, logo, por que as forças do trabalho comporiam tal esquema?

O autor justificou a presença dos setores populares nos esquemas aliancistas de várias maneiras, por exemplo, a expansão dos empregos sem expansão dos salários, ampliação do mercado de consumo, flexibilidade política, através dos órgãos representativos, enfim, um conjunto de adequações desse setor à participação na “sociedade de massas”, que tem seu dinamismo acelerado com o projeto da industrialização substitutiva, ampliação geral do mercado etc., e ganha uma definição no plano produtivo e mercadológico com a industrialização seletiva de JK. Nesse longo trajeto político-econômico, os setores populares, a força de trabalho, estiveram sujeitos às mesmas condições, isto é, cooptação dos esquemas populistas pela manipulação, e por conseguinte compondo os tais esquemas para mantê-los em equilíbrio. Mesmo o setor mais organizado dos trabalhadores, o PCB, acabou convertido ao nacionalismo, que se mantinha no poder sustentado pelo esquema populista, o que resulta para aquele órgão um limite que ele não ultrapassa e que é a própria dimensão política do populismo.

É assim que o autor acaba fundamentando a inoperância do proletariado brasileiro; quando este não está contido pelo populismo, sofre outro tipo de contenção política, que é de cunho repressivo. Certamente o estreitamento da ação política dos trabalhadores reverteu-se, em todo o período populista, em contenção salarial, como observa Cardoso. Contudo, ele não estabelece uma relação causal entre as ações de contenção e repressão política e as limitações salariais, deixando que cada uma destas situações se ponha como que motivadas por condições independentes. Nesse sentido, o suposto enquadramento dos trabalhadores nos esquemas aliancistas aparece como fenômeno necessário ao equilíbrio de poder, não uma necessidade do “capitalismo dependente” em conter salários.

Se a contenção salarial constatada pelo autor no período que ele trata por

populista foi abrandada, por exemplo, pela expansão dos empregos, isto não significou, de forma nenhuma, a inexistência de uma superexploração social do trabalho¹⁶, e mais acentuada na fase da industrialização seletiva.

Não apreendendo o nexo entre a contenção política e a restrição econômica da classe trabalhadora, Cardoso se torna incapaz de compreender as raízes efetivas do golpe militar, bem como que, antes deste, houve uma superexploração branda ou disfarçada da força de trabalho, enquanto após o golpe a superexploração é franca; em ambos os casos, a acumulação de capital promoveu-se apoiada nesta condição: mais generosa antes do golpe e menos generosa após o golpe.

No período dito “populista” houve um esforço no sentido da regulamentação institucional da exploração da classe trabalhadora, com benefícios previdenciários que atenuaram seu esgotamento e melhoraram seu padrão de vida, embora permanecessem excluídas deles as massas populares rurais. A obtenção desses benefícios, embora muito inferiores aos obtidos pelas classes operárias dos países clássicos, indicam que essa classe foi tomada em consideração, ainda que parcialmente, nos governos que antecederam o golpe, entre 1930 e 1964, em função das necessidades dos projetos político-econômicos nacionalistas; e, mesmo assim, a força de trabalho foi aviltada naquela fase. A fase posterior, iniciada com o golpe militar, recusa a permanência da sua restrita inclusão política justamente porque aprofunda a superexploração da força de trabalho; ou seja, a exclusão política, seja sindical ou partidária, põe-se como exigência para garantir a exclusão socioeconômica, que se evidencia com a redução de benefícios concedidos aos trabalhadores nos governos anteriores, e que tendiam a ser melhorados no governo de Goulart, não fosse o golpe militar interromper aquele processo.

Segundo Cardoso, entretanto, o objetivo dos militares residia em dar

¹⁶. Observemos que o autor trata por superexploração apenas a *não inclusão* do setor popular-operário no mercado de trabalho, como também os salários não se colocam nos níveis do capitalismo desenvolvido; em nenhum momento o termo se traduz na formulação marxiana de “pagamento da força de trabalho abaixo do seu real valor”.

solução aos problemas conjunturais do governo Goulart. Essa sua avaliação parece não coincidir com a análise que faz sobre as alterações econômicas operadas pelo regime ditatorial, que o autor conceituou como “modernização conservadora”. Esta “modernização” aprofunda a formação do tripé econômico de JK, alterando o caráter do mercado nacional ao criar a “internacionalização do mercado interno”. Ora, a “internacionalização” ou o aprofundamento das associações com o capital externo revela que os militares não intervieram somente no plano conjuntural, mas buscaram levar bem mais adiante a acumulação de capital na modalidade associativa, isto é, uma acumulação cuja centralidade é determinada pelos capitais público e privado (nacional e externo). Certamente o capital externo é referência incontornável para aquela “interrupção” feita pelos militares, pois, “para aumentar a capacidade de acumulação desses ‘produtores-consumidores’ é necessário conter as demandas reivindicatórias das massas” (*DDAL*, p. 131). Isto mostra que o processo econômico do governo ditatorial-militar torna explícita a contraposição entre o aumento da acumulação de capital e as reivindicações salariais dos trabalhadores: “o desenvolvimento, a partir desse momento, realiza-se intensificando a exclusão social, e já não só das massas, mas também de camadas sociais economicamente significativas da etapa anterior” (*DDAL*, p. 131).

Nesse quadro, para estabelecer uma oposição, os trabalhadores teriam que contar com os setores que foram marginalizados¹⁷ dessa nova organização: “massas marginais e /.../ setores operários e assalariados urbanos, cujos padrões de vida sofrem os efeitos da nova etapa de acumulação capitalista” (*DDAL*, p. 133). Mas essa alternativa enfrenta dificuldades, pois, nos setores afetados, “Constitui-se

¹⁷ . As alusões à “marginalização” feitas pelo autor não o filiam à concepção de marginalismo que proliferou na literatura social latino-americana. São múltiplas as indicações que faz para se demarcar desse conceito. Em *MPB*, pp. 35, 36 e 37 ele explicita sua crítica a essa noção. Além disto, não concorda com o conceito de marginalidade desenvolvido por José Num, conforme suas críticas em *MPB*, pp. 140 a 165. Também com relação a Aníbal Quinjano não é estabelecido qualquer compromisso teórico no que diz respeito ao conceito de marginalidade, conforme suas críticas em *MPB*, pp. 166 a 185.

desse modo uma massa disponível cujas novas formas de mobilização e organização continuam sendo uma incógnita” (*DDAL*, p. 136)¹⁸. Além disso, o malogro nas tentativas de reverter o “novo sistema de poder em formação” através das massas residiu “no caráter pouco estruturado dessas massas e em seu baixo nível de existência e de aspirações” (*DDAL*, pp. 136-137). Acentua ainda o autor que com a presença do setor moderno e dinâmico instalado desde JK e aprofundado com a “internacionalização do mercado interno”, as classes trabalhadoras bifurcaram-se dificultando ainda mais uma organização de resistência e oposição: “os grupos assalariados vinculados ao setor capitalista avançado beneficiam-se com o desenvolvimento e /.../ amortizam as pressões que vêm de baixo” (*DDAL*, p. 137). De forma que, se as bases para a formação de uma oposição viriam dos setores trabalhadores, com essa bifurcação suas tentativas para levar a efeito uma estruturação oposicionista enfrentariam problemas quase intransponíveis.

Portanto, no governo ditatorial, as massas populares encontram-se desamparadas política e economicamente; estão submetidas ao novo caráter sócio-econômico, aprofundado com a “internacionalização do mercado interno”, internacionalização essa que não expressa mais que a acentuação das associações do capital externo com os capitais nacionais, público e privado já mencionadas.

Mesmo assim, Cardoso busca validar esse novo processo, a despeito dos resultados negativos que se acentuam sobre as “massas populares”, ao se expressar quase que lamentando o caráter contraditório da “sociedade de massas” aqui instalada: “As vantagens culturais das sociedades de massa apresentam-se mitigadas e deformadas na vida urbana da maioria das cidades latino-americanas” (1971, *MPB*, p. 39). Isto é, há “vantagens”, mas elas aqui “apresentam-se mitigadas e deformadas”, e isto se deve às inconveniências da centralização do poder no que

¹⁸ . Essa posição de expectativa sobre a ação das massas populares, que “continuam sendo uma incógnita”, encontra-se em total coerência com a expectativa que ele demonstra, ao se referir às massas trabalhadoras no final de *EIDEB*, quando indaga sobre a posição delas diante da encruzilhada política brasileira de subcapitalismo ou socialismo.

tange à sua comunicabilidade: “não só o bem-estar material é limitado (pois os países são pobres) como os aspectos não materiais da sociedade industrial têm menos vigência: o controle das informações , por exemplo, costuma ser mais estrito do que nas sociedades de massa altamente industrializadas” (1971, *MPB*, p. 39), e isso resulta no mais das vezes em que “os indicadores que medem a expansão urbana e a posse de instrumentos de comunicação de massas escondem /.../ uma baixa qualidade de vida” (1971, *MPB*, p. 39). A excludência social é apontada pelo autor como um componente das condições de desenvolvimento em países periféricos, cuja instalação industrial moderna (o “capitalismo dependente”, consolidado pela “modernização conservadora”) tem que absorver, e isto “Quer dizer que o desenvolvimento capitalista de países subdesenvolvidos permite altos níveis de concentração de renda e cria um mercado de rendas médias e altas, que, se é reduzido em comparação com o montante global da população, é, entretanto, suficiente para assegurar o dinamismo econômico, isto é, a acumulação de capitais e a expansão das empresas” (1971, *MPB*, p. 40).

Esse padrão de modernização não é posto em questão, pois, a despeito da exclusão social, essa é a modernização possível que aqui se efetiva, isto é, o “bem-estar material” e cultural das massas trabalhadoras é “limitado”, mas há dinamismo “suficiente para assegurar /.../ a acumulação de capitais”. De forma que o desenvolvimento e a modernização que ocorrem dizem respeito especificamente ao capital. “Consequentemente, formam-se ilhas de desenvolvimento num contexto de pobreza” (1971, *MPB*, p. 40). Há desenvolvimento, mas não há progresso social que lhe corresponda.

Observe-se que o autor já indicara a impossibilidade de se constituir, a partir das massas populares, uma organização que levasse a efeito uma transformação político-econômica de fundo, já que elas nem sequer se organizam suficientemente na defesa de seus próprios interesses. Não é de estranhar que,

diante das contradições sociais, aprofundadas pelo regime militar, não vislumbre alternativa, buscando validar a modernização industrial a despeito das exclusões.

Cardoso não perspectiva qualquer novo caminho para que os setores do trabalho sejam inseridos socialmente. De certa forma, ao longo de suas análises, desde a década de 60, foram sendo indicados os limites desse setor no capitalismo brasileiro; além disso, todas as alusões ao desenvolvimento estiveram sempre, nas suas interpretações, referidas ao capital, aos limites e possibilidades de superação (inclusive da própria dependência)¹⁹ na direção de uma emancipação político-econômica nacional. De forma que essa perspectiva emancipatória não se coloca de maneira nenhuma quando o tema é “setores populares” ou “classe trabalhadora”, ou “massas populares” etc. O dinamismo social possível para ele está comprometido diretamente com o desenvolvimento das forças produtivas do capital, sem mediação com os “setores populares”.

Da mesma maneira, o conteúdo do desenvolvimento diz respeito às condições nacionais de implantação da modernização industrial, nucleada nos padrões novos de tecnologia internacional. Neste caso, o setor do trabalho é referido para indicar o eixo da exclusão social que inexoravelmente essa nova tecnologia traz consigo. Contudo, ele não critica o novo caráter tecnológico, mas aponta que “se aplica nos países subdesenvolvidos técnicas que se não são as mais avançadas, pelo menos são suficientemente elaboradas para poupar mão-de-obra” (1971, *MPB*, p. 42). Esse é um dos objetivos da escolha tecnológica a que Cardoso alude; em suas palavras, encontramos que “A escolha da tecnologia faz-se sempre tomando em consideração /.../: o custo da produção e o controle social do processo produtivo” (1971, *MPB*, p. 42).

É certo que, nos países subdesenvolvidos, a presença de tecnologia forjada

¹⁹ . Em artigo incluído na coletânea *Mudanças Sociais na América Latina*, o autor indica que suas análises sobre a dependência buscam “determinar estruturalmente”, bem como “compreender historicamente”, as “formas possíveis de mudança e de negação das relações de dependência” (*MSAL*, p. 22).

fora de sua própria realidade, sofre alterações mais drásticas em termos sociais, a exclusão da força de trabalho, por exemplo, é uma delas. De qualquer forma, o desenvolvimento a que se refere o autor tem um alcance amplo no que toca ao campo tecnológico e dinamização das forças produtivas. Ele cita Marx para apoiar sua concepção de que a tecnologia, ainda que oriunda de processos técnico-científicos externos ao processo produtivo, objetiva-se não por sua obra e graça, mas subsumida à força do capital. Em “Marx havia uma separação nítida entre o desenvolvimento tecnológico como invenção e a utilização das novas técnicas como uma decisão econômica” (1971, *MPB*, p. 42). Eis, portanto, o sentido da escolha tecnológica observado por ele, tecnologia construída “para poupar mão-de-obra”.

Contudo, para que se complete aqui o raciocínio do autor no tocante a esse assunto, a presença de tecnologia, mesmo com o padrão próprio dos países desenvolvidos, não coloca os subdesenvolvidos em posição de equivalência, isto é, não é por esse caminho que é perspectivada a emancipação socioeconômica nacional, a superação da dependência. Trata-se, em sua concepção, do fato de que “economia dependente, nesse contexto, significa uma economia onde o processo de acumulação não se desenvolve integralmente: a inexistência de um setor de produção de bens de capital – ou sua debilidade – tem como consequência que o esquema de reprodução ampliada do capital só se completa nas economias centrais” (1971, *MPB*, p. 43, nota).

As condições de “escolha das tecnologias”, portanto, não podem tomar em consideração o padrão social de países como o Brasil, tendo em vista que o desenvolvimento tecnológico se deu e se dá em países desenvolvidos, e nestes, como diz Cardoso, “a disponibilidade técnica de um novo processo guardava certa relação com a economicidade do sistema produtivo, considerando-se nesta a existência de mão de obra disponível” (1971, *MPB*, p. 43) e compatível com esse

processo. “Comumente, as inversões estrangeiras dirigem-se para o setor industrial sob a forma de financiamento para compra de equipamentos produzidos nos países altamente industrializados” (1971, *MPB*, p. 43). O que define bem claramente o padrão de *escolha* e *opção* tecnológicas procedido no Brasil, na fase tratada por “internacionalização do mercado interno”. Outro ângulo favorável indicado para essa escolha reside no fato de que “as sociedades latino-americanas que se industrializam são ‘abertas’” (1971, *MPB*, p. 43), e isto “Normalmente quer dizer” que existem “poucas restrições alfandegárias, consumo alto para camadas restritas e liberdades de escolha por parte do consumidor” (1971, *MPB*, p. 43).

Assim, as determinações político-econômicas para a escolha do “tipo de tecnologia” encontram-se bem estabelecidas no caráter flexível do câmbio, no padrão exigente do consumidor, e no fato de que, se estas tecnologias “não são as mais avançadas, pelo menos são suficientemente elaboradas para poupar mão de obra” (1971, *MPB*, p. 42) e criar um mercado interno, “composto pela classe média alta e pelas classes de altas rendas” (1971, *MPB*, p. 43), confirmando assim o caráter excludente do padrão de modernização e desenvolvimento implantados. Cardoso indica finalmente as possibilidades de alteração *no plano político*, dizendo, num sentido geral, que “As conjunturas de poder são historicamente fluidas” (1971, *MPB*, p. 49); existem potencialmente grupos capazes de reagir se apropriando de “situações favoráveis à mudança política para as quais o *establishment* não encontre respostas adequadas” (1971, *MPB*, p. 48).

No entanto, não se trata de uma reorganização dos trabalhadores no sentido de uma formação oposicionista, mas de colocações genéricas, pautadas em possibilidades abstratas que definem possíveis alterações políticas. Conforme suas próprias palavras: a “dinâmica do sistema social produz forças discordantes e cria problemas novos que fazem reaparecer, em outro nível, formas de conflito e alternativas políticas” (1971, *MPB*, p. 49).

Mas essa dinâmica, da qual devem emergir “forças discordantes” no plano político, não deverá intervir e reestruturar os fundamentos econômicos que as forças internacionais do capital convergentes com setores nacionais público e privado internos implantaram, pois o desenvolvimento e modernização do capital tornaram-se “um real ponto de atração ideológica para os setores da classe média e *operariado* nos países latino-americanos” (1972, *MPB*, p. 203). A negação pura e simples desse processo só poderia ser um retrocesso, pois esta emergiria dos “segmentos nacionalistas resistentes”, e “Permitir ao Estado e aos grupos burgueses comandar o estandarte do nacionalismo /.../ seria um erro com profundas conseqüências” (1972, *MPB*, p. 202).

Portanto, do ponto de vista político, dos movimentos sociais, a alternativa a que se refere o autor, como perspectiva de mudança social, não ultrapassa a luta pela integração dos segmentos populares não incluídos no processo de produção e consumo, ainda que não seja esse setor o “estratégico (ou revolucionário) das sociedades dependentes industrializadas” (1972, *MPB*, p. 202). Mas, numa empreitada política dessa ordem, “a crítica da perspectiva da dependência não poderá estar baseada nos valores associados ao nacionalismo burguês. Integridade nacional /.../ significa primariamente integração popular na Nação” (1972, *MPB*, p. 203). Além disso, “a crítica da marginalização, isto é, da superexploração social /.../ é indispensável na análise política. Assim como /.../ a organização das massas é requisito para a prática política” (1972, *MPB*, pp. 202-203), considerando sempre que sua organização se define pela reeducação, conduzida pelos setores médios, pela intelectualidade e pela universidade.

De forma que o reparo à exclusão social, aprofundada pela ditadura, uma vez instaurado o progresso econômico “às expensas dos trabalhadores”, é a luta pela integração dos segmentos da força de trabalho que ficaram à margem dos benefícios que o desenvolvimento associado proporcionou. Porém tal reversão

mantém intacto o padrão econômico excludente implantado, o que torna difícil vislumbrar uma solução adequada às massas populares dentro desse ângulo de visão.

CAPÍTULO V

AS POLÊMICAS SOBRE A DEPENDÊNCIA

Além da produção de Fernando Henrique Cardoso a respeito do capitalismo dependente, desenvolveram-se outras abordagens que, embora buscando definir os padrões de capitalismo latino-americano, e brasileiro em particular, a partir do conceito de dependência, não foram convergentes em todas as suas dimensões, já que perspectivadas a partir de ângulos distintos de uma mesma relação: aquela entre os países coloniais, dependentes, e os países clássicos, desenvolvidos. É nesta relação que residem, a partir da formação dos estados independentes, os elementos que serviram para a constituição dessas análises que divergem, em maior ou menor medida, da concepção de Cardoso, suscitando um conjunto de polêmicas que são o objeto deste capítulo.

Visando a explicitar o que entende ser fundamental na constituição do capitalismo dependente, Rui Mauro Marini desenvolve um ensaio intitulado “Dialética da Dependência” (DD). Sua primeira publicação¹ suscitou em Cardoso a necessidade de o enfrentar e contraditar teoricamente, pois os fundamentos que o orientavam não correspondiam às concepções que o autor de *DDAL* esboçara com Falletto sobre o capitalismo dependente. A polêmica que assim nasce entre Cardoso e Marini, consubstanciada em artigos político-teóricos, atravessa praticamente toda a década de 70, sem qualquer possibilidade de conciliação, visto tratar-se de posições originariamente diversas, de concepções excludentes que, embora examinando a mesma realidade histórica, foram perspectivadas a partir de classes distintas.

¹. Rui Mauro MARINI, “Dialética da Dependência”, in *Sociedade e Desenvolvimento*, vol. 1, nº 1, Santiago, Chile, março de 1972.

Esse debate enriqueceu a compreensão do período ditatorial no que respeita à forma como se estrutura a acumulação de capital no Brasil. O maior mérito da polêmica reside em explicitar a objetividade econômica brasileira, cujas determinações históricas distintas impossibilitam a reprodução das condições próprias dos países centrais.

Em *DD*, Marini procura mostrar que a expressão “dependência”, enquanto singularizadora do capitalismo brasileiro, significa uma “relação de subordinação entre países formalmente independentes” (*DD*, p. 18), relação essa posta pelos países europeus na América Latina, na fase colonial, graças ao desenvolvimento do capital comercial. Segundo Marini, a subordinação inicial tomou forma estruturando os planos econômico e político internos de maneira a assegurar a reprodução ampliada das condições próprias de dependência, como passou a ser tratada aquela relação. Desde logo Marini demarca-se de Cardoso e Faletto, pois, ao contrário destes, concebe a dependência como subordinação. Estes últimos, embora tenham indicado a existência de uma relação de subordinação, particularmente nos planos tecnológico e financeiro, entendem que, pelo ângulo político, a dependência forjou as condições que permitiram suplantar os elos de subordinação, e perspectivaram o arco de possibilidades de desenvolvimento no interior das relações de dependência.

Marini sustenta que a organização do capitalismo dependente, portanto subordinado, cumpre uma função no quadro geral do capitalismo em desenvolvimento, qual seja, a de facilitar a conversão de mais-valia absoluta em mais-valia relativa na Europa, contribuindo para facilitar a acumulação primitiva e o processo de implantação da maquinaria que resultaram na industrialização dos países centrais; esta função se realiza pela produção e fornecimento de bens de consumo próprios da força de trabalho que permitissem reduzir o seu valor, bem

como de bens primários componentes do capital constante, o que proporcionava uma redução no seu valor e, conseqüentemente, uma sustentação nas taxas de lucro.

Esse processo de industrialização dos países centrais determinou o “caráter contraditório” das relações entre eles e o Brasil. Na Europa, a tendência à queda da taxa de lucro (gerada pela elevação da composição orgânica do capital, dada a expansão do capitalismo) é contrabalançada, e mesmo revertida, pela importação, do Brasil, de bens de consumo da força de trabalho – reduzindo assim o capital variável – e de matérias-primas – reduzindo o capital constante.

A situação dos países latino-americanos, e portanto do Brasil, que é o que aqui nos interessa, configura o outro pólo da contradição, segundo Marini, pois, não estando em processo de industrialização, nos moldes em que esta se pôs na Europa, permanece como essencial a produção agropecuária e extrativo-mineral, voltada ao mercado externo e organizada de forma extensiva. Dessa forma, a estrutura que aqui vai se consolidando repõe as diferenças entre os países latino-americanos e os europeus e reproduz as relações iniciais nas quais aqueles estão posicionados de forma subordinada.

Com a expansão da produção dos bens fornecidos à Europa, e mantido o sistema exploratório extensivo, Marini aponta para uma “deterioração nos termos do intercâmbio”, uma vez que, enquanto aqui permanece uma produção com baixíssimo padrão tecnológico, lá a elevada produtividade do trabalho, possibilitando a extração de mais-valia sob forma relativa, permite que se desloque mais valor daqui a ser incorporado na Europa, do que no sentido inverso, pela diferença de composição orgânica de capital que se estabelece nesses dois pólos produtivos. Neste ponto, para sustentar sua argumentação, Marini lança mão das demonstrações que Marx desenvolveu em *O Capital*, ao tratar da “produção global do capital”. De forma que essa situação é explicada não pelas relações mercantis propriamente, em que os concorrentes forçam a queda dos preços, mas pelo

crescimento lento da produtividade na América Latina, que não pode acompanhar as pressões da concorrência graças à fragilidade de sua organização produtiva, a qual reproduziu a forma extensiva sem assimilar os padrões tecnológicos necessários tanto para efeito concorrencial quanto para garantia de extração do valor excedente da força de trabalho sob determinação mais adequada, sob a forma relativa da mais-valia.

Assim, o recurso dos países dependentes para obter e garantir determinada taxa de lucro que compensasse as perdas no intercâmbio comercial foi o da *superexploração da força de trabalho*, forma de exploração indicada por Marx e retomada aqui por Marini, cuja essencialidade é a redução do fundo necessário de consumo do trabalhador (redução do consumo da força de trabalho para alguém do limite normal), que resulta no aumento do tempo excedente de trabalho, no aumento da massa de mais-valia e, em face da conservação do padrão tecnológico extensivo, na manutenção e até aumento da taxa de lucro.

O autor de *DD* acentua a diferença entre a apropriação do excedente de trabalho na fase escravista e na fase de exploração do trabalhador livre, destacando que a superexploração foi aplicada sobre o trabalho assalariado através de um conjunto de modalidades tais como o *barracão*, o *cambão* e outras que viabilizassem e acentuassem ainda mais as formas extensivas de produção. Esse procedimento de exploração da força de trabalho se impõe pelas necessidades da organização produtiva fundada na ordenação do capital, que serviu para “coadjuvar a acumulação de capital /.../ nos países centrais” (*DD*, p. 49). Os meios para a efetivação desse processo encontram-se “na circulação própria do capital na América Latina” (*DD*, p. 49), que proporcionou a base sobre a qual o desenvolvimento da produção capitalista se fez em conexão inextricável com o capitalismo europeu, mas com dinamismos distintos e contraditórios. Essas

contradições são tão mais evidentes quanto mais se toma a utilização da força de trabalho como referência para sua compreensão.

Seu prisma de observação revela a existência de uma contradição que de nenhuma forma poderia se pôr nos países europeus; trata-se da separação, presente aqui até 1930, entre duas esferas da produção e da circulação diante do mercado: uma interna/externa, que corresponde às relações de troca entre bens primários para exportação e bens suntuários e meios de produção importados, e outra limitada ao plano interno, restrita à força de trabalho, nas condições já indicadas, uma vez que as expectativas de consumo capitalista estiveram submetidas à importação, e não à produção local. Tal separação não ocorreu na Europa, de maneira que lá o mercado interno contou desde o início com a força de trabalho para sua expansão. Aqui, ao contrário, o dinamismo interno esteve submetido àquelas relações de troca acima indicadas, retardando a formação de um mercado interno consistente. De acordo com Marini, essa dicotomia - estabelecida pela forma de organização produtiva aqui desenvolvida - entre a produção (que se externaliza) e o mercado interno foi facultada por uma abundante reserva social de mão de obra.

De forma que a realização da produção no Brasil, até o período inicial da industrialização, não dependeu de capacidade interna de consumo. Ao dinamismo das importações correspondia o dinamismo de uma produção interna que se externalizava, o que reitera a formulação, esboçada por Marini, de que o “consumo individual total [está] posto em esferas contrapostas” (*DD*, p. 54): enquanto a produção dos bens da força de trabalho é interna, limitada à subsistência e a um restrito assalariamento, os bens capitalistas dependem da produção externa, fazendo frente com uma produção extensiva e monocultura interna.

De acordo com Marini, o processo de industrialização brasileiro inicia-se na fase de crise agrária, em 1930, e atinge um ritmo acelerado somente após a Segunda Guerra Mundial, no início da década de 50. Porém, a industrialização não

elimina ou supera as contradições econômicas presentes na fase agroexportadora, ao contrário, implanta-se e desenvolve-se de forma comprometida com a já indicada separação entre *produção* e *circulação*, o que impediu a implantação de uma verdadeira economia industrial. Subordinada desde o início às atividades agroexportadoras, seguiu até a Segunda Guerra Mundial sem adquirir diversidade e proporção que invertesse aquela subordinação. Após a guerra, com o impulso internacional visando a expansão produtiva e de mercado, a industrialização brasileira se fez com base num pólo moderno da indústria internacional, reproduzindo aqui o setor produtivo de bens suntuários destinados aos setores de alta renda.

Esse processo de industrialização é bastante distinto do europeu. Marini toma como referência a força de trabalho para evidenciar as diferenças. Nos países centrais, o dinamismo do mercado interno pautou-se pela redução do valor da força de trabalho com base na *produtividade do trabalho*, que formou um componente indissociável da acumulação de capital. Aqui, ao contrário, a instalação daquele segmento industrial objetivava superar a “insuficiência” de capital, como supunham os desenvolvimentistas. Contudo, resultou que as distintas condições de produtividade do trabalho conduziram à compressão salarial sem que a correspondente produção e produtividade dos bens de consumo da força de trabalho fossem capazes de reduzir o seu valor. A razão disto reside no fato de que a produção monopolista de bens suntuários não conta com o consumo popular. Assim, recrudesce o aproveitamento do excedente de mão de obra e a compressão direta dos salários. Aprofundam-se os meios de exploração, tais como a intensificação e ampliação da jornada, o que acelera a concentração e a taxa de acumulação. De sorte que a superexploração do trabalho permanece e é reproduzida no setor industrial moderno como condição da acumulação e manutenção das taxas de lucro.

Nova separação se opera agora entre *produção* e *circulação*, porém no mercado interno: separação entre a *alta* e a *baixa* esfera da circulação. A alta esfera, que se desenvolveu com a importação de bens de consumo duráveis, converte aquela importação em produção interna e acentua o distanciamento entre o consumo de alta renda - de bens duráveis produzidos substitutivamente no mercado interno - e o de baixa renda - de bens não duráveis ou de subsistência, que sempre estiveram a cargo da produção local, e agora perde terreno diante da substituição de importações.

A produção industrial não compõe os bens de consumo da força de trabalho, senão em parcela muitíssimo reduzida, portanto não determina seu valor. Logo não é a produtividade do trabalho a responsável pela ampliação da mais-valia; a intensificação, a extensão, a superexploração cumprem esse requisito do capital.

Marini aponta uma certa inversão no processo de substituição de importações, após os investimentos diretos que aqui são aplicados, pois as relações econômicas passam a ter uma mediação financeira cada vez mais determinante, e o esforço nacional de industrializar passa a sofrer contradições cada vez mais agudas. O primeiro momento de industrialização buscou estruturar aqui a produção dos bens de base, a exemplo da siderurgia. Com a presença maciça das indústrias multinacionais, privilegiam-se os setores produtores de bens suntuários, de maneira que os investimentos externos diretos e o capital financeiro que se deslocam para cá o fazem comprometidos já com esse novo padrão da industrialização, o que resultou na redução brusca dos mecanismos e dinâmica daquela fase inicial detonada por impulso nacionalista. Repõe-se, assim, sob forma modificada, a subordinação; se esta de início se expressava diretamente na circulação e bifurcava *produção* e *circulação* (pois forjava aqui o produto de consumo de outro mercado, o europeu), agora se vincula diretamente à instalação, produção e comercialização

do setor industrial disponível externamente, bem como ao capital financeiro que realimenta esse novo formato de produção e circulação.

A modernização industrial criou, como disse Marini, uma nova separação dentro da esfera de circulação do capital, afastando o setor de alta renda do da força de trabalho, agora não mais pela dicotomia mercado nacional e mercado externo, mas no âmbito do próprio mercado interno. Assim, “o abismo existente ali entre o nível de vida dos trabalhadores e o dos setores que alimentam a esfera alta da circulação torna inevitável que produtos como automóveis, bens eletrodomésticos, etc., se destinem necessariamente a esta última” (DD, p. 72), e não à força de trabalho, já que não houve, histórica e estruturalmente, qualquer esforço de aumentar o poder aquisitivo desta. A função dessa classe reduziu-se, na maior parte do tempo, a promover a produção de valor, a acumulação de capital, ao lado do desenvolvimento da produção e do mercado de bens de consumo, que não eram compatíveis com os estreitos limites de sua subsistência.

Marini indica também que, nestas condições, a extração de mais-valia sob a forma relativa, portanto a consecução de uma produtividade do trabalho compatível com a dos trabalhadores europeus, não foi possível, e a acumulação de capital nos países dependentes seguiu pautando-se mais pela *massa* de mais-valia do que pela sua *taxa*.

Nessa direção, o autor aponta também que o avanço tecnológico restringiu-se ao setor produtor de bens suntuários, o que criou vários problemas para sua realização, só passíveis de resolução com a interferência do estado, que passou a subvencionar a importação dos bens de produção, ao lado de facilitar a dinâmica do mercado interno financiando o consumo dos bens duráveis aqui consumidos, o que estimulou a inflação, favorecendo a transferência do poder de compra da baixa para a alta esfera da circulação. Isto produziu um achatamento salarial ainda maior, e a criação de mais excedentes para dar seqüência e acelerar a acumulação. Como

consequência, reduzem-se as aplicações tecnológicas dirigidas à produção de bens de consumo da força de trabalho, criando uma contradição interna entre o ritmo das chamadas “indústrias dinâmicas” (bens suntuários e bens de capital importados) e o das ditas “indústrias tradicionais” (originárias do processo inicial de industrialização). As “indústrias dinâmicas” encontraram no mercado interno um limite de expansão, já que a necessidade da superexploração da força de trabalho restringe sua ampliação. A partir de meados da década de 60, Marini aponta que essas indústrias têm necessidade de expandir-se para o mercado externo, centrando “parcialmente a circulação sobre o *mercado mundial*” (DD, p. 75), repondo assim os mecanismos que caracterizaram a antiga economia de agroexportação. O estímulo à exportação de manufaturados reflete uma espécie de “tábua de salvação” do capitalismo dependente brasileiro e dos países latino-americanos em geral.

Sem se aprofundar nas relações políticas que compõe esse processo, Marini indica apenas que, pela sua militarização, o percurso brasileiro de modernização do estado assemelha-se à implantação capitalista prussiana, traduzindo o autor a especificidade nacional pelo conceito de subimperialismo. Por fim, esclarece que a necessidade de explicitar os fundamentos contraditórios do capitalismo dependente reside no objetivo de perspectivar sua superação através das forças sociais que, reconhecendo seus limites, sua desumanização, busquem novos caminhos.

No artigo “Notas sobre o Estado Atual dos Estudos de Dependência”², Fernando H. Cardoso, ao fazer um balanço teórico das análises sobre a América Latina baseadas na concepção de dependência, passa em revista o trabalho de Marini, DD, contestando suas posições.

A primeira questão destacada por Cardoso é que a formação da mais-valia relativa na Europa, particularmente na Inglaterra, não dependeu da produção latino-

² . Fernando Henrique CARDOSO, “Notas sobre o Estado Atual dos Estudos de Dependência”, in José SERRA (coord.), *América Latina – Ensaio de Interpretação Econômica*, RJ, Paz e Terra, 1976.

americana na proporção enfatizada por Marini, pois a “cesta básica” da força de trabalho contava com produtos industrializados também; e, quando se trata de países centrais, desenvolvidos, é necessário contar com os EUA, cuja importação é ainda sensivelmente mais reduzida do que a da Europa. Observe-se de passagem que, embora Marini não tenha definido proporção na composição da cesta básica, como alude Cardoso, sustenta que a produção agroexportadora não se destinava ao mercado interno, como sua designação já indica, cumprindo, desse modo, uma função em termos da acumulação de capital nos países centrais³.

Cardoso afirma que a exploração da força de trabalho na América Latina, e portanto no Brasil, contou com uma combinação de formas, mas que de maneira alguma chegou a uma situação *irrefreada*, como supôs Marini, pois uma tal tendência *descaracterizaria o capitalismo industrial*; e, para sustentar sua afirmação, lança mão das análises de Lenin sobre a penetração do capitalismo na Rússia desempenhando um papel “progressista” no desenvolvimento das forças produtivas e na dinamização das relações de produção. Procura reduzir a importância e significado da abordagem de Marini afirmando que é possível que ainda permaneça no Brasil uma produção de bens primários para os países centrais; admite também que a industrialização da periferia venha a constituir (no futuro) a base da acumulação no centro, a partir dos baixos salários que aqui se pagam, mas estaríamos (hoje) muito longe disso. Mas o que de fato importaria, antes de mais nada e concretamente, seria verificar na periferia o desenvolvimento sob a ótica do *capital*, do *investimento*, muito mais que dos possíveis requisitos dos países centrais sobre a superexploração da força de trabalho na periferia, tema que estaria em aberto para futura exploração.

³. Quanto às “trocas desiguais”, em *A Economia da Dependência Imperfeita*, p. 37, Francisco de OLIVEIRA cita as controvérsias entre Cardoso e Marini, afirmando, contra este último, a invalidade daquela tese, que serviu de fundamento para Marini tratar do “barateamento da força de trabalho na Europa”, pois o principal produto de exportação nessa fase é o café.

Cardoso mostra não desconhecer as diferenças entre os países periféricos e os centrais: enquanto os conglomerados dos países desenvolvidos assumem o papel que seria próprio dos sistemas financeiros, a produção dos periféricos centra-se em bens de consumo ou intermediários de média tecnologia, reproduzindo, assim, um ângulo da dependência centrado na ausência de tecnologia moderna e no financiamento. Especificando as diferenças entre centro e periferia, indica que o capitalismo central alcançou um estágio de desenvolvimento no qual a reprodução geral do capital produtivo (DI e DII) centra-se no DI, correspondente aos bens tecnológicos e de capital. No capitalismo dependente, ao contrário, a complementação do DI requer financiamento externo. Por outro lado, afirma que é costume associar com insistência a presença de alta tecnologia na periferia com a ausência de absorção de mão de obra, retirando-se daí a *hipótese* de que a *marginalidade* seria funcional para o capitalismo dependente. Contudo, segundo ele, a expansão do capitalismo aqui não dependeria com exclusividade da concorrência entre os trabalhadores, mas também do custo da reprodução da força de trabalho, da taxa de lucro, da concorrência entre os capitalistas, da renovação tecnológica etc., colocando nessa perspectiva os problemas que julga necessário resolver no capitalismo dependente.

Desta maneira, o autor vai diluindo o foco de atenção que Marini centrara sobre a superexploração da força de trabalho, pois arregimenta para sua argumentação um conjunto de componentes próprios à estrutura do capitalismo atual. O foco de atenção se desloca para as condições do capitalismo, seus mecanismos internos, as condições atuais dos departamentos produtivos, a concentração em conglomerados, o financiamento da tecnologia etc. E, embora não negue que aqui se formaram bolsões de miséria, tributa sua existência à *superposição de modos de produção* (subordinados ao capitalismo), refutando que a geração e persistência de miséria sejam intrínsecas ao capitalismo dependente.

Reitera sua discordância com as teses de Marini repetindo que as *características distintivas* do capitalismo dependente em relação ao central, desenvolvido, não podem ser enfeixadas na superexploração da força de trabalho, pois o modo de produção particular que vai se efetivando cria seus trabalhadores, seu “exército de reserva de mão de obra”, e se isso gera problemas de emprego, miséria etc., não impossibilita, entretanto, a expansão capitalista. Trata-se, segundo ele, e antes de mais nada, de problemas históricos, humanos e políticos.

Propõe, por fim, que se faça uma caracterização positiva da transição da fase de agroexportação para a industrial dependente antes de se tecer as críticas. Cardoso esquiva-se, assim, de demonstrar nesse texto a suposta inconsistência das teses de Marini, assentadas na superexploração da força de trabalho, abandonando esse eixo do debate em favor da afirmação das possibilidades e da positividade da expansão capitalista na periferia.

Na última parte de seu livro, *DD*, Marini responde às “Notas...” de FHC com o artigo “Em Torno da Dialética da Dependência”⁴, repondo argumentos tais como a determinação da circulação do capital comercial na subordinação da América Latina na fase colonial, e a continuidade da produção agroexportadora na fase de desenvolvimento industrial dos países centrais, para caracterizar a organização produtiva que aqui vai se instalando como funcional em relação à acumulação de capital externa. Disto resulta, para a acumulação na periferia, um tratamento diferenciado da força de trabalho, que Marini designa sinteticamente, com base em *O Capital*, de Marx, como superexploração da força de trabalho.

A condição para esse tratamento diferenciado mesmo quando se inicia aqui a industrialização sob a forma substitutiva reside, segundo ele, na diferença de padrão de composição orgânica de capital, responsável pela desigualdade nas

⁴ . Rui Mauro MARINI, “Em Torno da Dialética da Dependência”, in *Dialética da Dependência*, México, Ediciones Era, Série Popular Era, 1973.

relações de troca (deterioração dos termos do intercâmbio), na medida em que estas se estabelecem pelo *preço médio*; tais relações forjam uma transferência de valor entre periferia e centro em favor deste último.

A insistência de Marini sobre a diferença na forma de exploração que permanece no Brasil, portanto na superexploração, funda-se na diferença de composição orgânica que se instala aqui e nos países centrais. Com baixa composição orgânica, a acumulação de capital no Brasil encontra como única alternativa a superexploração da força de trabalho, inclusive após a presença da mais-valia relativa. Contrapondo-se a Cardoso, para quem esta última forma exclui as demais, Marini argumenta que as limitações à acumulação de capital na América Latina obrigam a uma associação entre elevação da produtividade e da intensidade do trabalho e superexploração da força de trabalho.

Além disso, na hipótese de Cardoso, a mais-valia relativa revelaria a tendência do capitalismo a ser menos espoliativo em termos humanos, e a solucionar as contradições que lhes são inerentes, especialmente aquela entre acumulação de valor e força de trabalho. Nessa linha de argumento, Marini afirma que compreender o capitalismo dependente significa captar a legalidade específica que rege sua acumulação de capital. Essa especificação se evidencia nos “graus intermediários” pelos quais aquela legalidade se objetiva, isto é, se particulariza sem perder ou romper com a totalidade. Nesse sentido, propõe que se busque explicar como a elevação da produtividade do trabalho acarreta a permanência e acentuação da superexploração da força de trabalho, reafirmando ser este o caráter do capitalismo dependente.

Em resposta a esta reiteração de que o capitalismo dependente, pelo ângulo econômico, se mostra insuficiente tanto no sentido de estruturar-se como capitalismo autônomo - daí a dependência coincidir com a subordinação -, quanto no que concerne à remuneração da força de trabalho - que se vê sujeita a uma

exploração excessiva, para além dos limites da mais-valia absoluta e relativa -, Cardoso, juntamente com J. Serra, volta a contestar suas concepções em um artigo denominado “As Desventuras da Dialética da Dependência”⁵. Este inicia contrapondo-se à idéia de que a presença do capital imperialista promoveria a descapitalização dos países dependentes, entendimento que os autores consideram próprio do pensamento “nacional-desenvolvimentista” e “ortodoxo de esquerda”, cujo suposto seria a superação da dependência pela “revolução democrático-burguesa”. Tomando como mote a crítica a esse pensamento, o texto prossegue lembrando que, desde *EIDEB*, de 1963, Cardoso indicara que a burguesia nacional optara pela ordem, de forma que desse setor jamais emergiria o procedimento revolucionário sugerido pelas tendências acima indicadas.

Desdobrando sua crítica às posições da esquerda sobre a presença do capital externo no Brasil, Cardoso e Serra afirmam que, na década de 60, diante das relações de dominação capitalista externa, emergiu, de vários setores, a noção que polarizava ou a tendência ao socialismo ou à estagnação burguesa. Dentre os pensadores que se filiavam a essa perspectiva, indicam Theotônio dos Santos, Rui Mauro Marini e Hélio Jaguaribe, embora este último tenha sua posição matizada pela possibilidade, que supõe poder se formar, de uma “autonomia desenvolvimentista”, com base na presença da classe média – militares – no poder, no Brasil pós-64.

Os autores destacam como posição diferenciada, e para a qual convergem, a de Raul Prebisch, na Cepal. A preocupação central de Prebisch é explicar por que se estabelece uma relação de intercâmbio desigual entre os países centrais e periféricos. A razão fundamental estaria na capacidade de defesa e sustentação dos padrões salariais existente na ação organizada dos trabalhadores nos países

⁵ Fernando Henrique CARDOSO e José SERRA, “As Desventuras da Dialética da Dependência”, in *Revista Mexicana de Sociologia*, México, nº 40, 1980 – Edição especial.

desenvolvidos, ao contrário do que ocorre nos subdesenvolvidos, onde a força de trabalho não se organiza e se capacita para resistir à compressão salarial. Com isso, Prebisch insere a luta de classe como elemento dinâmico na formação da desigualdade revelada no intercâmbio: na Europa e nos EUA existe luta e resistência operária, enquanto na América Latina, e portanto no Brasil, não há resistência.

Observe-se, contudo, que Cardoso e Serra apoiam-se nessa tese da Cepal, que busca na ausência de resistência operária a raiz da desigualdade entre centro e periferia, mas não oferecem uma explicação objetiva das razões e condições socioeconômicas que fundamentam a ausência de resistência à compressão salarial no Brasil. De qualquer maneira, ao lançar mão do pensamento cepalino os autores se colocam no campo de discussão de Marini, qual seja, o de revelar os fundamentos incontornáveis do atraso brasileiro, incontornáveis por residirem na base econômica sem a qual, segundo ele, é impossível explicar o caráter histórico particular do capitalismo dependente. Ainda que a Cepal, através de Prebisch, não tenha como objetivo discutir no plano proposto por Marini, aflorou um ângulo econômico, o da desigualdade do intercâmbio entre centro e periferia, que serviu de referência aos autores nessa polêmica. Entretanto, além do recurso às teses cepalinas, Cardoso e Serra tomam os próprios argumentos de Marini como objeto de crítica, aceitando o debate, ainda que para contradizê-la, na esfera analítico-explicativa deste.

A fim de construir a crítica à sua concepção de capitalismo dependente, arrolam um conjunto de determinações teóricas desenvolvidas por Marini:

- A determinação da quota (taxa) de mais-valia, não pela produtividade do trabalho, mas pelo grau de exploração da força de trabalho (relação entre tempo necessário e tempo excedente);

- A redução do valor das mercadorias que compõem a cesta básica dos trabalhadores do centro é o instrumento que os capitalistas detêm para aumentar a taxa de mais valia;

- A produção latino-americana cumpre um papel significativo para reduzir o valor da força de trabalho na Europa, favorecendo o aumento da sua mais-valia relativa;

- Ao reduzir o capital variável, a composição orgânica do capital aumenta, diminuindo a taxa de lucro, porém, como a exportação para a Europa se compunha também de bens próprios ao capital constante, isso compensava o aumento da composição orgânica, reduzindo aquela tendência à queda da taxa de lucro.

É nessas determinações, dizem os autores críticos, que Marini fundamenta a necessidade de superexploração da força de trabalho: o incremento da produtividade nos países centrais é maior do que nos países periféricos; como resultado, os preços dos bens importados cresceriam acima do valor, possibilitando uma transferência de valor da periferia para o centro. Assim, enquanto a taxa de lucro no centro tende a aumentar, na periferia, ao contrário, tende a decrescer, forçando, como reação a essa queda e para amenizá-la, um aumento do esforço físico na produção para aumentar a massa de valor. Dessa maneira, sem o aumento da produtividade compatível com o dos países europeus, os capitalistas da periferia lançariam mão de maior exploração da força de trabalho, através, segundo Cardoso e Serra, do aumento da intensidade e prolongamento da jornada de trabalho. Supostamente a superexploração refletiria a combinação destas duas formas. Os autores concluem este apanhado indicando que Marini denominou suas teses de “lógica de ferro” da superexploração do trabalho.

Em sua crítica, Cardoso e Serra negam a superexploração do trabalho na periferia refutando os argumentos econômicos (marxistas) de Marini.

Em primeiro lugar, dizem, se se reduz o capital variável da composição orgânica, aumenta a taxa de lucro, graças à elevação da taxa de mais-valia. Os autores argumentam ainda que o aumento da produtividade do trabalho nos países centrais não se reflete na redução da taxa de lucro na periferia, pois, com a elevação da produtividade cai o custo por unidade produzida e o preço de venda não se eleva, como afirmara Marini. Além disso, os ganhos de produtividade são distribuídos segundo a potencialidade revelada na luta de classes em cada país. Isto enriquece os países centrais e empobrece os periféricos, mas apenas *relativamente* (um em relação ao outro). Daí concluem que não se pode extrair dessas condições uma queda na taxa de lucro na periferia e a inevitabilidade de superexploração do trabalho. Também não é possível concluir, dizem os autores, que a taxa de lucro se reduza na periferia em consequência do intercâmbio desigual, pois a massa de valor aqui produzida não se altera.

Vemos que Cardoso e Serra estabelecem seu posicionamento em face das concepções de Marini destacando sempre as diferenças entre a dinâmica do que ocorre nos países centrais e nos periféricos, mas com tal acentuação que parecem perder-se as conexões inevitáveis que o capital externo estabelece com a periferia. É o caso de seu argumento a respeito da deterioração dos termos de intercâmbio, em que as condições políticas, a luta de classes, substituem os nexos incontornáveis entre diferentes composições orgânicas, a dos países centrais e a dos periféricos; diferença esta que flui do processo de produtividade que se reproduz em radical distinção nas duas realidades concomitantemente. Também com relação à queda da taxa de lucro e à transferência de valor da periferia para o centro os autores descolam-se da base produtiva, argumentando que qualquer um dos casos está condicionado às relações de oferta e demanda no mercado. Afirmam, por fim, que Marini não tomou em consideração. ao apontar aquelas contradições, o que consideram básico: “o jogo político que faz mover numa ou noutra direção os

parâmetros econômicos dentro dos quais se desenvolve a luta de classes” (DDD, p. 52); porém, não fica esclarecido de que maneira o “jogo político” move e altera as contradições indicadas por Marini. Além disso, afirmam que os capitalistas não estão interessados na mais-valia, e sim no lucro, na taxa de lucro, de modo que, independentemente da redução ou não do valor da força de trabalho, eles buscam aumentar aquela taxa por meio da redução do capital constante promovida pela elevação da produtividade na produção em geral. Com este argumento, os autores supõem ter posto abaixo a tese da superexploração do trabalho, e passam a apontar as soluções possíveis para o aumento da taxa de lucro na América Latina sem que aquela seja necessária. Afirmam que os capitalistas poderiam ampliar a mais-valia elevando a produtividade nas fábricas que vendem bens à agricultura, mantendo seus preços e financiando aos agricultores a compra da massa de bens ampliada com a produtividade. O circuito assim criado se completaria com o barateamento dos bens-salários, dada a redução do valor destes que a agricultura conseguisse (pela sua produtividade). Com esse raciocínio os autores afirmam que a desvalorização dos bens-salários é tão significativa quanto a do capital constante. Assim, mesmo que os trabalhadores não consumissem bens industrializados, a redução do capital constante necessário à produção de bens-salários afetaria positivamente a taxa de lucro.

Os autores finalizam suas críticas afirmando, em tom conciliador, que não é estranho à realidade brasileira o arrocho salarial; este, contudo, não se deveria a qualquer “lógica econômica”, como procurou mostrar Marini, mas sim às políticas repressivas e, em particular, às estabelecidas após o golpe militar. De maneira que, para eles, o fundamental é mostrar que as alternativas possíveis para a condução de outro tipo de política salarial dependem das relações internas entre as classes; de forma alguma se teria posto no Brasil uma tendência estagnante no setor de bens de consumo não duráveis. As restrições aos aumentos salariais de

determinada faixa de trabalhadores se devem ao fato de que a industrialização aqui centralizou-se na produção de bens de consumo duráveis, em sintonia com o caráter subdesenvolvido do capitalismo dependente.

Observemos, por fim, que o objetivo maior de Cardoso e Serra nessa polêmica, explicitado em todo o artigo crítico, é o de descaracterizar o fundamento econômico da superexploração do trabalho, bem como de todas as atividades políticas, posição defendida por Marini. Convertem determinações econômicas fundamentais em meros componentes de “jogos políticos”, explicitando, assim, o sentido e peso de seu intento teórico-ideológico nos marcos dessa polêmica.

No texto que vimos comentando, os autores não pouparam sarcasmo em suas várias referências a Marini, como por exemplo: “Marini, *en bon marxisme*, procurou fazer a revolução copernicana”, ou “se Marini tivesse aproveitado bem os textos cepalinos”, ou “Marini propôs uma bizarra teoria do intercâmbio desigual”, ou “confunde alhos com bugalhos”, ou “Assim, ao contrário do Senhor que fez das trevas luz, Marini /.../ fez do que era claro escuridão” etc. Poderíamos reproduzir uma quantidade imensa de formulações desse gênero, mas esses exemplos são suficientes para indicar os motivos das observações de Marini logo no início de “As Razões do Neodesenvolvimentismo”⁶. Marini assinala a postura teórica de Cardoso e Serra nos seguintes termos: “As Desventuras em seu conjunto constitui um texto desalinhado e truculento, que deforma quase sempre minhas análises para poder criticá-las, manipula os dados que utiliza (ou não utiliza) e que brilha pela falta de rigor, pela torpeza e inclusive pelo descuido no manejo dos fatos e conceitos” (RND, p. 168).

Referindo-se mais diretamente às críticas de Cardoso e Serra, Marini diz que foi injustamente tratado por “estagnacionista” quando ele apontava a existência de

⁶ Rui Mauro MARINI, “As Razões do Neodesenvolvimentismo (Resposta a Fernando Henrique Cardoso e José Serra)”, in *Revista Mexicana de Sociologia*, nº 40, 1980 – edição especial.

um processo de crise no início dos anos 60. Alega que houve falta de honestidade (teórica) em *DDD*, pois não foram consideradas suas críticas ao *projeto nacionalista e pequeno-burguês* daquele período, bem como sua indicação de que estava se realizando aqui um *desenvolvimento monstruoso*, de forma que em momento algum se justifica a pecha de estagnacionista. Ao contrário, o estagnacionismo tem origem na própria Cepal (Celso Furtado, Aníbal Pinto, por exemplo) e propõe que se desacelere o projeto modernizador que foi instalado com o golpe de 64, procurando resgatar, ao lado do Partido Comunista, a perspectiva de capitalismo autônomo.

Com isto, Marini quer mostrar que o período ao qual se remetem Cardoso e Serra é um período de crise do pensamento de esquerda, crise que perpassou o pensamento cepalino, e que tanto os autores mencionados quanto A. G. Frank se opuseram ao populismo de Goulart, que desembocou no golpe de 64, mas também ao capitalismo autônomo proposto pela Cepal, fazendo emergir daí as teses sobre o capitalismo dependente.

Em seguida, Marini repõe os temas que dominaram a polêmica - intercâmbio desigual e superexploração da força de trabalho -, para confirmar sua posição inicial, de que a produção brasileira destinou-se a compor tanto o capital variável quanto o constante nos países centrais, exatamente para reduzir seu valor. Esse processo diferenciou as composições de capital no centro e na periferia, provocando a transferência de valor desta última para o primeiro. Contudo, a superexploração do trabalho não deriva desse intercâmbio desigual, como quiseram imputar às suas afirmações, mas da febre do lucro no cotidiano capitalista, ainda que o intercâmbio possa tê-la estimulado. Posta em marcha, a superexploração favorece um desenvolvimento capitalista perverso que não se altera com o avanço tecnológico.

Ainda sobre o intercâmbio desigual, Marini aborda o argumento de Cardoso e Serra de que a transferência de valor para os países centrais não pode ser aquilatada, pois não há mobilidade da força de trabalho, o que prejudicaria o estabelecimento do conceito de “tempo de trabalho socialmente necessário”. Marini argumenta que tempo de trabalho socialmente necessário não é determinado na circulação e sim no processo produtivo em que ocorre o desenvolvimento das forças produtivas. A circulação, diz ele, compara os tempos de trabalho, os valores das mercadorias, por meio de seus preços. Além disso, se houvesse mobilidade da força de trabalho, seria a sua inserção no processo de produção que definiria o tempo de trabalho, sem que se alterasse o curso da circulação. Marini insinua que Cardoso e Serra não dominam teoricamente as relações entre valor e preço, e alude às críticas que sofreu dizendo que o insucesso delas reside na confusão estabelecida por eles entre valor e preço, bem como entre taxa de lucro e taxa de mais-valia.

O autor destaca outro argumento de “As Desventuras...” para indicar sua insuficiência teórica: mostra que, ao compararem as condições de vida na Argentina e no Uruguai para afirmar que eram, até certo ponto, piores do que as do Brasil, não consideraram que condições péssimas de vida resultam na realidade da superexploração da força de trabalho, ou no mínimo a revelam.

Buscando fundamentar seus argumentos em Marx, Marini aponta como razão da desigualdade do intercâmbio o desenvolvimento desigual e combinado da base produtiva das diferentes realidades (centro e periferia). No caso latino-americano, o predomínio da produção agrária, e nos países centrais o avanço industrial, fornecem os elementos que determinam o diferencial de produtividade. Com Marx, o autor reafirma que, no mercado mundial, o trabalho nacional mais produtivo é considerado o mais intensivo, e a jornada mais intensiva de uma nação traduz-se em expressão monetária mais alta que as jornadas menos intensivas de outros países. Além disso, não tendo concorrência (em termos de produtividade), os

preços mantêm-se acima do valor. Por isso a relação entre economias avançadas e dependentes se expressa em um intercâmbio desigual; os desníveis tecnológicos, as intensidades distintas ou as diferentes composições de capital constituem a base produtiva responsável pela desigualdade no intercâmbio.

Procurando diferenciar sua abordagem analítica da interpretação que fazem dela seus críticos, Marini demonstra que, para eles, a efetivação do processo de acumulação com base na mais-valia relativa significa que o capitalismo (mesmo o dependente) atingiu o padrão ou modelo puro, a partir do qual converte-se em capitalismo menos explorador, tendendo a solucionar indefinidamente suas contradições. Além disso, o dinamismo suposto por Cardoso e Serra diz respeito ao mercado interno dos países (obviamente também dos dependentes). Os países periféricos contam com o estado como demandador, o que lhes facilitaria alcançar o modelo puro. E, por fim, a exploração da força de trabalho que ainda resta, fora dos moldes, fora do padrão, não seria obstáculo para a continuidade do desenvolvimento.

Para Marini, entretanto, a questão é outra: o desenvolvimento que aqui se efetiva implica na reprodução da dependência, e por isso na manutenção da superexploração do trabalho, que se reproduz como condição para o próprio desenvolvimento. Este se define, pois, por padrões produtivos incapazes de solucionar a superexploração, ao contrário, nutre-se desta.

Para exemplificar sua posição, Marini afirma que, até 1964, portanto antes do golpe militar, o estado ainda atendia, através do déficit público, tanto a burguesia agrária quanto a industrial nacionais, favorecendo a pequena burguesia e, de forma limitada, também os operários. Mas a ditadura rompe com esse procedimento, estreitando compromissos entre o capital externo e o interno, e estabelecendo uma clivagem discriminatória nas subvenções fornecidas anteriormente. Nesse sentido, o estado ditatorial torna-se seletivo, passando a jogar a favor das frações

monopolistas hegemônicas e, ao mesmo tempo, converte-se em promotor de demandas. Esse procedimento não elimina, ao contrário, estimula as exportações necessárias para sustentar as importações, e, quando as exportações são estimuladas nos países dependentes, dados os nexos de compromisso a que têm de atender, recrudesce a reprodução da dependência, ao invés da criação de meios e mecanismos de sua superação. A economia dependente, ao intensificar as relações externas, torna-se mais dependente, pois importa mais mercadorias em geral e tecnologia em particular; por essa razão, o constante incremento interno, o desenvolvimento sob a forma subimperialista, como trata Marini, não favorece, e sim deprime as condições gerais de vida e emprego da força de trabalho. Como esteio de seus argumentos, Marini destaca que, em países de desenvolvimento recente, a implantação da maquinaria incide sobre uma força de trabalho que já se remunera abaixo de seu valor, logo esse processo não se coloca na direção de melhorar sua condição de vida. Remetendo a Marx, o autor lembra que “a aplicação da maquinaria depende da diferença entre o preço desta e o preço da força de trabalho que deve suprir”. A ditadura militar tornou definitiva a superexploração do trabalho, pois incrementou um conjunto de meios para o achatamento salarial, como a desregulamentação da estabilidade do trabalho e sua substituição pelo FGTS, proporcionando a rotatividade necessária que viabilizou manter os salários abaixo de seu real valor. Por fim, Marini assinala que os operários devem centrar sua luta contra os meios que reproduzem o achatamento salarial e na busca do estabelecimento de seu real valor.

Como vimos, a polêmica com Marini foi desencadeada pela crítica de Cardoso a seu trabalho *Dialética da Dependência*, resultando no longo debate explicitado nos textos acima afluídos.

Com Francisco Weffort, o percurso é bem diferente. A polêmica é provocada por seu questionamento da consistência teórica da teoria da dependência através da comunicação apresentada no 2º *Seminário Latino-Americano para o Desenvolvimento*, ocorrido em novembro de 1970 em Santiago do Chile, promovido pela Flacso (Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales).

Segundo Weffort, a concepção de dependência difundiu-se na América Latina como instrumento de explicação dessa realidade, substituindo as noções de desenvolvimento e subdesenvolvimento com vantagens sobre estas, pois evidenciou o ordenamento interno destes países, jogando um fecho de luz sobre sua particularidade em relação aos imperialistas. Sua importância reside, portanto, no fato de destacar, e tomar em consideração em suas análises das relações centro-periferia, a constituição político-econômica dos dependentes.

Contudo, Weffort questiona uma certa ambigüidade na definição do objeto da “teoria da dependência”, como se patenteia no próprio título da comunicação⁷ citada: trata-se de uma teoria perspectivada a partir das classes sociais, tendo portanto nas relações de produção seu núcleo determinante, ou de uma teoria que procura explicar a realidade latino-americana do ângulo da nação, portanto construindo uma ideologia nacional? Weffort justifica seu questionamento apontando a incongruência de uma abordagem teórica que põe em conjunto classes e nação, pois, segundo ele, uma teoria de classe não necessita da premissa nacional para explicar o desenvolvimento capitalista. Além disso, a concepção de dependência tem variado segundo a maneira como se combinam o conceito de

⁷ Francisco WEFFORT, “Notas sobre a ‘Teoria da Dependência’: Teoria de Classe ou Ideologia Nacional”, mimeo, acervo Cebrap.

nação aos de classe e de relações de produção. Muito embora Weffort busque articular sua discussão com um conjunto de autores que adotam o conceito de dependência em suas análises, destacaremos o caso de Fernando H. Cardoso em *DDAL*, em função dos contornos de nosso trabalho.

Weffort considera que, diante da bifurcação teórica *relações internas* e *relações externas*, os estudiosos em geral buscaram explicar essa dualidade com conceitos relativamente formais: *dependência externa* refletindo a nação e *dependência estrutural* as relações interno/externa. Diferentemente, Cardoso e Falletto pensam a dependência como momento de vinculação e funcionamento de dois sistemas, o político e o econômico.

Destaca enfaticamente o autor que os estudiosos, em geral, posicionam-se criticamente em face da dependência externa – isto é, tomam-na como inadequada aos países latino-americanos -, mas articulam suas análises incorporando essa dependência. Tal incorporação não se faz acompanhada de indicações para possível superação. Por outro lado, a realidade nacional é posta em relevo, mas ora submetida às relações de classe e de produção internas, ora, ao contrário, a nação é tomada como premissa. Desse modo, as relações internas e externas são arbitrariamente posicionadas segundo a conveniência teórica dos analistas.

Não é este, contudo, o procedimento de Cardoso e Falletto em *DDAL*. Estes, segundo Weffort, procuram atingir concomitantemente as relações internas e externas, expondo a ambas com um argumento bem elaborado, fundado na premissa de que, mesmo com a determinação externa, a constituição da nação implica nas condições das classes sociais, e é através das relações entre elas que a determinação externa ganha uma fisionomia própria; de sorte que, para FHC e Falletto, essa relação ambígua não pode ser cindida no trato teórico.

Porém, para Weffort, permanece na concepção dos autores de *DDAL* a contradição entre *nação* e *mercado externo*, que ele põe em questão. Refere-se ao

caso argentino para defender a idéia de que lá a hegemonia interna constitui naturalmente uma autonomia política, de poder, que resultou na integração econômica, ofuscando a contradição entre determinação interna e externa. Ele procura destacar também outro ângulo dessa mesma problemática, que é a separação operada teoricamente entre economia e política, cuja expressão mais acentuada encontra-se exposta em *DDAL*, segundo o qual o caráter dependente dos países latino-americanos é forjado pela constituição politicamente independente da nação, sem que esta conte com autonomia econômica, daí sua dependência nesse pólo. Sendo assim, diz Weffort, a teoria da dependência perde a possibilidade de se pôr como análise totalizante.

De outro lado, o autor afirma que a teoria da dependência procura refutar as transplantações de modelos, sejam os europeus seja o norte-americano, criticando por esse caminho a perspectiva teórica de natureza dualista. No entanto, considera que o que entende por modelo clássico de desenvolvimento capitalista continua como referência na teoria da dependência. Segundo ele, esse modelo emerge na produção teórica de Marx, quando este aborda o atraso do estado alemão em relação, por exemplo, à Inglaterra. Weffort afirma que, a partir desta comparação, Marx teria construído um modelo para designar os países desenvolvidos como espelho para os não desenvolvidos, aproximando, com isso, os autores de *DDAL* daquela que ele supõe ser a postura teórica marxiana.

Tomando como referência Barrington Moore, apresenta algumas peculiaridades daquele suposto modelo clássico de transição do feudalismo para o capitalismo, afirmando que as categorias modelares de ditadura e democracia, ou de burguesia e aristocracia, ou ainda de camponês e operário, nunca existiram como tais, e a chamada revolução democrático-burguesa encontra-se na verdade mais ligada às revoluções francesa e inglesa, que, por obviedade, não podem servir como modelo.

De maneira que, supondo serem essas as referências de Cardoso e Falletto, o autor considera óbvio que o fundamento da teoria da dependência seja o capitalismo nacional. Sobre a base desses pressupostos, e aproveitando a fórmula de “internacionalização do mercado interno”, exposta em *DDAL*, Weffort indaga sobre a possibilidade de o caráter nacional dos países latino-americanos ser dispensável nas análises da dependência, argumentado que, se nos casos retardatários, como a Alemanha e o Japão, houve renúncia da democracia, então, nos países ainda mais atrasados, como os latino-americanos, poderia ser possível a renúncia de sua forma nacional.

Observe-se que, em *EIDEB*, Cardoso apresenta por vários ângulos analíticos a impossibilidade de revolução burguesa no Brasil, justamente apoiado na fragilidade da burguesia nacional, dada a concatenação de fenômenos que historicamente aqui se objetivaram, em radical distinção com a história da burguesia européia. Porém, em *DDAL*, redigido após o golpe ditatorial de 64, Cardoso e Falletto apontam o caráter corporativo dos militares, do qual deriva a posição nacionalista e não internacionalista daqueles. Com isso, ao que nos parece, Cardoso vislumbra a possibilidade nacionalista, diferentemente de Weffort, mas na condição de se ter um estado capaz de objetivar as tarefas burguesas (não realizadas por essa classe), como esse que se pôs com a ditadura militar, ressalvado obviamente seu perfil político restringido.

Por fim, Weffort procura articular seus argumentos em conjunto com autores que utilizam a teoria do imperialismo para analisar a realidade dos países dependentes. Em André Gunder Frank, identifica a posição de acordo com a qual a emersão do capitalismo na periferia entrara em franco declínio e, portanto, em falência. Ele questiona essa posição como possibilidade geral para toda a América Latina, sem deixar pista para a compreensão de se sua posição corresponde à realidade ou não.

Em seguida, cita Paul Baran, destacando sua relativa proximidade com Gunder Frank. Segundo Weffort, Baran insiste em que o imperialismo promove uma subordinação dos países dependentes com vistas à extração sempre mais acentuada de excedentes. Esta posição é questionada pelo autor, que se pergunta se tal extração de excedente poderia ter sido gerada sem a presença do imperialismo. Citando a análise de Lenin, enfatiza que o revolucionário russo teria acentuado que a dinâmica dos países imperialistas gera uma estagnação nos dependentes, sem, entretanto, ter analisado as condições particulares destes últimos. O imperialismo é definido como fase particular do desenvolvimento capitalista, enquanto dinâmica real e constatável historicamente. A teoria do imperialismo teria sido construída, segundo Weffort, com vistas a explicar a inevitabilidade da guerra mundial e a formação da aristocracia operária.

Observe-se que, para o autor, a teoria da dependência frustrou a expectativa que ela própria criou - ser uma explicação suficiente do pólo periférico da relação imperialista -, expectativa que tampouco fora satisfeita pela teoria do imperialismo. De maneira que a presença crítica de Weffort nesse plano da discussão teórica resulta na invalidação parcial das teorias da dependência e do imperialismo na elucidação das questões próprias à periferia do sistema capitalista. No caso da teoria da dependência, Weffort procurou definir sua fragilidade quanto à perspectiva que a norteia: nação ou classe social.

Diante dessas indagações e críticas dirigidas à teoria da dependência em geral e à posição de Falletto e Cardoso em particular, este busca responder rebatendo o que julga necessário e repondo sua própria concepção sobre o tema. A questão central já está posta no título do artigo de Cardoso⁸, no qual afirma que suas análises não são necessariamente o construto de uma teoria, mas “análises concretas” de “situações de dependência”.

Admitindo que Weffort tem razão ao negar caráter totalizante à teoria da dependência, Cardoso afirma que sempre a entendeu como a expressão política, na periferia, do modo de produção capitalista quando é levado à expansão internacional. Porém, a crítica de que ora a dependência se refere às classes ora à nação é respondida nos seguintes termos: as situações de dependência incluem contradições específicas entre o estado nacional e o imperialismo e entre os interesses locais das classes dominantes e sua tendência internacionalizante; por essa razão, a contradição externa só pode expressar-se internamente na constituição política dos interesses das classes.

Observe-se que Cardoso procura indicar que o conceito de dependência é construído com base nas contradições reais que derivam da expansão do capitalismo no plano internacional. Porém trata-se, como ele diz em seu artigo de resposta a Weffort, do acompanhamento teórico e concreção analítica das alterações externas que afetam no *plano político* a realidade nacional; por exemplo: o governo Vargas e o nacionalismo, o governo JK e o internacionalismo etc. Desta forma, o conceito de dependência é construído como reagente, ou seja, explica-se pelo de imperialismo e não o contrário; a expansão imperialista precede a dependência, logo toda elaboração da dependência supõe o imperialismo.

Cardoso, embora concordando que a análise perspectivada pela *classe* e aquela angulada pela *nação* sejam diferenciadas, pois seu estatuto teórico é desigual, insiste em que a contradição entre classes *passa* pela contradição nacional entre estado-nação e imperialismo. Afirma também que a teoria da dependência foi bem-sucedida em suas abordagens particularizantes; por exemplo: as situações de enclave, controle nacional do sistema produtivo, capitalismo competitivo, internacionalização do mercado interno etc.

⁸. Fernando H. CARDOSO, “‘Teoria da Dependência’ ou Análises Concretas de Situações de Dependência?”

Respondendo às críticas de Weffort à utilização do modelo clássico como referência para a construção do conceito de dependência, Cardoso repõe o pensamento de Marx, para afirmar que este não se tornou nem foi tomado como um paradigma ou um modelo, ao contrário. Entende que a reflexão teórica de Marx assentou-se na livre concorrência, na Inglaterra, pois naquele período não contava com a estrutura monopolista, com o imperialismo. As análises atuais, no entanto, não podem se furtar à consideração destes e, por decorrência, da dependência. De forma que aquela crítica não poderia se sustentar. Por outro lado, explica que sua concepção sobre a burguesia nacional não a põe em pé de igualdade com as burguesias originárias, e que seu caráter internacionalizante foi claramente explicitado. O foco de sua análise, diz Cardoso, foi a acumulação de capital na periferia quando esta se industrializa - o capitalismo dependente -, daí que qualquer referência a modelos seria, no mínimo, uma impropriedade teórica; além disso, enfatiza, não pode existir teoria da dependência sem teoria do imperialismo. O autor quer indicar, assim, que a teoria da dependência aprofundou os termos analíticos da teoria do imperialismo, caminhando para uma maior concreção e desenvolvimento desta última. A esse respeito, Cardoso considera que o tratamento dado por Weffort ao pensamento leniniano foi, no mínimo, incompleto, pois Lenin não elaborara teoricamente apenas a inevitabilidade da guerra e a formação de uma aristocracia operária, mas, além disso e mais importante, o novo papel do recém-surgido capital financeiro, e a repartição do mundo entre as grandes potências. Lenin indicara a necessidade de analisar os países dependentes ao demonstrar a interferência do imperialismo nestes, alterando o percurso posto pelo ordenamento colonial. Nessa direção, as análises sobre a dependência teriam avançado em relação às teses leninianas, possibilitando entender a formação de uma burguesia exportadora, a constituição do estado nacional periférico, a situação de enclave, a

internacionalização do mercado interno ou industrialização da periferia, e o novo caráter da dependência.

Num ensaio datado de 1972, Quartim⁹ intervém na polêmica entre Cardoso e Weffort, procurando mostrar que, enquanto o primeiro defende-se apoiado na noção de “situação concreta de dependência”, o segundo o critica a partir de uma posição abstrata; embora aceite a justificativa de Cardoso nessa polêmica, aponta a relação estabelecida por ele entre dependência e imperialismo como pouco satisfatória. Quartim refere-se especificamente à afirmação de Cardoso de que a dependência é uma expressão política das relações externas (imperialismo) na periferia - afastando, com isso, as análises sobre a dependência de um pretenso caráter totalizante -, embora sejam abundantes em *DDAL* noções como “sistema econômico dependente” etc., que contrariam aquela declaração.

Uma vez que Quartim se vale do ensaio *DDAL*, além dos textos constitutivos da polêmica, é necessário atentar para o fato de que, naquela obra, Cardoso e Falletto abordam o plano econômico em vários momentos, mas sempre a partir de uma perspectiva política, a partir das correlações de forças, pois, segundo eles, é através destas que a economia ganha sentido e significado, pois é por elas que “passam os influxos meramente econômicos”. Nesse sentido, em nosso entendimento, Quartim se equivoca ao ver em noções como “situação econômica de dependência” uma contraposição àquela declaração de Cardoso, que explicita corretamente sua posição ao responder a Weffort. Contudo, não será esse o centro da atenção e análise crítica a que Quartim se dedica em seu ensaio.

Ele questiona a resposta de Cardoso a Weffort, em que considera a dependência um conceito e não uma teoria, trata-a como um “tipo específico causal

⁹. João Quartim de MORAES, “El ‘Status’ Teorico de la Noción de Dependencia”, in *Dependencia y Estructura de Clase en America Latina*, Buenos Aires/Argentina, Ediciones Megalópolis, Asociacion Editorial La Aurora, 1975.

significante”, para diferenciar do “tipo mecânico causal”, bem como utiliza a fórmula “noção de dependência”, de maneira que, diz Quartim, desponha um conjunto formal de expressões que não permitem a definição adequada que um corpo teórico exige. De outro lado, aponta em Weffort um certo dogmatismo (de esquerda por assim dizer, afirma ele) ao invocar uma “teoria de classe” como referência para criticar a concepção de Cardoso sobre dependência como simples desvio nacionalista, ao mesmo tempo em que indica que este último, ao responder a Weffort afirmando que “a época histórica que vivemos é outra em relação à de Lenin”, não está contribuindo em nada para o esclarecimento das questões postas pela polêmica.

Quartim considera que o posicionamento de Weffort, criticando a teoria da dependência por se enquadrar nos marcos do estado-nação, e defendendo uma “teoria de classe”, é redutor, pois a análise do capitalismo na periferia implica as questões nacionais, como também o estado, a economia política como a instalação industrial pela burguesia local etc.

Posicionando-se sobre a dependência, o autor afirma que esta trata do pólo dominado da relação entre países imperialistas e dependentes (como diz o próprio termo). De forma que as análises que põem em relevo o pólo dominado, dependente, fundam-se numa “opção teórica”. Esclarecendo sua posição, Quartim afirma que a “teoria da dependência” constitui a “outra cara” da teoria do imperialismo, daí que a abordagem do ângulo dos dominados é de escolha do analista, como é o caso específico de Cardoso e Falletto.

Destaca a teoria do imperialismo de Lenin, para afirmar que a teoria da dependência não se põe como “um outro ponto de vista” em relação a ela; o estado dependente é apenas uma forma distinta da organização colonial ou semicolonial; mais especificamente, considera que, na relação centro-periferia (metrópole imperialista – colônia), o estado dependente é uma *forma intermediária* entre os

países imperialistas e os coloniais e semicoloniais. Segundo Quartim, essa posição parece ajustar-se à de Lenin e revela aquela dualidade dependência econômica e independência político-jurídica. Essa categoria “intermediária” não é utilizada por Cardoso, que fala apenas em “dependência colonial” e “dependência não colonial”. A partir daí, este não mais atribui à noção de dependência aquela relação bipolar com o imperialismo, e toma outro caminho analítico: a “formulação de um novo método”, cujo objetivo seria conceber “a dinâmica interna dos países dependentes” como um aspecto particular da dinâmica mais geral do mundo capitalista.

Ao que tudo indica, Quartim está identificando na teoria de Cardoso a acentuação de um pólo particular da relação dependência/imperialismo, e uma redução do que ele trata por “unidade dialética”, isto é, uma desconsideração de que os pólos desta relação não se colocam autonomamente, ou seja, as particularidades dos países dependentes não se encontram de forma abstrata a ponto de permitir a construção analítica de um pólo e muito menos tratar esse procedimento como novo método. Após indicar que o posicionamento de Cardoso é insuficiente para o objetivo a que se destina, Quartim contrapõe a análise daquele às teses leninianas sobre o imperialismo, em conjunto com sua própria concepção, explicitada nos seguintes termos: “Inferimos, como conclusão positiva, que o sentido que se pode atribuir ao conceito /.../ de dependência, não é outro que o do conhecimento de um objeto específico (as formas intermediárias de estado juridicamente independentes, porém ‘financeira e diplomaticamente dependentes’, segundo a fórmula de Lenin), que é em si mesmo um ‘sistema parcial (um sub-sistema) de outro maior (o sistema capitalista internacional), que o determina *em última instância*, sem que por isto o faça completamente” (*op. cit.*, p. 10).

De maneira que Quartim centra sua participação na polêmica naquilo que supõe ser a correta expressão da dependência dos países subordinados ao imperialismo, que é o caráter *intermediário*, definido por Lenin, entre os países

coloniais e os imperialistas. Propõe também estabelecer, com base na sua posição sobre a dependência, uma periodização desta, na qual a análise de Cardoso vai sendo confrontada, assimilada ou criticada segundo seu balizamento teórico. Nesse sentido, situa o processo histórico da dependência no contexto do desenvolvimento internacional do capitalismo, como “síntese” dos “fatores externos” e “fatores internos”. Quartim aceita a proposição de Cardoso e Falletto, segundo a qual a quebra com o pacto colonial se tornou possível com a independência jurídica, que resultou na ruptura da plena dominação do comércio externo. É nesse momento que se institui o caráter fundante da dependência que dicotomiza política e economia, segundo os autores criticamente analisados por Quartim. Este aceita a asserção, exposta em *DDAL*, de que naquele momento forja-se uma independência jurídica e uma dependência econômica, mas observa que essa combinação reflete-se na política, revelando a contradição real: a economia externa determina a política interna. Porém, com a constituição interna da política, com a ruptura do pacto, essa determinação não se traduz mais por dominação direta. Quartim procura destacar a importância do caráter nacional perguntando se é possível estudar o capitalismo na América Latina sem abordar os estados nacionais, as políticas econômicas postas pelas burguesias locais, deixando com isto uma rápida crítica à afirmação de Weffort de que “uma teoria de classe não necessita da premissa nacional para explicar o que diz respeito ao desenvolvimento capitalista”. A Cardoso sua crítica sobre essa questão é outra; considera que este privilegia os fatores internos na apreensão das “situações concretas de dependência”, pois não a concebe como fenômeno histórico concreto definido pelo desenvolvimento do mercado mundial capitalista. Embora tendo esse fenômeno da expansão como referência, a “prática teórica” de Cardoso transformaria a dependência em “idéia pura”.

Observe-se, entretanto, que Cardoso, em *DDAL* e outros textos, supõe a superação da dependência através das articulações políticas, dos “jogos de poder”,

como tanto insiste em suas formulações; ou seja, para ele os limites econômicos (tecnológicos e financeiros) da dependência permanecem, pois embora não veja a possibilidade de autonomia econômica, considera possível a autonomia política, capaz até de superar nesse plano a dependência, pois o caráter internacionalizante das classes dominantes internas as move na direção do associacionismo, comprometendo o campo econômico com as possibilidades e articulações políticas. Esta posição diz respeito ao período inicial da indústria como novo setor de objetivação econômica. Quartim não se demarca de Cardoso nesse caminho analítico, pois assimila a diferenciação dos processos de *enclave* e *controle nacional do sistema produtivo*, tal como exposta em *DDAL*, como base de diferenciação nacional para implantação da indústria. Porém destaca o papel do estado como condição essencial desse processo: segundo ele, convergem para o estado as lutas que opunham as posições mais democráticas e de desenvolvimento nacional, e as de tendência à concentração monopolista. Somente o estado encontrava-se em condição econômica de enfrentar a competição no mercado externo. A crise de 1929 permitiu (no entre-guerras e retrocesso dos laços de dependência) a criação espontânea e o desenvolvimento de uma indústria nacional. Mas, por se tratar de indústria de bens de consumo, por “substituição de importações”, acabou repondo num plano superior o caráter dependente, pois passou a *depend*er dos bens de capital externos.

Observe-se que Quartim acentua a presença do estado como pressuposto desse processo, enquanto Cardoso e Falletto procuram mostrar as “correlações de forças” entre as classes como a condição para que a industrialização se inclinasse para esta ou aquela direção (nacional ou dependente) e fosse cancelada pelo estado. Quando se refere ao setor de produção de bens de capital, Quartim exemplifica: “ou bem o setor do estado se dedicava a criar e/ou a consolidar a indústria de bens de produção, ou bem as grandes empresas estrangeiras se

encarregariam disto” (*op. cit.*, p. 14), para indicar o potencial de desenvolvimento industrial sob controle nacional.

Por outro lado, Quartim contesta Cardoso quando este afirma que o nosso período político-econômico é diferenciado em relação àquele em que se desenvolvia o imperialismo na época de Lenin, para dizer que a nova realidade merece novo método e novo percurso analítico. Quartim lista um conjunto de determinações do capital imperialista ainda presentes: 1) concentração e produção do capital em grau elevado de desenvolvimento; 2) fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, sobre essa base, do capital financeiro e de uma oligarquia financeira; 3) formação de uniões internacionais monopolistas que repartem entre si os mercados mundiais. É óbvio que poderia ter ampliado essa lista em muitíssimos pontos, mas para a sua finalidade pareceu suficiente ao autor, que afirma serem características mais que conhecidas e adequadas para que se possa, segundo ele, definir o imperialismo ainda hoje.

Para Quartim, o que é tratado por novo momento do imperialismo ou por integração imperialista, se examinado pelo ângulo das inversões (no setor de transformação latino-americano), revela uma ampliação no seu valor, mas revela também um refluxo do capital aos países de origem, com base nos excedentes criados em outros setores dos países dependentes. Observa também que as inversões não são homogêneas na América Latina, aprofundando sua diferenciação. A instalação do setor de bens de produção ficou a cargo (em seu início penoso) dos próprios estados nacionais; somente após essa etapa (implantação da indústria pesada de base) é que as inversões externas em bens de produção começam a se fazer. Estas afluem para os setores mais rentáveis, ao lado de provocar uma desnacionalização, seja porque a burguesia local não se interessa por esses empreendimentos, ou então porque o próprio estado renuncia “imperdoavelmente” a levá-los à frente.

Quanto à “internacionalização do mercado externo” (expressão utilizada por Cardoso e outros), trata-se no fundamental da internacionalização do aparato produtivo dos países capitalistas dependentes, e internacionalizar significava renunciar ao protecionismo através da quebra das barreiras aduaneiras etc. Mas essa operação só pode ser levada a cabo com a formação de um “capitalismo monopolista de estado”, capaz de integrar na vida privada condições de reprodução do capital na estatura requerida pelos monopólios imperialistas. Quartim reafirma que essas operações só poderiam ser levadas a cabo em alguns países dependentes, os mais avançados (“intermediários”, como já indicara). Estes se diferenciam dos imperialistas de “segunda classe” (Espanha, Benelux, Suíça etc.). Os países dependentes no padrão indicado por Quartim, que se integram ao imperialismo, se internacionalizam de maneira tal que atenuam suas diferenças em relação aos países metropolitanos de “segunda classe” citados. Trata-se, como diz o autor, de “fenômeno que paradoxalmente melhora /.../ as condições de negociação do país dependente” (em particular o Brasil), uma vez que, dadas as associações entre os empreendimentos nacionais/estatais e privados, desenvolve-se um potencial de articulação político-econômica entre seus sócios.

Neste ponto, parece-nos que não é outra a posição de Cardoso, que, mesmo previamente a *DDAL*, em especial em *EIDEB*, já apontava a associação como forma particular de desenvolvimento brasileiro, acentuada no governo de JK e aprofundada no período da ditadura militar, análise esta que ele desenvolve em *DDAL*.

Em artigo em que busca fazer uma espécie de história intelectual do conceito de dependência¹⁰, Cardoso esboça, muito rapidamente, alguns comentários sobre a análise de Quartim: “Para poupar esforços, reproduzo, endossando, o que foi

¹⁰ . Fernando Henrique CARDOSO, “Notas Sobre o Estado Atual dos Estudos Sobre Dependência”, in José SERRA (coord.), *América Latina – Ensaio de Interpretação Econômica*, RJ, Paz e Terra, 1976.

escrito com intenção crítica por outrem sobre a dependência como uma forma de articulação entre fatores externos e internos: ‘Na medida em que também nós reclamamos uma concepção dialética e materialista da dependência, é preciso concebê-la como uma unidade dialética dos determinantes gerais do modo de produção capitalista e das determinações específicas de cada uma das sociedades dependentes, e, portanto, como síntese dos ‘fatores externos’ e dos ‘fatores internos’”¹¹.

Cardoso mostra receptividade às posições de Quartim por considerar que, em seu artigo crítico, foram formuladas questões plenamente identificadas às de *DDAL*: “Até esta altura, a caracterização metodológica acima é quase *ipsis literis* a contida em *D y D*. Entretanto Quartim de Moraes ajunta que é necessário colocar a questão da *gênese* da dependência e de sua periodização. Concorro com ambos aspectos [...], bem como com a qualificação sobre as condições em que se deve estudar esta periodização: que ‘se examine a periodização das ‘economias dependentes’ como sendo complexamente determinadas: quer dizer determinadas em primeira instância pela luta de classe e o desenvolvimento do capitalismo no interior de cada uma das formações econômicas dependentes e, em última instância, pelos períodos de desenvolvimento do capitalismo internacional”¹².

O arco de questões que Quartim evidenciou (por ter em conta que a dependência deve ser estudada como pólo de uma relação que não pode excluir, minimizar ou negligenciar o universo imperialista dentro do qual ela se objetiva) não foi, como se viu, tratado por Cardoso; este esquivou-se da polêmica, destacando apenas os ângulos que considerou convergentes com suas formulações.

¹¹ . *Id.*, *ib.*, pp. 378-379.

¹² . *Id.*, *ib.*, p. 379.

As polêmicas sobre a dependência facilitam a compreensão da complexidade que o conceito traz à tona, sempre que se busca definir a posição dos países latino-americanos, caracterizá-los em seu “ser e ir sendo capitalista”, em sua distinção constitucional em relação aos desenvolvidos.

Neste ponto, os autores que debateram com Cardoso não percorreram um caminho de radical divergência, como pudemos observar, com exceção de Marini. Este empreende uma análise que se destaca das demais, e em particular da de Cardoso. A distinção repousa, a nosso ver, em dois pontos evidenciados por Marini: a identificação que faz entre *dependência* e *subordinação*, e sua inextricável conexão com o outro ponto, *a superexploração da força de trabalho* como condição de manutenção e continuidade da relação entre dependência e imperialismo. O tratamento teórico que esse autor dá às relações dependência/imperialismo coloca o pólo dependente em posição de subordinação político-econômica com respeito ao segundo. Muito embora a noção de subordinação inicialmente apareça nos demais polemistas, eles convergem para uma área concepcional (relativamente) comum a todos, que é a flexibilidade que, desde o momento de formação da autonomia político-jurídica, vem favorecendo o controle sobre a economia nos países latino-americanos. O centro nevrálgico do conceito de “capitalismo dependente” de Cardoso, por exemplo, funda-se nas associações que, na vida privada, vão sendo estabelecidas, facultando um crescente controle político sobre as relações associativas.

Com Marini, a subordinação ganha outra dimensão e posição, dado sua análise lastrear-se pelos fundamentos econômicos, isto é, Marini toma a formação das distintas relações de produção, nos países centrais e nos periféricos, para ressaltar que o processo de reprodução econômica em ambos repõe-se sempre distintamente, mesmo com o desenvolvimento geral do capitalismo internacional.

O outro ponto que Marini destaca nesse processo é o de que a exploração da força de trabalho, por decorrência dessa mesma subordinação que se reproduz, não ocorre igualmente no centro e na periferia. Neste pólo, a superexploração do trabalho se torna necessária à acumulação de capital, uma vez que, dadas as diferentes composições de capital (entre centro e periferia), há uma transferência de valor destes países para os desenvolvidos, gerando a utilização e institucionalização de uma remuneração da força de trabalho abaixo de seu real valor no processo de acumulação de capital na periferia do capitalismo.

CONCLUSÃO

A teorização de Cardoso sobre o capitalismo dependente nasce na demarcação que o autor pretendeu estabelecer com a esquerda daquele período, o PCB, que supunha a possibilidade de converter o país, apoiando supostos setores progressistas da burguesia nacional, e em oposição ao imperialismo, num país de capitalismo econômica e politicamente autônomo, sem se perguntar sobre suas possibilidades concretas para tanto, isto é, sem se dar conta de que seu atraso era compatível com sua extração histórica, com sua particular forma de ser capitalismo.

Assim se expressando, a esquerda deformava a concreticidade estabelecida pelas “intrincadas relações do capitalismo mundial”, cuja universalidade se efetivava na desigualdade própria dessas relações (entre ordens econômicas subordinantes e outras subordinadas). A esquerda tomava tais determinações de maneira enviesada e abstrativante, pois convertia o imperialismo, pólo subordinante das relações universais do capitalismo, como o responsável último pelo atraso nacional, enquanto este pólo era neutralizado pela não observância de seus comprometimentos históricos. Cardoso entre nessa seara teórica com a pretensão de refutá-la explicando as múltiplas relações internas do “capitalismo dependente” como o pólo sobre o qual deveria recair a análise sobre o atraso. Resulta de seu empreendimento uma configuração de relações nas quais, ao contrário e em diametral oposição às teses pecebistas, o imperialismo internalizado conduz a uma integração internacional, na qual o melhor do imperialismo passa a existir internamente, desaparecendo, nessas condições e por sua causa, as contradições defendidas naquela agremiação partidária. Os equívocos das teses do PCB foram já amplamente difundidos, e aqui só nos interessa uma rápida referência a essa questão. Importa indicar que Cardoso lavrou outro tipo de equívoco, dado ter invertido o pólo de responsabilidade sobre o atraso brasileiro para a política. Além

disso, ao perseguir a particularidade do capitalismo no Brasil, desde a fase colonial, teve sempre como referência ora Marx ora Weber, como vimos pelas indicações de seus comentadores, e como está apontado abundantemente nesta dissertação, o que levou ao impedimento da reprodução aproximativa e correta do capitalismo que aqui foi se instalando, pois seu paradigma tornou-se eclético e inclinou-se à tipologia weberiana.

Cardoso percebeu, em seu enfrentamento com as posições de esquerda nacionalizantes e autonomizantes (para o capitalismo brasileiro), um dos problemas centrais pelo qual passavam sem se dar conta: a questão da complementação deste capitalismo. Ele a transfigura em termos da hegemonia política, ou das possibilidades hegemônicas da burguesia nacional, cogitada desde 62/63 em *EIDEB*. Enquanto para a esquerda a autonomização capitalista demandava o afastamento econômico das forças imperialistas, para Cardoso a presença do capital externo já havia ocorrido definitivamente com JK. Desde o período de transição (1850-1930), a presença do capital externo já se dava em áreas onde o capital nacional não pode se colocar, exercendo, segundo ele, certa complementação. No período da industrialização substitutiva que faz a mediação entre aquele período e o de JK, não foi negada em momento algum sua presença no Brasil. Observe-se que sua concepção reduz o significado e posição da esfera econômica, pois, na medida em que o entrosamento com o capital externo foi ocorrendo, e com a presença do imperialismo, com o reinvestimento empresarial interno, essa questão parece-lhe solucionada. Contudo, o pólo econômico, pelo ângulo tecnológico, não pode se completar no Brasil, o que leva Cardoso a afirmar que a incompletude econômica reflete o “desenvolvimento possível”, aquele que aqui se pode colocar, ou seja, um capitalismo cujo capital que o complementa exige a mediação externa para sua realização.

Mas, não sendo o econômico o pólo de maior significação, para ele a *política*, a luta por hegemonia política, toma o centro das preocupações, pois é nessa área de atuação que o controle e condução da realidade deve ocorrer.

Desta maneira, sua posição aparece como diametralmente oposta à da esquerda pecebista daquele período, pois, enquanto aqueles se mantinham inflexíveis na adesão economicista (antiimperialista, nacionalista), Cardoso inclinava-se irremediavelmente à posição contrária, subordinando-se acentuadamente ao politicismo. Na formulação sintética, porém extremamente precisa de Chasin: “FHC, no repúdio incisivo ao economicismo, não dispondo no entanto de critérios ontológicos, acaba substituindo a falaciosa ordem determinativa daquele por outra igualmente arbitrária. Ao primado unilateral e mecânico da economia reduzida a *fator*, própria do economicismo, que mutila a integridade e a dinâmica do todo, FHC não contrapõe de modo corretivo o reconhecimento do *complexo da produção e reprodução da base material da existência humana*, tal como marxianamente concebido, mas, conservando a noção de economia como fator, até mesmo por seu peso estrutural, postula uma *nova ordem* das determinações entre as instâncias do social, da política e da economia. Já pelo viés sociológico é induzido à cortante distinção entre o plano *social* e o *econômico*, sem precisar o que possa ser entendido por cada um deles na pretendida desconsideração metódica do outro, mas é esta separação de faces ontológicas indissociáveis que permite, operativamente, o encadeamento de uma ordenação aleatória ou de suficiente indeterminabilidade para que o *político* possa, na armação discursiva, aparecer como determinação de última instância, ou seja, decisiva em qualquer ordem explicativa, do que redundo o politicismo”¹.

¹ J. CHASIN, “Ad Hominem – Rota e Prospectiva de um Projeto Marxista”, in *Ensaio Ad Hominem 1 – Tomo I: Marxismo*, Santo André, Ad Hominem, 1999, p. 17.

Nosso objetivo aqui não é o de explicar o procedimento político da esquerda de então, mas de situá-la como interlocutora de Cardoso. E, embora em ambos os casos esteja posta a problemática da complementação do capitalismo periférico, buscam sua resolução por caminhos antinômicos. Se ao economicismo foram já dedicadas muitas páginas de literatura crítica, à recente descoberta do politicismo o mesmo não ocorreu. Devemos aqui nos referir a quem primeiro evidenciou essa manifestação como uma característica do capitalismo brasileiro, por se tratar de um capitalismo hiper-tardio em seu processo de desenvolvimento industrial, e ser tributário de sua origem colonial. Chasin, no seu percurso e busca de apreensão da forma particular pela qual aqui vai se desenvolvendo o capitalismo, põe em andamento uma dupla tarefa. Esta primeira mencionada, e em concomitância a busca de compreensão do procedimento intelectual de Marx, ao qual designou por “estatuto ontológico”, demonstrando a impossibilidade de se obter a primeira sem a correta compreensão do segundo. A forma do capitalismo aqui instalado expõe-se em sua produção teórica sob a designação de “via colonial de objetivação do capitalismo”.

Trata-se do estabelecimento da diferenciação determinativa do como se implantou o capitalismo no Brasil. Tendo como rotunda histórica o caráter organizativo colonial evidenciado por Caio Prado Júnior, Chasin busca avançar no plano determinativo, e indicar a reprodução desse caráter essencial, o colonial, no “verdadeiro capitalismo” que aqui foi se instalando. O fez “realçando a dimensão ontológica”, isto é, sem tomá-lo à parte do capitalismo em geral, e sem ferir sua totalidade, para “verificação de que há modos e estágios de ser, no ser e no ir sendo capitalismo, que não desmentem a universalidade de sua anatomia, mas que a realizam através de objetivações específicas”². Em seus “modos e estágios” de

² J. CHASIN, “A Politicização da Totalidade. Oposição e Discurso Econômico”, in *A Miséria Brasileira. 1964-1994: Do Golpe Militar à Crise Social*, Santo André, Ad Hominem, 2000, p. 38.

desenvolvimento capitalista, fica destacado o fato de que no Brasil o atraso histórico é uma referência incontornável da determinação de sua processualidade capitalista. O parâmetro mais originário na explicitação de atraso no desenvolvimento capitalista encontra-se na trajetória analítica de Marx, que reflete o próprio atraso alemão, ao qual irá referir-se como “miséria alemã”. Essa formulação converteu-se mais tarde em “via prussiana” de desenvolvimento do capitalismo, na denominação de Lênin, ao procurar referência histórico-concreta para o atraso capitalista da Rússia. Isto permitiu compreender a diferença de desenvolvimento de uma faixa de países que se demarcaram dos clássicos nessa trajetória capitalista, e, assim como os países clássicos são assim considerados, mas são respeitadas as suas diferenças histórico-singulares (pois formam um campo dentro do qual características fundamentais, determinantes, os aproxima), assim também ocorre com os países atrasados, retardatários em seu ingresso no processo de instauração do “verdadeiro capitalismo”.

Chasin se situará na esfera dos países retardatários, para buscar as especificações que devem ser evidenciadas no Brasil para diferenciá-lo, não em relação aos clássicos, já que destes está excluído, por obviedade, o caráter retardatário, mas entre estes últimos, pois o atraso brasileiro não é de mesma natureza, por exemplo, do caso alemão. Trata-se para Chasin da perseguição do que é específico na determinação do atraso. Assim, é dentro dessa esfera que se deve “pensar como se objetivam os predicados de e em cada uma das singularidades”³, pois, enquanto atraso, estamos diante de uma generalidade que mais identifica que diferencia o Brasil daqueles retardatários. Essa generalidade pode ser verificada, por exemplo, no setor agrário, composto por grande propriedade rural; mas enquanto no caso alemão esta é de origem feudal, no Brasil é posta por “outra gênese histórica”, o empreendimento colonial, que se distingue essencialmente

daquela. Outro ângulo de diferenciação dentro da esfera dos países retardatários pode se verificar no desenvolvimento industrial. Enquanto na Alemanha este se desenvolve de forma tardia, mas aceleradamente nas últimas décadas do século XIX, alcançando o padrão imperialista do capitalismo, no caso brasileiro esta vai ter seu início somente no século XX, após a Primeira Guerra Mundial. Por fim, a implantação socioeconômica brasileira se deu sob condições coloniais, subordinada aos interesses exploratórios do capital comercial na expansão mercantilista, subordinação caracterizada por suas relações de produção internas, entre suas classes sociais, sistema de poder etc. Note-se que, nestas condições, o “verdadeiro capitalismo”, o industrial, inicia-se no Brasil quando os países atrasados citados compõem o imperialismo e já estabeleceram o seu primeiro confronto bélico – Primeira Guerra Mundial – e estão se preparando para o segundo. Já ocorreu o processo revolucionário em que a força de trabalho se organizou contra a ordem capitalista (Revolução Russa). De forma que o Brasil, dentro da esfera capitalista, não contou com possibilidade de romper com aquela subordinação constitutiva; seu atraso, portanto, não é formal ou cronológico, mas constitucional, o que o distingue dentro da esfera dos retardatários: “De sorte que o ‘verdadeiro capitalismo’ alemão é tardio, se bem que autônomo, ao passo que o brasileiro, além de hiper-tardio, é caudatário das economias centrais”⁴, como observou Chasin.

Se no campo dos países clássicos pode-se buscar uma característica que é revolucionária na implantação do capitalismo, isto é, as forças do capital industrial rompem com a dominação e resistência feudais (exceto nos EUA, onde não houve feudalismo, mas o setor mais progressista, ao norte do país, que se industrializa derrota o sul agrarista) através de dinâmica histórica revolucionária, o mesmo não ocorre com os países retardatários, pois um traço comum entre esses países é o seu

³ . *Id., ib.*, p. 38.

⁴ . *Id., ib.*, p. 45.

processo conciliatório de classes, pelo alto, excluindo o setor do trabalho. Contudo, o caso alemão concilia contrários, isto é, setor agrário e industrial formam esferas relativamente contraditórias, já que o primeiro carrega fortes traços de sua origem feudal, o que leva, pela conciliação, a dificultar o desenvolvimento industrial, sem, contudo, impedir seu curso autônomo. O caso brasileiro, ao contrário, estabelece uma conciliação entre frações da mesma classe burguesa, excluindo o setor do trabalho e impedindo o curso industrial autônomo, pelo peso excessivo que o “velho” setor agrário, originária e estruturalmente subordinado ao capital externo, estabelece no processo de desenvolvimento capitalista, vedando-lhe sua complementação autônoma, nacional, uma vez que conciliar com este setor implica diretamente conciliar com a subordinação. Nestas condições, torna-se impossível o estabelecimento da forma democrática de dominação, já que as massas trabalhadoras não podem ser incluídas. É também do mesmo solo que brota o politicismo da burguesia brasileira, que busca excluir do debate público, especificamente do debate político, as determinações do âmbito econômico.

Porém, é desta realidade capitalista hiper-tardia e inconclusa em seu molde de capital (capital atrofico, socioeconomicamente subordinado) que brota uma maneira de pensá-la, de a reproduzir intelectualmente, que quando a ela subsumida não pode senão propor o irrealizável, isto é, sua complementação. É óbvio que as subsunções não se equivalem, e se na esquerda pecebista, como estávamos dizendo, esta se dava sob o influxo da determinação incorreta do stalinismo, pragmático e etapista, em Cardoso demonstrou ser caudatária do pensamento liberal, supondo então uma complementação na esfera da política, qual seja, a consecução da forma democrática. Neste caso, incluía-se a suposição de que o plano econômico, pela via associativa, já teria recebido o encaminhamento devido, que a história lhe proporcionara, e portanto não se constituía mais em problema. Cardoso subsume-se, com base nessa orientação teórico-ideológica, ao politicismo. Cabe aqui

novamente remeter ao pensador originário dessa categoria, Chasin, que a compreende em sua dinâmica afirmando que “Politicizar é tomar e compreender a totalidade do real exclusivamente pela sua dimensão política e, ao limite mais pobre, apenas do seu lado político-institucional”⁵. Submetido a essa característica da burguesia nacional, Cardoso procede tal qual essa classe: “Expulsa a economia da política, ou, no mínimo, torna o processo econômico meramente paralelo ou derivado do andamento político, sem nunca considerá-los em seus contínuos e indissolúveis entrelaçamentos reais, e jamais admitindo o caráter ontologicamente fundante e matrizador do econômico em relação ao político”⁶.

Não foi outro o procedimento apresentado em sua produção intelectual desde o início. O centro de suas preocupações foi ocupado pela demonstração de que cada passo do movimento histórico nacional esteve apoiado nos enfrentamentos entre segmentos sociais que resultavam sempre no estabelecimento de “correlações de forças” capazes de dar equilíbrio aos “sistemas de poder”. Cardoso atribuiu às “correlações de forças” as condições decisivas para o processo de desenvolvimento socioeconômico da realidade. Mas sua formação esteve sempre sujeita ao “jogo político”, cujos agentes sociais o põem em dinâmica, tendo como mote interesses diversos que, em última análise, despertam no interior, na subjetividade desses agentes. Ora, uma “correlação de forças” dessa ordem, posta pela vontade, não está socialmente orientada, apresenta-se sem determinações, está fetichizada.

Observe-se neste ponto que Cardoso compreende a formação dos sistemas de poder apoiados nas alianças que se instalam a cada momento e que refletem determinada correlação de forças, a partir do período republicano em particular, quando “o partido republicano, que se articulava, aliás, por meio das alianças entre

⁵ . J. CHASIN, “Hasta Cuando? A Propósito das Eleições de Novembro”, in *Ib.*, p. 123.

⁶ . *Id.*, *ib.*, p. 124.

os governadores, nunca mais o país conheceu um partido capaz de dispensar o respaldo de outras agremiações para galgar o poder e exercê-lo”⁷.

Essa positividade de Cardoso o afasta bastante da posição dos teóricos críticos do populismo, na medida em que esses construíram seu dispositivo teórico na crítica e negação das alianças e frentes, sem dar o devido reconhecimento ao significado e importância que, dentro dos movimentos políticos, as alianças e frentes alcançaram. “A teoria do populismo nasceu como a própria encarnação do espírito que operou rusticamente a identificação entre os atrelamentos caudatários do PCB e as equações táticas do frentismo ou das coalizões partidárias”⁸. Tal atrelamento, além de incorreto em termos históricos, legou um trajeto de luta pela autonomia política e organizacional da classe operária, supondo que, afastada esta das relações políticas caracterizadas por frentes ou alianças, tal autonomia estaria garantida. Cardoso não sucumbe a esse engano, daí seu distanciamento teórico e analítico em relação ao pensamento crítico do populismo.

Porém, Cardoso comete outro tipo de incorreção, ao articular teoricamente com as “correlações de forças”, pois, procedendo naquela linha politicista, não busca na estrutura do capital uma determinação da burguesia em se conduzir politicamente apoiada em alianças de classes e setores sociais. Isto faz com que as alianças apareçam em sua teorização ao sabor do “jogo político”. Não tomando o capital como a referência incontornável para a formação das posturas políticas, ele deixa de reconhecer a debilidade da burguesia nacional em emergir hegemonicamente pela “impotência imanente ao capital atrofico, incapaz de projetar a si mesmo como representante universal das categorias societárias

⁷. J. CHASIN, “A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda”, in *Ib.*, 2000, pp. 241-242.

⁸. *Id.*, *ib.*, p. 249.

brasileiras”⁹. E passa a interpretar essa debilidade pelo caráter político patrimonial-tradicionalista, afastando a base econômica fundante da política.

Interpretando dessa forma a debilidade da classe burguesa, considera que ela constrói uma “falsa consciência de si”, donde resulta um comportamento político restrito que a afasta da vida pública, pois ela “se vê” apenas como agente econômico privado, agindo “como povo”, apática aos problemas nacionais, como se não lhe dissessem respeito. Opondo-se ao estado, mas apoiada nele, conduz-se por interesses mesquinhos, privados. Cardoso sustenta que essa “falsa consciência de si” é resultante de sua formação tradicionalista, por origem agrária, logo, não se coloca em sua análise a estrutura de capital que lhe corresponde como condição socioeconômica de sua debilidade. Daí a falsa consciência que faz de si, permeada pela estrutura política patrimonialista que a informa e orienta, impede-a de cumprir o papel que cabe às burguesias, tanto no plano econômico como político. O “sistema aliancista” reduz sua fragilidade, mas a estrutura do capital, verdadeiro responsável pela sua incompletude de classe, permanece completamente afastada.

Por outro lado, esse fetiche da “correlação de forças” a que chega Cardoso cumpre uma função decisiva no interior de sua teorização. Ele tem presente o fato de que, desde a instalação colonial brasileira, aqui se colocaram empreendimentos capitalistas-mercantilistas da fase de acumulação primitiva de capital na Europa. De forma que não haveria, como não houve aqui uma organização de padrão feudal, e Cardoso confirma apontando para o fato de que, desde a colônia, a presença do capital é encontrada. Contudo, ele trata do ângulo político como fundamental na condução da realidade como um todo. Para tanto, lança mão do conceito de patrimonialismo, oriundo do quadro conceitual weberiano, e converte os problemas próprios da forma de capital que aqui foi se colocando em fenômenos do poder patrimonial-tradicionalista.

⁹. *Id.*, *ib.*, p. 242.

Ele expressa-se desta forma, tomando a política, alienada de sua base socioeconômica geradora e determinante, por que só assim consegue dar contornos autonomizantes num capitalismo cuja autonomia está estruturalmente negada, desde, e por causa, de sua implantação colonial. Essa análise pode ser caracterizada remetendo ao tratamento que dá, por exemplo, à fase de independência, de formação da nação e do estado nacional, em que a “correlação de forças” fetichizada se põe como decisiva. Nessa fase ele distingue os países latino-americanos a partir do “controle político” interno. Surgem dessa análise dois tipos: o “controle nacional do sistema produtivo” e o “enclave” (carente de controle nacional). Esses tipos diferenciam os graus de autonomia nacional que cada país instala em termos políticos, no estado.

Com isto, evidencia-se ainda mais a base teórico-ideológica de Cardoso, responsável, a nosso ver, pelo tipo de distorção de suas análises. A debilidade burguesa que se reflete nestas formas de “controle político” diz respeito à orientação “patrimonialista” que impregnará todo o “sistema de controle nacional produtivo”. A origem dessa orientação deita raízes na formação colonial, mas repõe-se na fase agroexportadora, e tem continuidade em todo o período industrialista, de substituição de importações. Neste último (1930 a 1964), o malogro no sentido de superar o patrimonialismo tradicionalista gerou um procedimento político necessário à manutenção das “correlações aliancistas”, tratado por populismo, um percurso político democrático, mas adjetivado e incompleto. Em 64, o golpe militar revoga essa democracia, pondo fim ao populismo e ao tradicionalismo (patrimonial) e estabelecendo o sistema de poder que Cardoso trata por estado burocrático-autoritário.

Vemos sumariamente que a história nacional é explicada pelas mudanças nos processos políticos, pelas alterações nos sistemas de poder e nas correlações de forças. Nesse sentido, o plano econômico, o capital em sua estrutura específica, tem

sua presença indicada apenas como uma atividade que responde reciprocamente às atividades sociais e políticas.

O período que ultrapassa a fase agroexportadora mantém o patrimonialismo, mesmo com a industrialização em andamento, da estrutura política originária na colônia. Assim, o reflexo colonialista presente até o golpe militar é o patrimonialismo, e não os laços econômicos e os compromissos estruturais que definiram o desenvolvimento socioeconômico do Brasil; nesse sentido, a alteração política substancial trazida com o golpe foi a ruptura com o padrão político populista e patrimonialista.

Por outro lado, aquelas estruturas de controle político apresentadas por Cardoso (que indicam diferenças graduais de autonomia nacional) não indicam qualquer determinação do tipo de gestão, tal como ditadura ou democracia. A regência política será sempre aliancista, desde aquela que se põe na fase de agroexportação até a que se verifica, a partir de 30, com a industrialização substitutiva, e suas alterações nas composições de forças, nas correlações, mantêm constante a orientação patrimonial-tradicional. O populismo varguista, nascido sob forma democrática, democracia adjetivada, e portanto incompleta, irá dominar o período de 30 a 45, com exceção do Estado Novo, em que rege o autoritarismo. A restauração democrática com Dutra manteve o populismo, que vigorará até o golpe de 64; com este, revoga-se a democracia e cria-se um novo percurso de poder, tratado por “estado autoritário burocrático”.

Nesta súmula, queremos mostrar dois ângulos mais da politicização de Cardoso: o populismo e o autoritarismo, que, ao lado da noção de dependência, enfeixam a explicação e tentam sustentar teoricamente o “capitalismo dependente”. Nos artigos em que discute os caminhos da política nacional antes das eleições de

1989, Chasin¹⁰ analisa as concepções que se desenvolveram na orientação política dos que se posicionaram na esquerda após 64. A teoria do populismo, ou a crítica do populismo, mencionada anteriormente, desponta como uma das tendências a compor o quadro e sustentar as posições políticas na esquerda. Diz Chasin: “Interpretação, ademais, que se apresentava como forjada pelo prisma da *radicalidade proletária*, cujo teor político supunha resgatar assim da *diluição de classes*, cuja promoção era feita, segundo a análise, pela *política de massas* da burguesia industrial ascendente. Em verdade a teoria do populismo tentava explicar o trânsito do país agrário-exportador à sua fisionomia urbano-industrial, munida de um traçado conceitual bastante próximo ao que era empregado no período anterior, isto é, de um punhado de noções marxistas tomadas em sua expressão abstrata, que a influência weberiana tornou definitivamente genéricas na sua eclética e incriteriosa conversão a tipos ideais”¹¹.

De acordo com a teoria do populismo, diante da queda da armação política agroexportadora em 1930, desponta uma ordem de dominação que não conta com a hegemonia burguesa, mas com arranjo aliancista, contando de forma subordinada com setores da massa popular para sua legitimação. Esse esquema se põe pela ausência de hegemonia, mas também porque a industrialização se põe a caminho e a debilidade burguesa, incapaz de conduzi-la autonomamente, tem que contar com a associação dos múltiplos interesses urbano-industriais para alcançar sua consecução. Assim, o campo teórico de crítica do populismo buscou explicar a realidade política nacional conectando as alianças burguesas às propostas de frentes do PCB indiferentemente. Nessa linha de proposição, a teoria do populismo denuncia a presença dos trabalhadores dentro dos esquemas aliancistas da burguesia, agindo, portanto, sem independência política. Numa posição crítica a

¹⁰ J. CHASIN, *A Miséria Brasileira. 1964-1994: Do Golpe Militar à Crise Social*, Santo André, Ad Hominem, 2000.

essa postura ideológica, Chasin afirma que “no quadro das hegemonias impossíveis, acabam por ser as massas, uma vez que reconhecem a dominação constituída, as responsáveis pela sustentação do *status quo* dominante”¹². E segue para indicar o caráter inócuo dessa concepção, dizendo que “deixou de esclarecer em que, sob tal acepção, o populismo, em última análise, se diferencia da forma em geral da dominação capitalista”¹³. No que tange à sua concepção sobre a esquerda, a suposição de Cardoso é que “não apenas as massas despreparadas por sua inexperiência, mas a própria esquerda foi aprisionada pelo ardil do populismo, tornando-se incapaz de converter a política de massa em política de classe”¹⁴. Esse aprisionamento é por ele identificado nas ações do PCB pré-64, que, através da “tática de infiltração nos movimentos de massa”, e em contato com forças partidárias, líderes populistas etc., buscava a formulação de políticas para a conquista das massas, que resultava na subordinação à própria malha arditosa populista. Desta forma, a presença do populismo é explicada tanto pela debilidade burguesa quanto pela operária, supostas por Cardoso, de maneira tal que a burguesia depende do esquema populista por não poder ser hegemônica, e os operários submetem-se ao esquema por força da manipulação tanto dos líderes populistas quanto da própria esquerda, que sucumbiu àquele ardil.

O golpe de 64 implanta uma nova forma de poder, como indicamos, que Cardoso denomina “estado burocrático autoritário”. Cardoso constrói essa figura de poder lastreado no que veio a se constituir como teoria do autoritarismo¹⁵. Analisando essa teoria, Chasin mostra que está fundada num quadro classificatório que polariza totalitarismo em diametral oposição à democracia; o autoritarismo se põe aí no caminho intermediário em termos dos graus de liberdade. No primeiro

¹¹ . *Id.*, “A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda”, in *Ib.*, pp. 249-250.

¹² . *Id.*, *ib.*, p. 250.

¹³ . *Id.*, *ib.*, p. 250.

¹⁴ . *Id.*, *ib.*, p. 251.

caso, a negação total da liberdade política converte o totalitarismo em “regime de terror contra o indivíduo, movido pelo estado policial, que concentra em si todos os poderes e através deles exerce todos os controles sociais”¹⁶. O autoritarismo aparece nesse gradiente como “uma modulação reduzida e suavizada” do primeiro, mas que de qualquer forma guarda certa distância do “paradigma da democracia”. Com isso, a teoria do autoritarismo revela seu pendor radicalmente político, que lhe veda o questionamento sobre a possibilidade ou não da instalação democrática em países como o Brasil, nas condições socioeconômicas que o regem, uma vez que, por esse caminho, não há conduto entre a política e a economia, e, por conseguinte, acesso ao padrão capitalista historicamente objetivado. Desta forma, ao operar com o autoritarismo como instrumento para análise do golpe militar de 64, Cardoso deu o arremate necessário de sua subsunção ao politicismo, ao explicá-lo não pelo padrão capitalista e pela determinação dos capitais aqui envolvidos, mas pela armação aliancista de poder. Vale lembrar e aprofundar o fato de que a “burguesia brasileira, de extração pela via colonial, tem na forma de sua irrealização econômica /.../ a determinante de seu politicismo. E este integra, pelo nível do político, sua incompletude geral de classe. Incompletude histórica de classe que a afasta, ao mesmo tempo, de uma solução orgânica e autônoma para a sua acumulação capitalista, e das equações democrático-institucionais, que lhe são geneticamente estranhas e estruturalmente insuportáveis, na forma de um regime minimamente coerente e estável”¹⁷. Na inviabilização da instalação democrática, o mesmo autor afina sua análise dizendo que “Resultam, pois, dois pólos para a genuína dominação capitalista no Brasil: a *truculência de classe manifesta* e a *imposição de classe velada ou semivelada*, que se efetivam através de um mero gradiente, excluída a possibilidade da hegemonia burguesa, no caso, resultar de e

¹⁵ . Cardoso apóia-se nos trabalhos de Juan Linz, já anteriormente mencionados.

¹⁶ . *Id., ib.*, p. 248.

no quadro integracionista e participativo de todas as categorias sociais, que caracteriza, com todos seus limites conhecidos, a dominação de tipo democrático-liberal”¹⁸. A formulação rigorosa dessa análise concreta-se com a indicação do próprio Chasin: “Ou seja, do mesmo modo que, aqui, a *autocracia burguesa institucionalizada* é a forma da dominação burguesa em ‘tempos de paz’, o *bonapartismo* é sua forma em ‘tempos de guerra’. E na proporção em que, na guerra de classes, a paz e a guerra sucedem-se continuamente, no caso brasileiro, no caso da objetivação do capitalismo pela *via colonial*, as formas burguesas de objetivação política oscilam e se alternam entre diversos graus do *bonapartismo* e da *autocracia burguesa institucionalizada*, como toda nossa história republicana evidencia”¹⁹. Aqui basta referir os marcos históricos 37/45, 46/64, 64/84, como exemplares das modalidades próprias da autocracia burguesa, que ora se lança ditatorialmente e governa por atos excepcionais, e ora institucionaliza a dominação autocrática. Nesse sentido, a democratização capitalista se vê reduzida a *proposição formal*, que reflete, no caso de Cardoso, sua subsunção ao politicismo.

É no interior desta concepção politicista que desenvolve suas formulações sobre o “capitalismo dependente” no que tange à economia. Busca apresentá-las, entretanto, como complementação da noção de dependência presente em Lênin. Cardoso sugere um aprofundamento analítico, já que o revolucionário russo abordou as relações socioeconômicas de seu período a partir do ângulo capitalista que se imperializava, indicando noutro pólo a existência de países coloniais, semi-coloniais e dependentes²⁰, cujo estudo estava por ser feito. Faltava uma análise do pólo interno dos países que se encontravam subordinados ao imperialismo. Porém, o rumo da análise empreendida por Cardoso subtraiu esta relação real, com seus

¹⁷ J. CHASIN, “Hasta Cuando? A Propósito das Eleições de Novembro”, in *Ib.*, p. 124.

¹⁸ *Id.*, *ib.*, p. 128.

¹⁹ *Id.*, *ib.*, p. 128.

²⁰ No Capítulo V, indicamos em J. Quartim de Moraes um esboço dessa posição de Lênin.

liames e determinações que se apresentavam historicamente. É o que lhe permite tratar contraditoriamente as possibilidades desenvolvimentistas do “capitalismo dependente”. Ao introduzir o conceito de “novo caráter da dependência”, aponta um novo potencial do mercado nacional, dado pela internalização do capital externo, que desloca o Brasil para uma situação que ele denomina “interdependência”; ao mesmo tempo, assinala a impossibilidade da completude econômica, pois a realização do capital estrangeiro é também exterior a esta realidade, reproduzindo indefinidamente seu caráter dependente, contrariando sua primeira posição. Neste sentido, Cardoso opera um certo malabarismo teórico, pois, de um lado, argumenta pela interdependência, condição própria da relação entre países desenvolvidos, como tendência do “capitalismo dependente”. De outro, argumenta pela associação de capitais, embora conserve para o capital externo sua independência acumulativa e realização no plano externo, o mesmo ocorrendo com as tecnologias vindas do exterior, pois aqui não se instalou o departamento produtor desses bens. Essas articulações teóricas tiram de foco a subordinação a que o imperialismo submeteu os países subdesenvolvidos. Assim, sua concepção, que o leva à construção do “capitalismo dependente”, contribui mais para afastar a compreensão da verdadeira relação do Brasil com os países imperialistas do que para evidenciá-la adequadamente.

A construção teórica de Cardoso sublinha tendências de solidarização entre o capital nacional e o externo, quando, ao tratar de sua presença no Brasil, ele afirma sua condução interna para áreas nas quais o capital nacional não constituiu suficiente capacidade de investimento, o que torna aquele capital um complemento adequado e solidário; ou quando, ao tratar da tecnologia externa que aqui se implanta, ele aduz uma relação de concorrência entre os países imperialistas na busca de prestígio nestas áreas subdesenvolvidas, que arrefece as conseqüências de tal operação. Desta forma, sua teoria suprime o caráter subordinante do capital

externo, ignorando suas próprias condições, interesses e determinações, que ultrapassam, sob todos os aspectos, os interesses e controle nacionais dos países subdesenvolvidos. Vê-se que Cardoso descaracteriza a ação do capital, implacável em sua determinação, e insuprimível como referência para as relações político-econômicas, por estar em sua base. A politicização a que submerge Cardoso conduz sua produção teórica a reduzir e esvaziar o conteúdo determinante do capital, neste caso o imperialista, enviesando a explicação de sua ação na periferia, no Brasil, pois ressalta apenas ângulos positivos, sintetizados na resolução do atraso, atraso este que, entretanto, é insuprimível da forma de ser do capitalismo brasileiro, e que a subordinação ao imperialismo de fato repõe.

Vemos, pois, que a politicização condiciona o feixe teórico que sustenta a visão do “capitalismo dependente” de Cardoso, composto pelas noções de dependência, populismo e autoritarismo.

Já indicamos nesta Conclusão que Cardoso se afasta das concepções de Marx no seu processo de produção teórica, embora indique sempre que sua orientação encontra em Marx a referência mais adequada.

Não há dúvida de que Cardoso indique, no longo de sua produção, a utilização de conceitos tirados de *O Capital*, de maneira mais explícita, mas também se valha no conjunto analítico de referências conceituais de Marx e autores que se colocam como marxistas. Nesse sentido, o campo a que se remete com maior intensidade é o que ele trata, considerando ser originariamente de Marx, por totalidade. Esse conceito se torna referencial decisivo para toda sua análise desde o início da década de 60, em sua tese doutoral, sobre o capitalismo escravista, alcançando o seu *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, onde o “instrumental analítico” é proposto sob a denominação de “análise integrada”. Em todos os casos, a noção de totalidade está presente, pois a Cardoso interessa produzir uma *análise concreta*, e para isso ele parte da concepção “de que é

possível reconstruir interpretativamente, através do método dialético, uma ‘totalidade concreta’” (CEBM, p. 25). E, explicando os motivos dessas afirmações, ele ressalta sua compreensão sobre a *totalidade*: “Como o objetivo da presente discussão se restringe à caracterização do *procedimento totalizador* na interpretação dialética, resumir-se-á a análise à comparação desse procedimento com uma ou outra técnica diversa de interpretação” (CEBM, p. 25, grifo meu). Vemos, então, que a noção de totalidade concreta converte-se, como afirma Cardoso, em *técnica de interpretação*, levada a efeito através do *procedimento totalizador*. Assim, Cardoso tem como referência um procedimento (teórico-analítico) instrumental que traz em si uma perspectiva, um método, um caminho, totalizador. Ele não está se referindo, como percebemos, ao objeto a ser abordado, mas à orientação metodológica, à *dialética*, e ao *concreto*. Segundo Cardoso, “Na interpretação dialética, as relações que se procura determinar numa totalidade também estão referidas de maneira imediata aos processos sociais reais, e também existe o escopo de reproduzir o real como concreto. Porém, neste caso, o concreto aparece como resultado de um processo de conhecimento *marcado por um movimento da razão* que implica uma elaboração muito mais complexa do que a abstração dos padrões gerais, ainda que essenciais, que regulam a interação nas condições empíricas de sua manifestação” (CEBM, p. 27, grifo meu).

Destaque-se que Cardoso deposita no *movimento da razão* o encargo de uma elaboração para o *aparecimento do concreto*, que, visto dessa forma, mostra o concreto (real) de um lado, e o movimento da razão de outro. Isto é, “a operação intelectual pela qual se obtém a ‘totalidade concreta’ implica que o movimento da razão e o movimento da realidade sejam vistos através de relações recíprocas, e determinados em sua conexão total” (CEBM, p. 27). Aquele encargo da razão é o de operar uma sutura entre o abstrato e o concreto, e o faz pois “percorre /.../ um circuito no qual se desenvolve uma dialética entre o abstrato e o concreto” (CEBM,

p. 29). Novamente, então, o conhecimento do objeto (totalidade concreta) conta com procedimentos ou formas operantes previamente determinadas, a exemplo da maneira como aborda o concreto em questão. Tudo isto reflete a concepção de Cardoso quanto à reprodução intelectual da realidade concreta.

Cardoso ilustra passo a passo a explicação das condições cognitivas do processo do conhecimento. Assim procedendo, ele indica que em Marx “o concreto aparece como ponto de partida: não há mediação sem o imediato e vice-versa” (CEBM, p. 30), abrindo, com isso, espaço para tratar não da cognição, mas da realidade concreta. E continua: “Entretanto, se o real, como imediato, reaparece, *mediatizado pela teoria*, na totalidade que o circunscreve, e essas as categorias são expressões de relações históricas, disso não decorre que o ponto de partida e o ponto de chegada definem-se por relações de identidade, ou que seja possível pensar o objeto independente da teoria” (CEBM, p. 30, grifo meu).

Impõe-se, a nosso ver, a seguinte questão, o real que existe independente do movimento da razão (teoria), reaparece pensado; a totalidade concreta, o concreto, reaparece na consciência, mas sem identificar-se com o ponto de partida, isto é, antes e depois da interferência do “movimento da razão” o real não mantém identidade consigo mesmo. Isto nos leva a concluir que aquele “circuito no qual se desenvolve uma dialética entre o abstrato e o concreto” promove uma desidentificação do real, o que implica dizer que antes como depois a totalidade concreta (o real) se altera. Cardoso ilustra esse processo tomando a análise da mercadoria de *O Capital* em texto de Giannotti²¹, para afirmar sua posição metodológica: “Mas, no primeiro momento, ela é como a *forma elementar* de riqueza nas sociedades capitalistas, um ‘objeto exterior, uma coisa apta para satisfazer qualquer tipo de necessidade humana’; percorrido o circuito de

²¹ . José A. GIANNOTTI, “Notas para uma Análise Metodológica de *O Capital*”, in *Revista Brasiliense*, nº 29, SP, Brasiliense, 1960.

constituição e explicitação do ‘sistema capitalista’, a mercadoria redefine-se como categoria histórico-social, nega a *forma inicial que assumira* e se revela depois de explicitados os elos que a vinculam à totalidade do sistema, como uma forma de manifestação de mais-valia” (CEBM, p. 30, grifo meu).

Essa exemplificação que nos fornece Cardoso reafirma nossa observação anterior, pois aqui também, antes como depois, a mercadoria (como objeto real para o pensamento) permanece não como tal, ou seja, ela deixa de ser o que é pela análise ou pela mediação da teoria ou pela “categoria histórico-social”, desidentificando-se, pois, seu ser, antes e depois da análise. Contudo, a mercadoria enquanto tal nunca fora outra coisa senão mercadoria, trazendo em si todas as suas possibilidades de ser enquanto tal, e independentemente de qualquer análise. Observamos que o papel da razão, sempre aproximativo, segundo Marx, se põe em atividade na descoberta das condições que existem já nos objetos abordados, sejam eles de qualquer constituição, inclusive intelectual. De maneira mais ampla, e citando diretamente Marx, vemos que a atividade intelectual que busca aproximar-se criteriosamente da totalidade concreta é expressa por ele nos termos seguintes: “o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é para o pensamento precisamente a maneira de se apropriar do concreto, de o reproduzir como concreto pensado”²². Em seguida, Marx desdobra um pouco mais essa sua compreensão: “O todo na forma em que aparece no espírito como totalidade pensada, é um produto do cérebro pensante”²³. O que, até certo ponto da discussão, Cardoso também indica; contudo, segue Marx referindo-se ao processo analítico: “Antes como depois, o objeto real conserva sua independência fora do espírito”²⁴. Mas essa *independência* não se põe na perspectiva de Cardoso, pois, no enfrentamento que estabelece em oposição ao empirismo, ele afirma que a “interpretação totalizadora

²² . K. MARX, *Contribuição à Crítica da Economia Política*, Lisboa, Editorial Estampa, 2ª. Edição, 1973, p. 229.

²³ . *Id.*, *ib.*, p. 230.

na dialética faz-se através da elaboração de categorias capazes de reter, ao mesmo tempo, as contradições do real em termos dos fatores histórico-sociais efetivos de sua produção /.../ e de categorias não definidas empiricamente, capazes de desvendar as relações essenciais que aparecem de imediato, como diz Marx, “mistificadas” (CEBM, p. 29). Ou seja, a captação do real pelo pensamento exige a construção prévia de *categorias instrumentais*, pois “em análises desse tipo, o real como ponto de partida não é um *objeto empírico* sobre o qual se debruça o espírito, concebidas metafisicamente razão e realidade, de forma estanque” (CEBM, p. 30). Sem dúvida, a correção se poria caso razão e realidade fossem tomados metafisicamente, de forma estanque e sem vida própria. Porém estamos diante da maneira de abordar a realidade, do método a partir do qual a atividade do pensamento se põe a caminho, e essa é nossa crítica, pois, para tal posição, Cardoso acaba por reduzir o próprio real ao afirmar que “Ele é dado, como representação, através de um esquema de significação que, por sua vez, só tem sentido com referência a uma realidade determinada” (CEBM, p. 30).

De maneira que Cardoso, ao distanciar-se do *empírico*, dados os limites metafísicos que este impõe no processo do conhecimento, acaba por tratar a realidade objetiva, a totalidade concreta, não por sua própria instauração e consistência, mas pela sua representação. A independência e integridade do real, da totalidade concreta, é debilitada em favor do instrumental, do esquema de significações com os quais se constrói sua concepção. Nestas condições é que o real é, para Cardoso, “dado, como representação” para o pensamento. Vê-se que ele operou nessa sua explicação uma alteração na relação do conhecimento. Ao negar a possibilidade do real ser ponto de partida enquanto objeto empírico, ele só pode sê-lo como representação, construída sob aquelas condições. De qualquer forma, o

²⁴ . *Id.*, *ib.*

ponto de partida para Marx não é a representação, e sim a realidade concreta, qualquer que seja.

Encontramos em Chasin uma abordagem do tratamento marxiano dessa questão²⁵ ao tratar do conhecimento da realidade: “‘Parece que o correto é começar pelo real e pelo concreto, que são a pressuposição prévia e efetiva’, mas que desemboca numa ‘representação caótica do todo’”²⁶. Vê-se, de início, que o real e concreto é empiricamente constatável, e que, no primeiro momento, na primeira *aproximação* do pensamento à realidade, esta se nos afigura de maneira caótica, cuja compreensão mais adequada impõe maior aproximação. “Todavia, a partir desta, ‘através de uma determinação mais precisa, através da análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples’, ou seja, às *abstrações razoáveis*, com e por meio das quais tem início ‘a viagem ao inverso’, isto é, o caminho cientificamente exato da concreção e da particularização; em suma a rota seguida no desvendamento da lógica das coisas”²⁷. De forma que as representações são um momento e um passo na aproximação do pensamento à realidade concreta, independentemente de qualquer “esquema de significação”, e não são elas mesmas o ponto de partida para o pensamento. A fonte primária e inevitável do conhecimento é o “real e concreto” em sua manifestação empírica. Cardoso, a despeito do alto padrão intelectual, da respeitável obra produzida, descuidou-se dessa questão. Ao afastar o empírico, afastou, em verdade, a própria realidade concreta, e isso não é difícil de ser explicado, pois a noção que ele faz de totalidade concreta, de dialética, assemelha-se a modelo, logo trata-se de instrumento cognitivo, construído para apreender a realidade sob suas próprias determinações. Significa dizer que ele deformou a explicação de Marx sobre a apreensão da realidade concreta, ao transformar em

²⁵ . J. CHASIN, “Marx – Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica”, in F. TEIXEIRA, *Pensando com Marx*, SP, Ensaio, 1994.

²⁶ *Id.*, *ib.*, p. 507. Os trechos de Marx citados foram extraídos da *Contribuição à Crítica da Economia Política*.

²⁷ . *Id.*, *ib.*, p. 507.

modelo o exemplo dado por Marx sobre a formação da teoria econômica clássica. Ele nos indica essa posição quando afirma que, “Em certo sentido, portanto, a análise das totalidades na dialética possui um ponto de contato com as correntes ‘estruturalistas’” (CEBM, p. 31). Que ponto seria esse? Ele desdobra explicando: “procurar elaborar, através do conceito de estrutura concebido como um *modelo*, um instrumento conceitual-metodológico para a determinação (e conseqüente explicação) das condições básicas ou nucleares que definem as possibilidades de interação numa sociedade dada” (CEBM, p. 31). Mas a analogia que ele faz não elimina suas diferenças *técnicas*: “Na verdade, a técnica de elaboração e representação das totalidades através do método dialético difere da técnica utilizada pelos estruturalistas” (CEBM, p. 31). Essa diferenciação não elimina o fato de que ambos os *métodos* sejam produto do construto intelectual prévio em face da realidade concreta.

À parte o que Cardoso define para a construção dos modelos estruturalistas, importa aqui indicar o que ele nos indica sobre o “método dialético”. A dialética, afirma ele, “procura sintetizar com seu procedimento totalizador tanto o que Marx chamava de determinações gerais /.../ como as determinações particulares /.../ vislumbrando nestas o elemento explicativo do sentido das totalidades sociais” (CEBM, p. 31), convertendo a dialética em modelo de significações e sentido da própria realidade. Esta descrição do modelo dialético é remetida, em nota de rodapé, a Marx (*Contribuição à Crítica da Economia Política* e *O Capital*) e a Florestan Fernandes (“Os Problemas de Produção na Sociologia”, in *Fundamentos Empíricos e Explicação Sociológica*).

Por fim, reafirmando a sua noção de dialética como modelo, Cardoso cita *Questão de Método*, de Sartre, em que este afirma que “O marxismo aborda o processo histórico com esquemas universalizantes e totalizadores”, para arrematar sua compreensão, na qual se apóia Cardoso, dizendo que “Assim, o marxismo vivo

e *heurístico*: com relação à pesquisa concreta, seus princípios e seu saber anterior aparecem como *reguladores*” (Sartre, *apud CEBM*, p. 41). Mais uma vez a razão se põe *a priori* no processo de apreensão do real, determinando-lhe a condição de ser para o pensamento. Com base nessa formulação, Cardoso irá concluir a exposição e perspectiva metodológica que definirá toda sua produção teórica. Diz ele: “Em termos simples, a partir desta perspectiva é possível a utilização do método dialético de forma heurística por que o real não é dado *a priori*, mas constitui-se pelo esforço analítico da investigação” (*CEBM*, p. 41). Essa constituição, repetindo, é feita com base no “esquema de significações” citado por Cardoso.

Com essa inversão radical da perspectiva posta por Marx, restou a ele, descartando a integridade intelectual do pensador alemão, o seguinte: “Neste ponto o paradigma pode ser tanto Marx quanto Max Weber na *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*”, referindo-se à constituição do real pela via do “esforço analítico da investigação”.

Esse percurso metodológico de Cardoso, que resulta nessa posição eclética, já apontada na Introdução, manter-se-á como perspectiva analítica, repondo-se em toda sua produção teórica posterior ao *CEBM*.

Desta forma, a “totalidade concreta” como referência metodológica não estará mais a cargo de Marx, e será expressa como um composto de níveis, os quais a análise se encarregará de vincular. Os níveis serão sempre sociais, políticos e econômicos, e serão postos em dinâmica tendo como referência e orientação um quadro de valores subjetivamente definidos. Com isto, “através da análise dos interesses e valores que orientam ou que podem orientar a ação, o processo de mudança /.../ começa a perfilar-se como um processo que, nas tensões entre grupos com interesses sociais e políticos e orientações divergentes encontra o filtro pelo qual passarão os influxos meramente econômicos” (*DDAL*, p. 22).

Enfocando o procedimento analítico dessa maneira, Cardoso quer indicar o ponto de chegada dessa perspectiva metodológica. “Há que se buscar os pontos de intersecção do sistema econômico com o sistema social, através dos quais se revelem os nexos e a dinâmica dos diferentes aspectos e níveis da realidade que afetam as possibilidades de desenvolvimento” (DDAL, p. 24). Essa separação entre “os sistemas” é o canal necessário e prévio para a abordagem analítica que ele trata por “análise integrada”. A *integração* dos níveis da realidade é uma operação cognitiva que os reposiciona de acordo com a consciência e perspectiva do analista, o que afeta, a nosso ver, a integridade da própria realidade. Certamente, essa posição cognitiva de Cardoso diante da realidade, buscando arquitetá-la de alguma maneira, não é uma postura desprovida de teleologia, ao contrário, atende a finalidades determinadas. Mas não se trata de uma interferência de sua consciência na “rede causal”, no mundo real, rede essa que é a referência indispensável e íntegra para a dinâmica teleológica, para apreensão da realidade concreta, mas uma interferência instrumental, previamente mentada, que se demarca, exatamente por sua prioridade cognitiva, da totalidade concreta. Vale repor que, para Cardoso, o “real não é dado a priori, mas constitui-se pelo esforço analítico da investigação”. Desta forma, ele expõe sua finalidade investigativa e o resultado a que quer chegar: “De acordo com o enfoque até agora descrito, o problema teórico fundamental é constituído pela determinação dos modos que adotam as estruturas de dominação, porque é por seu intermédio que se compreende a dinâmica das relações de classe” (DDAL, p. 22). Essa “relação de classe” diz respeito às estruturas de poder, ou seja, relações de dominação entre as classes, que, na sua concepção, “não pode ser compreendida senão em função das estruturas de domínio. Em consequência, também é por intermédio de sua análise que se pode captar o processo de transformação da ordem política institucional” (DDAL, p. 22). Vemos, com isso, que aquela prévia separação *entre sistemas social e econômico* cumpre

teleologicamente uma função para Cardoso, a de depositar seu esforço analítico numa das áreas, a político-social, mantendo o campo econômico distanciado de sua abordagem, trata-se portanto de “explicar os processos econômicos enquanto processos sociais” (*DDAL*, p. 23), para o que “requer-se buscar um ponto de intersecção teórico, onde o poder econômico se expresse como dominação social, isto é, como política” (*DDAL*, p. 23). Desta forma, além da referência analítica de Cardoso ser previamente definida nos moldes cognitivos indicados, ele opera uma inversão, retirando a objetividade e determinação da economia sobre a esfera política. Esse posicionamento estará comprometendo por todos os ângulos sua definição de “capitalismo dependente” para o caso brasileiro (e latino-americano em geral), pois sua articulação teórico-analítica reduzir-se-á ao plano político, abstraído da totalidade concreta, na medida em que é por esse ângulo que ele concebe a dinâmica nacional total dos países periféricos. Assim, diz ele: “Esta opção teórica fica apoiada empiricamente pelo fato de que as transformações históricas significativas do processo de desenvolvimento latino-americano têm sido sempre acompanhada, senão de uma mudança radical na estrutura de dominação, pelo menos pela adoção de novas formas de relações, e portanto de conflito, entre classes e grupos” (*DDAL*, p. 23).

Desta forma, Cardoso supõe ter afastado a subordinação dos países periféricos, do “capitalismo dependente”, por supor o afastamento das determinações econômicas do imperialismo sobre estes países, através da utilização de um novo conceito na abordagem analítica dessa relação. “Precisamente o conceito de dependência /.../ pretende outorgar significado a uma série de fatos e situações que aparecem conjuntamente em um momento dado” (*DDAL*, p. 23), mas implica ao mesmo tempo “o estudo das estruturas de dominação /.../ que condicionam os mecanismos e os tipos de controle e decisão do sistema econômico” (*DDAL*, p. 24), daí as manifestações políticas terem tanto peso e

relevância em sua análise sob o conceito de “capitalismo dependente”. A sua análise centra-se, como vimos, nas relações internas, e na medida em que internalizaram-se as relações externas, trata-se portanto de cuidar exclusivamente da política, o que nos parece, por tudo, uma abstração radical da integridade social dos países periféricos ou subdesenvolvidos.

Contudo, suas análises, como vimos na Introdução, foram referência teórica incontornável da formação do pensamento político na esquerda, mesmo na vigência da ditadura militar. A restauração democrática para a qual Cardoso se inclinou só fez confirmar sua teoria. A nova esquerda não lutou por outra finalidade que não fosse a remodelação da política, e se, nos primeiros embates da força de trabalho contra a ditadura militar, já nos finais da década de 70, a razão central era o arrocho salarial imposto pelo modelo econômico, a chamada “nova esquerda” acabou por reorientar as forças das massas operárias para o plano político-partidário, uma vez que tinha apenas em foco a política como razão da insatisfação social. Numa lúcida observação, à época Chasin afirmava: “na medida em que não tem havido consistente apreensão e explicação dos fenômenos econômico-político-sociais que nos marcam, os *mitos ideológicos* têm habitado o pensamento político, funcionando como a sua verdadeira sabedoria”²⁸. No caso de que tratamos, principalmente o mito da autonomia e determinação da política sobre a sociedade civil.

Por outro lado, a análise de Cardoso, que, como indicamos, tenta afirmar-se na utilização indiferenciada de “paradigmas” excludentes como Marx e Weber, resulta, na verdade, no uso e abuso das concepções weberianas de ação social determinada pelos valores subjetivos, de estado moderno como burocracia racional, de patrimonialismo como estado tradicional, da postura carismática das lideranças geradoras de formas populistas etc. Isto se fez em total descaso à concepção de

²⁸ J. CHASIN, “Lula versus Luís Inácio da Silva”, in *A Miséria Brasileira. 1964-1994: Do Golpe Militar à Crise Social*, Santo André, Ad Hominem, 2000.

autocracia como expressão de poder fundado num padrão econômico de atraso, próprio dos países subdesenvolvidos, em relação aos países desenvolvidos. A concepção de autocracia, além disso, dá conta da repressão sobre a força de trabalho, sobre a necessidade de superexploração desta em favor do capitalismo subordinado, que marcou historicamente a condição brasileira. Parece ser, também, por esse descaso que o centro das distorções capitalistas no Brasil não foi elucidado a partir de sua raiz concreta. Comprometido com o instrumental weberiano de análise, que acentua de forma abstrata e modelar a política como orientação socioeconômica, Cardoso excluiu as forças sociais do trabalho como condição da implantação político-democrática no país. Faltou-lhe, na medida de sua submersão ao politicismo, a compreensão de que a irregularidade, a incompletude econômica, encontram como correspondente político outra modalidade de dominação burguesa, que não se expressa e nem pode se expressar democraticamente.

Com Florestan Fernandes, se coloca uma identidade que a organização política brasileira mantém com sua base socioeconômica, isto é, a “relação entre transformação capitalista e dominação burguesa nos países periféricos de economia capitalista dependente e subdesenvolvida”²⁹, reflete uma ordem política em radical distinção à forma democrática dos países clássicos. “Ao revés, o que se concretiza, embora com intensidade variável, é uma forte dissociação *pragmática* entre desenvolvimento capitalista e democracia”³⁰. Em consequência, o que se implanta historicamente, sem qualquer possibilidade de repetir-se o percurso liberal-democrático dos países clássicos, é “uma forte associação racional entre desenvolvimento capitalista e autocracia”³¹. A base da distorção política nos países periféricos, base geradora da autocracia, encontra-se na relação contraditória de sua economia com a dos países imperialistas. Aqui se põe “A extrema concentração

²⁹ . Florestan FERNANDES, *A Revolução Burguesa no Brasil*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976, p. 290.

³⁰ . *Id.*, *ib.*, p. 292.

social da riqueza, a drenagem para fora de grande parte do excedente econômico nacional, a conseqüente persistência de formas pré ou subcapitalistas de trabalho e a depressão medular do valor do trabalho assalariado”³². De forma que o nexo entre a autocracia e a exploração depressora das massas trabalhadoras emerge na análise de F. Fernandes, caracterizando assim o “capitalismo dependente”, e a impossibilidade histórica da instauração democrática em se mantendo os laços que ligam este ao capitalismo desenvolvido, ao imperialismo. De forma que a autocracia se põe como uma identidade das burguesias dos países periféricos.

Não ocorreu a Cardoso questionar a possibilidade ou não de instalação democrática no Brasil, pois o curso da política, em suas análises, está despregado da sua base geradora. Com isso, o procedimento politicista por ele assumido conduziu-o à propositura da institucionalização política com solução democratizante.

Vale retomar o pensamento de Chasin no aprofundamento desta questão, quando relaciona autocracia e bonapartismo, tendo neste último uma expressão não institucionalizada, uma política repressiva e excepcional, da própria estrutura autocrática. Diz ele: “Importa dizer que a *institucionalização da autocracia burguesa* é a expressão jurídica do *politicismo*, enquanto o *bonapartismo* é sua expressão explicitamente armada, na exata medida em que ambos são *formas* (no plural) de poder político de *uma mesma forma de capital*, de *um mesmo modo de ser capitalista*, que o *politicismo* sintetiza”³³. Vemos que, no aprofundamento analítico de Chasin, autocracia institucionalizada e bonapartismo se colocam como expressões genuinamente burguesas de dominação, alternando-se em suas formas de ser autocrática. Mais do que isso, Chasin mostra que a superação de uma tal

³¹ . *Id.*, *ib.*, p. 292.

³² . *Id.*, *ib.*, pp. 292-293.

³³ . J. CHASIN, “Hasta Cuando? A Propósito das Eleições de Novembro”, in *A Miséria Brasileira. 1964-1994: Do Golpe Militar à Crise Social*, *op. cit.*, p. 127.

ordem política (referindo-se não só à ditadura militar como bonapartismo, mas às expressões institucionalizadas da autocracia, para a qual tendia a política no Brasil em inícios de 80), não pode estar a cargo da própria burguesia, e não pode ocorrer nos limites restritos da política. Chasin afirma que “Na particularidade da via colonial, alternando-se as formas genuinamente burguesas de dominação entre *bonapartismo* e *autocracia institucionalizada*, que excluem a figura da democracia liberal, a emersão democrática fica, sem remissão, a cargo das massas trabalhadoras, sob nucleação da perspectiva operária”³⁴. Tal dimensão da política, como essa exposta, permite sustentar que o *politicismo* atingiu e subordinou as oposições e particularmente a esquerda, pelo descaso feito à *centralidade operária* como condição incontornável para levar a efeito não apenas a “distensão política”, cujo conteúdo era a institucionalização daquele poder, mas a ultrapassagem concreta da autocracia.

Esta perspectiva teórica de Chasin ajusta-se adequadamente ao caso que estamos tratando, pois Cardoso conduz suas análises a partir das condições políticas, mantendo o plano econômico relativamente afastado destas. Com isso, às massas trabalhadoras resta um lugar, que ele trata por participação política, mas cuja ocupação depende da reeducação dessas mesmas massas. Nesse sentido, a redemocratização politicizada de Cardoso não faz senão repor a base política historicamente determinada: a autocracia burguesa.

De forma que, para encerrar esta Conclusão, queremos afirmar que a noção de “capitalismo dependente” extraída das análises de Cardoso, na forma em que verificamos, não encontra apoio na totalidade concreta que ele almeja desde o início da década de 60. Muito embora saibamos que esta Conclusão não cobre todos os ângulos críticos ressaltados em nossa dissertação, procuramos seletivamente enfatizar os pontos que, no próprio desenvolvimento da redação, não

³⁴. *Id., ib.*, p. 131.

foram suficientemente aprofundados. De forma que a validade dos ângulos aqui abordados só pode encontrar sustentação no corpo da própria dissertação.

BIBLIOGRAFIA

OBRAS DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

- *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*, São Paulo, Difel, 2ª edição, 1972.
- *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 2ª edição, 1978.
- *Autoritarismo e Democratização*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª edição, 1975.
- *O Modelo Político Brasileiro*, São Paulo, Difel, 1972.
- *Mudanças Sociais na América Latina*, São Paulo, Difel, 1969.
- *Dependência e Desenvolvimento na América Latina – Ensaio de Interpretação Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 6ª edição, 1981.
- *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional – O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul*, São Paulo, Paz e Terra, 3ª edição, 1991.
- *As Idéias e seu Lugar – Ensaio sobre as Teorias do Desenvolvimento*, Petrópolis, Vozes, 1993.
- “Da Caracterização dos Regimes Autoritários na América Latina”, in David COLLIER (org.), *O Novo Autoritarismo na América Latina*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- “Repensando Dependência e Desenvolvimento na América Latina”, in F. H. CARDOSO, B. Sorj, M. FONT (orgs.), *Economia e Movimentos Sociais na América Latina*, São Paulo, Brasiliense, 1985.

- “Notas sobre o Estado Atual dos Estudos sobre Dependência”, *in* J. SERRA (coord.), *América Latina – Ensaaios de Interpretação Econômica*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

- “‘Teoria da Dependência’ ou Análises Concretas de Situações de Dependência?”, mimeo, acervo Cebrap, 1970.

- (em co-autoria com J. Serra) “As Desventuras da Dialética da Dependência”, *in* *Estudos Cebrap*, nº 23, São Paulo, Cebrap, s/d.

OUTRAS OBRAS

- Roberto AMARAL, *FHC: Os Paulistas no Poder*, Niterói, Casa Jorge Editorial, 1995.
- Paul BARAN, *A Economia Política do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 4ª edição, 1977.
- Armando BOITO JÚNIOR, *O Golpe de 1954: A Burguesia contra o Populismo*, São Paulo, Brasiliense, 2ª edição, 1984.
- Luis C. BRESSER PEREIRA, “Seis Interpretações sobre o Brasil”, in *Dados*, vol. 25, nº 3, São Paulo, 1983.
- Edmundo CAMPOS, *Sociologia da Burocracia*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 2ª edição, 1971.
- J. CHASIN, “Ad Hominem – Rota e Prospectiva de um Projeto Marxista”, in *Ensaio Ad Hominem I – Tomo I: Marxismo*, Santo André, Ad Hominem, 1999.
- _____, “As Máquinas Param, Germina a Democracia!”, in *A Miséria Brasileira – 1964-1994: Do Golpe Militar à Crise Social*, Santo André, Ad Hominem, 2000.
- _____, “Marx – Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica”, in F. J. S. TEIXEIRA, *Pensando com Marx*, São Paulo, Ensaio, 1994.
- _____, “Da Razão do Mundo ao Mundo sem Razão”, in *Revista Ensaio*, nº 11/12, São Paulo, Ensaio, 1983.
- _____, “Sobre o Conceito de Totalitarismo”, in *Ensaio Ad Hominem I – Tomo III: Política*, São Paulo, Ad Hominem, 2000.
- _____, “A Politicização da Totalidade: Oposição e Discurso Econômico”, in *A Miséria Brasileira – 1964-1994: Do Golpe Militar à Crise Social*, Santo André, Ad Hominem, 2000.

- _____, “Hasta Cuando? A Propósito das Eleições de Novembro”, in *ib.*
- _____, “A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda”, in *ib.*
- _____, “Lula versus Luís Inácio da Silva”, in *ib.*
- Livia COTRIM, *O Ideário de Getúlio Vargas no Estado Novo*, dissertação de mestrado, Departamento de Ciência Política, UNICAMP, 1999.
- _____, “A Crítica do Populismo: Elementos para uma Problemática”, in *Revista Puc Viva*, Ano 2, nº 8, março/abril 2000.
- Charles-Henry CUIN e François GRESLE, *História da Sociologia*, São Paulo, Ensaio, 2ª edição, 1996.
- Ralf DAHRENDORF, *Las Clases Sociales y su Conflicto em la Sociedad Industrial*, Madri, Ediciones Rialp, 2ª edição, 1970.
- Raimundo FAORO, *Os Donos do Poder*, São Paulo/Porto Alegre, Globo/Editora da USP, 2ª edição, 1975.
- Florestan FERNANDES, *A Revolução Burguesa no Brasil*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 2ª edição, 1976.
- _____, “Apresentação” (impressa na “orelha” da capa) a F. H. CARDOSO, *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 2ª edição, 1972.
- _____, *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 3ª edição, 1981.
- Celso FURTADO, *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2ª edição, 1968.
- José A. GIANNOTTI, “Notas para uma Análise Metodológica de *O Capital*”, in *Revista Brasiliense*, nº 29, São Paulo, Brasiliense, 1960.
- Lídia GOLDENSTEIN, *Repensando a Dependência*, São Paulo, Paz e Terra, 1994.

- Jacob GORENDER, *O Escravismo Colonial*, São Paulo, Ática, 3ª edição, 1980.
- André GUNDER FRANK, *Lumpen-Burguesia: Lumpen-Desenvolvimento*, Porto, Portucalense, 1971.
- _____, *América Latina: Subdesarrollo o Revolución*, México, Ediciones Era, 1973.
- David LEHMANN, “Fernando Henrique Cardoso: Da Dependência à Democracia”, in *Novos Estudos Cebrap*, nº 14, fevereiro/86, São Paulo, Cebrap.
- Ernest MANDEL, *Tratado de Economia Marxista*, México, Ediciones Era, 1969.
- Guido MANTEGA, “Marxismo na Economia Brasileira”, in J. QUARTIM DE MORAES (org.), *História do Marxismo no Brasil*, vol. II, Campinas, Editora da Unicamp, 1995.
- Rui Mauro MARINI, “Dialética da Dependência”, in *Sociedade e Desenvolvimento*, vol. 1, nº 1, Santiago (Chile), março de 1972.
- _____, “As Razões do Neodesenvolvimentismo (Resposta a Fernando Henrique Cardoso e José Serra)”, in *Revista Mexicana de Sociologia*, nº 40, 1980 – edição especial.
- Karl MARX, *O Capital, Livro I*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 6ª edição, 1980.
- _____, *O Capital, Capítulo VI Inédito*, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- _____, *Contribuição à Crítica da Economia Política*, Lisboa Editorial Estampa, 2ª edição, 1973.
- Frederico MAZZUCHELLI, *A Contradição em Processo. O Capitalismo e suas Crises*, São Paulo, Brasiliense, 1985.

- Vânia NOELI, *O Satânico Dr. Go*, dissertação de mestrado, Departamento de Ciências Sociais, PUC-SP, 1998.
- Francisco de OLIVEIRA, “A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista”, in *Seleções Cebrap* nº 1, São Paulo, Brasiliense, 1975.
- _____, *Economia da Dependência Imperfeita*, Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- Christian PALLOIX, *As Firmas Multinacionais e o Processo de Internacionalização*, Lisboa, Editorial Estampa, 1974.
- François PERROUX e outros, *Sociologia do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.
- Caio PRADO JÚNIOR, *História Econômica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 16ª edição, 1973.
- _____, *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 16ª edição, 1979.
- _____, *A Revolução Brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 6ª edição, 1978.
- João QUARTIM DE MORAES, “El ‘Status’ Teórico de la Noción de Dependencia”, in *Dependencia y Estructura de Clase en América Latina*, Buenos Aires/Argentina, Ediciones Megalópolis, Asociación Editorial La Aurora, 1975.
- José C. REIS, *As Identidades do Brasil – De Varnhagem a Fernando Henrique Cardoso*, Rio de Janeiro, FGV Editora, 1999.
- Emir SADER, “Nós que Amávamos Tanto *O Capital*”, in *Praga – Revista de Estudos Marxistas*, nº 1, São Paulo, Boitempo, 1996.
- _____, *Estado e Política em Marx*, São Paulo, Cortez Editora, 1993.
- Theotônio dos SANTOS, *A Teoria da Dependência – Balanço e Perspectivas*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

- Roberto SCHWARZ, “Um Seminário de Marx”, in *Seqüências Brasileiras*, São Paulo, Cia. das Letras, 1999.
- T. SKIDMORE, *Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 7ª edição, 1982.
- Nelson Werneck SODRÉ, *Brasil. Radiografia de un Modelo*, Buenos Aires, Editorial Orbelus, 1973.
- Stanley J. STEIN e Bárbara H. STEIN, *A Herança Colonial da América Latina. Ensaio de Dependência Econômica*, São Paulo, Paz e Terra, 2ª edição, 1977.
- Maria da Conceição TAVARES e José SERRA, “Além da Estagnação”, in *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 8ª edição, 1979.
- Caio Navarro de TOLEDO, *ISEB: Fábrica de Ideologias*, São Paulo, Ática, 2ª edição, 1982.
- Roberta TRASPADINI, *A Teoria da (Inter)Dependência de Fernando Henrique Cardoso*, Rio de Janeiro, Topbooks, 1999.
- Ester VAISMAN, “Dossiê Marx: Itinerário de um Grupo de Pesquisa”, in *Ensaio Ad Hominem I – Tomo IV: Dossiê Marx*, Santo André, Ad Hominem, 2001.
- Max WEBER, *Economia y Sociedad – Esbozo de Sociologia Comprensiva*, México, Fondo de Cultura Económica, 6ª reimpressão, 1983, da 1ª edição em espanhol de 1944.
- _____, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 4ª edição, 1985.
- Francisco WEFFORT, “Notas sobre a ‘Teoria da Dependência’: Teoria de Classe ou Ideologia Nacional”, mimeo, acervo Cebrap.

